



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

WELDON PEREIRA SILVA DE NOVAIS

A FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO BRASIL: a trama do
capital fictício na produção capitalista do espaço

JOÃO PESSOA – PB

2023

WELDON PEREIRA SILVA DE NOVAIS

A FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO BRASIL: a trama do
capital fictício na produção capitalista do espaço

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, Trabalho e ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: espaço e trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior.

JOÃO PESSOA – PB

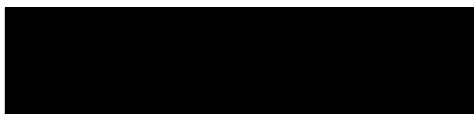
2023

**" A FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO BRASIL:
a trama do capital fictício na produção capitalista do espaço"**

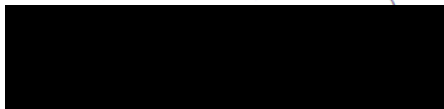
por
Weldon Pereira Silva de Novais

**Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia
do CCEN-UEPB, como requisito total para obtenção do grau de Doutor em Geografia.**

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.
Aprovado por:



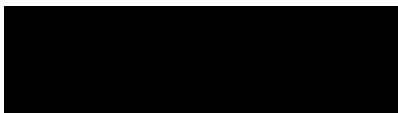
Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Orientador



Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento
Examinador interno



Prof. Dr. Fábio Teixeira Pitta
Examinador externo



Prof. Dr. Samuel Frederico
Examinador externo



Prof.ª Dr.ª Suzane Tosta de Souza
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Março/2023.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N935f Novais, Weldon Pereira Silva de.

A financeirização do agronegócio do café no Brasil: a trama do capital fictício na produção capitalista do espaço / Weldon Pereira Silva de Novais. - João Pessoa, 2023.

234 f.

Orientação: Marco Antônio Mitidiero Junior.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia. 2. Agronegócio - Café. 3. Financeirização. 4. Produção capitalista do espaço. I. Mitidiero Junior, Marco Antônio. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911(043)

DEDICATÓRIA

À minha companheira, Janete.

AGRADECIMENTOS

A defesa desta tese de doutorado como um dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia encerra uma importante fase da minha trajetória acadêmica, abre novos caminhos e me faz lembrar cada pegada que me trouxe até aqui. Por isso, as linhas subsequentes são meus sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram de algum modo para a realização dessa trajetória.

À minha mãe, Marlene, e ao meu pai, “Rai” (Raimundo), meus eternos agradecimentos! Apesar de algumas dificuldades econômicas que enfrentamos ao longo da vida, sempre disseram a mim e aos meus irmãos que a maior herança que vocês poderiam nos dar seria o incentivo à educação. E assim foi feito! Todos os seus filhos(as) estudaram numa universidade pública e foram aprovados em concursos públicos. Terminei o doutorado em Geografia, mas o título de *Doutor Honoris Causa* é de vocês por tudo que fizeram e representam para nós (seus filhos e filha)! Muito Obrigado!

Aos meus irmãos, Diogo e Léo, e à minha irmã, Valéria, por serem presentes, apoiadores e por me ajudarem em todos os percursos da minha vida! Não poderia deixar de mencionar as minhas cunhadas (Milena e Cátia) e meu cunhado Rodrigo. Obrigado por tudo!

À minha companheira Janete, o melhor presente que a Geografia me deu. Obrigado pelo companheirismo, carinho, afeto e por estar sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis. Obrigado por fazer parte da minha vida!

Aos meus amigos e familiares que sempre estiveram presentes e torceram por mim. Obrigado!

Ao professor Manoel de Oliveira, meu professor de Geografia do Ensino Médio. Você não sabe, nunca tive a chance de contar, mas fiz geografia por sua causa! Lembro-me como se fosse hoje, sua primeira aula de Geografia foi diferente de tudo que eu já tinha visto, pois você me fez pensar criticamente sobre o mundo. Suas aulas me chamavam a atenção pela metodologia e dedicação ao ensino. A partir daquele momento, eu que tinha apenas 15-16 anos de idade, já tinha uma certeza em minha vida: o desejo de cursar Geografia para entender o mundo e ser um professor que, assim como você, fosse capaz de motivar e despertar o interesse dos estudantes pela Geografia e pelos estudos de modo geral. Professor Manoel, quero dizer que o sonho daquele garoto se tornou realidade, cursei Geografia, tornei-me professor e hoje serei doutor. Espero um dia encontrá-lo novamente. Meu muitíssimo obrigado!

À professora Suzane Tosta e ao professor Jânio Diniz, meus orientadores na graduação de Geografia e eternos amigos, vocês são meus “pais intelectuais”, pois me apresentaram o

caminho de uma Geografia Crítica que luta por um mundo melhor. O coração de vocês não tem tamanho, me acolheram de braços abertos, acreditaram no meu potencial e me incentivaram a trilhar os caminhos da pesquisa na pós-graduação. Tenho um enorme carinho e afeto por vocês, meu muito obrigado!

Estendendo meus agradecimentos ao professor e amigo Sócrates Menezes, uma figura incrível! A minha participação naquele grupo de estudos sobre geografia e trabalho, coordenado por você, me forneceu muito conhecimento e construiu sólidas amizades. Obrigado pelos ensinamentos e o apoio de sempre!

Aos meus eternos amigos que fiz na graduação de geografia, Victor e “Fau” (Fátima)! Não tenho palavras para descrever nossa amizade, tenho um enorme carinho e afeto por vocês. Muito obrigado por fazerem parte da minha vida!

À Jemeffe e Lane, por nossa amizade construída na graduação e por todo o apoio e acolhimento que vocês me deram durante o mestrado de Geografia na UFPB. Tenho muito carinho e admiração por vocês, obrigado por tudo!

Aos companheiros e companheiras do grupo de estudo “*Primeiras Leituras*”, Mikaelly, Lucas, Nielson, Humberto, Caio e Tatiana. Aquelas discussões no mestrado foram valiosas! Obrigado pela partilha do conhecimento e pela amizade de cada um de vocês! Forte abraço!

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, pelo empenho, dedicação e contribuição para minha formação. Meu muito obrigado!

Aos meus colegas da turma de doutorado! Meu muito obrigado a cada um de vocês pelas conversas, pela troca de conhecimento e pelas amizades que fiz. Forte abraço!

À Brenna Conceição pela parceria na construção dos mapas desta tese. Você me ajudou demais. Muito obrigado!

À Luíza Dulci pelas conversas sobre a temática da financeirização do café no Brasil e pelos seus estudos que serviram de base para esta investigação. Obrigado por sua gentileza e contribuição, forte abraço!

Ao professor Sérgio Leite e a professora Karina Kato. Sou muito grato em ter sido aluno da disciplina “Financeirização da agricultura e formas de apropriação de terra” ofertada por vocês no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro (UFRRJ) no ano de 2021. O curso foi de suma importância para iluminar os caminhos obscuros da investigação sobre o complexo processo de financeirização do café. Obrigado pelas conversas orientadoras

que foram essenciais para o desenvolvimento desta tese. Muito obrigado pela gentileza e cordialidade!

À professora Maria Franco que tive honra de conhecer no mestrado após uma reunião do “*Primeiras Leituras*”. Desde o mestrado contribuiu significativamente para minha pesquisa fazendo importantes reflexões. Obrigado pelos ensinamentos e apoio de sempre!

Ao professor Fábio Pitta que tive a honra de conhecer na qualificação da minha dissertação de mestrado. De lá para cá, sempre tem acompanhando minha pesquisa e tem dado valiosas contribuições, em especial, com relação à temática da crise e financeirização da agricultura. Obrigado pelos ensinamentos e pela amizade, forte abraço!

Ao professor Samuel Frederico que tive a honra de conhecer na qualificação da minha tese de doutorado. A sua participação nessa banca foi de suma importância, pois fez importantes reflexões e apontou alguns caminhos para a pesquisa. Obrigado pela gentileza em enviar textos importantes e trocar conversas por e-mail que foram essenciais no desenvolvimento desta tese. Muito obrigado pelos ensinamentos!

Ao professor Marco Mitidiero, orientador do mestrado e doutorado, amigo e companheiro de luta! Reitero minha admiração pela sua indignação ao modelo de sociabilidade capitalista em que vivemos – desigual e desumano. Sua disposição e empenho para transformar o mundo num modelo de sociedade mais justa e humanitária continuam nos servindo de combustível para seguirmos firmes na luta! Os seus ensinamentos transcendem os muros da universidade! Muito obrigado pela amizade, pelo apoio e por sempre acreditar em mim e no meu potencial. Forte abraço!

À Jaciara Valdivino, minha psicoterapeuta. Você foi muito importante para o desfecho deste trabalho. O momento final de escrita da tese que por si só já é turbulento ficou ainda mais difícil por conta de todo o cenário pandêmico. As sessões de terapia me ajudaram no autoconhecimento e me mostraram os caminhos da escrita novamente. Sem você a conclusão deste trabalho não seria possível. Meu muitíssimo obrigado!

Aos colegas professores, funcionários e alunos das escolas estaduais José Duarte Filho em Uiraúna-PB e Dom Moisés Coelho em Cajazeiras-PB. Obrigado pelo acolhimento, amizade e pela partilha de conhecimento!

Aos companheiros (as) do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB). Obrigado pelo companheirismo que transcende a luta sindical! “SINTEP somos nós, nossa força, nossa voz!”. Forte abraço, avante!

Peço licença para fazer uma menção honrosa a dois entes queridos: minha vó Maria e meu tio “Negão”, duas pessoas de coração enorme que se foram durante o período deste doutorado.

Minha vó Maria era uma pessoa sempre alegre, tinha um sorriso contagiante e dona de um coração enorme. Tristeza nunca combinou com minha vó, sempre que notava alguma pessoa da família triste falava logo “*É hora da bestage!*”, e soltava uma gargalhada contagiante que derrubava qualquer clima de tristeza. Quando recebi a notícia de sua partida eu estava no meio do trabalho de campo em Santos-SP. Fiquei muito triste com essa notícia e pelo fato de que não tive como ir me despedir, pois o enterro foi na minha cidade natal (Poções-BA). Sei que se estivesse aqui, com certeza, estaria muito feliz por mais essa conquista na minha vida! Vó, esse título é para você! Obrigado por tudo! Saudade!

Meu tio “Negão”, assim como era chamado carinhosamente pelos sobrinhos, era uma pessoa incrível, de coração enorme e dono de uma paciência e serenidade que contagiava a todos. Era um tio que sempre tinha uma palavra acolhedora e afetuosa. Meu tio foi mais um brasileiro vítima da Covid. Quando recebemos a notícia da sua internação eu estava na fase final de escrita da minha qualificação. Alguns dias depois recebi a notícia de sua partida. Sei que se estivesse aqui, com certeza, estaria muito feliz por mais essa conquista na minha vida. Dedico esse título para você! Tenho enorme carinho e admiração! Obrigado por tudo, saudade!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central compreender como a financeirização se manifesta no agronegócio do café no Brasil contemporâneo, com ênfase nas etapas da comercialização e processamento desse grão. As respostas obtidas durante o processo de investigação embasam a tese de que a financeirização no agronegócio do café no Brasil é configurada pelas bolsas de valores e mercados futuros que são os centros financeiros dessa *commodity* e pela atuação marcante de investidores estrangeiros nas principais torrefadoras e exportadoras presentes no país. A financeirização das multinacionais de café fez com que os acionistas se tornassem os principais sujeitos dessa dinâmica financeira, tendo em vista que as exportadoras e torrefadoras com capital aberto em bolsa de valores passaram a atuar sob a pressão de maximizar o lucro desses investidores. Ascensão das finanças nessas empresas fortaleceu o processo de fusões/aquisições, tendo como resultado principal, a monopolização e centralização do mercado cafeeiro pelas torrefadoras e exportadoras globais. O método de interpretação assumido neste trabalho foi o materialismo - histórico - dialético. A pesquisa bibliográfica/documental e o estudo de campo foram utilizados como procedimentos metodológicos para a coleta de dados e informações sobre as dinâmicas comerciais do café nacional e internacional.

Palavras-chave: Agronegócio do café no Brasil. Financeirização. Produção capitalista do espaço.

ABSTRACT

The main objective of the present work was to understand how financialization manifested itself in the coffee agribusiness today, with emphasis on the stages of commercialization in the Brazilian production and processing of this bean. The business responses presented in the café, the investigation process, support the investigation that financialization in agribusiness in Brazil is configured by financial stock exchanges and by the outstanding performance in the main foreign financial institutions and by the performance in the main foreign financial institutions in the country. Financial investors have made them the main agents of this financial economy, given that roasters and financial investors, with the profit from the publicly traded operation to maximize investors. The rise of the finances of these companies/acquisitions strengthen the results of the merger processes, the monopolization and centralization of the coffee market by roasters and global exporters. The method of interpretation assumed in this work was materialism - historical - dialectical. Bibliographic/documentary collection and field study were used as methodological procedures for research data and information on national and international coffee.

Keywords: Coffee agribusiness in Brazil. Financialization. Capitalist production of space.

RESUMEN

El objetivo principal del presente trabajo fue comprender cómo se manifiesta la financiarización en el agronegocio brasileño del café hoy, con énfasis en las etapas de comercialización y procesamiento de este grano. Las respuestas obtenidas durante el proceso de investigación sustentan la tesis de que la financiarización en el agronegocio del café en Brasil está configurada por las bolsas de valores y los mercados de futuros como los centros financieros de este producto básico y por la notable actuación de inversores extranjeros en los principales tostadores y exportadores presentes en el país. La financiarización en las empresas mundiales de café hizo que los accionistas se convirtieran en los principales actores de esta dinámica financiera, dado que los tostadores y exportadores con bolsas de valores que cotizan en bolsa comenzaron a actuar bajo la presión de maximizar las ganancias de estos inversionistas. El auge de las finanzas en estas empresas fortaleció el proceso de fusiones/adquisiciones, siendo el principal resultado la monopolización y centralización del mercado de café por parte de tostadores y exportadores globales. El método de interpretación asumido en esta obra fue el materialismo - histórico - dialéctico. La investigación bibliográfica/documental y el estudio de campo se utilizaron como procedimientos metodológicos para la recolección de datos e información sobre el café nacional e internacional.

Palabras clave: Agroindustria del café en Brasil. Financiarización. Producción capitalista del espacio.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Série histórica da expansão espacial da cafeicultura brasileira (1970-2006).....	p.64
Mapa 2: Consumo mundial de café por bloco econômico.....	p.81
Mapa 3: Geografia Econômica do Café na atualidade: Países do Norte e Países do Sul.....	p.85
Mapa 4: Principais destinos do café brasileiro em 2021.....	p.98
Mapa 5: Principais estados brasileiros produtores de café arábica-2017 (por quantidade produzida).....	p.102
Mapa 6: Principais estados brasileiros produtores de café conilon-2017 (por quantidade produzida).p.....	p.105
Mapa 7: Distribuição espacial da OLAM no Brasil (2021).....	p.164
Mapa 8: Escritórios da Temasek pelo mundo.....	p.167
Mapa 9: Principais unidades/escritórios da ED&F Man no Brasil.....	p.176
Mapa 10: Área de atuação da LDC no Brasil.....	p.181
Mapa 11: Distribuição geográfica das atividades do Grupo Três Corações.....	p.198
Mapa 12: Portfólio global da Strauss.....	p.205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Identificação dos sujeitos do campo.....	p.34
Tabela 2: Programas De Financiamento do Plano de Renovação e Revigoração do Café (PRRC).....	p.62
Tabela 3: Os 10 principais países produtores de café do ano safra 2019/2020.....	p.86
Tabela 4: Os 10 principais países exportadores de café do ano safra 2019/2020.....	p.88
Tabela 5: Os 10 principais países importadores de café em 2019.....	p.90
Tabela 6: Os 10 principais países reexportadores de café em 2019.....	p.93
Tabela 7: Linhas de Crédito do FUNCAFÉ 2020/2021.....	p.130
Tabela 8: Principais sujeitos do jogo de escala na cadeia global de valor do café no Brasil.....	p.133
Tabela 9: Modelo de contrato futuro de café na B3.....	p.138
Tabela 10: Trabalhadores resgatados no cultivo de café no Brasil (2018-2021).....	p.155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rua XV de Novembro, Santos-SP – parte 1.....	p.52
Figura 2: Rua XV de Novembro, Santos-SP – parte 2.....	p.53
Figura 3: Museu do Café – Antiga Bolsa Oficial do Café, Rua XV de Novembro, Santos-SP.....	p.54
Figura 4: Áreas de atuação da Cofco no mercado mundial.....	p.171
Figura 5: Acionistas da Cofco Internacional.....	p.173
Figura 6: Portfólio da LDC-visão geral.....	p.179
Figura 7: Portfólio da JDE Peet's.....	p.186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção-Consumo mundial de café em milhões de sacas (ano cafeeiro de 2017 a 2020).....	p.82
Gráfico 2: Percentual das exportações mundiais de café 2021 por tipo (verde, torrado e solúvel).....	p.84
Gráfico 3: Principais países produtores de café-2021 (em porcentagem).....	p.87
Gráfico 4: Principais países exportadores de café-2021 (em porcentagem).....	p.89
Gráfico 5: Principais países importadores de café-2021 (em porcentagem).....	p.91
Gráfico 6: Principais países reexportadores de café-2021 (em porcentagem).....	p.94
Gráfico 7: Evolução do consumo interno de café no Brasil (1990-2020).....	p.99
Gráfico 8: Principais estados produtores de café arábica no Brasil-2017 (em porcentagem).....	p.103
Gráfico 9: Principais estados produtores de café conilon no Brasil-2017 (em porcentagem).....	p.106
Gráfico 10: Série histórica dos preços internacionais de café (1975-2020).....	p.123
Gráfico 11: FUNCAFÉ – Principais Agentes Financeiros do ano safra 2020-2021.....	p.131
Gráfico 12: Distribuição do valor ao longo da cadeia global de café.....	p.135
Gráfico 13: Principais investidores em contratos futuros de café na B3 no ano de 2022 (por número de contratos).....	p.142
Gráfico 14: Importação Mundial de Café e Negociação de Contratos Futuros (1980-2010).....	p.145
Gráfico 15: Diferença entre Mercado físico x Mercado futuro de café de 2017-2020 (em milhões de toneladas).....	p.146
Gráfico 16: Produção Total de Café (Arábica e Conilon) – Brasil (2003-2020).....	p.149
Gráfico 17: Produção Total de Café Arábica – Brasil (2003-2020).....	p.150
Gráfico 18: Produção Total de Café Conilon – Brasil (2003-2020).....	p.151
Gráfico 19: Produtividade de Café Total (Arábica e Conilon) – Brasil (2003-2020).....	p.152
Gráfico 20: Produtividade do Café Arábica – Brasil (2008-2020).....	p.153
Gráfico 21: Produtividade do Café Conilon – Brasil (2008-2020).....	p.154
Gráfico 22: Principais acionistas da Olam.....	p.166
Gráfico 23: Principais acionistas da JDE.....	p.188
Gráfico 24: Visão geral da gestão dos ativos da Blackrock.....	p.192
Gráfico 25: Estrutura Acionária do Grupo Três Corações.....	p.202

LISTA DE ORGANOGRAMAS

- Organograma 1:** Principais agentes financeiros/econômicos do mercado mundial de café na atualidade.....p.79
- Organograma 2:** A cadeia global de valor do café no Brasil na atualidade.....p.108
- Organograma 3:** Inversão de papéis entre mercado físico x mercado futuro de café.....p.120
- Organograma 4:** Grupos Operacionais da Olam.....p.163

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AICs – Acordos Internacionais do Café
- ABIC - Associação Brasileira da Indústria do Café
- ABICS – Associação Brasileira da Indústria de Solúvel
- BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
- CECAFE – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
- CENY - Coffee Exchange in the City of New York
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNC – Conselho Nacional do Café
- CPC – Consórcio Pesquisa Café
- ENAMPEG – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FDPA-C – Fundo de Defesa dos Produtores Agropecuários – Café
- IBC – Instituto Brasileiro do Café
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IAC – Instituto Agrônomo de Pesquisa
- GERCA – Grupo Executivo de Erradicação e Racionalização da Cafeicultura
- GT – Grupo de Trabalho
- OIC – Organização Internacional do Café
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PRRC – Plano de Renovação e Revigoreamento do Café

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1: O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO BRASIL.....	38
1.1. Apontamentos gerais sobre a financeirização: do incômodo teórico à qualificação do fenômeno	38
1.2. Breve história do café no Brasil.....	48
1.3. O início da financeirização do café no Brasil	56
1.4. A fase atual da financeirização do café no Brasil (de 1990 até os dias atuais).....	71
CAPÍTULO 2: A GEOGRAFIA DO CAFÉ NA ATUALIDADE	78
2.1. A geografia do café no contexto global	78
2.2 A geografia do café na escala Brasil.....	96
CAPÍTULO 3: A LÓGICA DA FINANCEIRIZAÇÃO NO MERCADO FUTURO DE CAFÉ E SUAS DETERMIAÇÕES NO ESPAÇO E NO TEMPO.....	117
3.1. Breve histórico da commodity café	117
3.2. A financeirização do café: a dinâmica dos preços e o endividamento dos cafeicultores no Brasil.....	122
3.3. O derivativo e a financeirização da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no Brasil	136
CAPÍTULO 4: A FINANCEIRIZAÇÃO DAS MULTINACIONAIS DO CAFÉ NO BRASIL: as exportadoras e as torrefadoras.....	158
4.1. Apontamentos gerais sobre a financeirização das multinacionais do café	158
4.2. A financeirização das exportadoras de café no Brasil	161
4.3. A financeirização das torrefadoras de café no Brasil.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	216

INTRODUÇÃO

No mundo inteiro, milhões de pessoas consomem café diariamente. O mercado global desse produto movimentava uma receita anual em torno de US\$ 200 bilhões¹. Não é por menos, pois o café é a segunda bebida mais consumida no mundo - só perde para a água – constituindo uma mercadoria importante na dinâmica agroalimentar da sociedade e economia capitalista. No Brasil, por exemplo, o grão tem tanta importância na cultura alimentar da população que a primeira refeição do dia dos brasileiros recebe o nome de “café da manhã”.

A mercadoria derivada do cultivo e colheita do café possui uma marca histórica já que é a primeira *commodity*² negociada no mercado internacional. A ação decisiva para a *commoditização* foi à criação da *Coffee Exchange in the City of New York* – CENY, em 1822 (FREDERICO, 2013). Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o café se destacou como a principal *commodity* negociada mundialmente, depois do petróleo (DAVIRON e PONTE, 2005).

Desde o século XX, a geografia do comércio mundial dessa *commodity* foi desenhada pela relação entre os países do Norte, centro do capitalismo, e os países do Sul, periferia capitalista. Mais de 90% da produção mundial de café ocorre nos países do Sul, enquanto os países do Norte consomem 70% dessa produção mundial (DAVIRON e PONTE, 2005). Nesse contexto, o Brasil se coloca como um ponto fora da curva, pois excepcionalmente, além de ser o maior produtor e exportador global desse grão é, também, o segundo maior consumidor mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. As duas principais espécies de café comercializadas mundialmente são a *arábica* e o *conilon*. Os preços dessas *commodities* são regulados, respectivamente, pela Bolsa de Valores de Nova Iorque nos Estados Unidos e de Londres na Inglaterra.

Até o final da década de 1980, o mercado global de café foi regido por um modelo de regulação estatal, gerido, fundamentalmente, por meio dos Acordos Internacionais de Café (AICs) que estabeleceram um sistema de cotas de exportação entre os países produtores e consumidores (TALBOT, 2002). No caso do Brasil, além do AIC, o país experimentou um momento de forte regulação estatal na cafeicultura nacional, com a criação do Instituto

¹ OXFAM BRASIL – Relatório Mancha de Café, 2021.

² *Commodity* é um termo em inglês que significa mercadoria. Mas, a acepção assumida aqui não se trata de qualquer mercadoria, refere-se a produtos principalmente primários e semielaborados, geralmente agrícolas e minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de valores e mercado de futuro (FREDERICO, 2013, p.98).

Brasileiro do Café (IBC), responsável, basicamente, pelo financiamento da produção e definir os preços e estoques do produto para controlar o mercado doméstico.

A partir da década de 1990, a financeirização da economia e o ideário neoliberal provocaram mudanças no mercado mundial e nacional de café. A liberalização e a desregulamentação do mercado cafeeiro são alguns dos principais eventos desse novo período que resultaram no fim dos AICs e do IBC no Brasil. O fim dessas agências reguladoras caracterizou a substituição da regulamentação estatal na economia cafeeira para a chamada governança corporativa e, desse modo, as exportadoras³ e torrefadoras mundiais, fortemente vinculadas ao capital financeiro [fictício], assumiram o controle desse mercado (DAVIRON e PONTE, 2005). Nesse sentido, no atual contexto de financeirização, o mercado global de café é determinado pelas finanças e controlado por essas multinacionais do setor⁴.

A mobilização dessas informações apresentadas, com um recorte específico para o caso brasileiro, originou o presente tema de pesquisa: “*A financeirização do agronegócio do café no Brasil: a trama do capital fictício na produção capitalista do espaço*”. O interesse pelo tema partiu da minha pesquisa de mestrado, na qual estudei o agronegócio do café na cidade de Vitória da Conquista-BA, importante área produtora e exportadora da espécie arábica no estado e no país. Na ocasião, percebi a necessidade em dar continuidade a esses estudos, envolvendo como recorte de pesquisa, a financeirização do agronegócio do café, pois se apresentou como um tema atual e complexo que precisava ser estudado de forma mais aprofundada.

O termo agronegócio utilizado nesta tese é entendido enquanto uma “agricultura capitalista mundializada” que opera basicamente sob três pilares: a) a produção mundial de alimentos em forma de *commodities*; b) as bolsas de valores e mercados futuros como centro regulador do preço dessas *commodities* e c) empresas monopolistas mundiais [multinacionais] que controlam a circulação da produção mundial de alimentos (OLIVEIRA, 2016, p.123).

Optei em utilizar a expressão “agronegócio do café no Brasil” ao invés de “agronegócio do café brasileiro”, por entender que o agronegócio do café está mundializado e financeirizado e, portanto, o café produzido no Brasil não pertence ao país, mas sim, às multinacionais de exportação e torrefação que atuam em território nacional, e aos investidores

³ É comum encontrar na literatura a palavra “*trading*” para se referir às exportadoras. As duas formas estão corretas e são utilizadas. O uso de palavras em inglês para substituir outra equivalente em português é uma prática linguística cada vez mais presente no Brasil, e recebe o nome de estrangeirismo. Nesse caso, optei pelo termo em português como forma de valorização da nossa língua e, também, porque no trabalho de campo foi o termo mais utilizado pelos entrevistados. Por conta disso, reforço que a palavra “exportadora” será utilizada neste texto para substituir o termo *trading*.

⁴ Assumo o termo “multinacional” para me referir às empresas mundiais que possuem matriz em determinado país e possuem filiais espalhadas por diversos outros.

estrangeiros – em especial os fundos de investimento – que atuam na bolsa de valores e mercados futuros para se apropriar de parte do lucro contido nas etapas de comercialização e processamento⁵ de café.

O termo “financeirização” entrou no farol de muitos pesquisadores e vem sendo bastante utilizado para explicar o atual momento de domínio das finanças na economia global. No caso do espaço agrário nacional, os negócios nas bolsas de valores e mercados futuros internacionalizados movimentam processos como a ampliação de áreas com ocupação agrícola e especulação com terras, participação de fundos de investimentos nas ações de empresas do setor agropecuário, comercialização de *commodities* e demais instrumentos financeiros a elas correlacionados, podendo chegar até as negociatas e apostas com derivativos de *commodities*. Como reflexo concreto dessa conjuntura, a financeirização passa a pressionar o setor produtivo e comercial agrícola com as exigências dos mercados financeiros, o que acarreta na ampliação e intensificação de processos de exploração do trabalho e da natureza, que nessa tese será vista pela ótica da *produção capitalista do espaço*.

Esse fenômeno tem chamado atenção de pesquisadores da Geografia e ciências afins para realização de estudos sobre a temática da “financeirização da agricultura”. No entanto, é importante mencionar que ainda não há muitos estudos geográficos sobre o tema em questão. A título de demonstração, no segundo semestre de 2021, foi realizado o XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), na ocasião, esse Encontro teve pela primeira vez um Grupo de Trabalho (GT) sobre a temática da financeirização da agricultura para socialização e discussão de pesquisas em nível de pós-graduação.

A partir dessa conjuntura, o diálogo com outros pesquisadores e a leitura sobre esse tema tem demonstrado que o termo financeirização tem sido cada vez mais utilizado na literatura acadêmica para explicar o atual momento do imperativo das finanças na agricultura. Pesquisadores de diferentes matrizes de pensamento produzem variadas formulações sobre o termo. Apesar da relevância em destacar o caráter polissêmico do termo, não cabe no escopo deste texto o mergulho conceitual das diferentes formulações que embasam esse debate. Porém, é necessário posicionar a concepção conceitual assumida neste trabalho sobre o assunto.

Parto do entendimento de que o fenômeno da financeirização no capitalismo contemporâneo é o predomínio do capital fictício mediando o processo de acumulação global do capital, como resultado da crise estrutural sistêmica iniciada nos anos de 1970 (ainda em

⁵ Entende-se por processamento a etapa de industrialização do café realizado nas torrefadoras, como por exemplo, os processos de torrefação, moagem e empacotamento do produto para depois ser negociado em lojas, cafeterias, supermercados, entre outros.

curso)⁶. A formulação desse termo foi embasada no método materialismo-histórico-dialético de Marx (1996, 2013) em interlocução com a literatura de demais autores que interpretaram e contribuem para o pensamento desse autor na atualidade – Mészáros (2011), Kurz (1995, 2019), Carcanholo e Nakatani (2015), Gomes (2015), Carcanholo e Sabadini (2015), entre outros.

Com base nessa perspectiva conceitual, interpreto a atual financeirização do agronegócio do café no Brasil como resultado da crise estrutural do capital que encontra problemas sistêmicos em seu processo de acumulação global e aposta na valorização do valor na esfera financeira como expectativa de realização desse valor no tempo futuro. Em razão desses apontamentos, surgiu a seguinte problemática central: como a financeirização se manifesta no agronegócio do café no Brasil contemporâneo (da década de 1990 até os dias atuais)? Para responder essa problemática de pesquisa, o objetivo central da tese foi de compreender como a financeirização se manifesta nesse setor nos dias atuais, com ênfase nas etapas da comercialização e processamento do grão.

Os objetivos específicos, retratados no sumário dessa tese, tiveram como propósito descrever o processo histórico-geográfico da financeirização no agronegócio do café no Brasil; caracterizar a geografia do agronegócio do café na atualidade; demonstrar a lógica da financeirização nos mercados futuros e suas determinações espaciais e temporais do café no Brasil; e demonstrar como funciona a financeirização das multinacionais de café (exportadoras e torrefadoras) atuantes no país.

O recorte temporal da pesquisa foi delimitado de acordo com o período de consolidação da financeirização do café, da década de 1990 até os dias atuais. Muito embora, em alguns momentos do texto tornou-se necessário retomar alguns eventos pretéritos com a finalidade de explicar o fenômeno da atualidade.

A escolha pela delimitação espacial do objeto de estudo em escala de Brasil partiu em razão da importância do agronegócio do café para o mercado nacional e global dessa *commodity*, tendo em vista que o país é o maior produtor e exportador desse grão e o segundo maior consumidor mundial. Esse recorte permitiu desvendar as particularidades da financeirização do café no Brasil, demonstrando a geografia atual desse setor no país, bem como, os principais sujeitos do mercado futuro e físico que atuam no mercado nacional e as conexões na escala nacional-global controlada pelo capital fictício.

⁶ É importante esclarecer que crise e acumulação são pares dialéticos da própria dinâmica do capital. Nesses termos, de acordo com Mészáros (2011), na atualidade, o capital está diante de uma crise estrutural de acumulação que atingiu a totalidade sistêmica em escala global.

A ênfase da investigação nas etapas de comercialização e processamento da cadeia global de valor do café no Brasil permitiu identificar a financeirização das exportadoras e torrefadoras mundiais atuantes no país. Deve-se levar em conta que o capital fictício forja diferentes estratégias para se reproduzir no agronegócio do café no Brasil, sendo as bolsas de valores e os mercados futuros os principais instrumentos utilizados para a reprodução desse capital. Com base nesses elementos, identifiquei a existência de duas principais estratégias de reprodução do capital fictício na *commodity* café – e nas *commodities* em geral –: a) por meio de investimento em contratos futuros na bolsa de valores e mercados futuros; b) por meio de investimento em ações nas empresas com capital aberto em bolsa que comercializam e processam essa *commodity*, no caso em questão, as exportadoras e torrefadoras de café.

A tese sustentada é de que a financeirização do agronegócio do café no Brasil é configurada pelas bolsas de valores e mercados futuros como os centros financeiros dessa *commodity* e pela marcante atuação de investidores estrangeiros nas principais exportadoras e torrefadoras presentes no país.

É importante reportar que na atualidade o preço do café físico é determinado pelos mercados futuros e, com isso, há uma financeirização do risco agrícola, no sentido de que, os *players* do mercado financeiro (em especial os especuladores) aumentaram as atividades de especulação financeira com base em informações que pudessem produzir alguma volatilidade no preço futuro do café, tais como: monitoramento sobre o clima, safra, política, economia etc. (ISAKSON, 2014). Para os *players* do mercado futuro, os boletins informativos sobre a safra brasileira de café desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) tornaram-se uma importante base de dados para projetar sua jogada no mercado futuro, pois fornece diversas informações, como por exemplo, estimativa de produção e produtividade, monitoramento agrícola e avaliação por estado produtor.

Como o interesse dos especuladores não é no produto físico (café), mas sim, na especulação com o preço do produto – contratos de papel - os negócios no mercado futuro de café têm crescido num ritmo muito maior do que o do mercado físico. Em 2010, por exemplo, o mercado futuro chegou a ser 15 vezes maior do que o mercado físico (FREDRICO, 2013). Essa dinâmica da financeirização sinaliza para a produção de uma bolha financeira no mercado de café. A criação ampliada de capital fictício por meio de contratos futuros, “intensifica a expectativa pela apropriação de trabalho futuro” (MARX, 1996). Com isso, o mercado cafeeiro no Brasil opera numa espécie de mecanismo lógico de crédito-débito conduzido pelo capital fictício, no sentido de que o primeiro é a criação de valores fictícios por meio de mecanismos financeiros nas bolsas de valores e mercados futuros, enquanto o segundo corresponde a uma

espécie de débito, ou seja, a demanda por trabalho futuro na produção e comercialização de café para ser apropriado pelo capital fictício.

Do ponto de vista geográfico, verifica-se que essa lógica produz uma financeirização da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no Brasil, no sentido de que o capital fictício passa a mediar os processos de acumulação de capital na economia cafeeira que transcorrem as etapas espaciais da produção ao consumo, ou seja, *do plantio à xícara*. Esse processo de financeirização aumentou a pressão pelo aumento da produção e produtividade nas lavouras de café no país. Nas últimas duas décadas, por exemplo, a produção brasileira de arábica aumentou mais de 70% em anos de bienalidade negativa e mais de 53% em anos de safra positiva. No caso do conilon, nas últimas duas décadas foram registradas um crescimento de 76% na produção em anos de bienalidade negativa e 89% em anos de bienalidade positiva⁷.

A financeirização também ampliou a competição na produção de *commodities*, provocando como uma das consequências, o aumento da precarização das relações de trabalho no campo. Ao longo dos últimos anos e, até mesmo, das últimas décadas, foi constatado o aumento das violações dos direitos dos trabalhadores de café no Brasil, apresentando, inclusive com certa frequência, casos de trabalho análogo ao escravo. Entre aos anos de 1995 e 2020 foram resgatados mais de 2.800 trabalhadores em condição de trabalho análogo ao escravo em fazendas de café no país⁸.

A financeirização transformou as relações de poder na cadeia global de valor do café, criando condições para que sujeitos com mais poderes financeiros se apropriassem de uma parcela maior do valor distribuído ao longo dessa cadeia (ISAKSON, 2014). Esse cenário originou o que a literatura tem chamado de “paradoxo do café”, ou seja, os produtores do Sul se apropriam da menor parte do valor gerado na cadeia global de valor, enquanto as multinacionais dos países do Norte, vinculadas ao capital financeiro [fictício], abocanham maior parte do valor gerado nessa cadeia (DAVIRON e PONTE, 2005). Os cafeicultores⁹ são

⁷ CONAB – Acompanhamento da Safra de Café, 2021.

⁸ OXFAM BRASIL – Relatório Mancha de Café, 2021.

⁹ Não cabe no escopo deste trabalho uma tipificação e qualificação mais detalhada e aprofundada sobre quem são esses cafeicultores no Brasil. No entanto, é importante pontuar que a cafeicultura no Brasil é realizada pela maioria de pequenos produtores (camponeses) e por capitalistas do campo (grandes produtores). Nesse sentido, cabe mencionar que os pequenos produtores são os mais vulneráveis dessa dinâmica, tendo em vista de que muitos deles desenvolvem uma agricultura camponesa familiar e não possuem capital (na forma dinheiro) suficiente para empregar nas lavouras e adquirir máquinas e demais aparatos tecnológicos com a finalidade de otimizar o plantio. Com isso, ficam subordinados e mais vulneráveis aos intermediários, desde o corretor do café até as exportadoras e indústria de torrefação. É claro que existem algumas experiências de pequenos produtores que conseguem se organizar em associações e/ou cooperativas, possibilitando assim, melhores condições para competir com os grandes produtores. Porém, essas experiências são casos pontuais no universo dos pequenos produtores. Por outro lado, os grandes produtores de café aplicam recursos financeiros para automação das lavouras e exploram a força-de-trabalho nos cafezais. Em determinadas situações, alguns desses capitalistas do café conseguem agregar outras

os mais prejudicados nessa dinâmica, pois o preço pago para eles é bem menor do que o preço pago ao comerciante final do produto, que agregam mais valor ao produto por concentrarem etapas como as de comercialização, industrialização, marketing e operações financeiras nas bolsas de valores e mercados futuros.

No jogo de escalas da cadeia global de valor do café no Brasil, as multinacionais do setor, vinculadas ao capital financeiro, fortaleceram sua escala de ação local/global, enquanto os cafeicultores, sobretudo os pequenos, ficam limitados a uma escala de ação local/regional e subordinados aos agentes financeiros e econômicos do mercado global de café (FREDERICO, 2013, 2014).

A financeirização das multinacionais de café fez com que os acionistas se tornassem os principais sujeitos dessa dinâmica financeira, tendo em vista que as exportadoras e torrefadoras com capital aberto em bolsa de valores passaram a atuar sob a pressão de maximizar o lucro desses acionistas. Ascensão das finanças nessas empresas fortaleceu o processo de fusões/aquisições, tendo como resultado principal, a monopolização e centralização do mercado cafeeiro pelas exportadoras e torrefadoras globais. O Brasil abriga importantes empresas de exportação e torrefação de café. A maior parte delas é originária dos países consumidores. Algumas dessas empresas possuem capital aberto em bolsas de valores e/ou operam diretamente com atividades financeiras, atuando estrategicamente nas bolsas de valores e mercados futuros, colocando-se, nesse caso, na posição de *players* do mercado financeiro.

No campo investigativo desta tese, me dediquei a descrever as estratégias de financeirização de quatro importantes exportadoras que atuam no mercado cafeeiro nacional: Olam (Cingapura), Cofco (China), ED&F Man (Inglaterra) e LOUIS DREYFUS COMPANY – LDC (Holanda). Alguns dos principais acionistas dessas exportadoras são: Temasek (Fundo de Investimento de Cingapura), Mitsubishi Corporation (MC Group) – Empresa Global Japonesa - e China Invest Corporation (CIC) – Fundo de Investimento do Governo Chinês.

No caso da indústria de torrefação e moagem, me dediquei à investigação e descrição das estratégias de financeirização de quatro importantes torrefadoras que atuam na cafeicultura nacional: JACOBS DOUWE Egberts – JDE (Holanda), NESTLÉ (Suíça), STARBUCKS (Estados Unidos) e TRÊS CORAÇÕES (Brasil). Alguns dos principais agentes financeiros envolvidos nessa dinâmica são: BlackRock (Fundo de Investimento dos Estados Unidos), The

etapas da cadeia global dessa commodity na própria fazenda, como por exemplo, por meio da implantação de uma agroindústria de torrefação e moagem, agregando assim, a função social de torrefador. Inclusive, pode existir até casos de grandes produtores que aplicam nas bolsas de valores e mercados futuros e, nessa situação, passariam a atuar também como *players* do mercado.

Capital Group Companies (Fundo de Investimento dos Estados Unidos), Acorn Holdings B.V (Fundo de Investimento do grupo JAB alemão), Vanguard Group Inc. (Fundo de Investimento dos Estados Unidos), State Street Corp (Fundo de Investimento dos Estados Unidos) e São Miguel Holding Investimentos S.A. (Fundo de Investimento Privado do Brasil).

A escolha dessas multinacionais (exportadoras e torrefadoras) se deu, necessariamente, por conta de dois fatores: primeiro, devido à forte relevância econômica e financeira que elas possuem no mercado nacional e internacional dessa *commodity*, posicionando-se entre as mais importantes do mundo nesse setor e por se consolidarem entre as maiores empresas de exportação e torrefação que atuam no Brasil. Segundo, diante desse contexto, após uma vasta pesquisa sobre as principais empresas do agronegócio do café que atuam no país, elas foram às únicas identificadas com capital aberto em bolsa de valores, fato esse que permitiu a realização de um estudo sistemático sobre a organização econômica e financeira dessas empresas, possibilitando assim, desvendar seus principais acionistas – e o investimento financeiro nessa *commodity* como uma das principais estratégias de reprodução do capital fictício nesse setor.

O principal papel dessas exportadoras é de comprar o café produzido na fazenda para repassar o produto para as torrefadoras no país e no exterior. Essas exportadoras estão ligadas a investimentos financeiros oriundos da China, Cingapura e Japão e, nesse sentido, a maior parte do café no Brasil comprado por essas empresas é controlada pelo capital financeiro asiático. É importante registrar que a Blackrock, The Capital Group, VanguardGroup e State Street Corp são um dos maiores fundos de investimento do mundo, todos originários dos Estados Unidos, o que chama a atenção para o fato de que o capital financeiro estadunidense possui forte influência no controle da indústria de torrefação e moagem de café no país. O processo de financeirização dessas empresas produziu uma onda de concentração e monopolização de marcas¹⁰ por meio das fusões e/ou aquisições. Algumas das indústrias de torrefação de pequeno e médio porte nacional não tiveram condições de competir com as empresas mundiais ligadas ao capital financeiro e foram compradas por esses grupos.

De modo geral, pode-se afirmar que as exportadoras e torrefadoras mencionadas possuem em comum um portfólio diversificado para atender aos interesses dos acionistas que buscam investimentos em ativos variados. Portanto, essas empresas não comercializam apenas café, mas uma variedade de produtos alimentícios e bebidas (cacau, leite, chá etc.).

¹⁰ Essas marcas serão abordadas no capítulo 4.

Diante do exposto, a presente pesquisa possui importantes atributos para contribuição acadêmica e social. Do ponto de vista da ciência, situa-se como um tema atual e ainda pouco pesquisado na geografia e ciências afins, além disso, fornece elementos particulares sobre a financeirização do café no Brasil que contribui tanto para os pesquisadores do café, quanto para aqueles que realizam pesquisa sobre o domínio das finanças no espaço agrário nacional. Por fim, contribui com a sociedade brasileira no sentido de promover uma reflexão mais profunda sobre a produção de alimentos na forma de *commodities*, colando na ordem do dia à urgência da construção de políticas públicas de segurança e soberania alimentar.

Procedimentos metodológicos e estrutura textual

A construção metodológica desta pesquisa foi guiada por determinadas atividades racionais e sistemáticas para alcançar os objetivos traçados e responder à pergunta de pesquisa.

O planejamento e desenvolvimento desta investigação científica foram construídos por uma unidade dialética entre o método de interpretação, isto é, é concepção filosófica de mundo do pesquisador, e o método de pesquisa que é um conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo (MORAES e COSTA, 1987). O método de interpretação assumido neste trabalho foi o materialismo-histórico-dialético que opera como uma arquitetura intelectual do pesquisador e, portanto, orienta a pesquisa, o olhar sobre o objeto e os procedimentos metodológicos adotados no processo de investigação.

Um dos principais fundamentos do materialismo-histórico-dialético é o par dialético da aparência-essência. Esse par compõe uma unidade indissociável de múltiplas determinações e em constante movimento. Por isso, o pensamento foi colocado em movimento a partir de e em consonância com o movimento da realidade concreta para, desse modo, garantir a unidade dialética entre teoria e realidade no objetivo de ir além da aparência do fenômeno e atingir sua essência (LEFEBVRE, 1991). Na prática, o movimento dialético entre teoria e realidade possibilitou a apreensão dos elementos constitutivos da financeirização do agronegócio do café no Brasil para entender a essência desse fenômeno. A ascensão das finanças na cafeicultura não é um evento isolado e/ou desarticulado do capitalismo mundial. Na verdade, essa é uma dinâmica do capitalismo contemporâneo financeirizado que reverbera no agronegócio brasileiro como um todo.

Os métodos de pesquisa aplicados nesta investigação foram os qualitativos e quantitativos, associando dados e análises interpretativas sobre economia cafeeira nacional e internacional. Desse modo, o presente trabalho adotou a pesquisa bibliográfica/documental e o

estudo de campo como procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados e informações sobre o tema (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica/documental foi construída com base em fontes textuais de tese, dissertações, artigos científicos e livros, bem como, fontes de dados primários e secundários sobre a temática da tese. As principais referências que embasam os conceitos sobre a financeirização no café e sua geografia são: Daviron e Ponte (2005), Isakson (2014), Dulci (2021), Talbot (2002), Frederico (2013, 2014, 2017), Harvey (2005), Pitta (2015, 2020) e Oliveira (2016).

A Organização Internacional do Café (OIC) foi a principal fonte de dados sobre o mercado mundial de café, pois forneceu informações atuais sobre o mercado global dessa *commodity*, tais como: principais países produtores e exportadores, principais países importadores e principais países reexportadores.

As principais fontes de dados sobre o café brasileiro foram: o documento publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) intitulado “Geografia do Café”, os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017), os relatórios da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os dados da Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), do Conselho Nacional dos Exportadores de Café (CECAFE) e do Consórcio Pesquisa Café (CPC). A mobilização desses dados forneceu informações importantes sobre a particularidade do agronegócio do café no Brasil na atualidade, como por exemplo, principais áreas produtoras, números sobre a produção e produtividade, bem como, em alguns momentos, relacionou dados sobre o mercado nacional-global do café. Esses dados foram compilados, sistematizados, transformados em gráficos, organogramas, tabelas e mapas que estão presentes no corpo do texto.

As mídias especializadas em agronegócio do café e/ou agronegócio de modo geral, publicados na forma escrita, reportagem de audiovisual e, até mesmo, *podcast*, foram importantes fontes de dados sobre a realidade do café no Brasil e sua relação com o mercado mundial dessa *commodity*. A mídia digital mais utilizada nesse procedimento de investigação foi a “Revista Cafeicultura”. Além dessa, destacam-se outros sítios digitais como as páginas de internet do “Globo Rural”, “G1”, “Valor Econômico” e “UOL”.

É importante reportar que o trabalho de identificação dos sujeitos financeiros (investidores) que atuam no agronegócio do café no país não foi uma tarefa fácil, pelo contrário, durante muitos momentos não foi possível ao menos encontrar um ponto de partida, pois as estratégias de financeirização do setor são conduzidas por dinâmicas complexas e inter-relacionadas, envolvendo uma variedade de conexões entre diversos sujeitos do mercado

financeiro e das multinacionais do setor. Isso acontece porque essas empresas de exportação e torrefação de café com capital aberto em bolsa de valores, presentes no Brasil, são organizadas em diversas subsidiárias e/ou subgrupos que operam em função do grupo principal subordinado aos acionistas. Desse modo, conforme já foi mencionado, essas multinacionais são, na verdade, grandes conglomerados alimentícios mundiais financeirizados.

O procedimento metodológico utilizado para desatar esses laços e identificar os sujeitos financeiros envolvidos nessa dinâmica se deu de forma combinada entre a busca de informações/dados por meio de notícias de jornais sobre o tema e análise dos documentos/relatórios das empresas e de seus respectivos investidores.

A busca de informações na imprensa sobre esse tema se deu por meio de páginas da internet sobre economia, como por exemplo, “UOL Economia”, “CNN Business”, “Yahoo Finanças” e o “Valor Econômico”. Foi preciso muita leitura e pesquisa de matérias que tratassem de alguma forma sobre temas como as cotações sobre o mercado futuro de café, principais países produtores e consumidores, o cenário do mercado de café para o produtor brasileiro, a oferta e demanda do mercado global do café, entre outros. Essas matérias nunca traziam informações mais concretas sobre a organização financeira e econômica das empresas (envolvendo balanço, ações, entre outras coisas), pois quase sempre, as notícias eram compostas de poucos detalhes e eram muito genéricas, pois apesar de serem sites especializados em finanças, o conteúdo sempre era direcionado para os dados do mercado físico de café e as expectativas de preços para os próximos meses e/ou safras, como é possível verificar em alguns trechos de reportagens selecionados abaixo:

Indústria de café do Brasil terá alívio em oferta em 2024, diz associação

Com a colheita de uma safra abaixo do potencial em 2022, o Brasil deve ter um aumento na produção de café em 2023, mas um alívio para os estoques apertados só deve ser sentido a partir de 2024, avaliou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) (...) Desde o final de março, quando os produtores do Brasil começam a se preparar para a colheita, os preços do café arábica subiram cerca de R\$ 100 por saca (CNN Business, 2022¹¹).

Preços do café sobem mais de 50% e alteram consumo do brasileiro

Os preços do café moído dispararam no Brasil sob o efeito do clima adverso. No acumulado de 12 meses até janeiro, a alta para o consumidor chegou a 56,87% (...) Na visão de analistas e representantes do setor, a tendência é de o produto continuar em patamar elevado em 2022, em um contexto de demanda

¹¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/industria-de-cafe-do-brasil-tera-alivio-na-oferta-em-2024-diz-associacao/>. Acesso em julho de 2022.

global firme e oferta impactada pela seca e pelas geadas do ano passado no Brasil. Essa combinação de fatores vem pressionando as cotações da *commodity* (Yahoo Finanças, 2022¹²).

Preço do café dispara no mercado internacional com frente fria no Brasil

O preço do café arábica subiu nos últimos dias devido ao receio que o clima frio afete a safra de grãos no Brasil, o maior exportador do produto (...) segundo a agência, o café arábica para entrega em julho chegou a subir 5,8% em Nova York. Os preços subiram 55% no ano passado, após as geadas em julho reduzirem as colheitas do país e o potencial para esse ano (UOL Economia, 2022¹³).

A meu ver, esses sítios digitais operam como uma espécie de boletim informativo do mercado nacional e global de café para os *players* que operam nas bolsas de valores e mercado futuros, pois, conforme já mencionei, sempre fornecem notícias que enfatizam o mercado físico dessa *commodity* e as possíveis projeções de preços para as próximas safras – informações importantes para que os *players* projetem suas jogadas e apostas no mercado financeiro. Dessa maneira, apesar de toda dificuldade relatada, a leitura atenta desses textos fornecia algumas pistas soltas, como por exemplo, a citação despreziosa de uma empresa do café ou até mesmo de um fundo de investimento que aplica no setor. Essas informações me apontavam a direção do caminho que eu deveria trilhar para montar o quebra-cabeça junto com os relatórios das empresas.

Também encontrei muita dificuldade para coletar dados nos relatórios financeiros das empresas de café. Uma das barreiras encontradas foi quando descobri que essas multinacionais possuem um endereço eletrônico para suas filiais no Brasil, marcado pela extensão final “.br” – sinalizando que é um sítio digital do Brasil, e outro endereço para a matriz marcado pela terminação “.com” – sinalizando ser um sítio digital global. No endereço da matriz encontram-se informações mais robustas sobre a empresa, inclusive, é nessa “home page” que estão os relatórios financeiros. O problema é que essa página da internet está escrita em língua inglesa, assim como os relatórios, o que por sua vez, fez com que a pesquisa e leitura desse material se tornassem mais complicadas, principalmente, por conta da linguagem técnica utilizada, muitas vezes, desconhecida por mim. A solução foi associar o dicionário e muita pesquisa na internet para conseguir a tradução dos termos desconhecidos.

Ao fazer a leitura dos relatórios das empresas, descobri que apesar de intitulados de relatórios financeiros, muitos desses documentos não relatam com profundidade a organização

¹² Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/pre%C3%A7os-caf%C3%A9-sobem-mais-50-171900638.html>. Acesso em julho de 2022.

¹³ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/18/frente-fria-brasil-preco-cafe.htm>. Acesso em julho de 2022.

financeira dessas empresas, como por exemplo, a estrutura acionária, os principais investidores e o lucro dos acionistas. Esses relatórios dedicam-se muito mais para descrever conteúdos paralelos, como por exemplo, a missão e os valores da empresa, análise de conjuntura do mercado físico de café e perspectivas de preços para as próximas safras, fazendo com que os dados sobre as finanças sejam tratados de forma resumida e com poucas informações.

O tema da sustentabilidade é o principal tema relatado nesses relatórios, portanto, as análises de conjuntura do mercado de cafés sustentáveis ganham destaque nesses documentos, apontando avanços nas áreas, perspectiva desse mercado para o futuro e práticas sustentáveis de excelência praticadas em diversos países produtores, inclusive no Brasil¹⁴. Com isso, cheguei à conclusão de que esses chamados relatórios financeiros são, na verdade, um documento de publicidade e prestação de contas para os investidores, pois a essência do relatório é demonstrar por meio da narrativa da sustentabilidade que a empresa é uma ótima opção para investimento, tendo em vista que o mercado global de café sustentável tem crescido muito nas últimas décadas e a prospecção é de que cresça ainda mais, nesse caso, a empresa apresenta-se como um ambiente favorável para capturar aplicação de investidores.

O relatório com informações mais detalhadas sobre as finanças não está aberto ao público, pois é de interesse privado da empresa e, portanto, poucos têm acesso, como por exemplo, as empresas filiais e os principais acionistas. Diante desse cenário, mais uma vez, me deparei com a dificuldade para obter informações mais concretas sobre a organização financeira dessas multinacionais. A solução foi coletar algumas pistas que encontrava nesses relatórios e nas notícias de jornais, como por exemplo, o nome de alguns acionistas. Com base nessas informações, identifiquei o site desses principais investidores, e a maior parte deles era formada por fundos de investimentos. A partir daí a tarefa foi baixar o relatório financeiro desses principais investidores identificados e buscar dados de aplicações financeiras ligadas às empresas de café – objeto de investigação desta tese. Por meio disso, consegui coletar alguns dados desses documentos que foram confrontados com os relatórios das empresas, permitindo assim, construir, na medida do possível, a estrutura acionária dessas empresas.

É importante reportar que encontrei dificuldades semelhantes para leitura desses relatórios, pois, assim como no caso dos textos das empresas, os relatórios dos fundos de investimento estavam disponíveis na língua inglesa e, além disso, não possuíam informações

¹⁴ O apelo ao discurso de sustentabilidade é um claro indicativo a noção de crise assumida nessa pesquisa. Sem espaço para aprofundar essa discussão nessa tese, limito-me a afirmar que a onda do “capitalismo verde” é mais uma estratégia de exploração e acumulação com base nos bens naturais e trabalho em um momento de crise do processo de reprodução ampliada da capital. Ainda, vale destacar, que o discurso/marketing do “capitalismo verde” não cogita, ou ao menos problematiza, o modo de produção sob a égide das finanças.

mais concretas sobre as aplicações financeiras nas multinacionais de café, pois tratavam apenas de fatos pontuais, como por exemplo, sinalizar que possuía ações daquela empresa e abordar sobre algumas perspectivas para o mercado físico dessa *commodity*. As informações mais detalhadas são privadas e estão disponíveis apenas para aquelas pessoas que aplicam nos fundos de investimento.

Por fim, toda essa atividade que envolveu as notícias de jornais, relatórios das multinacionais de café e dos seus respectivos investidores foi uma tarefa árdua e complexa que teve duração de seis meses de dedicação exclusiva, iniciado em junho de 2021 e que teve fim em dezembro do mesmo ano, composto por pesquisa, leitura, tradução, interpretação, compilação e sistematização dos dados obtidos.

O estudo de campo foi outro procedimento metodológico que ajudou a entender e coletar informações sobre o agronegócio do café no Brasil.

De acordo com Suertegaray (2002), a pesquisa de campo em Geografia é um procedimento metodológico muito importante para essa ciência, pois coloca o pesquisador em contato direto com a realidade concreta estudada. Com base no método dialético, o campo em estudo como realidade não é externo ao sujeito, ou seja, o campo é a extensão do sujeito e, portanto, é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto em suas múltiplas determinações da totalidade social.

No início do ano de 2020, a Pandemia da Covid-19, infelizmente, impossibilitou a realização das pesquisas de campo em Geografia por quase dois anos. Por sorte, consegui realizar uma pesquisa de campo meses antes desse fatídico evento. Nesse contexto, uma interseção me parece válida para destacar que o drama pandêmico e político vivido pelo país desde então, inclusive com vários episódios de ataque ideológico e financeiro à ciência, seja por meio da difusão do negacionismo científico ou pelo corte de verbas nas universidades públicas. Essa conjuntura afetou diretamente o andamento desta investigação, pois desenvolver uma tese de doutorado nesse cenário catastrófico de enfrentamento de dois vírus – o da COVID e o de ordem política – não foi só uma tarefa árdua, mas sim, uma luta diária de alguém que como muitos outros pesquisadores no Brasil; inclusive, meus colegas de turma de doutorado, por acreditar na ciência, conseguiu mesmo diante de toda essa complexidade, dar continuidade à pesquisa de doutoramento. Portanto, a construção desta tese é um ato de resistência e em defesa da ciência – já que depois da proliferação do negacionismo científico entrou na ordem do dia a defesa do óbvio.

O campo foi realizado na cidade de Santos-SP no ano de 2019 e teve como objetivo principal entender o mercado cafeeiro nacional e sua relação com o mercado global dessa

commodity. Por se tratar de um estado distante do qual resido (Paraíba), tive que adotar a estratégia de realizar levantamento na internet para filtrar possíveis contatos para realização dessa atividade. Durante dois meses (outubro e novembro de 2019) fiz esse levantamento e estabeleci alguns contatos, confirmando minha ida para Santos-SP em dezembro de 2019. O campo teve duração de quinze dias.

Durante essa quinzena, dediquei tempo integral para realização de coleta de informações e dados. Na ocasião, tive contato com os seguintes sujeitos: corretores de café, Museu do Café, cafeterias, torrefadoras, classificadores e baristas. A pesquisa foi realizada por meio de observação, conversa e entrevista semielaborada aplicada aos sujeitos. Consegui realizar doze conversas informais, sendo seis corretores de café, quatro baristas e dois classificadores. A entrevista semielaborada foi realizada com dez sujeitos, sendo quatro corretores de café, quatro baristas e dois classificadores. Essas entrevistas foram gravadas e/ou escritas (pois, alguns não concederam a permissão para a gravação) e depois transcritas. Somando as conversas e as entrevistas, participaram deste estudo de campo 22 sujeitos.

Conforme foi solicitado pelos entrevistados, o nome deles e nem a firma para qual trabalham ou prestam serviços, quando for o caso, será divulgado neste texto. Diante disso, elaborei a seguinte tabela para demonstrar como a citação desses sujeitos aparece no texto:

Tabela 1: Identificação dos sujeitos do campo

Sujeito entrevistado	Empresa para qual trabalha	Como é citado no texto
Corretor de café	Autônomo	Corretor 1
Corretor de café	Autônomo	Corretor 2
Corretor de Café	Autônomo	Corretor 3
Corretor de Café	Autônomo	Correto 4
Barista	Empresa A	Barista 1, Empresa A
Barista	Empresa B	Barista 2, Empresa B
Barista	Empresa C	Barista 3, Empresa C
Barista	Empresa D	Barista 4, Empresa D
Classificador	Autônomo	Classificador 1
Classificador	Autônomo	Classificador 2

Fonte: Elaboração própria.

O corretor de café autônomo é o profissional responsável por intermediar a compra e venda do café entre produtor e exportador (em alguns casos, o torrefador). O classificador

autônomo cumpre papel similar, no entanto, sua função é de avaliar e classificar o café que está sendo negociado entre o produtor e o exportador. O barista é o profissional da ponta da cadeia do café, está em contato direto com o consumidor, seu ofício é preparar diversos tipos de bebidas com café para os clientes de uma cafeteria. Esses profissionais e demais sujeitos entrevistados atuam na “Praça de Santos” (assim denominada pelo agronegócio do café). Constatei *in loco* que essa “Praça” não é um local reconhecido pela produção de café, mas sim, pela importância e reconhecimento no mercado nacional e mundial dessa *commodity*, pois é responsável pela exportação da maior parte do café produzido no Brasil, sendo assim, nesse local encontram-se cafés de diversas regiões produtoras do país.

Na Rua XV de Novembro, principal local comercial da “Praça de Santos”, encontram-se diversos estabelecimentos ligados ao café: exportadoras, torrefadoras, escritórios de corretores, cafeterias e o Museu do café, antiga “Bolsa Oficial de Café” – onde aconteciam os pregões do café. Essa rua faz parte do centro histórico da cidade de Santos, por isso, os prédios preservam uma arquitetura antiga (virada do século XIX para o XX).

Durante essa atividade de campo, vivenciei quinze dias a dinâmica dessa Rua, chegando na hora que abria o comércio, almoçando no mesmo local dos corretores e demais sujeitos ligados ao café e saindo apenas na hora de fechamento do comércio. Ao transitar pela XV de Novembro pude observar a movimentação de vários corretores de café portando uma espécie de latinha de alumínio em formato arredondado, contendo amostras de café para negociar com as exportadoras e torrefadoras. O dia a dia desses sujeitos é muito movimentado, sempre andando de porta em porta com suas amostras de café, e telefone celular aos ouvidos para sempre manter a atenção ao preço do café cotado nas bolsas de valores e mercado futuro. Não é por menos que a Rua XV de Novembro é conhecida até hoje no agronegócio do café como a “Wall Street do Café”.

O contato com o Museu do Café também foi muito importante, pois possibilitaram diversos encontros que proporcionaram informações sobre a história, a geografia e a economia do café, dos dias pretéritos até aos atuais. Isso porque o local em si é propriamente um acervo dos elementos históricos da cafeicultura nacional, pois ali operava a antiga Bolsa do Café (onde aconteciam os pregões dessa *commodity*). O local possui um setor educativo que oferta minicursos (formação de baristas) voltados para consumidores, admiradores e empreendedores do setor. Na ocasião, participei do minicurso “Dica do Barista”. Apesar de curto, o curso permitiu entender na prática, sob a perspectiva do ofício desse profissional, o caminho do café da planta até a xícara, tendo em vista que o barista junto ao consumidor está na ponta final dessa cadeia.

No entanto, também é importante relatar a imensa dificuldade que tive para coletar dados e informações nesse campo. Os pesquisadores da geografia agrária e ciências afins têm conhecimento de que realizar um estudo de campo envolvendo sujeitos do mercado é muito diferente daquele realizado com sujeitos de movimentos sociais – pois, geralmente é mais fácil o acesso e coleta de dados e informações com esses sujeitos. A primeira barreira foi a estética. Para realizar uma entrevista no mundo corporativo foi preciso adequar os trajes ao cotidiano desses sujeitos. Por isso, tive o cuidado de providenciar vestimentas adequadas para a ocasião. Outro ponto diz respeito à natureza das informações e dados que são de domínio privado, ou seja, pertencem às empresas do agronegócio do café no Brasil. Esse foi o maior obstáculo enfrentado, pois muitos sujeitos não se colocaram à disposição se quer para conversar sobre o tema, talvez por algum receio de que a entrevista pudesse comprometê-lo no trabalho, ou até mesmo, pela falta de tempo, pois como relatei, o dia a dia de trabalho desses sujeitos é muito agitado e na lógica atribulada do “*Time’s Money*” – tempo é dinheiro –, sendo, portanto, muito difícil conseguir um momento com eles.

Em razão disso e do sigilo em torno dos dados das empresas e do mercado de café, não foi possível realizar entrevista com nenhuma exportadora localizada em Santos-SP. Na verdade, não consegui nem mesmo acesso a esses estabelecimentos. Em alguns deles não passei nem da porta de entrada, pois os funcionários (me parece que era segurança e/ou porteiro) não permitiram o acesso ao prédio da empresa. Na maioria dos casos, a justificativa foi de que estavam todos trabalhando e não havia tempo nem interesse para participar de pesquisas. Além disso, também não tive autorização para tirar nem uma foto da rua contendo a fachada com o nome das empresas e registrar a movimentação de entrada e saída de corretores negociando café nesses locais.

Ainda com relação à temática do registro de fotos, também é importante reportar que durante a entrevista e/ou conversa com os sujeitos desta pesquisa presenciei *in loco* alguns procedimentos como a classificação de café, degustação e torragem dos grãos, porém não tive autorização para registro fotográfico desses momentos. Esses são alguns dos motivos pelo quais este trabalho não possui uma variedade de fotos sobre o campo e, por conta disso, neste texto constam apenas os registros fotográficos presentes no capítulo 1.

Em suma, a pesquisa de campo serviu para aprofundar o conhecimento empírico sobre os processos de produção-circulação-consumo na cafeicultura nacional e sua relação com mercado mundial dessa *commodity*. O entendimento sobre essas duas dimensões serviu para constatar que os sujeitos da cadeia global de valor do café no Brasil (da planta à xícara) são

subordinados às finanças, no sentido de que o mercado físico é determinado pelo mercado futuro.

Com base nesses elementos e na análise dos dados obtidos, chegamos aos resultados de pesquisa presentes neste trabalho. A apresentação desses resultados foi estruturada no texto na forma de quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo aborda o contexto histórico-geográfico da financeirização do agronegócio do café no Brasil. A primeira parte é dedicada a alguns apontamentos teóricos sobre a financeirização. A segunda parte contém uma breve descrição sobre a história do café no Brasil. Na segunda e na terceira parte, o texto tem como proposta descrever o início da financeirização do café no Brasil nos anos de 1970 e sua consolidação a partir da década de 1990 até os dias atuais.

O segundo capítulo tem como objetivo descrever a geografia do café na atualidade, na escala global e nacional. Na primeira, aborda a organização do mercado global dessa *commodity* entre os países do Norte e do Sul, e o papel de cada um desses países na geografia do café mundial. Na outra parte, descreve a geografia do café no Brasil, caracterizando alguns elementos importantes dessa dinâmica espacial, tais como, as principais áreas produtoras e os principais sujeitos da cadeia global de valor do café no país.

O terceiro capítulo aborda sobre a financeirização no mercado futuro de café e suas determinações no espaço e no tempo. O texto inicia com uma breve abordagem sobre os mercados futuros dessa *commodity*, destacando o papel dos principais sujeitos dessa dinâmica na atualidade. Na outra parte, discute sobre os impactos espaciais da financeirização do café no Brasil e apresenta alguns elementos desse evento, tais como: a relação do mercado futuro e a produção do espaço no café nacional e a financeirização no jogo de escalas da cadeia global de valor do café no Brasil.

Por fim, o quarto capítulo descreve sobre a financeirização das multinacionais do café (exportadoras e torrefadoras) presentes no Brasil. No início, faz uma breve explicação sobre o contexto geral das exportadoras e torrefadoras no atual momento de financeirização. Em seguida, descreve sobre a financeirização de algumas exportadoras e torrefadoras atuantes no país, abordando sobre os principais sujeitos financeiros envolvidos nessa dinâmica.

CAPÍTULO 1: O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO BRASIL

1.1. Apontamentos gerais sobre a financeirização: do incômodo teórico à qualificação do fenômeno

O presente momento do capitalismo contemporâneo é marcado por uma economia financeirizada em escala global iniciada nos anos de 1970. É possível observar que nas últimas duas décadas houve uma intensificação do predomínio das finanças sobre a economia mundial. No caso empírico do Brasil, o mercado financeiro, principalmente na figura dos investidores estrangeiros, exerce forte influência na economia, na política, no agronegócio e, até mesmo, na vida cotidiana das pessoas, que se tornaram cada vez mais dependente dos movimentos especulativos de acionistas e demais *players* desse mercado.

Esse fenômeno tem chamado atenção de pesquisadores da geografia e ciências afins para realização de estudos sobre os impactos dessa dinâmica financeira no campo e na cidade. Desde então, o termo “financeirização” – e seus similares, como por exemplo, “capitalismo financeirizado”, “dominância financeira” e “globalização/mundialização financeira” – entraram no farol de diversos pesquisadores e vêm sendo cada vez mais utilizados nas pesquisas acadêmicas para explicar o momento atual de predomínio das finanças na economia global. Na literatura, o termo financeirização possui diferentes interpretações teóricas, pois pesquisadores de distintas matrizes de pensamento produzem várias formulações sobre o termo. O caráter polissêmico e, em alguns casos, sua utilização de forma genérica e/ou imprecisa para explicar o papel das finanças no capitalismo contemporâneo, gerou um incômodo inicial de pesquisa que me levou à busca pela identificação e qualificação desse fenômeno. Resgatei alguns autores da geografia e ciências afins que pesquisam sobre a financeirização na atualidade, com o objetivo de apresentar e confrontar algumas concepções teóricas sobre esse termo para depois fazer uma exposição sobre meu posicionamento teórico-metodológico.

Montenegro (2017) desenvolveu importantes estudos sobre a centralidade das finanças e suas dinâmicas no espaço geográfico, desvendando alguns nexos do que chamou de creditização do território brasileiro – expansão e ampliação do crédito na sociedade brasileira de modo geral, produzindo o endividamento de parte considerável das famílias e de algumas empresas. Para autora, a expansão desse processo na contemporaneidade pode ser compreendida pelo termo “financeirização”, isto é,

A financeirização coincide, assim, com o protagonismo assumido pelo capital financeiro, mas também com a própria globalização da acumulação. Na visão de Lapavistas e Powell (2013), a financeirização corresponde nessa direção à busca da autoafirmação do sistema financeiro enquanto uma esfera autônoma da acumulação do capital e, ao mesmo passo, à reestruturação a longo prazo da economia global em benefício de agentes financeiros hegemônicos. Estes atores se estendem hoje dos tradicionais capitais bancários a instituições financeiras não bancárias como investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de investimentos coletivos, empresas financeiras e sociedades seguradoras (...) (MONTENEGRO, 2017, p.93).

É interessante destacar a importante contribuição teórico-metodológica dessa geógrafa para a discussão sobre financeirização, sobretudo, por desvendar os principais protagonistas financeiros dessa dinâmica e o papel central que exercem nesse “regime de acumulação financeirizado” (MONTENEGRO 2017). Muita embora, também, faz-se necessário apontar alguns limites dessa formulação. Ao definir “financeirização” apenas como um movimento de protagonismo do capital financeiro, Montenegro (2017) não aprofunda na essência conceitual desse termo, pois não explica o que é esse capital financeiro e abre algumas questões teórico-metodológicas centrais para o debate: há apenas um tipo de capital que circula na esfera financeira? Se há mais de um tipo de capital circulante na esfera financeira, todos cumprem a mesma função no regime de acumulação geral do capital? Ao deixar essas questões suspensas, a formulação da autora se esbarra na aparência do fenômeno, já que o termo não explica por completo a essência do capitalismo contemporâneo financeirizado, primeiro por não diferenciar as distintas formas de capital que circulam na esfera financeira – capital a juros e fictício – e, segundo, por não atribuir o papel de protagonismo do capital fictício para o processo de acumulação geral do capital na atualidade. Nessa direção, Pitta (2020) destaca que a categoria marxiana de capital fictício é central para se compreender na essência o que se convencionou chamar de financeirização, como resultado da crise capitalista iniciada nos anos de 1970.

Contel (2011, 2020), um dos geógrafos mais destacados no que se refere aos estudos da financeirização do território brasileiro na atualidade, afirma que é consensual entre os pesquisadores de que houve de fato um aumento da importância das finanças em todos os setores da vida social, pois além do poder econômico dos bancos, somam-se a eles outras poderosas instituições financeiras, como os fundos de investimentos, fundos de pensão, empresas de cartão de crédito e as bolsas de valores e mercados futuros, atuando direta e/ou indiretamente em todos os setores da economia, inclusive, na vida cotidiana das pessoas que passaram a depender cada vez mais do crédito. Desse modo, afirma que essa predominância das finanças na economia atesta a existência do fenômeno que passou a ser chamado por “financeirização” e que precisa ser explicado, pois:

Como o conceito de financeirização é um neologismo, de fato ele guarda uma polissemia maior, e abriga distintos usos e significados. Mas ele me parece cumprir uma função importante, e enriquece o vocabulário das ciências sociais contemporâneas: o conceito dá relevo para o enorme poder que as empresas financeiras têm hoje, assim como permite a análise do que chamamos de “hipercapilaridade das finanças”, isto é, o caráter quase ubíquo das variáveis financeiras no mundo contemporâneo, ubiquidade tanto do ponto de vista geográfico quanto socioeconômico (CONTEL, 2020, p.287).

Baseado nesses pressupostos, Contel (2011, 2020) apresenta uma proposta metodológica para interpretar o fenômeno da financeirização: definição dos “atores”, “normas” e “objetos” ligados aos circuitos financeiros, isto é, identificar as principais instituições financeiras, os principais sistemas técnicos por elas utilizados e as principais localizações destas atividades financeiras, para assim ser possível estabelecer uma visão geográfica da financeirização, decifrando os novos arranjos espaciais da hipercapilaridade das finanças, que se constroem por meio de conexões que envolvem uma instituição financeira (como um banco) até o endividamento das famílias pobres nas periferias urbanas. A meu ver, essa proposta teórico-metodológica do autor é, de fato, de suma relevância para entender a financeirização e sua geografia, porém apresenta algumas questões que merecem ser problematizadas.

A ênfase da análise depositada na centralidade da técnica, ou melhor, no meio técnico-científico-informacional, possibilita uma visão geográfica das finanças no território, contudo, não é suficiente para explicar o fenômeno da financeirização. Essa escolha teórico-metodológica permite identificar os “atores”, as “normas” e os “objetos” ligados a esfera financeira, bem como, os arranjos espaciais que estabelecem essa relação, e nesse caso, limita-se a desvendar apenas a forma desse processo e não abstrai o conteúdo dessa relação que é, pois, o processo de acumulação global do capital e o papel do capital fictício na atualidade. Com isso, cabe reforçar que assim como Montenegro (2017), o autor tem importante contribuição para a discussão teórico-metodológica da financeirização, no entanto, não se aprofunda sobre a categoria marxiana do capital fictício.

Acredito que por conta disso, define a financeirização apenas como uma “hipercapilaridade das finanças” – movimento global de expansão das finanças para todas as esferas de atividade da sociedade – e não adentra nos aspectos fundantes desse processo, isto é, no debate sobre o capital enquanto uma “ordem sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011) que se reproduz socialmente pela dialética entre capital – trabalho, sendo que no capitalismo contemporâneo a oposição entre trabalho e dinheiro, especialmente sob as formas de

reprodução fictícia, são um dos pilares para entender os enigmas do capital e, portanto, o papel das finanças nos dias de hoje.

Partindo de uma perspectiva teórico-metodológica diferente dos autores supracitados, Kato e Leite (2020) são prestigiados estudiosos sobre o tema da financeirização da agricultura e do mercado de terras no Brasil, com ênfase na expansão dos processos de produção de *commodities* agrícolas e estrangeirização de terras. Embasados em alguns autores de influência marxista, centralizam a interpretação desse fenômeno relacionando o papel do Estado com as novas dinâmicas promovidas pela preponderância das atividades financeiras, gerida pelos principais “atores” desse setor, em especial os investidores estrangeiros, como os fundos de pensão e os fundos de investimentos, que fazem uso de diversos instrumentos financeiros (mercado de derivativos agrícolas, aplicação em ações, títulos do agronegócio, entre outros), promovendo assim, uma integração sem precedentes entre o capital financeiro e o circuito do espaço agrário nacional. De forma resumida concluem que:

A financeirização da agricultura não explica unicamente os caminhos encontrados, inovações tecnológicas à frente pelas atividades agropecuárias nesses anos recentes, mas, contribui decisivamente para complexificar o quadro analítico sobre os instrumentos de financiamento ao campo, os diferentes mercados (físicos e financeiros) de negociação de títulos e produtos, etc. (KATO e LEITE, 2020, p.478).

A abordagem com influência marxista adotada por Kato e Leite (2020) auxiliou a descortinar algumas questões da financeirização, sobretudo, por ter avançado na interpretação desse fenômeno, no sentido de não apenas identificar os principais sujeitos e instrumentos envolvidos na dinâmica financeira, mas, por revelar a conexão das finanças na figura de investidores estrangeiros com o capital agrário no território nacional, sendo o Estado o principal articulador desses arranjos institucionais, criando as condições necessárias para a expansão dos investimentos estrangeiros em *commodities* e terras, seja pela criação de leis que viabilizem esse processo, seja retirando-se diretamente da atividade econômica para abrir caminho para o capital. Apesar desse salto epistemológico no entendimento sobre a financeirização, os autores recorrem a alguns problemas teóricos-metodológicos discutidos anteriormente.

Kato e Leite (2020) não se aprofundam na explicação dos termos capital financeiro e financeirização e, nesse caso, não enfatizam a categoria marxiana do capital fictício, como já foi mencionado. Nesse sentido, mais uma vez, a financeirização é definida como sinônimo de expansão da atividade financeira na economia mundial. De fato, isso é uma dinâmica importante do fenômeno, mas a explicação não para por aí. É preciso juntar esforços para

aprofundar a análise sobre o processo de acumulação global do capital na atualidade, decifrar os diferentes tipos de capitais que circulam na esfera financeira e no mercado físico, e o papel de cada um deles nesse processo, só assim, é possível atingir um nível de abstração da realidade concreta para desvendar o conteúdo desse fenômeno tão marcante na sociedade atual.

Gonçalves (2021), numa perspectiva aproximada de Kato e Leite (2020), desenvolveu um estudo para analisar a expansão das finanças no campo nas últimas décadas, com o objetivo de entender a financeirização da terra, de modo a estabelecer as conexões entre agricultura e mercado financeiro, levando em consideração fatores de natureza política, social e econômica. Com base nesses elementos, argumenta que a definição do termo financeirização é fundamental para decifrar esse fenômeno da contemporaneidade. Sendo assim, explica que:

O processo de financeirização ocorre em diversos setores da sociedade e tem sido estudado de uma pluralidade de perspectivas teóricas, centradas em distintos níveis de análises e fundamentadas em diferentes visões sobre sua definição e seus efeitos. Diante de suas múltiplas faces, pretendo analisar a sua expansão para o meio rural a partir da sua compreensão como uma “rede de processos inter-relacionados” – econômicos, políticos, sociais, tecnológicos culturais, etc. – através das quais as finanças ampliaram sua influência para além do mercado e para outros domínios da vida social (...) Trata-se, portanto, de um fenômeno cujas dinâmicas envolvem não somente a economia, mas se expandem para outras esferas da vida, sobretudo a partir da década de 1970 (GONÇALVES, 2021, p.8).

Gonçalves (2021) completa que há uma abordagem dominante na literatura de que a financeirização surgiu como uma necessidade de absorver o capital excedente, sendo assim, os países realocaram os excedentes de capital para a esfera financeira, a fim de aplicá-los em atividades especulativas, na tentativa de obter lucro. Para ela, o uso desse tipo de abordagem analítica, deixa algumas lacunas de conhecimento relacionadas aos mecanismos mais concretos da financeirização, já que o fluxo de capital não é automático, pois existem interesses econômicos e políticos que articulam diversos “agentes” financeiros (fundos de investimento, fundos de pensão, bancos, etc.), políticos (como alguns parlamentares) e privados (corporações nacionais e transnacionais que atuam no país), ou seja, uma “rede de processos inter-relacionados”. Em relação aos demais autores supracitados, Gonçalves (2021) é a que mais explicita a sua preocupação com a necessidade de um debate teórico mais aprofundado sobre o termo financeirização, por conta disso, propõe uma análise mais direcionada para os elementos empíricos desse fenômeno, presentes nessa “rede de processos inter-relacionados”. Embora tenha realizado um enorme esforço teórico-metodológico para formular a definição desse termo

e contribuído significativamente com o debate, a meu ver, a autora incorre em uma contradição lógica que precisa ser discutida.

É válido enfatizar que quando Gonçalves (2021) adverte sobre um apriorismo teórico presente na literatura dominante sobre a financeirização, e propõe como uma possível solução para esse dilema a centralização da análise em elementos empíricos, como por exemplo, a identificação dos principais “atores” e instrumentos financeiros utilizados no processo de financeirização da agricultura e da terra, correndo o risco eminente de cometer uma empirização do fenômeno. Parto de Lefebvre (1991) para afirmar que essa formulação da autora recai numa lógica formal que opera por meio da dualidade entre teoria x empiria, nesse caso, sua interpretação da realidade é imediata, ou seja, impossibilita mediações mais profundas entre essas duas dimensões analíticas, pois ao sobrepor a prática da teoria, deixa pelo caminho algumas lacunas centrais para abstrair o fenômeno tal qual ele é, em sua forma e conteúdo – conforme já foi mencionado nos outros autores supracitados.

No meu juízo, embasado numa “lógica dialética” (LEFEBVRE, 1991), compreendo que a questão não é separar teoria x prática, mas promover a mediação entre essas partes por meio de uma dialética que possibilite a unidade entre os contrários, assim, é possível abstrair o fenômeno da financeirização em suas múltiplas determinações e na sua totalidade, estabelecendo as devidas inter-relações entre a dinâmica do capitalismo financeirizado contemporâneo e a atuação dos diversos sujeitos e instrumentos financeiros envolvidos nesse contexto.

Entendo que o confronto de ideias estabelecido com as formulações desses estudiosos da financeirização, juntamente com a vasta revisão de literatura que desenvolvi nos meus estudos, foi importante para demonstrar à necessidade de me posicionar teórico-metodologicamente com relação a essa temática. Esse exercício conceitual me levou ao aprofundamento do meu conhecimento sobre o capital enquanto um sociometabolismo para, desse modo, desvendar a lógica do capital fictício nesse sistema. Embasei meus estudos nas formulações de Marx (1996, 2013) em interlocução com a literatura de demais autores que interpretaram e contribuem para pensamento desse autor na atualidade - especialmente na temática do papel do capital fictício no capitalismo contemporâneo: Carcanholo e Nakatani (2015), Carcanholo e Sabadini (2015), Gomes (2015), e Kurz (1995, 2019). Com base nesses elementos abordados, parto do entendimento de que o fenômeno da financeirização no capitalismo contemporâneo é baseado no predomínio do capital fictício sobre as outras formas de capital – capital produtivo, comercial e a juros – mediando o processo de acumulação global

do capital, como resultado da crise estrutural capitalista iniciada nos anos de 1970 (ainda em curso).

O capital fictício é, portanto, a mola mestra para desvendar o fenômeno da financeirização na atualidade. Esse tipo de capital não é algo inédito do capitalismo do século XXI, pois ele faz parte do desenvolvimento lógico do próprio capital. Nesse aspecto, reporto a Marx (1996, 2013) para definir que capital é valor que se valoriza, ou seja, é um movimento autônomo de circulação do valor entre o dinheiro e a mercadoria para no final do circuito produzir mais-valor $D-M-D'$ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro acrescido de mais-valor). No movimento constante de autonomização do capital entre o dinheiro e a mercadoria, a forma valor parte da sua forma menos desenvolvida de capital para formas mais desenvolvidas. O capital fictício é produto dessa dinâmica automática e substantiva do valor. Por isso, para entender o valor em sua forma de capital fictício, é necessário compreender sua gênese na transfiguração da forma mercadoria e dinheiro.

Marx (2013) explicou que o modo de produção capitalista é baseado numa imensa coleção de mercadorias, produzidas pela exploração do trabalho com o objetivo de extrair mais-valor. O conteúdo da mercadoria está presente em sua dupla face, valor de uso/valor, sendo que na sociedade capitalista o primeiro é determinado pelo segundo. Por sua vez, o dinheiro assume a função de equivalente geral da mercadoria e reproduz o caráter fetichista do capital, pois nos dois extremos de $D-M-D'$, estabelece-se uma relação que representa a finalidade última desse sistema: acumulação de riqueza abstrata. No decorrer desse movimento de autonomização, o dinheiro assume duas funções essenciais para o capital: a) o dinheiro como meio de circulação e b) o dinheiro como meio de pagamento.

No primeiro caso, o dinheiro estabelece sua função embrionária de garantir a circulação e troca de mercadorias, cumprindo sua função de equivalente geral. No segundo caso, o dinheiro em seu processo de autonomização assume a função de meio de pagamento, isto é, a forma-dinheiro entra no processo de circulação do capital como possibilidade de autovalorização do valor, expresso na fórmula $D-D'$ (dinheiro criando mais dinheiro), isto é,

Agora, o dinheiro funciona, primeiramente, como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida. Seu preço estabelecido por contrato mede a obrigação do comprador, isto é, a soma de dinheiro que ele deve pagar num determinado prazo. Em segundo lugar, funciona como meio ideal de compra. Embora exista apenas na promessa de dinheiro do comprador, ele opera na troca de mãos de mercadoria. É apenas no vencimento do prazo que o meio de pagamento entra efetivamente em circulação, isto é, passa das mãos do comprador para as do vendedor. O meio de circulação converteu-se em tesouro porque o processo de circulação se interrompeu logo

após a primeira fase, ou porque a figura transformada da mercadoria foi retirada da circulação. O meio de pagamento entra na circulação, mas depois que a mercadoria já saiu dela. O dinheiro não medeia mais o processo. Ele apenas conclui de modo independente, como forma de existência absoluta de valor de troca ou mercadoria universal (...). A figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação (MARX, 2013, p.278-279).

O dinheiro na função de meio de pagamento torna-se dinheiro de crédito porque estabelece uma relação de crédito-débito, tendo em vista que o contrato firmado entre comprador e vendedor mede a obrigação de pagamento pelo comprador em determinado prazo, isto é, a promessa de pagamento futuro. Como constata-se na citação acima, e vale a pena reforçar, o dinheiro de crédito só entra em circulação quando a mercadoria já saiu dela e, nesse aspecto, o dinheiro não medeia mais o processo de circulação de mercadorias, mas, substantivamente adquirindo independência como forma absoluta de valor, tornando-se assim, ele próprio o fim da venda D-D'. O dinheiro na função de meio de pagamento é a representação mais desenvolvida da forma valor e, nesse caso, o dinheiro de crédito enquanto capital torna-se mercadoria. O desenvolvimento do sistema de crédito – por meio da criação de instituições financeiras, como por exemplo, bancos e bolsas de valores, somadas a instrumentos financeiros, como as letras de câmbio, ações e títulos da dívida pública – permitiu a negociação mais fluida dessa mercadoria-dinheiro no mercado financeiro.

Baseado nessas formulações, Marx (1996, 2013) define que o capital fictício é originário desse processo de autonomização da forma valor e se constitui, portanto, enquanto uma promessa de apropriação futura de trabalho não pago (mais-valia), ou seja, expectativa de valorização do valor que ainda não existe e que pode até não existir, por isso é ilusório e fictício. Em virtude do próprio movimento de autonomização e da lógica de reprodução, o capital fictício tende a se desenvolver de modo cada vez mais autônomo e fictício. O desdobramento dessa dinâmica leva ao aumento da criação de capital fictício em escala ampliada, bem como, gera maior expectativa pela apropriação de trabalho futuro, reproduzindo assim, o caráter especulativo dessa lógica como fim em si mesmo.

Até meados do século XX, o capital fictício fazia parte do sistema capitalista apenas como um mero coadjuvante do processo de acumulação geral do capital. Para entender melhor como se realiza essa dinâmica na realidade concreta, é necessário avançar na análise do conceito de *capital fictício* para outro nível de abstração, associando-o as outras formas funcionais do capital: *capital produtivo*, *capital comercial* e *capital a juros*, a saber, que:

Dos três, o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente a mais-valia é o capital produtivo. Deve compartilhar o excedente-valor com as outras duas formas funcionais autonomizadas: o capital comercial e o capital a juros. E, o faz, até certo ponto, de bom grado, na mediada em que estes cumprem funções úteis para a circulação do capital. Sem a existência destes dois, a magnitude de valor construída pelo capital produtivo não seria capaz de produzir mais-valia na mesma medida (CARCANHOLO e NAKATANI, 2015, p.43).

Dito de forma mais simplificada e alertando para o risco de deixar algumas lacunas, dada à complexidade do processo, é possível explicar essa dinâmica resumidamente da seguinte maneira: a agropecuária e a indústria, na figura do capital produtivo, são as únicas que tem a função direta de produzir mais-valia, porém esse valor excedente é compartilhado com as outras formas de capital. O capital comercial, sendo o comércio atacadista ou varejista, é o responsável pelo circuito final de realização da mais-valia, pois é o elo entre a produção e o consumo. Parte da mais-valia excedente do capital produtivo e comercial é depositada nos bancos, principais instituições financeiras que representam o capital a juros. Os bancos, por sua vez, financiam a produção e comercialização emprestando dinheiro a juros para esses capitalistas, com intuito de promover uma reprodução ampliada do capital. Como o capital se move pela constante busca da valorização do valor como fim em si mesmo, esse circuito se repete mediante as contradições e crises sistêmicas.

É necessário pontuar que essa divisão não significa que o capitalista do capital produtivo (ou qualquer outro capitalista das outras duas formas), por exemplo, sempre irá cumprir exclusivamente essa função, como é o caso de algumas multinacionais do agronegócio que atuam também na função de comercialização – ao adquirir empresas desse ramo – ou, até mesmo, na função do capital a juros, atuando como agente financeiro criando o próprio cartão de crédito da empresa, por exemplo. O mérito dessa divisão analítica nessas três formas funcionais do capital é de aproximar a compreensão da complexidade do real, já que permite demonstrar de modo geral e didático como funciona a divisão de tarefas entre os capitais e os capitalistas no movimento de acumulação geral do capital.

Carcanholo e Sabadini (2015) explicam que o capital fictício não faz parte dessas três formas funcionais, ele é uma forma desenvolvida do valor que surge da autonomização do capital a juros, como resultado de uma ilusão social, tendo em vista que não existe substância real de valor nesse movimento de criação fictícia de capital. Diferente do capital a juros que cumpre uma função de financiar a produção e a comercialização, o capital fictício não contribui diretamente para a produção de riqueza e apenas promove o adiantamento da valorização do valor (criação de valores fictícios na esfera financeira) para apropriação futura do valor

produzido pelo capital produtivo. Desse modo, o capital fictício, em sua gênese, assume um aspecto mais complexo da forma valor, dissimulando ainda mais o caráter fetichista do capital enquanto um sociometabolismo direcionado para a acumulação de riqueza abstrata. O que acontece de novo no final do século XX e se aprofunda nos dias atuais, é que o capital fictício assume o protagonismo no processo de acumulação global e subordina as demais formas de capital à sua lógica de especulação financeira, sendo capaz de tencionar, por exemplo, o aumento da exploração da força de trabalho e da apropriação da natureza pelo capital.

Para Gomes (2015), no capitalismo contemporâneo, as três formas funcionais de capital ficam subordinadas à lógica da especulação financeira do capital fictício que intensifica a produção de valores fictícios na esfera financeira e o exige em magnitude crescente do capital produtivo – cobrando a hipoteca do trabalho futuro. A questão é que essa dinâmica produz uma explosão no volume de capital fictício muito maior do que a mais-valia produzida pelo capital produtivo, isso pode ocorrer tanto pelo aumento descontrolado de contratos de derivativos agrícolas negociados nos mercados futuros ou qualquer outra forma de especulação financeira que não esteja devidamente substanciada na produção real de valor. Essa explosão de capital fictício torna-se um problema insolúvel para o capitalismo contemporâneo, aprisionado na contradição lógica da produção/apropriação, fruto da própria lógica especulativa do processo de ficcionalização do capital.

Numa perspectiva aproximada aos dos autores supracitados, Kurz (2019) explica que o capital fictício na sociedade atual se tornou um meio fetichista como fim em si mesmo, pois produziu uma oposição entre trabalho abstrato e dinheiro, gerando a ilusão de que o dinheiro poderia desenvolver-se independente da sua substância abstrata, o trabalho. Concorda também com os autores supracitados de que a distância absurdamente crescente de capital fictício em relação ao valor real tem aumentando a subordinação do capital real ao fictício, produzindo um colapso sistêmico (fruto da própria dinâmica capitalista). Como a única fonte de produção de valor é o consumo do trabalho abstrato na produção de mercadorias, o dinheiro produzido pelo capital fictício é capital morto e dessubstancializado, ou seja, não possui substância real e, nesse caso, o dinheiro dessubstancializado para existir precisa se apropriar do valor a ser produzido pelo capital real. Com isso, “criou-se uma situação em que massas cada vez maiores de trabalho futuro são hipotecadas e capitalizadas com a finalidade de nutrir um capitalismo *vampirescamente* do futuro” (KURZ, 2019).

Dentro dessa lógica, sob o domínio do capital fictício, o capitalismo contemporâneo ficou subordinado ao *boom* da especulação financeira convertendo-se em um capitalismo de casino absolutamente inconsequente. As apostas são lançadas no casino global, criam-se

valores fictícios, aumentam a demanda por hipoteca de trabalho futuro e a liquidez fictícia criada sem base na produção real de capital fica a caminho de um choque de desvalorização que, de modo mais leve ou mais profundo, revela/revelará o colapso sistêmico como fim em si mesmo (KURZ, 1995).

Por fim, a luz dessa discussão, esse esforço conceitual se coloca como uma lupa teórico-metodológica para entender como esse fenômeno se concretiza na financeirização do agronegócio do café no Brasil, descrevendo algumas mediações do capital fictício na produção capitalista do espaço dessa *commodity*, ou seja, serve para demonstrar a atuação do capital fictício nos espaços de produção e consumo da economia cafeeira por meio dos derivativos de café e das ações das multinacionais do setor nas bolsas de valores.

1.2. Breve história do café no Brasil

Não é de hoje que a cafeicultura no Brasil possui notório reconhecimento nacional e internacional no mercado dessa *commodity*. Os primeiros cultivos dessa planta no país iniciaram ainda no século XVIII, e desde o século XIX até os dias atuais, o café produzido no Brasil abastece as principais praças comerciais desse produto, como por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra, além de outros países da Europa e da Ásia. Durante esses dois séculos, o país manteve-se no *ranking* de maior produtor e exportador mundial dessa *commodity*. Nesse aspecto, parece-me válido fazer um breve resgate da história do café no Brasil, com o objetivo de demonstrar os principais aspectos e transformações que aconteceram na cafeicultura do país ao longo do tempo.

Na literatura há diversas formas de periodização do café no Brasil e no mundo, dentre elas, coloco algumas em relevo: a proposta de Netto (2009) dedicada ao estudo sobre o comportamento cíclico dos preços no mercado cafeeiro; as formulações de Cano (1998) direcionadas para entender o complexo cafeeiro paulista e sua relação com o setor em âmbito nacional e internacional; Talbot (2002) que situa o café historicamente entre uma velha e nova desigualdade internacional; e Daviron e Ponte (2005) que sugerem uma leitura histórica baseada na cadeia global de valor do café e as formas de governança presentes nesse setor. Embora essas formas de periodizações, cada uma a seu modo, contribuía significativamente como uma lupa metodológica para entender e descrever os principais elementos históricos do café no Brasil, nenhuma delas tem como objetivo central oferecer uma leitura geográfica desse fenômeno. Por

essa razão, fiz a opção metodológica pela periodização do professor e geógrafo Frederico (2017) que divide a história da cafeicultura em quatro momentos:

a) Um primeiro período, que vai do fim do século XVIII até as décadas de 1870-80, denominado Primórdios da Cafeicultura e o Meio Natural, que se caracteriza pela escassez de instrumentos técnicos e o domínio do “tempo lento” da natureza sobre as práticas produtivas (...), b) O segundo período, denominado Mecanização da cafeicultura e Meio Técnico, vai do final do século XIX até as décadas de 1950-1960, com a difusão das técnicas da máquina atrelada à produção e ao território (...), c) O terceiro momento, denominado Cientificação da Cafeicultura e Meio Técnico-Científico [que vai de 1970 até 1990], caracteriza-se por importantes transformações de ordem técnica e normatiza na cafeicultura brasileira e mundial (...), d) Por fim, o quarto período, denominado Cafeicultura Científica Globalizada e o Meio Técnico-científico-informacional [que se estende da década de 1990 até os dias atuais], caracteriza-se pela emergência das técnicas da informação e pela influência das políticas e do ideário neoliberal na cafeicultura brasileira e mundial (...) (FREDERICO, 2017, p. 74-75).

O primeiro período denominado de “Primórdios da Cafeicultura e o Meio Natural” marca o início da cafeicultura no país. As primeiras mudas de cafeeiros (da espécie arábica) foram plantadas no norte do país, nos estados do Pará e da Amazônia por volta de 1727. Contudo, a planta não se fixou nessa região por conta das condições edafoclimáticas que não eram favoráveis para esse cultivo. O clima equatorial quente e úmido não era o adequado para o plantio dessa espécie que para prosperar, precisava de temperaturas mais amenas do que as do norte do país. Por volta de 1760 foram plantadas algumas mudas no estado do Rio de Janeiro, e umas quatro décadas depois começaram as plantações dos primeiros cafeeiros no Vale do Paraíba em São Paulo, área mais adequada para o cultivo de café¹⁵ e, nesse aspecto:

Tratava-se de uma cafeicultura que se difundia sobre o meio natural (SANTOS, 1996), isto é, uma escassez de instrumentos técnicos, cujas condições naturais (clima, relevo e solos) se impunham às ações humanas. A precariedade dos sistemas técnicos disponíveis e a falta de uma maior racionalização dos métodos produtivos promoviam o rápido esgotamento dos solos, exigindo constante migração da atividade cafeeira. A retirada da cobertura vegetal, para o cultivo do cafeeiro a “pleno sol”, associada ao plantio em linha reta nas encostas, não respeitando as curvas de nível intensificava o processo erosivo, diminuindo a produtividade e a vida útil da planta (FREDERICO, 2017, p.76-77).

¹⁵ Informações obtidas na Revista Cafeicultura. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=66568>. Acesso em Junho de 2022.

A prática de uma cafeicultura carente de recursos técnicos, potencialmente predatória dos recursos naturais e baseada na utilização da mão de obra escrava nos cafezais foram alguns dos principais fatores que levaram a derrocada desse tipo de cafeicultura no país (FREDERICO, 2017). É importante lembrar que nesse momento histórico (meados do século XVIII) o café já não era mais comercializado como uma especiaria, ou seja, uma mercadoria de luxo, pois nesse contexto, movido pela Revolução Industrial e a conseqüente industrialização dos Estados Unidos, essa bebida tornou-se uma mercadoria de consumo de massa, muito utilizada como fonte de energia para os trabalhadores nas fábricas. Desse modo, a cafeicultura no Brasil não estava de acordo com essas transformações ocorridas no capitalismo mundial e no próprio mercado global de café, fato esse que impulsionou algumas transformações na cafeicultura do país para se adequar aos novos padrões econômicos estabelecidos, como por exemplo, a substituição da mão de obra escrava pelo sistema de colonato (como mostra a obra prima de Martins (2013), *O Cativo da Terra*) e a utilização de novos recursos técnicos para ampliar a produção e atender à crescente demanda por café no mercado internacional.

O segundo período do café no Brasil, denominado de “Mecanização da Cafeicultura e Meio Técnico – que vai do final do século XIX até meados de 1960” (FREDERICO, 2017) emerge desse contexto. Netto (2009) destaca que esse foi o período glorioso da cafeicultura no país por dois motivos: a) primeiro porque o país se consolidou como o maior produtor e exportador mundial de café. No início desse período, o Brasil chegou a ser responsável por 70% das exportações mundiais de café e em 1950, ainda respondia por 50% do café consumido mundialmente; e b) porque esse foi o momento de apogeu econômico da cafeicultura no Brasil, tendo em vista que a economia política cafeeira confundia-se com a economia política brasileira. Sobre isso, os estudos de Cano (1998) e Furtado (1976) demonstram que a cafeicultura no país foi uma importante atividade econômica que possibilitou o início da industrialização e urbanização brasileira.

A difusão da técnica no setor aliada ao deslocamento geográfico da produção do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista e Norte Paraense configuraram as bases da cafeicultura nesse tempo. Para Mobeing (1984), as famosas terras roxas atraíam os fazendeiros para essas áreas em razão das suas particularidades favoráveis ao cultivo do café, pois esse tipo de solo situa-se num relevo de planalto com altitudes elevadas entre 500 e 900m de altitude, condição ideal para cultivo dessa planta. A coloração escura do solo em decorrência da escamação do basalto – aspectos fitogeográficos de uma mata da terra roxa – indica o predomínio de matéria orgânica essencial para o desenvolvimento dos cafezais, além de que esse tipo de solo permite que as

raízes dos pés de cafés atinjam de 3 a 5m de profundidade, possibilitando que a planta obtenha água e nutriente para seu crescimento e produção abundante dos frutos.

Frederico (2017) explica que nesse contexto, a difusão da técnica permitiu a criação de um espaço mecanizado nos cafezais, no sentido de que o meio técnico mecanizado se sobrepôs ao meio natural e, desse modo,

O desenvolvimento e a difusão de novos sistemas técnicos vinculados à produção cafeeira (secadores, classificadores, lavadores e limpadores movidos a vapor), exigiram melhoria nos tratos culturais (curvas de nível, espaçamento e adubação), alterações na arquitetura das fazendas (construção de terreiros de alvenaria e casa das máquinas) e se associaram aos novos sistemas técnicos que funcionavam como prolongamentos (próteses) do território, como energia elétrica, telégrafo, ferrovias e portos (FREDERICO, 2017, p.80).

O incremento da tecnologia nessas fazendas, como por exemplo, os secadores mecânicos e os lavadores à vapor, melhoravam a qualidade do grão e, com isso, agregava mais valor ao produto, além de torná-lo menos perecível, permitindo que o fazendeiro pudesse armazenar o grão por mais tempo. Por meio dessas práticas, os armazéns de café ganharam destaque nesse período, construindo uma lógica de armazenagem dos grãos para especulação no mercado. Somado a tudo isso, as ferrovias cortavam a “frente pioneira do café” (MOBEING, 1984) e faziam a logística de escoamento do grão da fazenda para o Porto de Santos-SP. Nesse contexto, o Porto de Santos assume o protagonismo enquanto principal porta de saída do café brasileiro para outros países¹⁶.

Nessa conjuntura desenvolveram-se diversas atividades vinculadas ao café, como por exemplo, bancos, indústrias de máquinas agrícolas, armazéns, corretores de café, exportadoras, indústria de torrefação e moagem e a própria Bolsa Oficial do Café localizada em Santos-SP, que começou a funcionar em 1917, mas só foi inaugurada em 1922 (ano em que a obra do Prédio foi finalizada). As operações desenvolvidas nessa Bolsa aconteciam da seguinte forma:

Os pregões aconteciam três vezes ao dia como se fossem leilões. O principal objetivo dos pregões era a negociação de café (sobretudo para o estrangeiro). Os sujeitos responsáveis pela organização desses pregões eram os corretores da Bolsa de Café que não podiam ser ligados a nenhuma firma e/ou fazenda de café, sendo, portanto, intermediadores imparciais entre as partes (comprador e vendedor de café). O presidente da Bolsa e o secretário que organizavam a sessão. Uma modalidade de corretagem muito utilizada na época eram os famosos contratos a termo. O café era negociado nos leilões como venda futura, ou seja, era uma espécie de contrato futuro firmado entre

¹⁶ Informações obtidas no Trabalho de Campo, 2019.

produtor e exportador e, nesse termo, o comprador fazia o depósito do valor negociado naquele momento para garantir o preço fixo do café na data de entrega e, assim, proteger-se das oscilações do mercado, ou seja, era uma operação de *hedge* (Corretor 1, Trabalho de Campo, 2019).

Esse pregão movimentava a Praça de Santos. Todos os dias chegavam trens na cidade com importantes comerciantes do setor cafeeiro do estado de São Paulo, com o objetivo de participar dos pregões na Bolsa do Café. Alguns sujeitos se destacavam nessa dinâmica: a) corretor de café: procurador de alguma firma ou autônomo, já despontava nessa época, como sujeito de extrema relevância para o setor, pois desempenhavam o papel de intermediário entre os produtores e os exportadores. Com isso, as mais importantes negociações de compra e venda de café brasileiro para o estrangeiro passavam pelas mãos dos corretores; b) os carregadores: trabalhadores braçais responsáveis pelo carregamento do café e tinham grande relevância no deslocamento desse produto para a exportação; c) mulheres costureiras: muitas mulheres trabalharam na função de costureira para produzir sacas de café que seriam exportadas para vários países da Europa e para os Estados Unidos¹⁷. Durante o trabalho de campo tirei fotos da Rua XV de Novembro (principal rua da Praça de Santos até os dias de hoje) e do Museu do Café (local onde funcionava a Bolsa Oficial do Café), principais pontos comerciais onde concentravam essas atividades em Santos-SP:

Figura 1: Rua XV de Novembro, Santos-SP – parte 1



Fonte: NOVAIS, Weldon P.S. de; Trabalho de campo, dezembro de 2019.

¹⁷ Informações obtidas no Trabalho de Campo, 2019.

Figura 2: Rua XV de Novembro, Santos-SP – parte 2



Fonte: NOVAIS, Weldon P.S. de; Trabalho de campo, dezembro de 2019.

Figura 3: Museu do Café- Antiga Bolsa Oficial do Café, Rua XV de Novembro, Santos-SP



Fonte: NOVAIS, Weldon P.S. de; Trabalho de campo, dezembro de 2019.

Parece-me válida uma interseção para reforçar que esse *boom* na economia cafeeira no Brasil tornou-se uma atividade importante que alavancou a acumulação de capital no setor e no país. Muito embora, seja necessário reportar que em virtude do aumento da capacidade produtiva dos cafeicultores, desde o final do século XIX, a economia cafeeira no país passou a ser acometida por uma superprodução desse grão. Algumas políticas de valorização do café foram adotadas com o propósito de mitigar esse problema. O Convênio de Taubaté foi uma das principais medidas tomadas no início do século XX.

Esse convênio foi realizado em 1906 na cidade de Taubaté-SP, e surgiu como uma resposta para a superprodução de café que causou a baixa dos preços internacionais e nacionais desse produto (NETTO, 2009). O ponto central do Convênio de Taubaté era a intervenção estatal no mercado por meio da compra de excedentes de café para tentar manter o equilíbrio entre oferta e demanda e, também, pela promoção de empréstimos governamentais para financiar a produção. O Estado brasileiro recorreu a empréstimos estrangeiros para repassar o dinheiro para os cafeicultores e, também, para comprar o produto para a formação de estoque como forma de controle do preço. A implantação dessa política de compra de excedente de café funcionou durante algum tempo e motivou ainda mais a expansão da produção no país. A título de demonstração, “a área plantada de café no estado de São Paulo em 1907 era cerca de 900 mil hectares, no final da década de 1920 já havia 2,3 milhões de hectares plantados” (CANO, 1998, p.62).

Esses dados indicavam que a expansão de cafezais no estado paulistano mais que dobrou ao longo desse período, dando sinais que a qualquer momento a política para controlar a superprodução de café iria se tornar insustentável, conforme foi possível constatar com a eclosão da crise do café em 1929. Essa crise coincidiu com crise internacional do capital de 1929, marcada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque (local de cotação do preço mundial do café). As principais consequências para mercado de café no Brasil foram: a) a derrubada dos preços dessa *commodity* no mercado internacional e nacional, b) a compressão da demanda mundial de café e c) o descompasso entre produção nacional de café e exportação, pois em 1929 “a produção atingiu 28.941.000 sacas e a exportação, quase que metade, 14.281.000 sacas de café” (FURTADO, 1976, p.178). Nesse contexto, a economia cafeeira no Brasil entrou em colapso.

O Estado brasileiro, mantendo-se coerente com sua política intervencionista de valorização da cafeicultura, decidiu que a única forma encontrada para evitar os enormes prejuízos gerados para os produtores e para o país foi retirar do mercado parte do café excedente. Desse modo, o Estado comprou quantidades de cafés excedentes e queimou-os como medida para reestabelecer a oferta e demanda do produto no mercado interno e externo. Os números são surpreendentes: “a destruição começou em junho de 1931 e se estendeu até julho de 1944, eliminando o total excedente de 78,2 milhões de sacas de café, quantidade equivalente a três vezes o consumo mundial por ano” (NETTO, 2009, p.129). A intenção dessa manobra era diminuir a oferta desse grão no mercado mundial para provocar um aumento do preço do produto que estava em constante queda.

De modo geral, pode-se pontuar que a crise do café no Brasil promoveu algumas mudanças no mercado nacional desse grão: decretou o fim da hegemonia da grande fazenda na monocultura do café, pois muitos cafeicultores migraram para outras culturas, como por exemplo, algodão, soja e a cana-de-açúcar. Os pequenos cafeicultores tornaram-se, desde então, os principais produtores de café do país. É, também, nesse contexto, que em decorrência da derrocada da cafeicultura paulista, muitos cafezais expandiram-se para o Norte do Paraná, tornando-se, assim, junto com São Paulo um dos principais polos da produção de café no Brasil até meados de 1960.

O terceiro período denominado de “Cientificização da Cafeicultura e Meio Técnico” (FREDERICO, 2017) que começou por volta dos anos de 1970 e se estendeu até 1990, emergiu desse contexto. Esse momento é caracterizado, basicamente, pelo paradigma da Revolução Verde, período de modernização científica da cafeicultura, com a difusão de novos maquinários e demais instrumento técnicos, bem como, com a expansão de cafeeiros para novas áreas produtoras. O Estado prevaleceu como principal articulador e promotor da economia cafeeira no país nesse período. No início dos anos de 1990, iniciou-se quarto e atual momento da cafeicultura no Brasil, denominada de “Cafeicultura Científica Globalizada e o Meio Técnico-Científico Informacional” (FREDERICO, 2017), caracterizada pela consolidação de políticas neoliberais no setor, e a forte influência da tecnologia da informação e das finanças no mercado de café.

Com base nessas considerações iniciais, esses dois últimos períodos supracitados serão discutidos de forma mais detalhada nos próximos tópicos, com ênfase no processo de financeirização do café no Brasil, demonstrando algumas características gerais desse fenômeno em cada um desses momentos.

1.3. O início da financeirização do café no Brasil

O período de 1970 até 1990 marca o início da financeirização do café no Brasil. A presença marcante do capital a juros, na forma de crédito subsidiado pelo Estado para financiar a modernização, a industrialização e a expansão de cafezais pelo território nacional, demonstram a gênese do processo especulativo financeiro que décadas depois passara a ser determinante na economia cafeeira. É preciso esclarecer que o fenômeno da financeirização do café no Brasil, nesse período, está inscrito no contexto da crise do capital que promoveu, dentre outras coisas, a expansão capitalista no campo brasileiro sob o paradigma da Revolução Verde.

Para entender como essa dinâmica se reverbera no café é necessário fazer uma breve explanação sobre essa crise capitalista.

Parto da interpretação de Mészáros (2011, p.795-796), para argumentar que essa crise do capital iniciada em 1970 (ainda em curso) é estrutural e tem uma particularidade em relação às outras, pois carrega consigo uma novidade histórica que pode ser analisada em quatro aspectos:

- 1) caráter universal;
- 2) alcance global,
- 3) escala de tempo permanente e
- 4) modo rastejante.

A crise é de caráter universal porque afeta a totalidade do sistema e, com isso, em seu aspecto mais estrutural, atinge todas as relações sociais e seus subcomplexos, ou seja, os microcosmos sistêmicos. O alcance global significa que a crise atingiu dimensões planetárias, expandindo-se não apenas para alguns países, mas sim, tornando-se verdadeiramente global. Em termos de limites últimos, a escala de tempo da crise é permanente (não é cíclica, com altos e baixos), ou seja, ela é extensa e contínua e, por isso, não se apresenta periodicamente e/ou ocasionalmente; está presente no tempo e no espaço. Essa crise é, sobretudo, rastejante, pois o capital atingiu os limites últimos na esfera global/universal e, por conta disso, rasteja para tentar manter-se, de algum modo, em funcionamento moribundo. A trajetória rastejante da crise adquire proporções cada vez mais agudas e, com isso, afeta de forma mais agressiva as três dimensões principais do capital: produção-circulação-consumo. Nesse sentido, o capital enquanto uma ordem sociometabólica globalmente totalitária está diante de uma severa crise estrutural que é autodestrutiva, incontrolável e irremediável (MÉSZÁROS, 2011).

Numa perspectiva aproximada, Kurz (1995) explica que essa crise capitalista é resultado do limite interno absoluto da valorização do valor, ocorrido nos anos de 1970 como esgotamento da expansão fordista que evidenciou uma crise aguda no interior do sistema capitalista, dada sua incapacidade de dar prosseguimento à natureza do seu fluxo de valorização de forma expandida e infinita. Com o esgotamento do modelo fordista e a emergência da revolução microeletrônica, aumentou-se o potencial de extração da mais-valia relativa em escala global, promovendo assim, a ampliação do trabalho improdutivo e o retrocesso do trabalho produtivo. Tal realização eclodiu no colapso do capitalismo moderno que atingiu seu limite absoluto de valorização de valor, associada a uma acentuada desvalorização de capital,

por conta da expulsão do trabalho vivo (produtor de valor) do processo produtivo. O desdobramento dessa lógica resultou na movimentação de capital para a esfera financeira e a dependência crescente do capital real ao capital fictício em escala planetária.

A quebra do acordo de *Bretton Woods* no início dos anos de 1970 é concebida como um dos marcos mais importantes da crise capitalista para entender a emergência da financeirização. Esse acordo foi assinado no contexto pós-Segunda Guerra e tinha como principal função regulamentar as políticas monetárias e comerciais entre os países e, nesse caso, adotou o mecanismo financeiro chamado “padrão dólar-ouro”, ou seja, as moedas dos países passaram a ter paridade ao dólar estadunidense que, por sua vez, possuía lastro em reservas de ouro. Isso foi possível porque os Estados Unidos possuíam algo em torno de três quartos das reservas internacionais desse minério. O rompimento desse acordo pôs fim ao chamado padrão dólar-ouro, já que determinou o término da paridade do dólar com ouro e, nesse caso, o dólar estadunidense sem lastro passou a ser, desde então, o padrão monetário para as moedas internacionais¹⁸. É importante enfatizar que a quebra do padrão dólar-ouro e a livre circulação do dólar sem lastro como padrão monetário internacional foi à legitimação do capital fictício como centro do processo de acumulação global do capital, pois essa medida possibilitou, em nível mundial, a criação e reprodução fictícia de capital, baseado no fetiche da valorização do dinheiro por si só (D-D’) e, portanto, na reprodução planetária de “dinheiro sem valor” (KURZ, 1995), isto é, dinheiro sem lastro na produção de riqueza. O desdobramento dessa lógica implicou na predominância do capital fictício sobre as demais formas funcionais de capital: produtivo, comercial e a juros.

É, também, nesse contexto, que houve o desenvolvimento do sistema internacional de crédito para se adequar à nova dinâmica do capitalismo financeirizado, e a reafirmação dos Estados Unidos enquanto uma das mais importantes potências financeiras do mundo, atuando por meio de organismo financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Diante da lógica do padrão dólar sem lastro, esses organismos internacionais consolidaram-se como alguns dos protagonistas mundiais para circulação e reprodução de capital fictício, desempenhando o papel de principais credores dos países periféricos. Dito de outra forma, a legitimação que permitiu a criação e reprodução de dólar sem lastro impulsionou o fluxo desenfreado de “dinheiro creditício” (MARX, 1996), produzido, inclusive, pelos organismos financeiros internacionais. Esse tipo de capital fictício foi destinado

¹⁸ Informações obtidas no site Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conferencia-de-bretton-woods/#:~:text=O%20fim%20do%20Sistema%20de%20Bretton%20Woods&text=A%20derrota%20militar%20dos%20Estados,dos%20norte%20americanos%20caíram%20drasticamente>. Acesso setembro de 2022.

principalmente para os países da periferia do capitalismo (como o Brasil, México, Argentina e África do Sul) na forma de capital portador de juros, com a finalidade de financiar os projetos de expansão capitalista no campo e na cidade, para desse modo, capturar valor e tentar sua valorização, tendo em vista que esse capital ocioso e “dessubstancializado” (KURZ, 1995) na esfera financeira precisava se apropriar da substância materialmente produzida.

Esse processo de acumulação capitalista mediado pelo capital fictício produziu um novo modelo de “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2005), fundamentado na lógica especulativa de um capitalismo financeirizado, no sentido de que os países periféricos tornaram-se reféns do crédito fornecido pelos países centrais, e o resultado foi “a famigerada crise das dívidas do Terceiro Mundo que persiste até hoje” (KURZ, 1995, p.13), pois os países do centro do capitalismo se retroalimentam dos juros da dívida pagos pelos países periféricos.

O ponto crucial da minha interpretação é entender que o início da financeirização do café no Brasil faz parte dessa dinâmica do capitalismo financeirizado, que mediado pelo capital fictício impôs uma lógica de industrialização e modernização do campo brasileiro. O capital a juros, sob o comando do capital fictício, cumpriu o papel de financiar a modernização da cafeicultura e promover a união da agricultura com a indústria. A incorporação dos juros nesse processo de financiamento teve como finalidade capturar o valor produzido na economia cafeeira. O Estado junto com o capital financeiro estrangeiro e com o capital nacional foram os principais articuladores para promover a financeirização do café no país.

As ações do Estado brasileiro na cafeicultura estiveram alinhadas a uma política internacional do mercado de café, coordenadas por uma espécie de diretrizes operacionais criadas pela Organização Internacional do Café (OIC) e pelos Acordos Internacionais do Café (AICs), com o objetivo geral de garantir uma sistematização e unidade entre a economia cafeeira dos principais Estados produtores e consumidores de café. Nesse sentido, a OIC foi criada em 1963, sob os auspícios das Nações Unidas, quando o primeiro Acordo Internacional de Café, negociado no ano anterior, entrou em vigor. Desde então, a OIC tem sido o principal organismo intergovernamental do setor cafeeiro, tendo como membros congregados governos de países exportadores e importadores. A organização foi criada com a narrativa de fortalecer o mercado global de café por meio de iniciativas dispostas a promover melhores condições a todos os participantes do setor, tais como, o desenvolvimento e adesão a projetos de financiamento, e produzir e difundir dados do mercado cafeeiro para garantir a transparência entre os participantes do mercado físico e do mercado futuro¹⁹. No entanto, foi possível

¹⁹ Informações obtidas no site oficial da OIC. Disponível em: <https://www.ico.org/pt/missionp.asp>. Acesso em novembro de 2021.

constatar que essas iniciativas, na verdade, integravam o projeto de financeirização da cafeicultura nesse período, pois, incentivam, dentre outras coisas, o financiamento para expansão e mecanização das lavouras e das indústrias de torrefação e moagem em ascensão nos países produtores, como forma de possibilitar a entrada do capital financeiro no setor.

Os Acordos Internacionais do Café também desempenharam determinadas funções nesse contexto. O primeiro AIC foi firmado ainda em 1962 por países produtores e consumidores. O acordo foi assinado na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o café, sediada em Nova Iorque-EUA. A OIC foi designada como órgão responsável para administrar esses Acordos²⁰. O objetivo central dos ACIs foi estabelecer um sistema de cotas de exportação entre países produtores e consumidores, com a finalidade de limitar o fluxo de café no mercado mundial, para assim, estabilizar o preço do produto. Desse modo, esses Acordos operavam numa perspectiva *keynesiana*, ancorado numa política de intervenção direta do Estado na economia cafeeira para manter determinado controle sobre a oferta e demanda no mercado mundial dessa *commodity*.

Para Frederico (2013), os AICs apresentaram algum sucesso dentro da proposta estabelecida, já que com a sustentação da política de preços e cotas para exportação, os acordos mantiveram o preço do café relativamente elevado e possibilitaram o aumento da renda dos países produtores que retinham parte considerável do valor do café vendido ao consumidor final. Daviron e Ponte (2005) explicam que o relativo sucesso desses acordos ocorreu em função de alguns fatores, como a participação dos países consumidores no sistema de cotas de exportação, atuação dos governos dos países produtores no controle das decisões ligadas a exportação, estratégia comum de uma política de substituição de importação nos países produtores e o aceite do Brasil para redução na participação no mercado mundial de café. Desse modo, acredito que os AICs tornaram-se um marco importante na economia cafeeira do Brasil e do mundo nesse período, pois reforçou a prática de uma “governança global na cafeicultura baseada na regulamentação estatal” (DULCI, 2021, p.19) que durou até o final da década de 1980.

Em consonância com esse modelo estrutural da cafeicultura mundial, o Estado brasileiro intensificou as políticas governamentais para estimular a economia cafeeira doméstica. O principal órgão do Estado responsável por essas ações foi o Instituto Brasileiro do Café (IBC). O IBC foi criado em 22 de dezembro de 1952, pela Lei 1.779, na qualidade de uma autarquia. A criação do Instituto inaugura um novo modelo de intervenção estatal na

²⁰ Informações obtidas em Dulci (2021).

economia cafeeira, do ponto de vista legal e operacional²¹. No final dos anos de 1960 e, mais precisamente, no começo dos anos de 1970, a autarquia assumiu de forma efetiva as funções de planejamento e coordenação dos diferentes segmentos da cadeia global de valor do café – produção, industrialização, distribuição e consumo (FREDERICO, 2017) e, com base nessa estrutura administrativa, coube ao IBC, principalmente, planejar, executar e financiar o desenvolvimento da nova base técnica da cafeicultura e demais conhecimentos científicos destinados para a expansão de cafeeiros no país. Portanto, o IBC foi o principal órgão responsável pela financeirização do café no Brasil na década de 1970.

Em conjunto com o Banco do Brasil, o IBC lançou mão de medidas de subsídio para consumo interno de café e coordenou uma política cafeeira com o intuito de fomentar a industrialização do setor, incentivando assim, a criação de indústrias de torrefação e moagem no país (DULCI, 2021). Em 26 de outubro de 1961, o IBC criou o Grupo Executivo de Erradicação e Racionalização da Cafeicultura (GERCA), com o objetivo de erradicar cafeeiros antieconômicos e promover a renovação das lavouras expandindo para outras áreas do território nacional, aliada a um programa de incentivo a inovação tecnológica dos cafezais (SILVA, 1994). No ano de 1963, o GERCA foi responsável pela erradicação de 587 milhões de cafeeiros. Até 1967 foram erradicados quase 1,8 bilhões de pés de café, sendo que 1,38 bilhões tiveram suporte financeiro de um fundo internacional destinado ao financiamento da diversificação e renovação das regiões cafeeiras (RUFINO, 2006, p.62).

Os planos e projetos executados pelo IBC/GERCA se diferem qualitativamente de tudo que havia sido praticado no mercado de café brasileiro até o momento. Essas ações entraram em cena para regulamentar um novo modelo de cafeicultura, inscrito na modernização agrícola financiada via crédito estatal subsidiado. O IBC/GERCA executou suas políticas por meio do Plano de Renovação e Revigoração do Café (PRRC), criado em meados de 1960. A partir dessa data, principalmente na década de 1970, o plano operou por meio de uma série de programas específicos que procurou direcionar financiamento para fomentar um conjunto de mudanças na cafeicultura nacional. A tabela abaixo mostra os principais programas de financiamento contidos nesse Plano.

²¹ Informações obtidas em Rufino (2006).

Tabela 2: Programas de Financiamento do Plano de Renovação e Revigoração do Café (PRRC)

PROGRAMA	OBJETIVO
Programa de Financiamento em Formação de Mudas (1970-71)	Conduzir o financiamento para o plantio de mudas de café com boa qualidade e origem de excelência comprovada.
Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais (1969-70 e 1977-78)	Financiar novas lavouras tecnicamente orientadas para implantação de cafezais de alta produtividade.
Programa de Financiamento para Recépa e Decote de Cafezais (1971-72 e 1976-77)	Financiar a recuperação ou o aumento de produtividade de cafezais antigos por meio de novos tratos fitossanitários e novas tecnologias.
Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos (1970-71 e 1974-75)	Utilizar o crédito rural para orientar o manejo de fertilizantes químicos associados ao uso do solo, de acordo com orientações técnicas adequadas e indicadas pelo IBC.
Programa de Financiamento de Defensivo na Lavoura Cafeeira (1970-71)	Financiar defensivos agrícolas para integrar tratos culturais de manejo das lavouras de café contra ameaça de pragas.
Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa (1972-73 e 1976-77)	Conduzir financiamento para aquisição de alguns equipamentos para as lavouras, como pulverizadores, tratores e polvilhadeiras.
Programa de Renovação Gradual de Cafezais e Programa de Melhoria da Infraestrutura nas Propriedades Cafeeiras (1975-76 e 1976-77)	Financiar a recomposição de áreas excessivamente erradicadas por meio da modernização das lavouras, promovendo o melhoramento da fazenda com investimentos em terreiros, secadores, descascadores, lavadores, entre outros.

Fonte: SILVA, 1994, p.21-23.

Elaboração: NOVAIS, Weldon P.S. de; 2021.

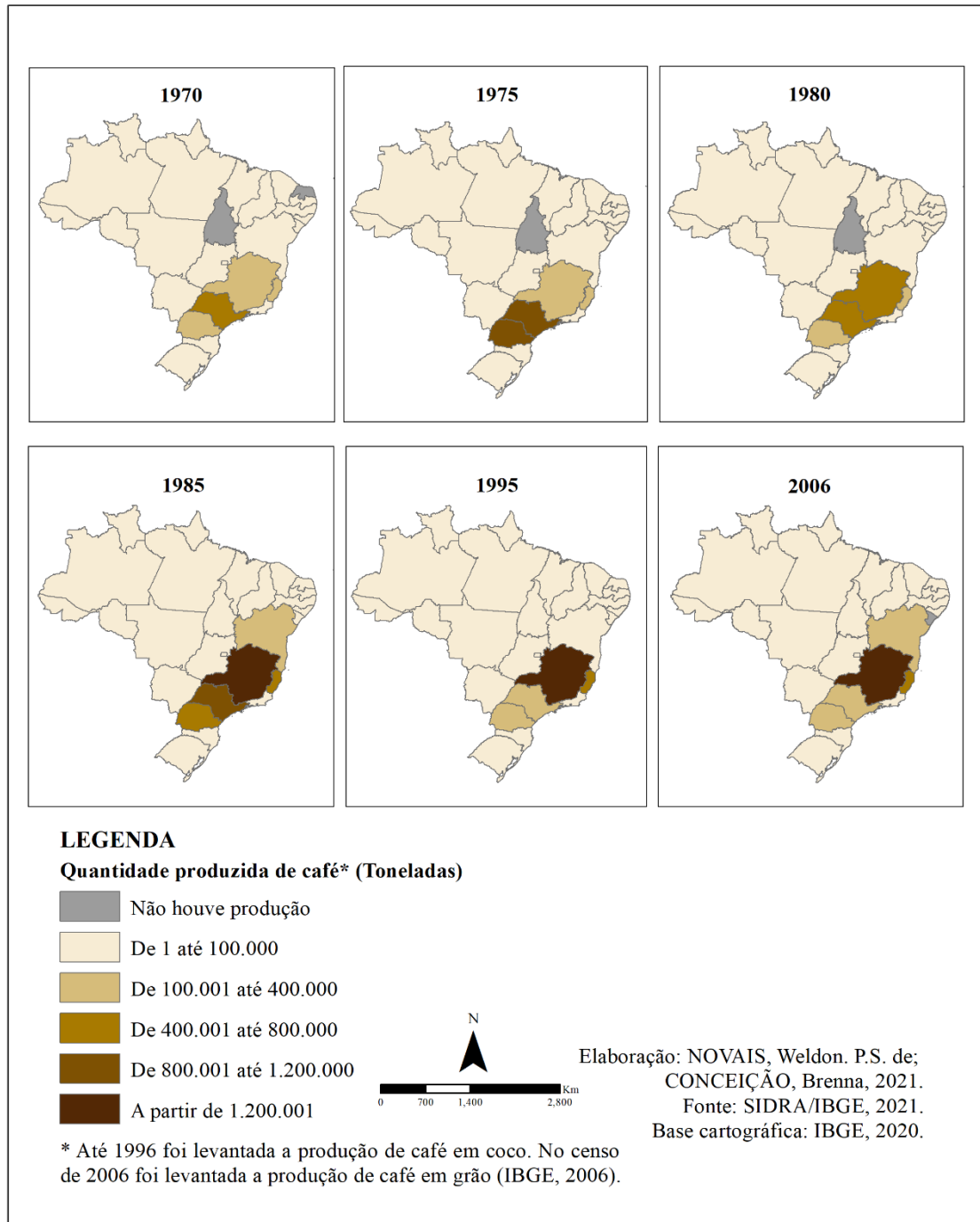
É fundamental reportar que o Plano de Renovação e Revigoração do Café (PRRC), implantado pelo IBC/GERCA, é o mais importante programa de financiamento público para a cafeicultura no Brasil nesse período. Esse programa foi, portanto, o principal promotor da financeirização do café no país. O capital fictício ocioso presente nos bancos e demais instituições financeiras dos países centrais, penetrou na cafeicultura brasileira por meio do

crédito subsidiado pelo Estado. Vale reforçar que essa foi uma maneira que o capital fictício dessubstancializado encontrou para capturar o valor produzido na economia cafeeira do país e, assim, promover o ciclo de acumulação capitalista sob o predomínio das finanças. Nesse aspecto, a financeirização nesse período promoveu algumas transformações materiais na cafeicultura nacional, tais como: a expansão espacial de cafezais para novas áreas produtoras, modernização das lavouras e a expansão de multinacionais de exportação e torrefação de café no país.

O crédito concedido pelo PRRC para o café foi condicionado ao plantio de novas variedades e a mudança da base técnica dos cafezais por meio do uso de insumo químicos e mecânicos que, em sua maioria, eram distribuídas por empresas multinacionais vinculadas a institutos estatais de pesquisa. De acordo com o IBGE (2016), os programas do PRRC possibilitaram a incorporação de terras antes inativas para cafeicultura, criando assim, novas áreas produtoras. O apoio financeiro direcionado para esse fim levou em consideração fatores naturais favoráveis ao cultivo do grão, condições edafoclimáticas adequadas, assim como o aparato técnico necessário para a produção. Com base nesses critérios que os cafezais distribuíram-se espacialmente pelo território brasileiro.

O mapa a seguir serve de base para ilustrar a expansão espacial da cafeicultura brasileira no recorte temporal que se inicia na década de 1970 até início da década dos anos 2000.

Mapa 1: Série histórica da expansão espacial da cafeicultura brasileira (1970-2006)



O mapa permite visualizar os impactos espaciais da financeirização do café no Brasil, que ao longo dos anos foi redesenhando uma nova geografia da cafeicultura no país. Até o final da década de 1970, o padrão da geografia do café no território nacional foi baseado na

concentração espacial da produção em torno do “núcleo liderado pelo binômio São Paulo-Paraná” (IBGE, 2016). A ocorrência de geadas nessas áreas levou a derrocada desse núcleo produtor. O programa do PRRC foi fundamental para promover o financiamento de pesquisas direcionadas à busca e a incorporação de novas áreas produtoras no país que apresentassem fatores geográficos mais adequados para o cultivo dessa planta²².

Dulci (2021) explica que as plantações de café em São Paulo e Paraná foram historicamente acometidas por geadas, algumas mais brandas, outras mais graves. No ano de 1975, as plantações de café desses estados produtores foram atingidas severamente por uma forte geada. O episódio dizimou diversos cafezais e fez com que muitos produtores dessas áreas afetadas migrassem para outras lavouras mais resistentes às geadas e em expansão no comércio mundial, como as de soja e de milho. O Estado brasileiro intensificou a ação para tentar mitigar os efeitos dessa geada, colando em prática o Plano de Emergência para Recuperação dos Cafezais Geados, disponibilizando linhas de créditos especiais para os produtores atingidos. Contudo, a intervenção estatal não foi capaz de resolver os problemas produzidos pela geada nos cafezais paranaenses e paulistanos. No caso do Paraná, a geada desse ano praticamente destruiu a totalidade dos cafeeiros. De acordo com Santana (2016), até o ano de 1975, o estado foi responsável por aproximadamente 50% da produção nacional de café, o que correspondia a uma média de 20 milhões de sacas colhidas. Após a incidência da geada, foram colhidas 3,8 mil sacas, representando apenas 0,1 % da produção nacional de café. Talbot (2002) destaca que, nesse contexto, o Brasil ainda respondia por cerca de 1/3 da produção mundial de café, o que por sua vez, revela a gravidade econômica dessa geada para a cafeicultura nacional e mundial.

Nessa época, o IBC era o principal responsável por divulgar as previsões sobre a duração e as consequências da geada que afetava os cafezais brasileiros. Por falta de informações mais sólidas sobre esses acontecimentos e, portanto, dadas às incertezas do mercado cafeeiro, muitas exportadoras, torrefadoras e varejistas passaram a comprar e estocar café temendo uma escassez global do produto, provocando assim, a alta do preço dessa *commodity* no mercado internacional. Esse contexto favoreceu a política cafeeira brasileira de financiamento público por meio do PRRC, fornecendo crédito subsidiado para a melhoria nos tratamentos culturais dos pés de café e para o plantio em novas áreas produtoras, impulsionando

²² É importante ressaltar que há outras mediações que corroboram e ajudam a explicar a expansão espacial do café no Brasil a partir de 1970 até os dias atuais, dentre elas, a própria demanda do mercado internacional pelas espécies arábica e conilon, bem como a necessidade do capital de encontrar novas áreas produtivas de café no país com condições geográficas e edafoclimáticas mais favoráveis para o cultivo desse grão. Nesse sentido, o que está em questão aqui é destacar o papel da financeirização nesse processo de expansão espacial da cafeicultura, tendo em vista que o capital fictício passou a mediar as relações capitalistas no mercado físico dessa *commodity*, estabelecendo, assim, determinada influência sobre a economia cafeeira nacional.

assim, o aumento da produção nacional. Nesse turbilhão de acontecimentos, a década de 1980 tornou-se um marco da passagem da geografia do café no Brasil no espaço e no tempo. Nesse período há o esgotamento do padrão de concentração espacial da cafeicultura no núcleo produtivo liderado pelo binômio São Paulo-Paraná e, a partir daí, constitui-se a geografia do café no Brasil contemporâneo, composta pela concentração espacial do café no “núcleo produtivo liderado pelo binômio Minas Gerais-Espírito Santo” (IBGE, 2016), além de iniciar uma contínua expansão da cultura para o norte do país (especialmente em Rondônia) e para o cerrado do oeste baiano.

É importante reforçar que o crédito fornecido pelo PRRC servia para financiar a expansão de novas variedades de cafezais no território nacional e a mudança da base técnica produtiva. Portanto, nesse período, a modernização das lavouras de café foi integrada ao ideário da Revolução Verde.

A expansão capitalista no campo brasileiro sob o paradigma da Revolução Verde faz parte da dinâmica financeira do capital. De acordo com Pitta, Leite e Kluck (2020), esse processo de modernização do campo no Brasil combinado com o ideário da Revolução Verde foi movido pela expansão da crise do capital nos anos de 1970, como um movimento de reprodução de capitais internacionais ociosos do centro para a periferia do capitalismo e, nesse contexto, o capital fictício criado nos circuitos financeiros passou a determinar não somente o processo de modernização da agropecuária nacional, como também, tornou-se a própria mediação social da sociedade capitalista. Desse modo, é possível pontuar que o ideário da Revolução Verde foi criado em 1970 como uma ação política, ideológica e econômica do capitalismo financeirizado para possibilitar a atuação estratégica do capital financeiro na modernização do campo brasileiro. Segundo Mendonça (2013), para garantir a sustentação desse projeto pela opinião pública, a ideia veio acompanhada de propagandas com supostas vantagens dessa política agrícola, no sentido de proporcionar o aumento da produtividade e gerar abundância de alimentos para a população mundial. No entanto, como é possível constatar com fatos, a Revolução Verde não foi capaz de resolver o problema da fome, pois em pleno século XXI ainda há mais de 800 milhões de pessoas passando fome no mundo e, que, portanto, esse ideário não passou de uma narrativa para esconder o verdadeiro interesse do capital financeiro internacional no país: se apropriar da riqueza materialmente produzida no campo brasileiro.

Silva (1981) destaca que a execução desse projeto modernizador no campo brasileiro teve como princípio básico a promoção de inovações tecnológicas que podem ser classificadas em três tipos: a) inovações mecânicas que atingem em especial a intensidade e o ritmo da

jornada de trabalho por meio da mecanização do setor, b) inovações físico-químicas com o objetivo de modificar as condições naturais do solo para elevar a produtividade por meio da utilização de adubos e/ou fertilizantes físico-químico e c) inovações biológicas com o estudo e desenvolvimento biotecnológico de cultivares mais resistentes às intempéries naturais e de maior produtividade.

No café é possível verificar esse projeto modernizador pela mudança na base técnica produtiva da cafeicultura pautada na promoção de inovações tecnológicas, tendo em vista que os produtores, em sua maioria, eram acostumados com técnicas rudimentares, como por exemplo, a utilização da tração animal e a não utilização de adubos químicos e agrotóxicos. Essas técnicas rudimentares foram sendo substituídas por inovações tecnológicas, a exemplo dos tratores, colheitadeiras e a fertilização de solos com adubos químicos nitrogenados, fosfatos e potássios (NPK). O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e o IBC cumpriram papéis importantes no desenvolvimento de pesquisas para promover combinações de fatores de plantio associados a insumos químicos, mecanização e biotecnologia.

O Estado brasileiro financiou pesquisas e disponibilizou crédito e assistência técnica para os produtores com a finalidade de promover o uso intensivo do pacote tecnológico nas novas variedades de cafezais desenvolvidas. A principal fonte de recursos destinados para essa finalidade era proveniente do Fundo de Defesa dos Produtores Agropecuários – Café (FDPA-C), fundo que fazia parte do PRRC. Além disso, existia um crédito rural para os cafeicultores fornecido pelo Banco do Brasil²³.

As variedades de café Mundo Novo e Catuaí foram substituindo os cafezais tradicionais (Bourdon e Comum). As novas variedades foram desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Pesquisa (IAC). O financiamento estatal destinado para implantação dessas novas variedades levou em consideração as duas espécies de café que se consolidavam enquanto gosto do consumo mundial e, conseqüentemente, tornaram-se o carro-chefe da produção brasileira, são elas:

O café *canephora* ou conilon e o café Arábica. O Café Conilon é inferior em aroma, doçura, acidez. É uma bebida mais neutra, é utilizada nas grandes indústrias por ter uma produção mais barata. Ele é muito utilizado no café tradicional em pó coado em casa para “dar tinta”, ou seja, fornecer uma coloração mais escura à bebida. Esse é o tipo de café mais procurado pelo brasileiro. Como o conilon não possui aroma, doçura, acidez etc., torna-se ideal para fazer *blends* (mistura) com o café arábica, construindo uma base mais neutra na bebida e servindo para baratear o custo de produção, tendo em vista que é mais em conta do que o arábica. Resumindo, o café arábica é de

²³ Informações obtidas em Santana (2016).

melhor qualidade, pois é um grão de excelência e, por esse motivo, boas bebidas, geralmente, serão feitas de cafés cem por cento arábica, por ser uma espécie de maior qualidade (Barista 1, Empresa A, Trabalho de Campo, 2019).

Do ponto de vista das características gerais da planta, é possível pontuar os seguintes atributos de cada espécie: o café conilon geralmente é cultivado em regiões de baixas altitudes que apresentam temperaturas médias. Essas condições edafoclimáticas são fundamentais para garantir que a espécie seja mais produtiva. Além disso, é uma planta mais resistente e precisa de menos cuidados. A planta atinge de 2 a 5 metros de altura e possui uma floração rápida que acontece em média 3 vezes ao ano, originando frutos vermelhos e esféricos. O café arábica é cultivado em altitudes mais elevadas entre 900 e 1200 metros, com temperaturas amenas entre 18 e 22°C. O desenvolvimento dessa planta ainda está ligada a um regime de chuvas bem distribuídos com médias pluviométricas entre 600mm e 1500mm anuais. Essa espécie exige mais cuidado com a planta e é menos produtivo do que o conilon. No entanto, o arábica é a espécie mais produzida e comercializada mundialmente por possui um grão de melhor qualidade²⁴.

O IAC articulou-se com empresas privadas do setor agropecuário no intuito de captar recursos para as pesquisas científicas dessas novas variedades de cafeeiros. Assim foram criados os Fundos de Pesquisas que funcionavam como fonte adicional de financiamento da instituição. Os financiamentos obtidos variavam de 5% a 15% do orçamento do IAC. O recurso era constituído por meio de investimento de empresas privadas fornecedoras de insumos e máquinas agrícolas, como a Fundação Rockefeller, Shell Mex, Standard Oil, Anderson Clayton, Moinho Santista, Serrana e Manah S.A. Nesse contexto, as novas variedades de café (Mundo Novo e Catuaí) criadas pelo IAC tinham que ser muito mais resistentes às pragas e obter alta resposta ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, satisfazendo, portanto, os quesitos necessários para serem adotadas como variedades de alto rendimento e produtividade (SILVA, 1994).

Em outras palavras, essa lógica de financiamento voltado para as pesquisas na cafeicultura nacional tinha como condição primordial, criar espécies de café adequadas para receber insumos e máquinas agrícolas das próprias multinacionais produtoras e comercializadoras desses produtos, ou seja, essas multinacionais forneciam parte do financiamento para as pesquisas no IAC e, em contrapartida, as pesquisas serviam para criar

²⁴Os dados sobre essas duas espécies de café foram extraídos dos seguintes endereços eletrônicos: Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/grao-sagrado/noticia/arabica-x-conilon-as-diferencas-na-producao-e-no-consumo-do-cafe.ghtml>. Acesso em 19 de Junho de 2020.
Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=13626>. Acesso em 19 de Junho de 2020.

um mercado consumidor para seus produtos. Essa dinâmica operacional demonstra a articulação das finanças, do Estado nacional, do capital nacional e do capital internacional a serviço do projeto de modernização das lavouras de café no paradigma da Revolução Verde. É essencial enfatizar que essa, inclusive, é mais uma forma particular na qual o capital fictício assumindo a forma de capital a juros e por intermédio de multinacionais em conluio com Estado, promoveu a financeirização do café no Brasil nesse período.

Essa dinâmica da financeirização estimulou o aumento do uso de inovações tecnológicas na cafeicultura no Brasil. Nas linhas a seguir apresentarei alguns dados que comprovam essa realidade.

A adoção dos novos cultivares associada ao consumo de adubos químicos e agrotóxicos aumentou em todos os estados produtores. Até a década de 1960, o uso desses insumos não era uma prática utilizada na maioria das áreas produtoras de café. Após a implantação desses programas, a adubação química passou a ser utilizada em mais de 90% da área plantada em Minas Gerais e São Paulo (FREDERICO, 2017). Em meados da década de 1970 houve uma explosão do consumo de fertilizantes nas lavouras de café. As regiões produtoras foram responsáveis pelo consumo de cerca de 60% da demanda nacional de fertilizantes químicos. O consumo de agrotóxicos e máquinas agrícolas também aumentou em todo país (SILVA, 1994). A mecanização passou a integrar todas as fases do processo produtivo do café. Com as máquinas sendo utilizadas em todo ciclo da produção, criou-se condições necessárias para o desenvolvimento de uma cafeicultura empresarial mais moderna e muito mais competitiva. A irrigação das lavouras passou a ser em alta escala, com adoção de novos métodos e o uso de muita tecnologia. O resultado dessas ações foi o aumento da produção de café em diversas áreas produtoras (SANTANA, 2016).

De modo geral, observa-se que a intensificação do uso de máquinas e insumos químicos nos cafezais promoveram, também, transformações na paisagem rural. As novas variedades passaram a ser plantadas em espaçamentos sistematizados em formas de ruas para facilitar deslocamento de máquinas entre as plantas. A tecnologia também produziu a sobreposição da ação humana sobre a natureza, pois áreas antes inadequadas para o cultivo de café, como o cerrado, passaram a ser aproveitadas para o plantio. Isso foi possível pelo desenvolvimento e utilização da técnica da calagem, isto é, aplicação de calcário no solo para corrigir a acidez, para assim, torna-lo mais fértil²⁵. No entanto, esse movimento de modernização da cafeicultura não atendeu a todos os produtores. Na verdade, houve uma

²⁵ Informações obtidas no trabalho de campo.

“modernização conservadora” (DELGADO, 2012), ou seja, a modernidade conservou e aprofundou as desigualdades no campo, pois, os capitalistas tiveram acesso facilitado ao crédito para investir nas lavouras de café (de acordo com as exigências do pacto tecnológico) enquanto, por outro lado, os camponeses, sem recursos e, nesse momento, sem crédito, ficaram ainda mais vulneráveis à lógica de concorrência do mercado.

Na década de 1980, os grandes produtores capitalistas de café apresentavam bons resultados de produtividade, cerca de 30 a 50 sacas de café por hectare. Por outro lado, no mesmo período, os pequenos produtores camponeses apresentavam uma marca inferior a 10 sacas de café por hectare²⁶. A alta produtividade dos grandes produtores justifica-se pelo acesso as novas tecnologias, como por exemplo, sementes e mudas desenvolvidas em laboratórios apropriadas para responder ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, assistência técnica e utilização de máquinas no plantio. A baixa produtividade dos pequenos produtores está justamente na falta de acesso às essas inovações tecnológicas, ao crédito e à assistência técnica. Por conta disso, o projeto de modernização do café se estabeleceu de forma desigual e contraditória, tendo em vista que os empréstimos e subsídios fornecidos pelo Estado serviam apenas as elites agrárias, excluindo, portanto, a figura do camponês e o projeto da reforma agrária.

Esse contexto da modernização da agropecuária nacional está intimamente ligado com a constituição dos chamados “Complexos Agroindustriais”, isto é, a integração técnica entre agricultura e indústria. A agroindústria atual é originária da fusão entre esses dois setores. O processo teve como base a integração via indústria a montante (meios de produção para a agricultura, como por exemplo, as indústrias de fertilizantes, máquinas e agrotóxicos) e a indústria a jusante – processamento de produtos agrícolas (DELGADO, 1985). No caso do café, a constituição da indústria a montante foi composta basicamente por institutos de pesquisa, bancos públicos e privados, bolsas de valores e mercados futuros, indústria fornecedora de insumos agrícolas e máquinas. A jusante foi constituída por cafeicultores, exportadoras, indústria de torrefação e moagem, corretores de café, portos de exportação, lojas de atacado (supermercados) e de varejo (cafés, bares, restaurantes etc.).

Oliveira (2002, 2016) destaca que a constituição da agroindústria uniu aquilo que o capital outrora separou em seu processo de acumulação: campo-cidade. As relações espaciais entre campo-cidade fundiram-se pela conexão das atividades da indústria a montante com a jusante. Nesse caminho, parto da elaboração do conceito de “produção capitalista do espaço”,

²⁶ Informações obtidas em Silva (1994).

formulado por Harvey (2005), para assinalar que do ponto de vista da dimensão espacial, a constituição da agroindústria no café caracterizou-se pela organização capitalista do espaço, no sentido de sistematizar de forma racional a lógica da reprodução das relações capitalistas na economia cafeeira nos espaços do campo-cidade, conectando as esferas de atividade a montante com a jusante. Assim, a fusão entre agricultura-indústria na cafeicultura, articulada ao processo de modernização do setor, atuou para promover a “anulação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005), ou seja, possibilitou a aceleração do fluxo de capital em suas diversas formas com a finalidade de diminuir o tempo de circulação do capital pelo espaço, para com isso, superar barreiras espaciais de acumulação e promover a expansão do capital financeiro na economia cafeeira. Na esteira desse movimento, soma-se a intensificação do processo de expansão de multinacionais do café para o Brasil, como por exemplo, Nestlé, Jacob, Sara Lee, Volcafé, ED&F Man, entre outras. Essas empresas instalaram-se estrategicamente no Brasil e, em alguns outros países produtores, para obter maior controle sobre a produção e comercialização do café.

Portanto, o período de 1970 até 1990 retrata a fase inicial da financeirização do café no Brasil. O Estado brasileiro foi importante financiador e promotor das investidas capitalistas na cafeicultura. A atuação do IBC/GERCA e do Programa de Financiamento do PRRC fez parte da aliança de institutos públicos de pesquisas com empresas estrangeiras, fornecendo crédito para a expansão das lavouras e mudança da base técnica produtiva cafeeira, tornando-a mais competitiva e empresarial. Nesse contexto histórico-geográfico foram criadas as condições objetivas para a consolidação da financeirização do café aos moldes atuais.

1.4. A fase atual da financeirização do café no Brasil (de 1990 até os dias atuais)

A década de 1990 demarca a consolidação da atual fase da financeirização do café no Brasil. Demonstrei que no período anterior, o capital fictício ocioso presente nos bancos e demais instituições financeiras dos países centrais, penetrou na cafeicultura brasileira por meio do crédito subsidiado pelo Estado nacional, na qualidade de capital dessubstancializado para capturar valor materialmente produzido nos cafezais. O que se apresenta de novo no atual momento da financeirização é que o capital fictício penetra na economia cafeeira por meio das bolsas de valores e mercados futuros, que se tornaram o ponto central para reprodução fictícia de capital no café. Isso só se tornou possível porque houve o aprofundamento da crise estrutural do capital ainda em curso, fazendo com que o capitalismo financeirizado assumisse dimensões ainda mais complexas e fetichistas, de modo que a lógica especulativa do capital fictício firmou-se no comando do processo de acumulação global do capital.

De acordo com Carcanholo e Sabadini (2015), essa dinâmica da economia capitalista financeirizada está fundamentada numa relativa autonomia do capital fictício no processo de acumulação do capital, tendo em vista que ao mesmo tempo em que mantém relações de certa autonomia frente ao capital produtivo, simultaneamente, também mantém relações de dependência, levando em consideração que para continuar o ciclo de valorização precisa capturar o valor do produtivo. Cabe aqui reforçar que o problema estrutural dessa relação contraditória é a criação de bolhas financeiras especulativas, compostas por montantes de capital fictício muito maior do que o valor gerado na produção.

A título de demonstração, uma análise feita pela Mitsubishi UFJ securities constatou que em 2010 a economia mundial estava estimada em UU\$ 48,1 trilhões, enquanto o montante global de capital fictício em ações, títulos e depósitos, ultrapassava a quantia de UU\$ 151 trilhões²⁷. Esse dado evidencia uma economia financeira três vezes maior do que a economia real, demonstrando, portanto, o gigantismo das finanças em relação à riqueza material produzida. Mais do que isso, esse dado explica o processo de autonomia relativa do capital fictício que, de forma contraditória, se descola em parte do capital produtivo, pois para manter-se em atividade precisa capturar a mais-valia real, criando assim, um sistema de bolhas financeiras especulativas como fim em si mesmo. Portanto, essa lógica do capitalismo financeirizado em crise torna-se cada vez mais aguda e atinge diversas esferas de atividade da sociedade capitalista.

É nesse contexto que o café e a agropecuária de modo geral são financeirizados e subordinados a essa lógica especulativa financeira. Isakson (2014) explica que a expansão dessa crise capitalista na agropecuária mundial reproduziu a lógica do predomínio das finanças sobre o comércio e produção agroalimentar. Os mecanismos de especulação nas bolsas de valores e mercados futuros tornaram-se cada vez mais determinantes nessa atividade. Com isso, atores financeiros passaram a desempenhar um papel mais ativo na agropecuária mundial. Para Mitidiero JR (2021), o processo de “financeirização da agricultura (domínio do capital financeiro na agricultura)” passou a estimular investimentos financeiros em terra e produção agropecuária, e o agronegócio contemporâneo passou a operar em função da produção de alimentos em forma de *commodities*, como o café, soja e milho e, nesse caso, a produção agrícola ficou subordinada à jogatina especulativa das bolsas de valores e mercado futuros.

Esse processo de financeirização produziu mudanças de paradigma no mercado cafeeiro. O ideário da Revolução Verde e a forte atuação do Estado na economia do café foram

²⁷ Dados obtidos em Dutra Júnior (2010).

as principais bases para a reprodução de capital fictício no período anterior. Devido o movimento de ascensão da lógica especulativa financeira, essas bases foram sobrepostas e sucedidas pelo projeto do neoliberalismo. Parto da interpretação de Oliveira (2016) para definir que o neoliberalismo tem sua gênese histórica na vertente do liberalismo clássico de Adam Smith – “a mão invisível do mercado” - e, como tal, se define como um conjunto de ideias capitalistas de ordem política e econômica, fundada no princípio da liberalização do mercado em escala mundial e do não intervencionismo do Estado na Economia. Na atualidade do capitalismo financeirizado, o ideário do neoliberalismo assume o posto de ideologia dominante em diversas esferas da sociabilidade humana para promover a financeirização.

Milton Friedman²⁸ e Ludwig Mises²⁹, respectivamente das Escolas de Chicago e Austríaca, são reconhecidos como uns dos principais pensadores do neoliberalismo. Para eles, a intervenção do Estado na economia é o problema central do capitalismo contemporâneo e, portanto, a solução para resolver esse problema e possibilitar a construção de uma sociedade livre e mais justa seria por meio da prática do livre mercado em escala global. No entanto, como é possível constatar objetivamente, o remédio transformou-se no próprio veneno para o capitalismo atual, pois os problemas sistêmicos não foram resolvidos e as contradições foram expandidas para os quatro cantos do mundo, subordinando a economia capitalista às determinações da financeirização.

O ideário neoliberal que reestruturou o mercado cafeeiro dos países do Norte e do Sul foi influenciado por essa economia neoclássica, em especial, a hipótese dos mercados eficientes formulada por Milton Friedman (ISAKSON, 2014). A proposta propunha uma Nova Arquitetura Financeira, baseada na participação mínima do Estado na economia para que o mercado ficasse responsável por gerir a economia de forma eficiente. A visão do Estado como predador da economia e máquina clientelista passou a dominar progressivamente no mercado de café. O projeto neoliberal cristalizou-se em conluio com instituições internacionais, como o

²⁸ Milton Friedman ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1976, ficou conhecido para muitos como “o pai do neoliberalismo” e, até hoje (século XXI), sua obra e ideais influenciam pensadores dessa matriz de pensamento. A Escola de Chicago, nesse sentido, é muito conhecida por defender ideais neoliberais. Para maiores informações sobre autor e a Escola, consultar a obra *Capitalismo e Liberdade* presente em nossas referências.

²⁹ Ludwig Von Mises é tido como um dos pensadores mais consagrados da Escola Austríaca. No Brasil, há um instituto em sua homenagem, responsável por disseminar seus estudos e visão de mundo pautada, fundamentalmente, na liberdade de mercado para a composição de uma sociedade livre. Para maiores informações sobre o pensamento de Von Mises, acesse o site do Instituto Mises Brasil; lá você encontrará, também, um pouco da história da Escola Austríaca, além de livros, artigos dentre outros materiais fornecidos pelo Instituto no intuito de promover as ideias defendidas pelo autor. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em 14/04/2020.

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, aconselhando governos da periferia capitalista para liberarem suas economias para as empresas dos países centrais.

O regime neoliberal baseou-se, necessariamente, na privatização, desregulamentação e abertura de mercados. Nesse sentido, as políticas agrícolas na cafeicultura resultaram na substituição da “regulamentação estatal para a regulamentação neoliberal” (DAVIRON e PONTE, 2005), pautada nas multinacionais de exportação e torrefação de café, fortemente vinculadas com o capital fictício. Para Dulci (2021), desenvolve-se, nesse contexto, uma nova forma de governança da rede global de café na atualidade, no sentido de que essa governança impõe novas dinâmicas sintomáticas ao projeto neoliberal, motivadas pelo deslocamento do poder de atores públicos para os privados, tendo como princípios básicos a concentração e intensificação da financeirização no setor. A meu ver, em razão desses fatores, a cafeicultura no Brasil que, historicamente, baseou-se na forte intervenção estatal, foi gradativamente sendo substituída por uma economia cafeeira pautada nos princípios neoliberais, que teve como objetivo principal a abertura dos mercados com a retirada do Estado como interventor direto da economia cafeeira para, com isso, abrir caminho para as multinacionais do setor e facilitar o fluxo de capital fictício no comércio mundial dessa *commodity* aos moldes atuais do capitalismo financeirizado.

Com base nisso, o neoliberalismo promoveu algumas alterações político-normativas que produziram transformações significativas no agronegócio do café. O fim dos AICs e a extinção do IBC demonstra essa mudança de paradigma na economia cafeeira, consolidando assim, a retirada direta do Estado como interventor dessa economia no Brasil e no mundo. É válida uma interseção para destacar que a aceitação do projeto neoliberal na cafeicultura não foi algo automático, visto que precisou de um aparato ideológico de convencimento. Nessa direção, Frederico (2013) explica que o convencimento ideológico para a implantação do projeto neoliberal foi tão incisivo que os próprios cafeicultores foram favoráveis à extinção das agências estatais e do fim da intervenção do Estado na economia cafeeira. O discurso era que a livre iniciativa privada acabaria com a corrupção e ineficiência presente nessas agências. Contudo, o discurso dominante não permitiu que os cafeicultores compreendessem que o fim da intervenção estatal e das agências reguladoras aumentaria a sua vulnerabilidade às leis do mercado financeirizado.

O fim do Acordo Internacional de Café (AIC) em 1989 promoveu transformações na cadeia global de valor do café. Esse ano é reconhecido como o fim da regulação estatal do

mercado internacional de café (DULCI, 2021, p.69)³⁰. Durante o regime dos AICs, os países produtores tinham maior influência sobre o estoque e o preço do produto. Com o fim do acordo, as corporações mundiais na figura das exportadoras e torrefadoras aumentaram seu papel de liderança no mercado mundial de café. Como consequência houve um enfraquecimento da participação dos países produtores na cadeia global de valor do café (DAVIRON e PONTE, 2005). Além disso, com o AIC, o preço do mercado futuro de café era relativamente previsível, pois os Estados produtores mantinham o controle sobre a produção, a comercialização e o estoque. Após o fim do AIC, o mercado futuro de café passou a determinar o mercado físico e os preços tornaram-se cada vez mais reféns da especulação financeira.

No cenário nacional, o projeto neoliberal também avançou nas medidas para desregulamentação do mercado cafeeiro para, desse modo, diminuir a participação do Estado na economia cafeeira. A política normativa que legitimou essa transformação foi a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) “por meio do Decreto n.99.240, de 7 de maio de 1990” (DULCI, 2021, p.102). A extinção do IBC modificou a forma na qual o Estado brasileiro se relacionava com economia cafeeira, de modo que:

A extinção do IBC, em 1990, e a não-criação de uma nova instituição para substituí-lo na coordenação da cadeia agroindustrial do café deixaram um vazio institucional no estabelecimento e execução das políticas setoriais destinadas a um produto que estava sob tutela do Estado há quase um século (...). Em consonância com as constantes e veementes contestações a essa tutela, nos últimos anos da década de 1980, havia sido criado, de repente, um novo contexto de negócio aos quais todos os agentes precisavam se adaptar (RUFINO, 2006, p.82).

Por conta da liberalização e desregulamentação do setor, o controle da economia cafeeira no Brasil ficou a cargo das multinacionais de café e subordinada à financeirização, e o preço do café que antes possuía forte influência do IBC, passou a ser orientado pela oferta e demanda do mercado mundial dessa *commodity* e inteiramente definida pelas Bolsas de Valores de Nova Iorque, no caso do arábica, e Londres, no caso do conilon. De forma abrupta, vários setores do agronegócio do café no Brasil foram condicionados a enfrentar uma nova realidade imposta pela liberalização do mercado. Esse novo paradigma imposto na cafeeira no país substituiu a regulação estatal por uma regulação corporativa financeirizada.

³⁰ É importante registrar que outros Acordos foram assinados após o fim dos ACIs, como é o caso do mais recente em 2007. No entanto, estavam subordinados à lógica da governança corporativa da rede global de café (DULCI, 2021, p.100).

Dulci (2021) chama a atenção de que o completo recuo do Estado na cafeicultura brasileira nunca aconteceu, pois não é interessante para o setor produtivo e nem para o setor financeiro, já que para eles, interessa um Estado capaz de garantir um ambiente favorável para o agronegócio do café, capaz de gerir e executar determinadas ações para o setor, tais como, a infraestrutura de estradas e portos, incentivo à produção, estímulo ao comércio e o investimento em pesquisas. Nesse cenário, apesar do avanço das políticas neoliberais, o Estado seguiu tendo importância para a promoção do desenvolvimento da economia cafeeira nacional na atualidade. Sob a forma de um novo arranjo institucional, diferentes órgãos públicos passaram a realizar atividades complementares ao setor privado.

A criação do Consórcio Pesquisa Café (CPC) no ano de 1996 faz parte do novo arranjo institucional estatal vinculado às políticas neoliberais. O consórcio formou-se pela união de mais de 50 instituições de pesquisas, coordenadas pela EMBRAPA-CAFÉ. O objetivo foi substituir o vazio deixado pelo fim do IBC – principal articulador e financiador de pesquisas ligadas ao café. Fazem parte do consórcio instituições públicas e representantes de organizações privadas, como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Conselho Nacional do Café (CNC), Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), Associação Brasileira da Indústria de Solúvel (ABICS) e o Conselho Nacional dos Exportadores de Café (CECAFE)³¹.

Retorno à formulação de Mézáros (2011) para entender o papel do Estado no agronegócio do café no Brasil. Para o autor, a tríade Capital-Trabalho-Estado é a base estrutural da ordem sociometabólica do capital, sendo que o papel do Estado nessa estrutura é de atuar como uma forma de comando político do capital, mediando contradições sistêmicas. Até os anos de 1990, o “Estado sob a forma de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2011) atuou como interventor da economia cafeeira. A partir dos anos de 1990 até os dias atuais, o Estado sob a égide do neoliberalismo reconfigurou sua forma de comando político do capital, retirando-se do controle direto da economia do café, deixando a cargo da lei do livre mercado e ficando responsável, principalmente, pelo investimento em pesquisas científicas para o setor e outras funções complementares.

Além disso, é importante reportar que o agronegócio do café no Brasil está inserido no que Talbot (2002) denominou de “nova forma de desigualdade internacional”. Essa nova forma é sobreposta à antiga, e a principal novidade é a financeirização na divisão internacional do

³¹ Informações obtidas no site oficial do Consórcio Pesquisa Café. Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/separador1/conselho-deliberativo-da-politica-do-cafe-cdpc>. Acesso em agosto de 2022.

trabalho entre os países do Norte e do Sul. Nesse caso, os países produtores do Sul continuaram como exportadores de *commodities* para os países do Norte, só que dessa vez, sob o domínio das finanças. Essa dinâmica financeira na divisão internacional do trabalho tem sido chamada na literatura de “reprimarização da economia”, pois a financeirização reforça a posição de ex-colônia dos países da periferia, que mantiveram como base das suas economias domésticas a exportação de *commodities* agrícolas e minerais para os países do centro. Nesse contexto, Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021), explicam que a atual conjuntura do Brasil aponta para um aprofundamento da reprimarização da economia, marcada por um movimento de desindustrialização e/ou desnacionalização da capacidade produtiva do país, tendo em vista que é cada vez maior a dependência externa de mercadorias industrializadas.

No caso do agronegócio do café no Brasil, a nova forma de desigualdade internacional se estabeleceu da seguinte forma: as multinacionais (exportadoras e torrefadoras) dos países do Norte estabeleceram filiais no país, assumindo assim, o controle sobre a produção, comercialização e o estoque do produto, inclusive para especulação no mercado financeiro. Com isso, o mercado de café no país ficou determinado pela lógica especulativa do capital fictício, isto é, cafeicultores, corretores e empresas locais ficaram subordinados aos desígnios das multinacionais de café e especuladores financeiros e, desse modo, reforçou a vulnerabilidade desses sujeitos na cadeia global de valor desse produto.

De modo geral, pode-se pontuar que o atual momento da financeirização do café no Brasil difere-se daquele período dos anos de 1970, pois conforme já foi mencionado, na atualidade, o capital fictício intensificou o seu processo de autonomização na cafeicultura, forjando novas formas de reprodução, assumindo o controle do mercado mundial dessa *commodity*, produzindo inclusive, transformações nos arranjos espaciais do café no Brasil. Contudo, esses processos são complexos e não caberiam nesse tópico, sendo assim, serão descritos de forma mais detalhada nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: A GEOGRAFIA DO CAFÉ NA ATUALIDADE

2.1. A geografia do café no contexto global

Conforme foi abordado no capítulo anterior, com o processo de financeirização do agronegócio do café no Brasil e no mundo, o capital fictício passou a atuar como mediador no processo de acumulação do capital no setor. Isso significa que a geografia do café na atualidade é condicionada pelas finanças, portanto, os arranjos e as dinâmicas estabelecidas internacionalmente nos espaços da produção ao consumo dessa *commodity* são subordinados pelo fenômeno da financeirização. Optei em demonstrar essa dinâmica espacial da cafeicultura mundial financeirizada com base na formulação de Harvey (2005) sobre “desenvolvimento geográfico desigual”, no sentido de descrever as dimensões espaciais da desigualdade entre os países produtores e consumidores de café, apontado dados atualizados dos principais produtores, exportadores e reexportadores dessa *commodity*, bem como, o papel de cada um deles nesse mercado global.

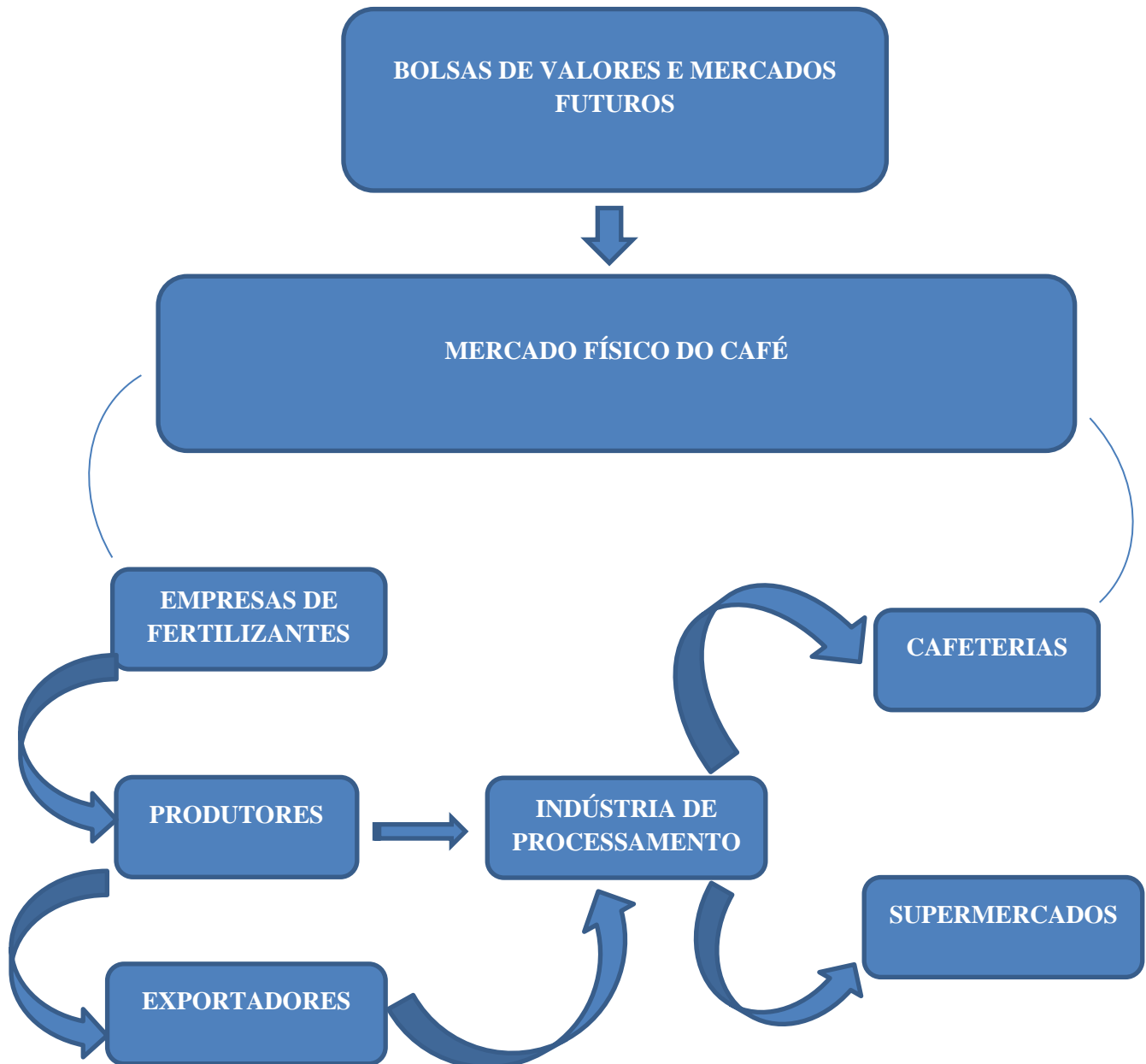
Talbot (2002) e Davirone e Ponte (2005) concordam que o ideário neoliberal ressignificou a relação de subordinação dos países produtores para com os consumidores e, nesse aspecto, a geografia do café mundial que antes era controlada por estados dos países produtores e consumidores, passou a ser comandada pelas multinacionais do setor e determinada pelas finanças.

Desse modo, vale a pena enfatizar que não só o café, mas a agricultura de modo geral passou a estruturar-se em três pilares: a) a produção de alimentos em forma de *commodities*, b) as bolsas de valores e mercado futuro e c) as empresas monopolistas mundiais. No primeiro pilar, o objetivo foi transformar a produção do campo em produção de *commodities*, com isso, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como estratégia nacional, passando a ser, meramente, uma mercadoria negociada no mercado global. No segundo pilar, as bolsas de valores e mercado futuro passaram a ter papéis essenciais nessa estrutura como centro reguladores dos preços mundiais das *commodities*. E, por fim, a formação de empresas monopolistas mundiais possibilitou o controle monopolista da produção das *commodities* do campo (OLIVEIRA, 2016).

Tal configuração permite analisar as relações estabelecidas na geografia global do café. Para Dulci (2021), a internacionalização do capital financeirizado criou condições para a constituição de uma rede de produção global de café sob a gestão de uma governança

corporativa, envolvendo importantes agentes financeiros e econômicos em escala global. Esses agentes são divididos, respectivamente, em dois grupos: a) bolsas de valores e mercados futuros e b) mercado físico; como é possível verificar com detalhes no organograma abaixo:

Organograma 1: Principais agentes financeiros/econômicos do mercado mundial de café na atualidade



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Organização: NOVAIS, Weldon P.S.de; 2021.

Como constatei em entrevistas realizadas na cidade de Santos-SP e no importante porto dessa cidade, as bolsas de valores e mercados futuros são o centro financeiro do mercado mundial de café, responsáveis pela regulação do preço dessa *commodity*, além de negociar outros instrumentos financeiros, como por exemplo, ações das multinacionais de exportação e torrefação. Os principais participantes do mercado físico de café são as empresas de fertilizantes/sementes/adubos químicos e agrotóxicos, produtores, exportadoras, indústria de processamento, supermercados e redes de cafeterias. Descrevendo esse processo de forma sintética, o produtor de café³² compra o fertilizante/adubo para cultivo da planta, as exportadoras compram o grão verde para negociar no mercado internacional, as indústrias de processamento compram das exportadoras (e em alguns casos, compram diretamente do produtor) e, finalmente, supermercados e cafeterias compram o café industrializado/processado para repassar para o consumidor final.

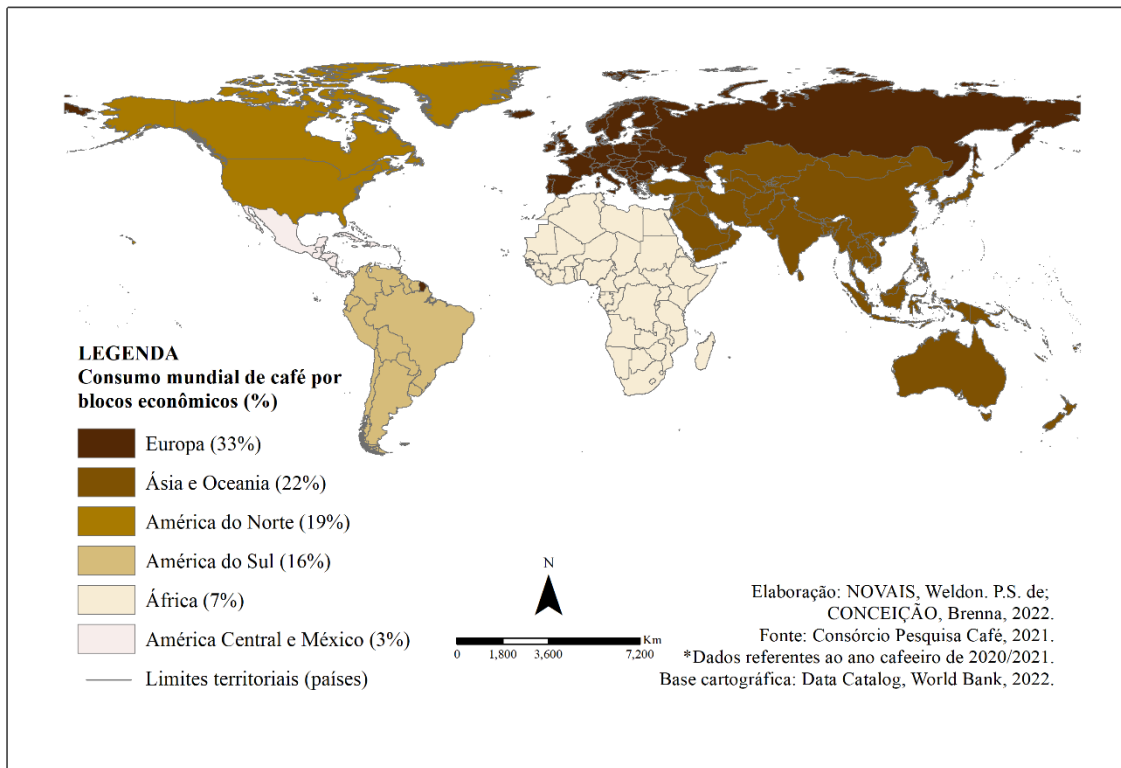
Para Dulci (2021), essa dinâmica do mercado físico de café se estabelece na forma de rede, organizando a produção e o consumo a partir de uma integração funcional que tece conexões e arranjos espaciais em escala local-global. Considero que uma primeira aproximação analítica para desvendar esses arranjos espaciais articulados em rede, deve ser feita por meio da apresentação de alguns dados acerca da produção e consumo global de café.

De acordo com os dados apresentados no relatório sobre o mercado de café da OIC (2022), estima-se que a produção total do ano cafeeiro de 2020/21 no mundo foi de 168,88 milhões de sacas, sendo 99,26 milhões de sacas da espécie arábica e 69,62 milhões de conilon. Com relação ao consumo global desse produto no ano cafeeiro 2020/21, verificou-se que a Europa respondeu por aproximadamente 33% do consumo mundial de café, a Ásia & Oceania 22%, a América do Norte 19%, a América do Sul 16%, a África 7% e a América Central 3%³³. O dado revela que a Europa junto com o bloco da Ásia & Oceania são responsáveis pelo consumo de mais de metade do café produzido no mundo. Observe o mapa abaixo:

³² O Censo Agropecuário 2017 demonstra que a maior parte dos cafeicultores são proprietários da terra, tanto no cultivo do café arábica quanto no do conilon. A título de demonstração, segundo os dados desse censo, o Brasil possui o total de 188.392 estabelecimentos rurais de café arábica, desse montante, 165.027 são de proprietários, enquanto apenas 3.833 são de arrendatários e outros 8.782 são de parceiros. No caso do café conilon são 75.969 estabelecimentos rurais, sendo 61.981 de proprietários e apenas 588 de arrendatários e 4.678 de parceiros. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6955#resultado>. Acesso em janeiro de 2023.

³³Dados obtidos no site oficial. Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/1060-2021-06-09-17-43-48>. Acesso em fevereiro de 2022.

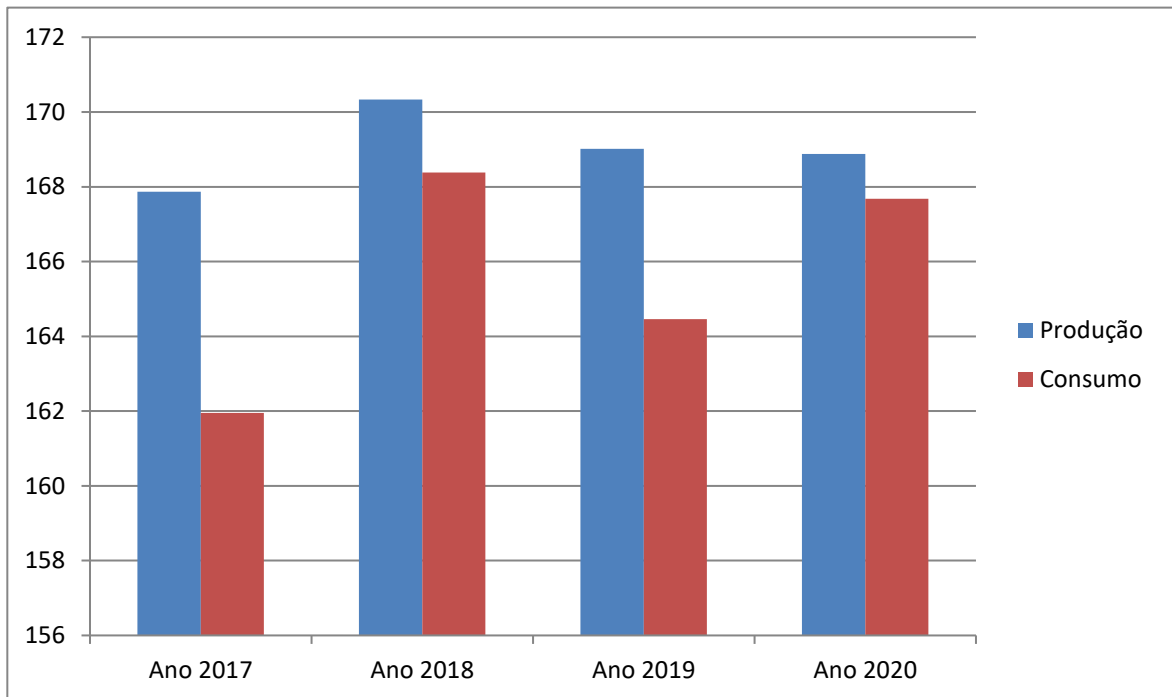
Mapa 2: Consumo mundial de café por bloco econômico



Nos últimos quatro anos tem se observado a diminuição da diferença entre a produção-consumo mundial de café. A título de informação, no ano cafeeiro de 2017 foram produzidas 167, 866 milhões de sacas de café no mundo para o consumo de 161,848 milhões de sacas. No ano seguinte, a produção foi de mais de 170 milhões de sacas e o consumo foi de mais de 168 milhões de sacas. Em 2019, a produção teve uma leve queda para pouco mais de 169 milhões de sacas e houve, também, a diminuição no consumo, para 164,46 milhões de sacas. Em 2020, houve uma produção de 168,879 milhões de sacas para um consumo de 167,683 milhões³⁴. O gráfico abaixo ilustra esses dados.

³⁴ Dados obtidos em (OIC. Relatório sobre o mercado de café, janeiro de 2022).

Gráfico 1: Produção-Consumo mundial de café em milhões de sacas (ano cafeeiro de 2017 a 2020)



Fonte: OIC. Relatório sobre o mercado de café, janeiro de 2022³⁵.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

Se comparamos o ano de 2017 com o ano de 2020, é possível observar que a diferença entre produção-consumo no primeiro ano foi de quase 6 milhões de sacas de café e, atualmente, essa diferença é de pouco mais de 1 milhão de sacas. De acordo com a reportagem da Revista Cafeicultura (2020)³⁶, essa tendência pelo aumento do consumo mundial de café pode ser explicada, em parte, pela soma de alguns fatores, como por exemplo, a popularização e expansão de novas marcas do produto ofertando cafés de diversas variedades e qualidade, expansão das redes de cafeteria pelo mundo e o aumento do consumo doméstico da bebida. Conforme constatei em entrevistas com corretores e demais sujeitos de pesquisa em Santos-SP, além desses fatores mencionados, acrescenta-se o aumento do consumo do café na Ásia, em especial na China, isso porque o consumo da bebida nesse país está em franca expansão, pois cada vez mais chineses estão se tornando adeptos a beber café. Segundo esses entrevistados, há inclusive, uma expectativa para uma crescente demanda pelo café brasileiro nesse país, que vem entrando no gosto dessa população.

³⁵ Informações disponíveis em: <https://www.ico.org/documents/cy2021-22/cmr-0122-p.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.

³⁶ Informações obtidas no site oficial. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=69032#:~:text=Esse%20crescimento%20vem%20sendo%20impulsionad,o,a%20bebida%2C%20entre%20outros%20fatores>. Acesso em novembro de 2021.

No entanto, outro ponto a ser destacado é que o café ainda é utilizado principalmente como uma bebida e, somente em alguns casos, o produto é usado como fornecedor de teor de cafeína para as indústrias farmacêuticas e de refrigerantes. Quando é comparado a outras *commodities* que ganharam a condição de *flex crops*³⁷, o café possui um aproveitamento muito restrito. O milho, por exemplo, pode ser usado na fabricação de sacolas plásticas, ração animal, substituto do açúcar, utilizado como um dos ingredientes na produção de cervejas, produção de etanol e entrar na composição de diversos alimentos (de iogurte a chicletes); o leite além de ser consumido como bebida é aproveitado para a produção de seus derivados (manteiga, queijo, iogurte etc.); o eucalipto pode ser usado na construção civil, na indústria moveleira, na produção de papel e papelão, como biomassa para geração de energia à vapor, na elaboração de cosméticos e produtos de limpeza e até na indústria alimentícia e farmacêutica; e o cacau tem muito aproveitamento para indústria de cosmético, bebidas e produção de chocolate. Desse modo, o aproveitamento restrito do café em relação a outras *commodities*, torna-se uma das barreiras que dificulta a expansão desse produto para outros ramos de atividade e, conseqüentemente, não fornece maiores possibilidades de ampliação comercial.

Por conta disso, o processo de comercialização mundial do café é outro aspecto de fundamental importância que precisa ser levado em consideração para interpretar o desenvolvimento geográfico desigual entre países produtores e consumidores dessa *commodity*. Nesse sentido, do ponto de vista comercial há, basicamente, três formas de comercialização do café no mercado mundial: a) café verde; b) café torrado; e c) café solúvel, descrito da seguinte maneira:

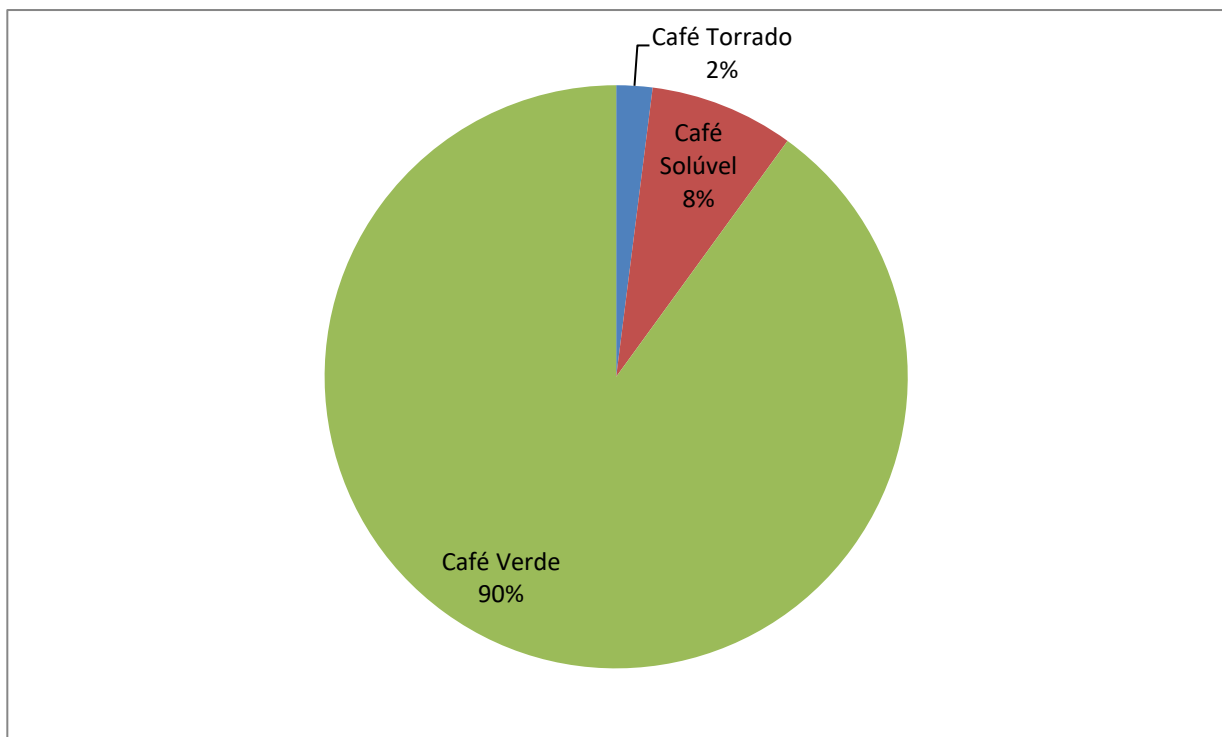
O café verde passa por um processo de beneficiamento que ocorre na fazenda e/ou cooperativa. O café é colhido na fazenda na forma de coco e é posto para secagem, para depois ser retirada a casca, separando os grãos de maior e menor qualidade. O café torrado é submetido a uma nova etapa de beneficiamento. Geralmente, é um procedimento que ocorre na indústria de torrefação e moagem, onde grão será colocado em altas temperaturas para ser torrado até atingir o ponto ideal para ser moído e torna-se um pó fino pronto para o consumo doméstico. O café solúvel também é produzido nas indústrias de torrefação e moagem. A primeira etapa para a produção desse café é a torrefação do grão em altas temperaturas, assim como se faz no café torrado. Após torrado, ao invés de ser moído para se tornar um pó fino, o grão é triturado em pedaços pequenos que serão submetidos a uma espécie de extração para transformá-lo em café líquido. Finalmente, o produto na forma líquida é submetido a uma máquina a vapor que promove a perda de água,

³⁷ Segundo Boechat e Pitta (2020), uma tradução plausível para *flex crops* poderia ser de lavouras de múltipla destinação ou simplesmente lavouras flexíveis, como a cana-de-açúcar, por exemplo, que pode ser aproveitada para diversas utilidades, como a produção de açúcar, cachaça e, até mesmo, na produção de etanol para o biodiesel, entre outras.

transformado o café da forma líquida para a forma em pó solúvel pronto para o consumo (BARISTA 2, Empresa B, Trabalho de Campo, 2019).

O café verde corresponde a 90% do café exportado no mundo, o comércio do produto solúvel representa em torno de 8% das exportações dessa *commodity* e, por fim, o café torrado possui menor participação nesse comércio global, representando aproximadamente 2% das exportações³⁸. O gráfico a seguir ilustra esses dados:

Gráfico 2: Percentual das exportações mundiais de café 2021 por tipo (verde, torrado e solúvel)



Fonte: OIC. Relatório sobre o mercado de café, janeiro de 2022.

Elaboração: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

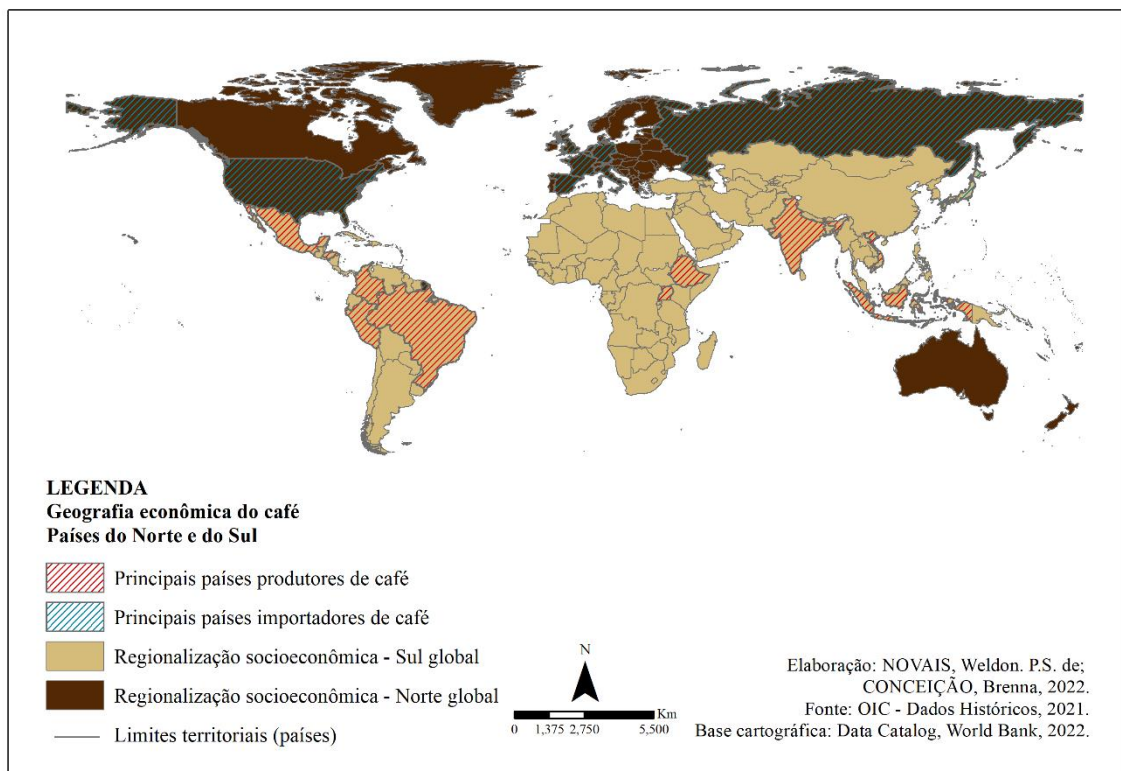
É importante mencionar que o fato do café verde representar 90% do café exportado no mundo, revela a subalternidade dos países produtores para com os países consumidores, tendo em vista que esse tipo de café é apenas uma matéria-prima semielaborada para exportação (ou seja, é uma *commodity* agrícola), enquanto que a produção do café torrado e moído exige melhor desenvolvimento tecnológico e infraestrutura industrial para sua produção. Essa dinâmica reafirma que o Brasil e demais países produtores são reféns da lógica da reprimizarização da economia, pois, o processo de financeirização que coloca o capital fictício no centro do processo de acumulação capitalista cria as condições necessárias para que a

³⁸ Dados obtidos em (OIC. Relatório sobre o mercado de café, janeiro de 2022).

tecnologia e a informação continuem concentradas nos países consumidores (países do centro do capitalismo), reproduzindo, assim, relações espaciais de desenvolvimento geográfico desigual na cafeicultura mundial.

As formulações de Talbot (2002) sobre a relação Norte-Sul entre países produtores x consumidores ajudam na interpretação desse fenômeno, pois parte do entendimento de que a produção, o consumo e a comercialização de café envolvem elementos que precisam ser explicados por uma perspectiva econômica e geográfica, uma vez que esses processos econômicos oriundos de uma nova desigualdade internacional, baseada nas finanças, se concretizam de forma desigual e combinada no espaço geográfico. Nesse sentido, acredito que essas dinâmicas espaciais devem ser ilustradas pela perspectiva de uma geografia econômica do café, conforme propus no mapa abaixo:

Mapa 3: Geografia Econômica do Café na atualidade: Países do Norte e Países do Sul



Como já informado nesse texto, mais de 90% da produção global de café ocorre nos países do Sul. Ao todo, são mais de 50 países em desenvolvimento responsáveis por essa

produção e envolve milhões de produtores, desde pequenos produtores familiares, tecnificados ou não, a grandes produtores altamente tecnificados e baseados no trabalho assalariado. Estes últimos passam a estar cada vez mais familiarizados com o mercado mundial-financeirizado do café. A tabela abaixo apresenta os dez principais países produtores de café na atualidade.

Tabela 3: Os 10 principais países produtores de café do ano safra 2019/2020

País	Produção em milhões de sacas
Brasil	58.211
Vietnã	30.487
Colômbia	14.100
Indonésia	11.433
Etiópia	7.343
Honduras	5.931
Uganda	5.509
Índia	4.988
México	3.985
Peru	3.836
Outros países	19.230
Total	165.053

Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

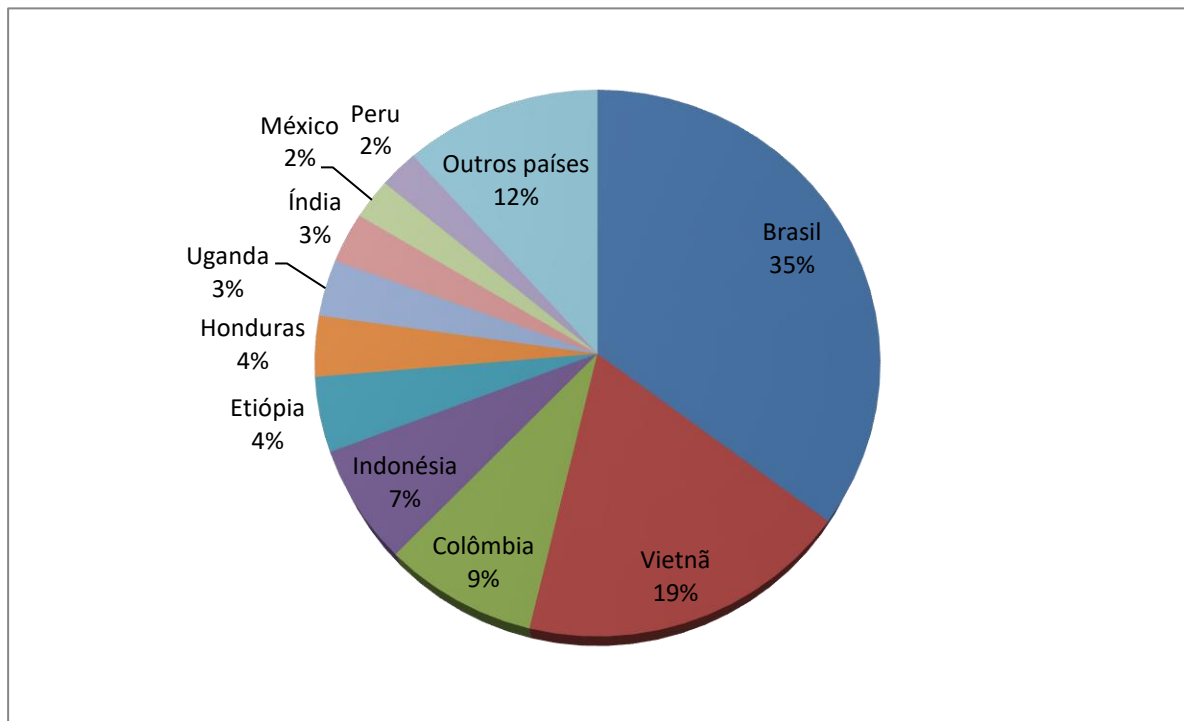
O Brasil se destaca como maior produtor mundial desse grão. Os outros quatro maiores produtores são: Vietnã, Colômbia, Indonésia e Etiópia. Com relação aos países asiáticos, Daviron e Ponte (2005) explicam que o cultivo comercial de café na Ásia só se disseminou durante a década de 1990, sendo que primeiro houve desenvolvimento desse cultivo na Indonésia e, posteriormente, houve desenvolvimento mais expressivo no Vietnã. Entre o período de 1990-2000 houve um *boom* na produção do Vietnã devido à expansão da fronteira cafeeicultora nesse país. Como consequência desse processo, a Colômbia que até a década de 1990 manteve a posição de segundo maior produtor mundial dessa *commodity*, perdeu o posto para Vietnã que, desde então, mantém-se firme nessa segunda posição e, atualmente, possui uma produção duas vezes maior do que a da Colômbia.

O continente africano também se destaca pela produção mundial de café. A Etiópia foi pioneira desse cultivo e, é também, atualmente, o principal país produtor da África, além de ser

reconhecida mundialmente como o centro de origem genética do café arábica; Uganda é outro país africano de destaque no mercado global de café. O conilon produzido nesse país é considerado um dos melhores do mundo e desempenha um papel fundamental nas principais misturas internacionais (DAVIRON e PONTE, 2005).

Do ponto de vista percentual, o Brasil representa em torno de 35% da produção mundial de café, seguido por Vietnã com 19%, Colômbia com 9%, Indonésia com 7% e Etiópia com pouco mais de 4%. Juntos, apenas esses cinco países representam quase 75% de todo o café produzido no mundo, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Principais países produtores de café-2021 (em porcentagem)



Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

* Dados referentes à produção mundial de café do ano safra de 2019/2020.

* Valores percentuais aproximados.

Os dez principais países produtores são, também, os principais exportadores de café na atualidade:

Tabela 4: Os 10 principais países exportadores de café do ano safra 2019/2020

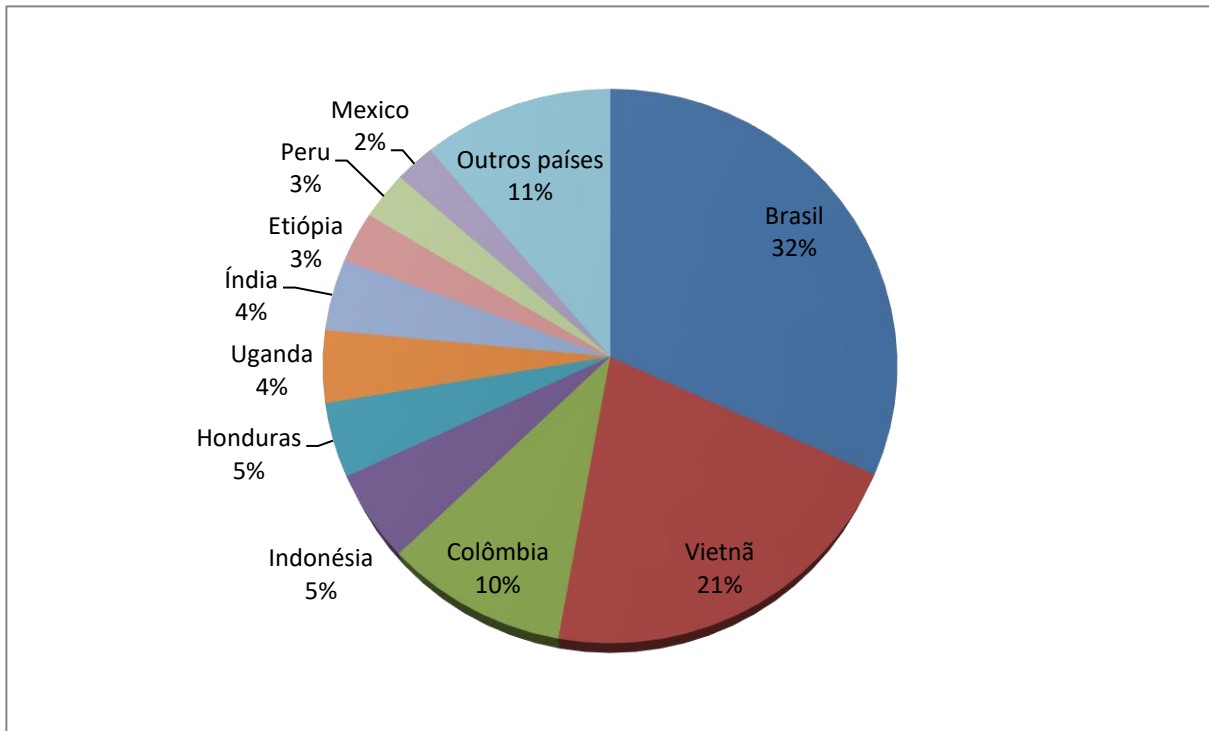
País	Exportação em milhões de sacas
Brasil	40.511
Vietnã	26.537
Colômbia	12.639
Indonésia	6.627
Honduras	5.506
Uganda	5.355
Índia	5.314
Etiópia	3.812
Peru	3.588
México	2.955
Outros países	14.119
Total	126.963

Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

De acordo com esses dados, o Brasil é responsável por mais de 1/3 das exportações de café. A soma das exportações de Brasil e Vietnã corresponde a mais da metade do café vendido no mundo, representando assim, a importância desses países nesse mercado global. E a soma dos cinco principais países exportadores (Brasil, Vietnã, Colômbia, Indonésia e Honduras) é equivalente a mais de 70% das exportações. O gráfico abaixo detalha esses dados.

Gráfico 4: Principais países exportadores de café-2021 (em porcentagem)



Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

* Dados referentes à exportação de café do ano safra de 2019/2020.

* Valores percentuais aproximados.

É importante destacar que a Etiópia está entre os cinco maiores produtores, porém quando se trata de exportação, ocupa a oitava colocação, perdendo o posto para Honduras e ficando atrás de Uganda e Índia. Isso ocorre porque a Etiópia possui um alto percentual de consumo doméstico em relação aos outros países citados. De acordo com Dulci (2021), a Etiópia consome 7,44% do café produzido, destinando assim, uma fatia menor para a exportação, por outro lado, Honduras consome apenas 0,74% do café produzido e, portanto, consegue destinar uma fatia maior para a exportação.

No que diz respeito à importação, conforme já mencionado, os principais países importadores são do Norte, conforme é possível observar na tabela abaixo.

Tabela 5: Os 10 principais países importadores de café em 2019

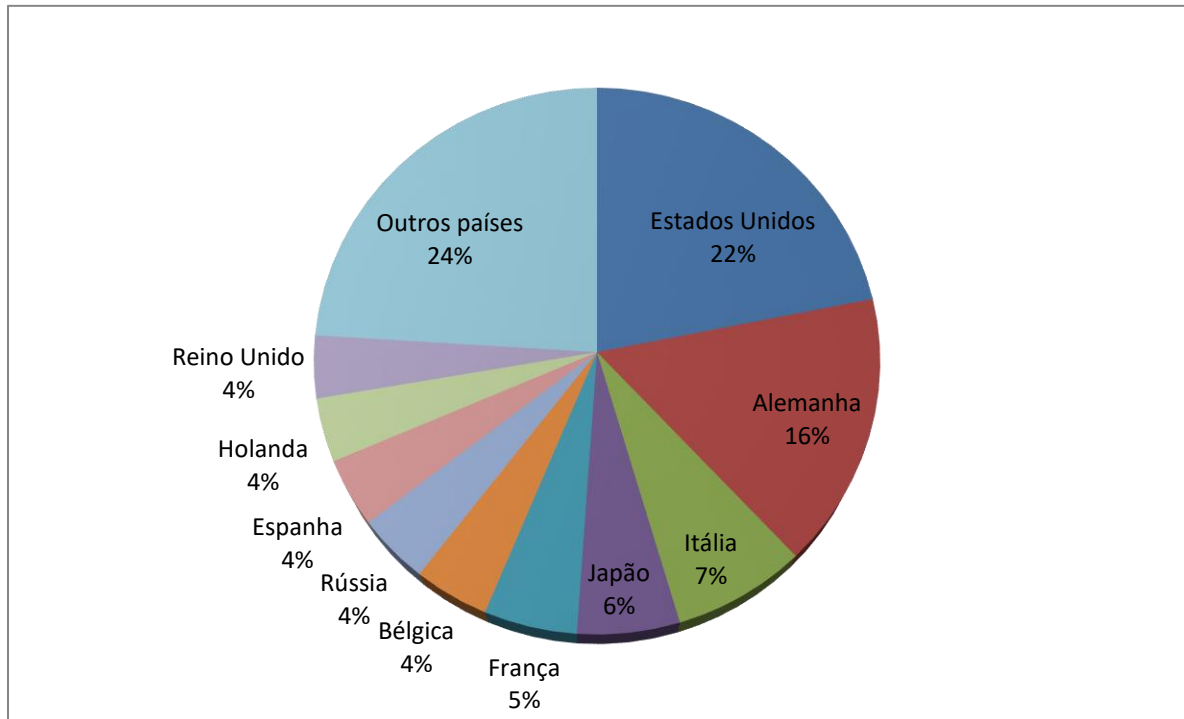
País	Importação em milhões de sacas
Estados Unidos	29.488
Alemanha	21.765
Itália	10.020
Japão	7.647
França	6.967
Bélgica	5.677
Rússia	5.468
Espanha	5.414
Holanda	5.068
Reino Unido	4.989
Outros países	32.441
Total	134.944

Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

Os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e França são os cinco maiores importadores de café do mundo. Os outros importadores são de países europeus: Bélgica, Rússia, Espanha, Holanda e Reino Unido. Juntos, os cinco maiores importadores são responsáveis por mais de 56% das importações de café. Apenas Estados Unidos e Alemanha compram mais de 1/3 da produção mundial, sendo, portanto, os principais países importadores desse grão. O gráfico abaixo detalha esses dados.

Gráfico 5: Principais países importadores de café-2021 (em porcentagem)



Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

* Dados referentes à importação de café em 2019/2020.

* Valores percentuais aproximados.

Em conversa com corretores de café em Santos-SP, descobri que muitos países importadores são, também, países reexportadores de café, isto é:

Os Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, dentre outros países importadores, são também importantes reexportadores de café, no sentido de que compram o café verde (ou seja, a matéria-prima pura) do Brasil e de outros países produtores, chegando lá [no país comprador], torram, moem, empacotam, ou transformam em cápsula, solúvel, e depois revendem o produto com valor agregado de mercado. (Corretor 2, Trabalho de Campo, 2019).

Muitos desses países reexportadores possuem filiais das suas multinacionais do café instaladas nos principais países produtores, com a função de comprar diretamente o café verde desses países para, posteriormente, ser industrializado e reexportado. As exportadoras são as principais empresas responsáveis por essa atividade, muito embora, em alguns casos, as torrefadoras também desempenhem essa função. A reexportação de café é, portanto, uma prática que faz com que os países produtores fiquem reféns dessas multinacionais dos países importadores, pois essas corporações, vinculadas, de alguma forma, ao que hoje intitula-se como financeirização, instalam-se estrategicamente nos países que produzem café, para

comprar esse produto em forma de matéria-prima semielaborada, para transportá-lo até o país sede dessas multinacionais, para lá, onde há maior aparato industrial e tecnológico, refinar o produto, agregar valor e destiná-lo para reexportação no mercado.

Essa dinâmica do mercado mundial de café é mais uma constatação da subalternidade dos países do Sul em relação aos países do Norte, já que os países produtores não possuem tecnologia industrial equivalente à dos países importadores. Estes últimos concentram, além de capital, o que há de melhor e mais moderno da tecnologia e da informatização da indústria do café, o que lhes permite comprar a matéria-prima semielaborada, refinar e revender o produto com valor agregado de mercado. No bojo dessa geografia econômica do café, as relações capitalistas de desenvolvimento geográfico desigual entre produtores e importadores não é obra do acaso, pelo contrário, é a pura dinâmica das relações capitalistas na cafeicultura mundializada-financeirizada e, que, portanto, reafirma a lógica da reprimarização da economia cafeeira nos países produtores.

A tabela abaixo apresenta o ranking dos principais países reexportadores de café:

Tabela 6: Os 10 principais países reexportadores de café em 2019

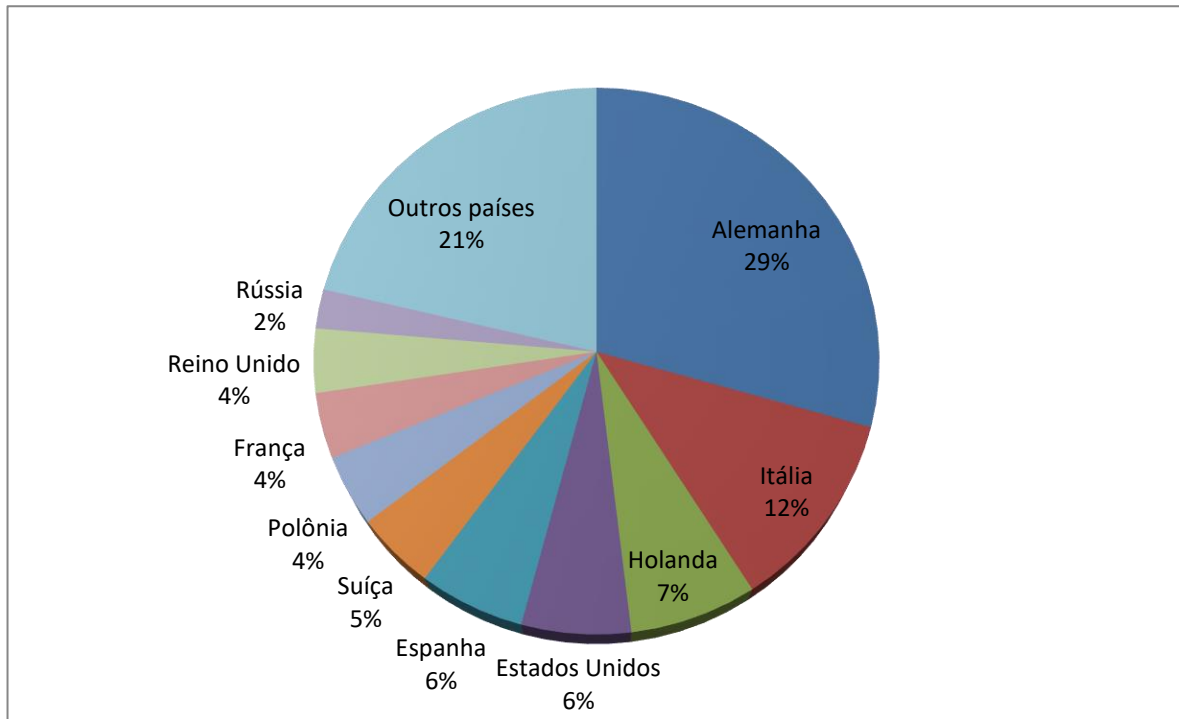
País	milhões de sacas
Alemanha	13.801
Itália	5.438
Holanda	3.324
Estados Unidos	2.842
Espanha	2.776
Suíça	2.114
Polônia	1.952
França	1.812
Reino Unido	1.780
Rússia	1.097
Outros países	9.960
Total	46.896

Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

Observe que não há nenhum país produtor e/ou exportador de café que entra na lista dos países reexportadores, nem mesmo o Brasil que é uma referência no mercado mundial dessa commodity há mais de um século. Isso ocorre porque, conforme já expliquei anteriormente, os países do Norte são os que concentram a tecnologia e a informação por meio das suas multinacionais do setor. Os dados também apontam que a Alemanha e a Itália são de longe os principais países reexportadores de café. Somente a Alemanha é responsável por quase 1/3 dessas reexportações. Juntas, Itália e Alemanha controlam esse mercado, sendo responsáveis por mais de 40% das reexportações no mundo, conforme é possível verificar detalhadamente no gráfico abaixo:

Gráfico 6: Principais países reexportadores de café-2021 (em porcentagem)



Fonte: OIC – Dados Históricos, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

* Dados referentes à reexportação de café do em 2019.

* Valores percentuais aproximados.

Algumas falas dos sujeitos entrevistados no campo explicam o protagonismo de Alemanha e Itália por meio da concentração de tecnologia:

Alemanha e Itália exportam muito café torrado. Eles compram o café verde do mundo todo, inclusive do Brasil, torrefam e exportam esse produto rebeneficiado. Em Hamburgo está a maior concentração de torrefação de café no mundo, pois é o porto principal onde chegam os cafés na Alemanha. Esse café é exportado principalmente para a Europa, mas também, para outros lugares do mundo. Esses países são referência para o mercado global de café quando o assunto é componente tecnológico e automação nas indústrias de torrefação (Barista 01, Empresa A, Trabalho de Campo, 2019).

A Itália aprimorou o mercado cafeeiro mundial, geralmente as bebidas mais sofisticadas possuem uma nomenclatura italiana, como por exemplo, espresso, cappuccino, vocatino, latter, ou seja, são todas bebidas italianas que fazem parte do mercado consumidor mundial desse grão. A Itália não criou a máquina de espresso, quem criou foi a França, porém a Itália aprimorou essa máquina e desenvolveu a técnica de preparo desse tipo de bebida. O próprio barista é uma criação italiana. Esses são alguns fatos da influência italiana no mercado mundial de café (Barista 02, Empresa B, Trabalho de Campo, 2019).

Quando questionei sobre o motivo pelo qual o Brasil não se destaca nesse mercado de reexportação, obtive a seguinte resposta:

O Brasil, maior produtor e exportador desse grão, não se destaca nesse mercado por falta de investimento estatal no setor de indústria e torrefação. Especialmente porque é muito caro para abrir uma indústria com os componentes tecnológicos como da Alemanha e Itália e, também, se esbarra na burocracia para abertura desse tipo de empreendimento no país. E por fim, é preciso construir consumidores de café gourmet e especial no país, que ainda é muito pouco em relação aos países compradores (Barista 02, Empresa B, Trabalho de Campo, 2019).

Essas entrevistas revelam que a dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual na cafeicultura financeirizada está no fato de que mesmo sem plantar um pé de café, Alemanha e Itália se reafirmam enquanto os dois principais reexportadores mundiais dessa *commodity*. Além do mais, esses países possuem importantes multinacionais do setor, a fabricante *Mellita* de origem alemã e a italiana *Lavazza*. As duas fabricantes, inclusive, atuam no Brasil. Essas duas marcas são referência no mercado europeu e mundial de café pelo aparato tecnológico e informacional. Essa estrutura fornece as condições necessárias para que por meio dessas multinacionais, esses países comprem o café verde do Brasil e demais países produtores, para refino, industrialização e reexportação na forma de café torrado e moído, em cápsulas, solúvel etc. Inclusive, por agregar valor ao produto, faturam muito mais do que os países produtores. De acordo com uma reportagem da Revista Cafeicultura, a Alemanha tem obtido em média, 74% a mais na venda do café do que paga pela importação, pois agrega valor por meio do processamento, torrefação, distribuição e marketing³⁹.

Nessa direção, uma análise da cadeia global de valor do café comprova que os principais países reexportadores possuem um ganho muito maior do que a receita de todos os países produtores. Uma pesquisa realizada em 2009 demonstrou que Alemanha, Itália, Estados Unidos, França, Japão, Holanda, Reino Unido e Suécia obtiveram uma receita de US\$ 28,8 bilhões com vendas de café, bem maior do que a receita de todos os países produtores no mesmo período, US\$ 13,3 bilhões (REVISTA CAFEICULTURA, 2013⁴⁰).

Para Dulci (2021) a dinâmica de reexportação de café também ajuda a explicar como funciona a rede de produção global do café na atualidade, principalmente por desmascarar o arranjo corporativo entre exportadoras e torrefadoras, no que diz respeito ao estoque de grãos. Baseado no modelo *juste-in-time*, as torrefadoras mantêm baixo volume de grãos o que acarreta na redução de custos de estoque, calculado e planejado apenas para abastecimento solicitado pelo mercado consumidor. Por outro lado, as exportadoras ficam responsáveis pelo estoque da

³⁹ Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=48641>. Acesso em outubro de 2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=48641>. Acesso em outubro de 2021.

quantidade e qualidade específicas dos grãos comercializados, conforme demanda das torrefadoras. Nesse aspecto, Daviron e Ponte (2005) concluem que o mercado mundial de café está vinculado às estratégias corporativas globais dessas multinacionais, que aliadas às redes mundiais de supermercados e cafeterias possuem papel fundamental na articulação para controle das etapas da produção ao consumo dessa *commodity*.

As multinacionais supracitadas *Lavazza* e *Mellita* fazem parte desse cenário de articulação e estratégias corporativas globais do mercado de café. O produto dessas empresas, café torrado, solúvel, em cápsulas, cappuccinos, descafeínados e até máquinas caseiras para fazer café, são colocados à venda nas principais redes mundiais de supermercado, responsáveis, dentre outras coisas, pelo alinhamento com a estratégia de *marketing* e comercialização desse produto na ponta da cadeia, atingindo assim, o consumidor final.

Diante do exposto até aqui, ratifica-se que a relação Norte e Sul estabelece-se sob os princípios do desenvolvimento geográfico desigual na cafeicultura mundializada-financeirizada, na qual os países do Norte mantêm o controle sobre o capital, a tecnologia e a informação, enquanto os do Sul dependem das exportações de café verde (matéria prima bruta ou semielaborada) para esses países que obtêm uma grande parte da renda e lucro obtidos no comércio mundial dessa *commodity*.

2.2 A geografia do café na escala Brasil

O agronegócio do café no Brasil está inscrito na lógica do desenvolvimento geográfico desigual da cafeicultura financeirizada, na condição de um país do Sul dependente de uma política econômica de reprimarização da economia. Embora faça parte dessa estrutura global do mercado de café, as dinâmicas espaciais da cafeicultura que se concretizam no território nacional possuem suas particularidades de reprodução capitalista. Retomo a formulação de Harvey (2005) sobre “a produção capitalista do espaço”, com o objetivo de descrever a geografia do café no Brasil, no sentido de demonstrar como se organizam determinados arranjos espaciais no agronegócio do café no país, como formas de apropriação do espaço pela dinâmica do capitalismo financeirizado, tendo em vista que o capital fictício atua como mediador central nesse processo de acumulação capitalista na cafeicultura do país.

O agronegócio do café no Brasil possui uma singularidade nesse mercado global. Segundo Dulci (2021), o país se apresenta como um ponto fora da curva por três motivos principais: a) produção/exportação de café, b) consumo interno de café e c) qualidade do café

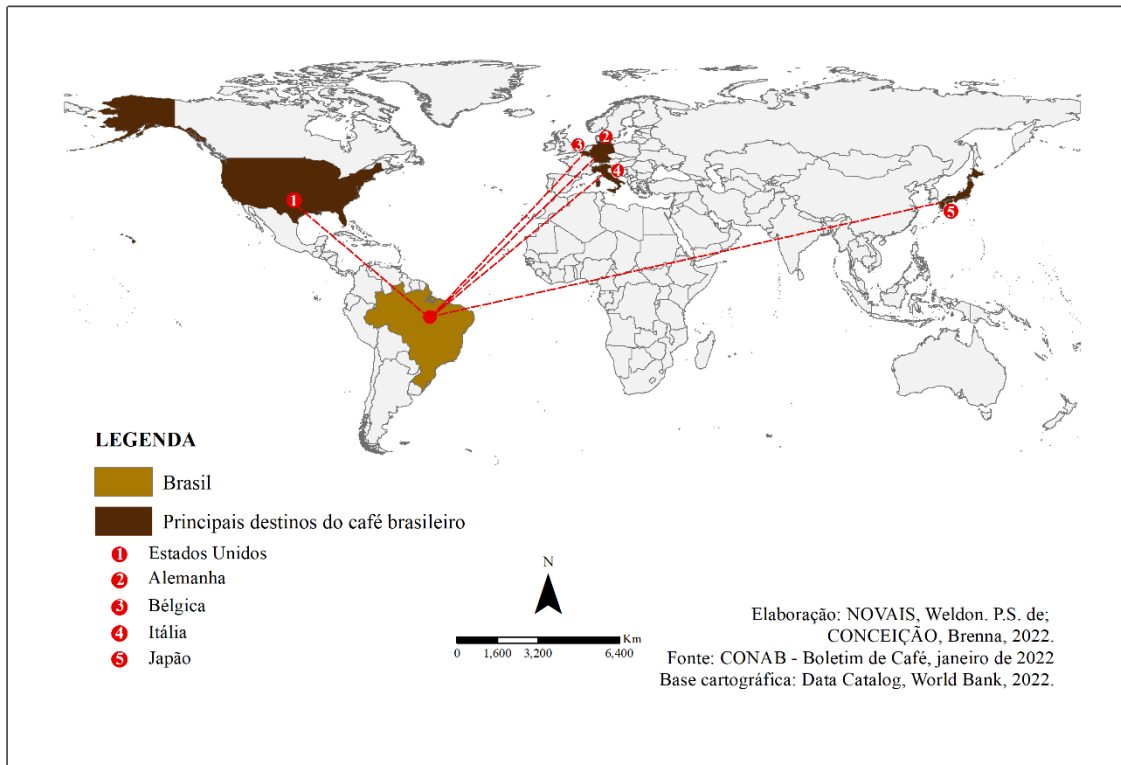
produzido. Como já foi mencionado, o Brasil é o maior exportador e produtor mundial de café. Atualmente, o país é responsável pelo cultivo de mais de 35% da produção mundial e é responsável por mais de 1/3 das exportações.

De acordo com o Boletim da CONAB (2022), no ano de 2021, o Brasil exportou cerca de 42,4 milhões de sacas de 60 quilos de café verde. A quantidade exportada nesse ano é 14,3% maior do que a média de exportação dos cinco últimos anos, refletindo o crescimento contínuo da produção nacional. Além disso, os preços atrativos no exterior e alta taxa de câmbio são alguns dos principais fatores que estimularam a exportação de café nesse período. Como resultado, o país obteve uma receita de quase US\$ 6,4 bilhões com as exportações de café de 2021, correspondendo a um aumento de 15,3% em relação ao ano anterior⁴¹.

Conforme constatei em trabalho de campo em Santos-SP, os principais destinos do café brasileiro são: Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália. Veja no mapa abaixo:

⁴¹ Dados disponíveis em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em fevereiro de 2022.

Mapa 4: Principais destinos do café brasileiro em 2021



No ano de 2021, o Brasil exportou café para 149 países. Em termos de quantidade, Estados Unidos e Alemanha foram os principais compradores, com respectivamente, 19,4% e 17%, seguidos por Bélgica 7,4%, Itália 7,3%, Japão 6,6% e outros países 42,3%. Apenas esses cinco países compraram quase 60% do café brasileiro exportado nesse período. De acordo com o Boletim da CONAB (2022⁴²), o Porto de Santos teve principal participação de embarque de café para outros países, concentrando 76,4% das exportações, seguido pelo Porto do Rio de Janeiro com 14,8%. Juntos, os dois portos concentraram 91,2% desses embarques.

O Brasil também se destaca no quesito de consumo doméstico de café, conforme é possível verificar no depoimento de um sujeito do campo:

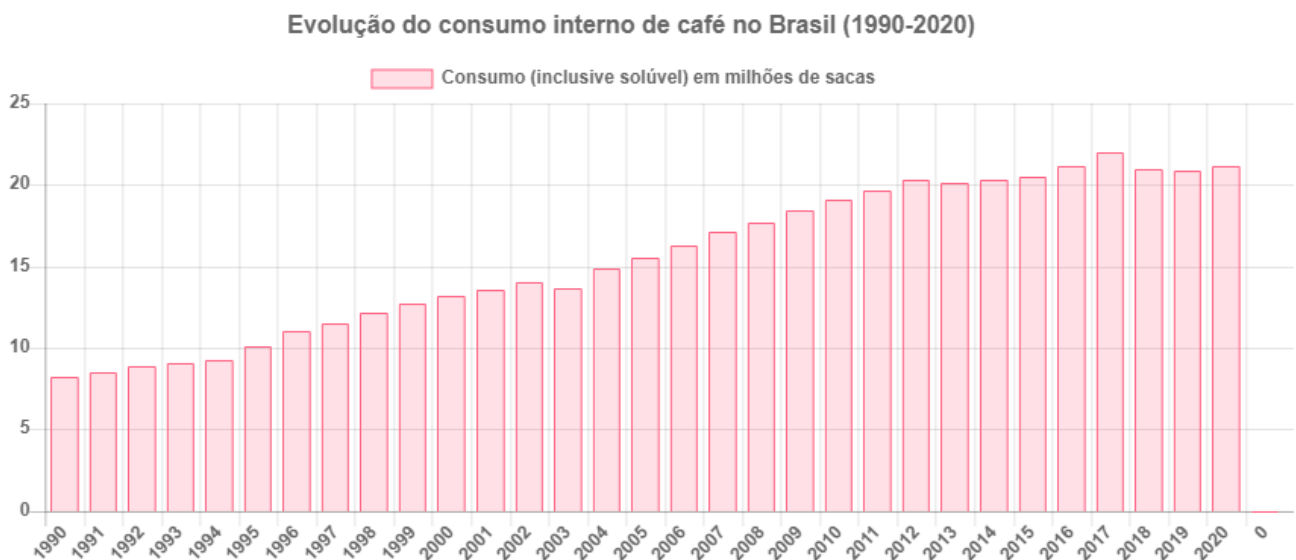
Fala-se muito sobre os países estrangeiros que compram o café brasileiro. Diante disso, eu pergunto: qual é o maior consumidor de café do Brasil? EUA, Itália, Japão? Sim, mas o Brasil é também um dos maiores consumidores do café brasileiro. Somos o segundo país que mais consome café no mundo, ficando atrás no *ranking* apenas para os EUA (Corretor 4, Trabalho de Campo, 2019).

⁴² Dados disponíveis em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em fevereiro de 2022.

Nesse sentido, o Brasil na condição de segundo maior consumidor de café do mundo, consome cerca de 13% do café global, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, maior mercado consumidor, responsável pelo consumo de 16,5% da produção global (DULCI, 2021, p.146).

A partir dos anos de 1990, houve uma evolução no consumo interno do café brasileiro. Na década de 1990, o consumo interno total em milhões de sacas (inclusive o solúvel) foi de 8,2 milhões. Dez anos depois, esse número subiu para 13,2 milhões. No ano de 2020 foi registrado um consumo interno de 21,2 milhões⁴³. Veja a evolução em detalhes no gráfico abaixo:

Gráfico 7: Evolução do consumo interno de café no Brasil (1990-2020)



Fonte: ABIC – Indicadores da Indústria de café, 2022.

O último ponto de destaque na singularidade do Brasil no mercado de café é a qualidade do produto brasileiro. Há uma demanda crescente por cafés especiais no mundo, e o Brasil junto com a Colômbia são os principais fornecedores desse tipo de grão.

No Brasil, há importantes regiões produtoras de arábica de alta qualidade, como por exemplo, os estados de Minas Gerais e Bahia. É válida uma interseção para resgatar o meu trabalho de campo feito ainda no mestrado no ano de 2017, na cidade de Vitória da Conquista no centro-sul baiano. Na ocasião, pude constatar no próprio local que essa cidade tem reconhecimento nacional e internacional pela produção e comercialização de café arábica de

⁴³ Dados obtidos no site oficial da ABIC (“Indicadores da Indústria de Café, 2022”). Disponível em: <https://estatisticas.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/>. Acesso em janeiro de 2022.

alta qualidade, destinado para diversos países do mundo, como por exemplo, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão. No trabalho de campo realizado em Santos-SP, pude verificar que alguns corretores estavam com amostras de café de Vitória da Conquista-BA para serem negociadas com exportadoras e destinadas para outros países. Além disso, algumas cafeterias da Praça de Santos tinham como opção de venda, cafés preparados com esse arábica de excelência do centro-sul baiano.

Para que o café da espécie arábica atinja o grau de excelência para ser comercializado como um café especial, é preciso passar por determinados tratamentos e beneficiamentos que vão desde o plantio, cuidados com a planta, tipo de colheita, tipo de secagem dos grãos até o primeiro beneficiamento para extrair o grão verde em nível de excelência. Baseado nesses critérios, o café especial é todo aquele que atinge uma média de no mínimo 80 pontos (numa escala que vai até 100 pontos) na escala de pontuação definida pela metodologia da *Specialty Coffee Association* (SCA)⁴⁴, usada em todo mundo. Os principais atributos avaliados para definir essa pontuação são: aroma, doçura, sabor, acidez ausência de defeitos e, até mesmo, preocupação de ordem socioambiental, envolvendo princípios de sustentabilidade na produção e condições de trabalho na mão de obra cafeeira.

É importante lembrar que o Brasil é responsável pela produção das duas espécies de café mais comercializadas no mundo: arábica e conilon. O projeto de distribuição espacial dessas culturas pelo país, que originou as atuais regiões produtoras, se consolidou no contexto da Revolução Verde que promoveu a mudança da base técnica e a criação de novos espaços para o plantio dessas espécies. A distribuição geográfica dessas espécies de café pelo território nacional é, portanto, uma das formas de apropriação do espaço pela dinâmica do capitalismo financeirizado, tendo em vista que a Bolsa de Valores de Nova Iorque e Londres são os centros financeiros dessas *commodities*, e as multinacionais do setor presentes no Brasil tem interesse pela compra dessas espécies de maior demanda no mercado global de café para, inclusive, industrializar e reexportar o produto com o valor agregado de mercado.

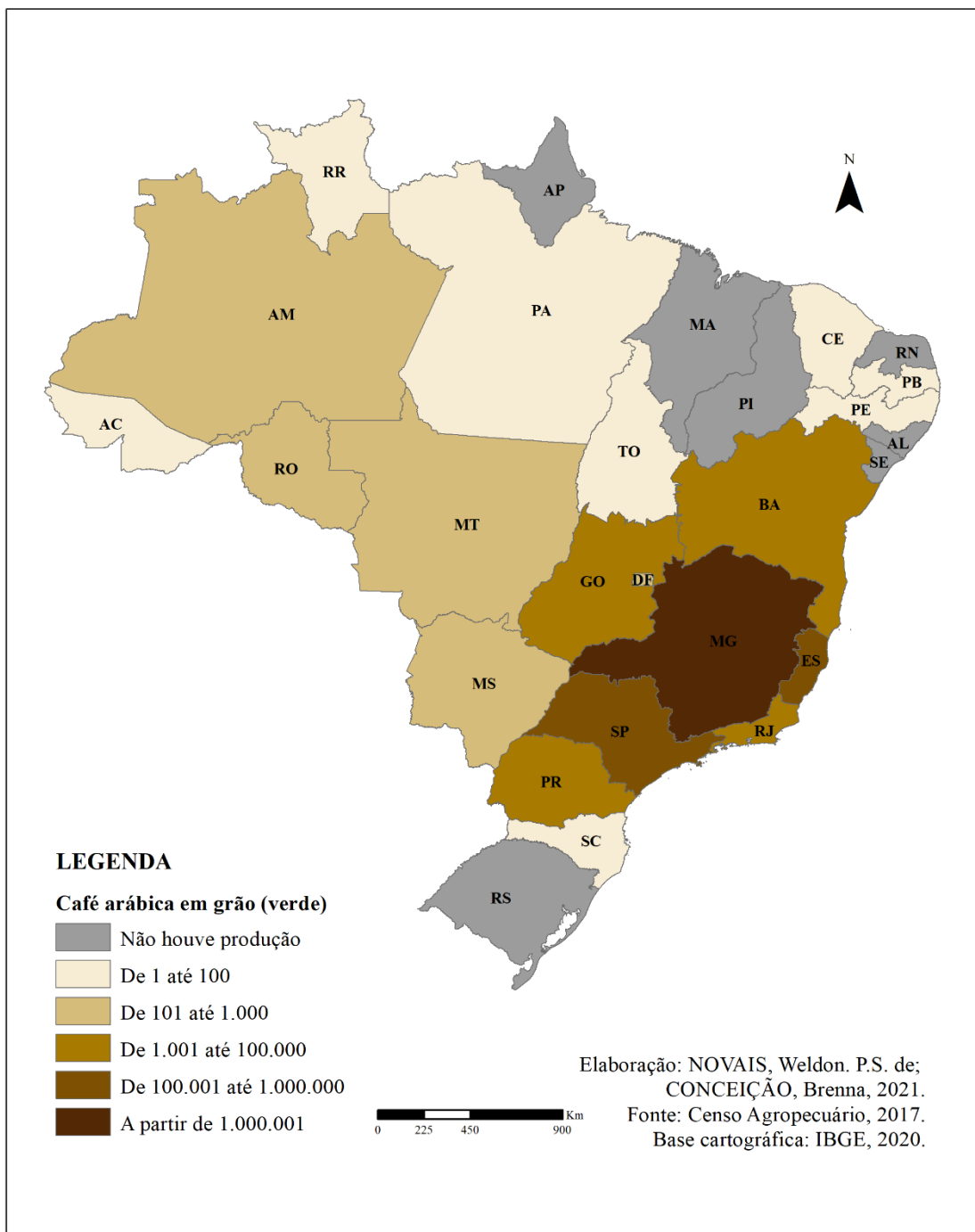
Dito de outro modo, a atual distribuição geográfica dessas espécies de café no território nacional é parte da dinâmica do capitalismo financeirizado, no sentido de que a distribuição geográfica das espécies em áreas produtoras de arábica e de conilon é uma das formas de apropriação espacial pela lógica da financeirização, de modo que o capital fictício como mediador do processo de acumulação capitalista na economia cafeeira desempenha um papel de destaque na organização dos espaços de cultivo de café para capturar renda e valor produzido

⁴⁴ Informações obtidas no site oficial da SCA. Disponível em: <https://sca.coffee/about>. Acesso em novembro de 2021 e no trabalho de campo, 2019.

materialmente nos cafezais, por intermédio das bolsas de valores e mercados futuros e multinacionais ligadas ao capital financeiro.

Segundo o Censo Agropecuário (2017), atualmente a área colhida de café arábica (grão verde) no país é de 1.283.999 hectares, num montante total de 188.392 estabelecimentos agropecuários. Os cinco principais estados produtores dessa espécie são, respectivamente, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Bahia, conforme está ilustrado no mapa abaixo:

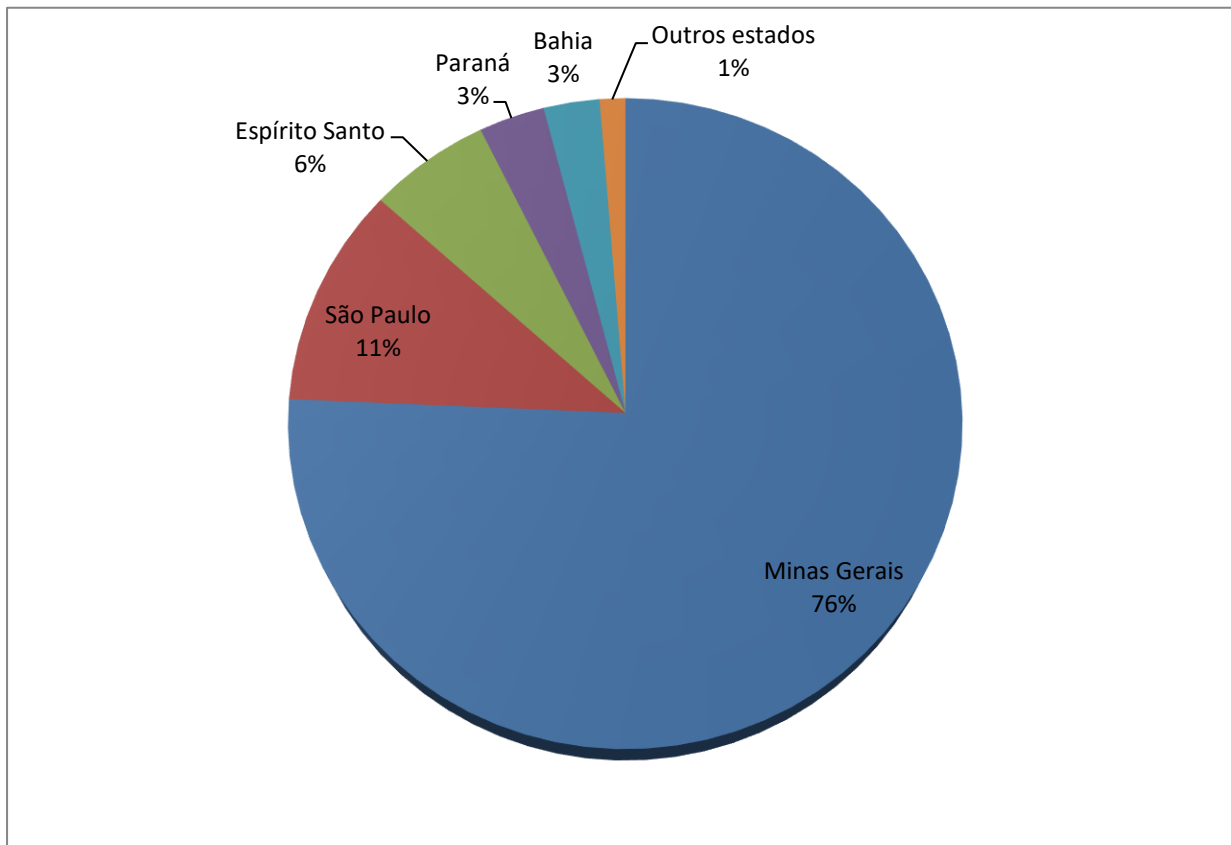
Mapa 5: Principais estados brasileiros produtores de café arábica-2017 (por quantidade produzida)



Esses cinco estados produzem juntos, aproximadamente, 99% do café arábica brasileiro, sendo, portanto, responsáveis por quase toda produção nacional. Destaque especial

para Minas Gerais que produz 76%, seguido de São Paulo 11% e Espírito Santo 6%, conforme é possível verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 8: Principais estados produtores de café arábica no Brasil-2017 (em porcentagem)



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO – Resultados Definitivos/Agricultura, 2017.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

* Dados referentes à quantidade produzida de café por estado.

* Valores percentuais aproximados.

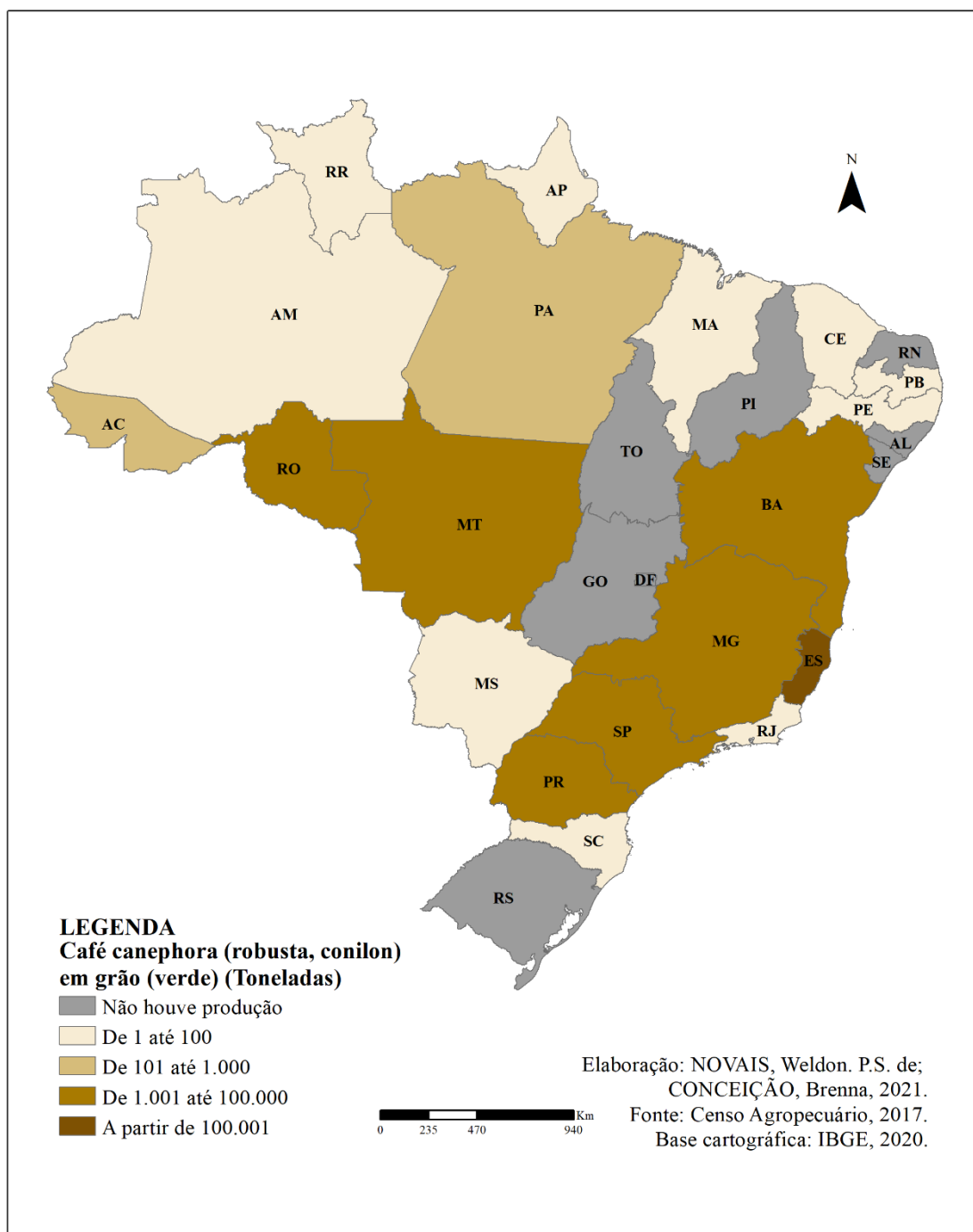
Os municípios mineiros de Patrocínio, Três Pontas e Boa Esperança são os principais produtores estaduais de arábica. Em São Paulo, destacam-se os municípios de Caconde, Pedregulho e Franca, no Espírito Santo são Iúna, Ibatiba e Brejetuba, no Paraná são Carlópolis, Pinhalão e Apucarana, e na Bahia são Barreiras, Cocos e Luís Eduardo Magalhães (CENSO AGROPECUÁRIO – Resultados Definitivos/Agricultura, 2017).

A imponência de Minas Gerais como principal produtor de café do país chama a atenção do mercado mundial dessa *commodity*, que prioriza a concentração de investimentos nessa área produtora, seja pela presença de multinacionais do setor, como as exportadoras Volcafé, Neumann, Stockler, torrefadoras como a Mellita, Grupo Três Corações e, até mesmo, a presença do Banco Rabobank – banco holandês que opera no Brasil para o financiamento do agronegócio, inclusive de cafezais mineiros (DULCI, 2021). Esse aparato presente no Estado

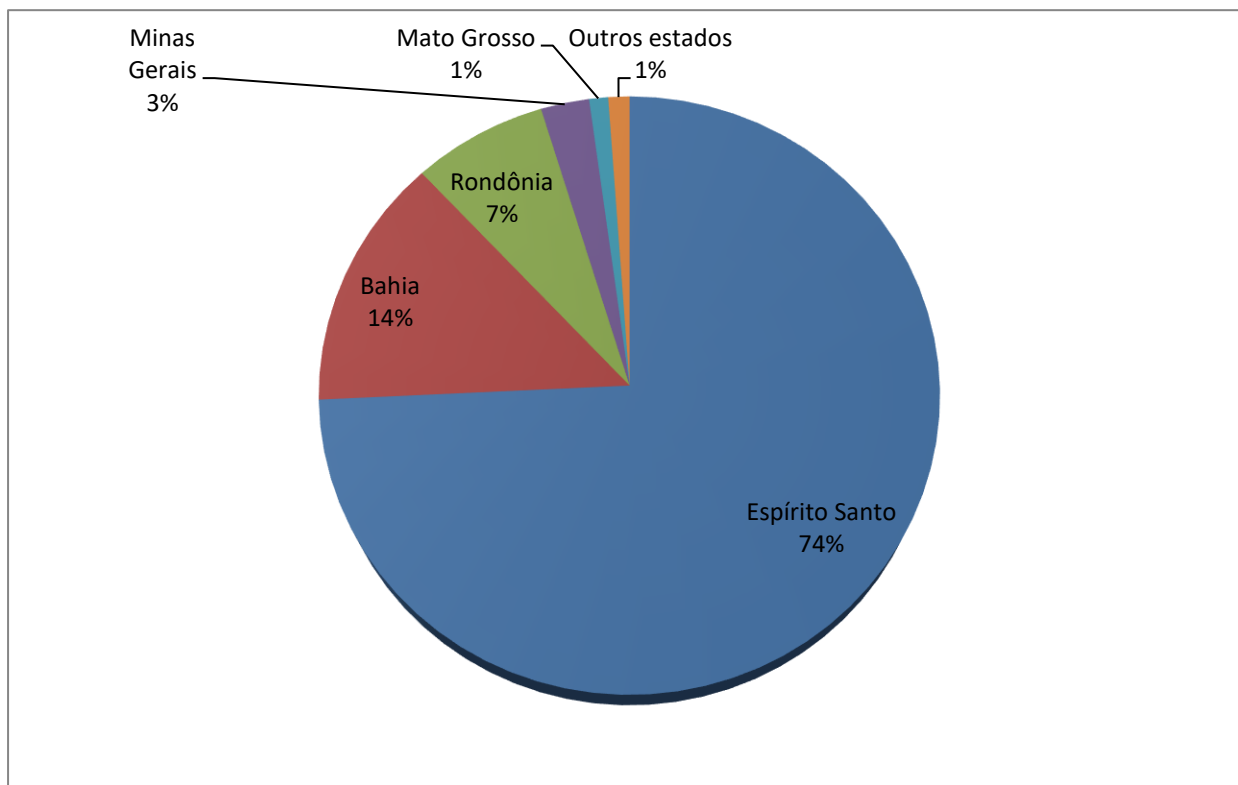
de Minas Gerais demonstra os arranjos espaciais organizados pela racionalidade da cafeicultura mundializada-financeirizada, no sentido de que o capital fictício como mediador do processo de acumulação de capital nesse setor, opera por meio das multinacionais e do capital financeiro como forma de apropriação do espaço para capturar valor e renda dos cafezais dessa importante área produtora para o Brasil e para o mundo.

Na apuração dos dados do Censo Agropecuário (2017), constata-se que a área colhida de conilon no Brasil é bem menor do que a de arábica, apenas 333.294 hectares para um montante total de 75.969 estabelecimentos. Os principais estados produtores dessa espécie são respectivamente: Espírito Santo, Bahia, Rondônia, Minas Gerais e Mato Grosso, conforme é possível ilustrado no mapa abaixo:

Mapa 6: Principais estados brasileiros produtores de café conilon-2017 (por quantidade produzida)



O estado do Espírito Santo é o maior produtor nacional de conilon, sendo responsável por 74% da produção. Espírito Santo, Bahia e Rondônia produzem quase toda produção doméstica, 95%. Confira em detalhes a porcentagem no gráfico a seguir:

Gráfico 9: Principais estados produtores de café conilon no Brasil-2017 (em porcentagem)

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO – Resultados Definitivos/Agricultura, 2017.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

* Dados referentes à quantidade produzida de café por estado.

* Valores percentuais aproximados.

Os três principais municípios produtores de conilon no Espírito Santo são Linhares, Rio Bananal e São Mateus, na Bahia são Itamaraju, Porto Seguro e Itabela, e em Rondônia são Nova Brasilândia d'Oeste, Alta Floresta d'Oeste e Alto Alegre dos Parecis (CENSO AGROPECUÁRIO – Resultados Definitivos/Agricultura, 2017).

É necessário esclarecer como o estado de Rondônia conseguiu se estabelecer na condição de terceiro maior produtor de café conilon do país. Conforme já mencionei, a região Amazônica foi pioneira na implantação da cultura do café no país, contudo, não prosperou por conta de que a espécie arábica (plantada na época na região) não se adaptou ao clima amazônico de altas temperaturas e umidades e, também, por conta da utilização de técnicas rudimentares que não permitiam a sobreposição da ação humana na natureza. Na década de 1970, na esteira da expansão geográfica do café no território nacional, a região amazônica entrou no projeto de plantação de novos cultivares baseados nos ideários da Revolução Verde. Após de muitos estudos realizados, verificou-se que o conilon era a espécie que melhor se adaptava às condições edafoclimáticas da região amazônica, iniciando, assim, seu plantio e expansão ao longo das décadas, resultando na consolidação da cafeicultura rondoniense contemporânea.

Com base nos elementos supracitados, Marcolan e Espindula (2015) assinalam que o sucesso da produção de café em Rondônia se deu, principalmente, pela intensificação de dois fatores: a) pela implantação da Embrapa Café núcleo Rondônia em 1970 e b) a migração de cafeicultores dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná, com vasta experiência no café. Para os autores, o sucesso de hoje na cafeicultura rondoniense é produto desses longos anos de trabalho que envolveu pesquisadores da Embrapa, cafeicultores experientes e a inserção de inovações tecnológicas no cultivo, desde o uso de máquinas, insumos e biotecnologia. Sobre esse último, o processo se deu da seguinte forma:

Genótipos do grupo “Conilon” foram introduzidas em Rondônia, inicialmente, por sementes trazidas por cafeicultores capixabas e, posteriormente, pela Embrapa Rondônia com sementes trazidas do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA). Os genótipos do grupo “Robusta” foram introduzidas pela Embrapa Rondônia por meio de sementes oriundas principalmente do IAC. Por fim, os híbridos naturais surgiram por meio de cruzamentos entre plantas dos dois grupos tanto nos campos experimentais da Embrapa quanto em lavouras comerciais do Estado (MARCOLAN E ESPINDULA, 2015, p.15).

Esse conjunto de fatores explica o lugar de destaque que Rondônia ocupa atualmente na produção de café conilon no Brasil e no mundo, o que reafirma como esse processo de formação foi baseado na aliança entre o capital financeiro internacional, que financiou parte dessas pesquisas, institutos públicos de pesquisa e capitalistas agrários. Na contemporaneidade, essa *commodity* produzida em Rondônia, é expressão concreta de uma das formas de apropriação espacial pela lógica da financeirização.

A análise sobre a cadeia global de valor do café no Brasil amplia o entendimento sobre a forma de apropriação espacial pela lógica da financeirização, pois permite uma visão detalhada de como se realiza a produção capitalista do espaço no mercado cafeeiro nacional financeirizado. Como ponto de partida de nossa análise, resgato Harvey (2005) para reforçar que o processo de circulação do valor é o ponto central para entender a dinâmica geográfica da acumulação capitalista, tendo em vista que nesse processo de circulação, o capital se desloca pelas diferentes formas funcionais, capital comercial, capital produtivo e capital a juros, mediados pela lógica do capital fictício. Nesse sentido, é possível afirmar que a cadeia global de valor do café no Brasil, mediada pela lógica das finanças, organiza-se espacialmente para permitir a circulação geográfica de capital entre os espaços da produção-circulação-consumo, com o propósito de promover a produção e realização do valor ao longo da cadeia. Por isso, é importante entender cada etapa dessa cadeia e quem são os principais sujeitos dessa dinâmica.

No setor cafeeiro, é muito comum à utilização da expressão “*da planta à xícara*” como alusão à cadeia global de valor desse produto. No entanto, essa cadeia global de valor inicia seu caminho antes mesmo do cultivo, até chegar à outra ponta da cadeia que é o consumidor final. O caminho de uma ponta à outra dessa cadeia pode ser resumido assim: antes do cultivo encontram-se os institutos públicos de pesquisa ligados ao café e as empresas de insumos e máquinas; o cultivo e colheita compete ao produtor; o processamento pós-colheita é realizado nas exportadoras; o processamento final é realizado na indústria de torrefação e moagem; a fase de comércio, que pode ser no atacado ou no varejo, e consumidor final encerra a cadeia. O organograma a seguir ilustra de forma esquemática a organização dessa cadeia do café no país:

Organograma 2: A cadeia global de valor do café no Brasil na atualidade



Fontes: Trabalho de Campo, 2019; OIC – Visão Geral do Relatório sobre o Desenvolvimento Do Café, 2021.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2021.

Denominei a ponta inicial da cadeia de “antes do cultivo” para indicar essa etapa que precede o plantio e a colheita do café, sendo, portanto, composta por institutos públicos de pesquisa ligados ao café e as indústrias de insumos, agrotóxicos e máquinas agrícolas.

Mesmo após o avanço de políticas neoliberais que resultaram na extinção do IBC e na transferência do controle de mercado para as exportadoras torrefadoras, o Estado por meio de

instituições públicas tem sido importante para a promoção e desenvolvimento do setor cafeeiro, atuando principalmente na realização de pesquisas. Nesse sentido, nos termos de Mészáros (2011), o Estado brasileiro continua atuando como “agente político do capital” e financiando pesquisas para o agronegócio do café no território nacional.

O maior exemplo dessa realidade é o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – CBP&D/CAFÉ – ou, como é conhecido, Consórcio Pesquisa Café. Esse consórcio foi criado em 1997 com o propósito de promover a conjugação de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais para desenvolver e viabilizar projetos no âmbito nacional voltados exclusivamente para a cafeicultura nacional e é composto pelas seguintes instituições⁴⁵:

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);
- Instituto Agrônômico de Campinas (IAC);
- Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR);
- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER);
- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio);
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB);
- Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Com o total de dez instituições envolvidas no consórcio, o programa de pesquisa formaliza canais de intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições fundadoras e realiza diversas ações de pesquisa coletiva, tais como: selecionar cultivares adaptadas com base em ensaios regionais e o foco na eficiência do processo produtivo; maior eficiência na utilização de insumos; desenvolver e adaptar máquinas e equipamentos; selecionar cultivares adaptados à mecanização, estudos voltados para o desenvolvimento sustentável, entre outros (Consórcio Pesquisa Café, 2021).

Nesse contexto, cabe mencionar a função da Embrapa Café, criada em 1999 como unidade descentralizada da Embrapa com a finalidade de coordenar o Consórcio Pesquisa Café, além de apoiar e promover atividades de pesquisa para o setor cafeeiro, tendo como base a

⁴⁵ Informações obtidas no site oficial do Consórcio. Disponível em: <http://www.consorcioquesquisacafe.com.br>. Acesso em março de 2021.

transferência de tecnologia e conhecimento para pequenos e grandes produtores de café para, assim, fazer com que o setor produtivo melhore o desempenho de produção e produtividade de café⁴⁶.

Ainda na ponta dessa cadeia, destacam-se as indústrias de máquinas e insumos agrícolas. As principais empresas que atuam no Brasil no setor de tratores e máquinas agrícolas em geral são⁴⁷:

- Massey Ferguson: empresa dos Estados Unidos da América;
- John Deere: empresa dos Estados Unidos da América;
- Valmet: empresa dos Estados Unidos da América;
- Case New Holland: empresa da Itália;
- Yanmar do Brasil: empresa do Japão;
- Case CNH: empresa da Itália;
- Agrale: empresa do Brasil;

O setor de tratores e máquinas agrícolas em geral é bastante concentrado, pois, das sete empresas citadas acima, seis são de outros países e apenas uma é nacional. Essa conjuntura revela que esse setor no Brasil é comandado pelo monopólio do capital estrangeiro (LIMA; SANTOS e NETO, 2017, p.07).

Com relação às indústrias produtoras de fertilizantes químicos e agrotóxicos, as principais empresas que atuam no Brasil são⁴⁸:

- Syngenta: empresa da Suíça/China
- Bayer/Monsanto: empresa da Alemanha/Estados Unidos
- BASF: empresa da Alemanha
- Dow Agrosience: empresa dos Estados Unidos
- DuPont: empresa dos Estados Unidos
- Adama: empresa da China
- Sumitomo Chemical: empresa do Japão
- FMC: empresa dos Estados Unidos

⁴⁶ Informações disponíveis no documento Consórcio Pesquisa Café (2021).

⁴⁷ Os dados apresentados a seguir foram obtidos em LIMA, Váldeon Amaro; SANTOS, Isabel Cristina dos; NETO, João Amato. **A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: uma análise evolucionária no período de 1985-2015**. Texto publicado no XVIII Congresso Latino Americano de Gestão Tecnológica. Cidade do México, Outubro de 2017.

⁴⁸ Dados obtidos em BOMBARDI (2017, p.43).

-UPL: empresa dos Estados Unidos

Assim como foi verificado no setor de máquinas, a indústria de fertilizantes químicos e agrotóxicos é comandada pelo capital estrangeiro. Das nove empresas apresentadas, nenhuma é de capital nacional. É interessante pontuar que cerca de 50% do mercado mundial de agrotóxicos é controlado por empresas com sede na União Europeia e Estados Unidos. E o Brasil é um dos principais mercados consumidores dos produtos vendidos por essas empresas (BOMBARDI, 2017). Desse modo, a dependência do agronegócio do café no Brasil por tecnologias estrangeiras reafirma a condição de subalternidade em relação aos países do Norte, detentores da tecnologia, automação e informação.

A etapa de cultivo e colheita acontece na fazenda e envolve o produtor e trabalhadores do café. É nessa etapa da cadeia que o cafeicultor irá utilizar as tecnologias desenvolvidas e produzidas pelos institutos públicos de pesquisas e indústria de maquinários e insumos agrícolas. Toda essa etapa começa pelo conhecimento da planta e preparação do solo, como relata o sujeito no depoimento a seguir:

O café é uma cultura perene, isso significa que diferente de outras plantações, não é preciso plantar todo ao ano, como é o caso da soja e do milho, por exemplo. O pé de café tem uma vida longa, podendo ser produtivo por um período médio entre 25-30 anos. Porém, a planta leva de 3 a 5 anos para atingir a idade adulta e começar a produzir os frutos. A lavoura precisa passar por alguns tratamentos que vão desde o plantio até a sua idade adulta. Na verdade, o cuidado com a lavoura começa com a preparação e melhoramento do solo, por meio do uso da química de forma consciente, aplicando adubos e fertilizantes para que a planta cresça mais saudável e resistente às pragas (Barista 3, Empresa C, Trabalho de Campo, 2019).

Após a realização desses procedimentos é chegado o momento de plantação do café, que acontece da seguinte maneira:

O plantio do café inicia com a produção de mudas da planta. A muda do café é feita com as sementes, as mesmas que são utilizadas para torrar podem ser utilizadas para o plantio. Porém, há uma orientação de utilizar uma semente nova, o ideal seria uma semente de seis meses. O procedimento para o plantio é o seguinte: coloca-se de duas a três sementes para que uma ou duas delas venha realmente “vingar”, ou seja, crescer. Então se produz as pequenas mudas que são tratadas no viveiro para que possam se desenvolver. No viveiro é preciso ter um controle bem rigoroso com questão de sol, chuva etc., para que a planta possa crescer saudável. Quando essas mudas atingem um tamanho de mais ou menos trinta a cinquenta centímetros são levadas para o plantio no campo. A partir de dois anos, a planta atinge um tamanho que começa a surgir os primeiros frutinhas do cafeeiro. Mas, só depois de três a

quatro anos é que se começa a fazer uma colheita (Barista 04, Empresa D, Trabalho de Campo, 2019).

Após atingir a maturidade, o cafezal precisa passar periodicamente por tratamentos culturais pós-colheita, como a pulverização para evitar pragas, poda do pé para renovação e manutenção de cuidados com o solo. O conjunto dessas ações tem como objetivo garantir a recuperação da planta para a safra seguinte.

A colheita de café no Brasil dura em torno de sete meses que se estende de março até setembro/outubro. O café está pronto para a colheita quando após a floração é gerado o fruto maduro, chamado de cereja. O processo de colheita pode ser realizado de duas formas: manual (realizada por trabalhadores catadores) e mecanizada (realizada por máquinas, dependente do planejamento do plantio em ruas com espaçamento para permitir a passagem das colheitadeiras mecânicas). O depoimento do trabalho de campo a seguir explica esse processo de forma mais detalhada:

Dentro dessa colheita há basicamente dois tipos: a chamada manual seletiva que colhe o grão de um a um, selecionando os melhores, e a colheita mecânica feita por máquinas colheitadeiras. Mais uma vez, o tipo de colheita é definido de acordo com o tamanho da fazenda, por exemplo, se for o caso de uma grande propriedade que tem a prática de exportação de café, então, a colheita mecânica será a mais utilizada. Porém, outro fator que implica no tipo de colheita a ser utilizado na fazenda é o tipo de café que se pretende produzir. Se a produção for voltada para o mercado de cafés especiais, a colheita deve ser a manual seletiva, pois é possível separar os melhores grãos, criando lotes de café para cada qualidade de grão extraído do cafezal (Corretor 01, Trabalho de Campo, 2019).

Após a colheita, o café passa por outro tipo de procedimento, chamado de lavagem:

O objetivo desta etapa é separar os grãos. Geralmente o café após a colheita está todo misturado, cereja, verde, bóia etc., então coloca-se nessa lavagem para separar através da densidade. A lavagem funciona da seguinte forma: O café é colocado em um ambiente onde há um fluxo de água e ali por meio da densidade é separado cada uma delas. Esse processo é semelhante ao de colocar o feijão de molho na água para separar os grãos bons e ruins pela densidade. Por exemplo, o grão chamado bóia, leva esse nome porque é um grão mais leve e fica na superfície da água. O café cereja tem um pouco mais de densidade fica no meio e, por fim, o verde que é mais denso fica embaixo (Corretor 2, Trabalho de Campo, 2019).

Em síntese o procedimento de lavagem dos grãos é utilizado para separar a polpa da semente e retirar algumas impurezas, como galhos, pedras, folhas etc. Em seguida, os grãos são direcionados para o processo de secagem:

O café pode ser seco com a polpa, chamado café natural, ou também pode ser seco sem a polpa, chamado de cereja despolpado, ou como é conhecido popularmente no mercado de café “CD”, abreviação de café despolpado. Em cada um deles há um processo distinto um do outro. Com a polpa, geralmente dá origem a um café mais encorpado e mais doce. O procedimento para o café despolpado é da seguinte maneira: o grão é colocado em um tanque fermentando para depois secar esse café. Com isso, esse tipo de secagem produz um café mais suave e mais ácido, proporcionando uma mudança no paladar. Isso sem falar que o café também pode ser secado em terreiro, em estufa, em cama africana, ou seja, é aquela secagem feita numa esteira com pequenos furos como se fosse uma peneira. A vantagem da secagem africana é que o grão não tem contato com o chão e aumenta a qualidade do café. Há também, a secagem mecânica que é geralmente utilizada para grandes produções. Hoje é em dia tem se utilizado muito a secagem suspensa para evitar a fermentação e queima do café, buscando assim, mais qualidade no produto (Corretor 02, Trabalho de Campo, 2019).

De modo geral, esse processo de secagem pode ser de três formas: a) mecânica: com máquinas apropriadas para secar o grão ao ponto necessário, b) natural: a forma tradicional de colocar o café para secar no terreiro até atingir o ponto desejado e c) híbrido: quando se utiliza a combinação do método natural com o mecânico. Após esses procedimentos, o café é ensacado e está pronto para sair da fazenda. No entanto, antes de sair para a venda, os grãos de café precisam passar por uma classificação, esse procedimento pode ser realizado, inicialmente, nas cooperativas ou na própria fazenda se houver infraestrutura adequada e um classificador, profissional qualificado para realização dessa atividade. O objetivo desse procedimento é classificar o café de acordo com determinados padrões de qualidade que implicam no preço final desse produto. O depoimento a seguir explica com mais detalhes como é realizado esse processo:

Existe uma classificação ao café, mediante a quantidade de defeitos nele encontrado. Quais são esses defeitos e quais são as influências desses defeitos na qualidade do café? Muitas vezes pode-se avaliar o café pelo tipo, por exemplo: tipo 2, 4, 6, 8 etc., todos esses números significam o quanto eu tenho de defeito no café. O tipo 2 é um café mais selecionado. O volume utilizado para avaliar é pautado em 12 defeitos. Então, o tipo 2 não possui quase nada de defeitos, é um café de excelência. Conforme for aumentado a numeração dos tipos de café, significa que o café possui mais defeitos e, com isso, diminui a qualidade do grão. Esses defeitos podem ser de grãos quebrados, ardidos, brocados, impurezas nos grãos como galhos, folhas, pedras etc. (Classificador 1, Trabalho de Campo 2019).

Então, mediante essa classificação, o grão é classificado basicamente, pelo tamanho e pelos defeitos. Após isso, o café é avaliado pelo sabor que possui. É a etapa chamada de “provadores”, na qual o classificador vai provar o café e avaliar o sabor para definir sua classificação de acordo com esse critério. Os

sabores podem variar de: extritamente mole, mole, apenas mole, bebida dura, riada, rio e riozona. Esses respectivos sabores indicam o nível de qualidade da bebida da melhor para a de menor qualidade (Classificador 2, Trabalho de Campo, 2019).

Após esses procedimentos, entra em cena a figura do corretor de café. Esse profissional é peça fundamental na comercialização do produto, pois ele é o elo entre o produtor e exportador. Em outras palavras, o corretor é o responsável pela negociação da venda do café da fazenda para o exportador. Para isso, ele precisa ser conhecedor do tipo e qualidade de café que está à disposição do mercado e, principalmente, está atento na cotação do dia do café negociado nas bolsas de valores. Nesse sentido,

O comprador de café [exportador] procura um corretor para aproximá-lo do produtor, assim como faz um corretor de imóveis, por exemplo. Então, o corretor vai trazer diversas opções de café para o comprador para que ele possa escolher o produto do seu interesse e buscar uma melhor negociação entre as partes. Após o negócio fechado, o corretor recebe uma porcentagem pelo serviço prestado (Corretor 3, Trabalho de Campo, 2019).

Quando esse café chega para o exportador, ele possui dois destinos: mercado externo (torrefadores de vários países) e interno (torrefadores presentes no Brasil). O café para ser exportado exige alguns cuidados especiais, sendo que o primeiro deles é realização de um novo beneficiamento, que consiste em separar os grãos de café por padrões de qualidade, avaliando determinadas características, tais como, defeitos, quebras e cor. Geralmente, esse procedimento é realizado por máquinas onde os grãos são separados, minuciosamente, numa peneira mecânica por forma, densidade e tamanho. Outros cuidados também são essenciais, como a escolha da sacaria adequada para embalar o café, a forma de armazenamento dos grãos nos silos e o cuidado no transporte desses grãos no contêiner até o país de destino. Todos esses aspectos são importantes para garantir que os grãos não sofram nenhuma reação físico/química e perca a qualidade. As exportadoras que atuam no Brasil são, portanto, as principais compradoras de café no país e concentram o processo de comercialização no mercado interno e externo.

O café destinado para o mercado interno passa pelo processamento final que ocorre nas torrefadoras, nessa etapa o café será industrializado, ou seja, será torrado e moído para consumo. Para torrar o café é preciso utilizar grãos por padrão de qualidade, o objetivo é conseguir extrair um café homogêneo. Em seguida, esses grãos crus são colocados em uma máquina apropriada para torrefação, com altas temperaturas. No final do processo, é esperado extrair o melhor do café para, assim, agregar mais valor ao produto. Como a torrefação é um momento crucial para agregar valor ao café, é preciso muito cuidado nesse manejo, pois a

depender da quantidade de grãos colocados na máquina ou, até mesmo, tempo de exposição do grão à temperatura desejada para torra, pode levar a perda de qualidade do café. Após esse procedimento, o grão torrado é levado para moagem para ser transformada em pó, empacotada e ser comercializada em supermercados, lojas de café, entre outros.

Essa é a ponta final da cadeia global de valor do café, já que após o processo industrial, enfim o café chegará às mãos do consumidor final, seja no atacado ou no varejo, então, é na prateleira do supermercado ou numa xícara de café servida em uma cafeteria ou lanchonete que o produto entra em contato com o consumidor e finaliza todo ciclo da cadeia. As redes mundiais de supermercados e cafeterias controlam essa etapa da cadeia.

De forma resumida, é possível afirmar que toda a cadeia global de valor do café no Brasil (desde antes da colheita até o consumidor final) é movida pela atuação dos seguintes sujeitos:

- a) instituições de pesquisa: atuam no desenvolvimento de ciência e tecnologia para o setor;
- b) indústria e comércio ligado ao setor de máquinas e insumo agrícolas;
- c) produtores de café (capitalistas e camponeses);
- d) trabalhadores do café: responsáveis pelo plantio, manejo da lavoura, colheita e secagem dos grãos;
- e) classificador: avalia e classifica o café de acordo com a qualidade do grão e da torra, pode atuar na fazenda, de forma autônoma ou, ainda, prestando serviços para exportadoras e/ou indústrias de torrefação e moagem;
- f) corretor de café⁴⁹: elo entre o produtor e o comprador (exportadoras e indústrias de torrefação e moagem);
- g) Cooperativas: responsáveis pela produção/processamento de café (geralmente atuam em escala local/regional)
- g) Exportadoras e indústrias de torrefação/moagem: responsáveis pelo monopólio da compra/processamento do café produzido (atuam em escala global);

⁴⁹ Conforme verificado no trabalho de campo realizado em Santos-SP em dezembro de 2019, os corretores de café sinalizaram que a profissão já não tem a mesma representatividade que teve no passado. Nesse aspecto, acrescentam que nos dias atuais, o avanço da tecnologia nas áreas de comunicação e transporte tem diminuído a função do corretor, isto é, servir de intermediação entre o produtor e o comprador. Com base nisso, explicaram que tem crescido a negociação direta entre produtor e comprador e, com isso, diminuído a função desses profissionais que, segundo alguns deles, precisam se reinventar para manter-se no mercado.

h) Porto de Santos: cumpre a função de escoar grande parte do café produzido no país para diversos países no mundo; e

h) consumidor final: mercado externo e interno (lojas, bares, restaurantes, supermercados etc.).

Portanto, com base nos elementos apresentados e discutidos, é possível pontuar que organização espacial da cadeia global de valor do café no Brasil está inserida na geografia do café mundial contemporânea, de modo que os países do Sul são os produtores e exportadores dessa *commodity*, enquanto que os países do Norte são os consumidores. Ainda nesse contexto, destaca-se a condição de subalternidade do Brasil em relação aos países do Norte, tendo em vista que o país exporta o café em forma de matéria-prima bruta (grão), enquanto países como Alemanha e Itália que não cultivam essa planta, destacam-se no mercado global dessa *commodity* como as principais reexportadoras do produto industrializado, pois, concentram tecnologia e informação para realização desse procedimento. Essa configuração geográfica e econômica é resultado do processo de financeirização do setor, caracterizado pela dinâmica financeira dessa *commodity* nas bolsas de valores e mercados futuros, que faz com que o mercado de café no Brasil fique subordinado às finanças e as multinacionais do setor.

CAPÍTULO 3: A LÓGICA DA FINANCEIRIZAÇÃO NO MERCADO FUTURO DE CAFÉ E SUAS DETERMIAÇÕES NO ESPAÇO E NO TEMPO

3.1. Breve histórico da commodity café

Até o final do século XVIII, o café era comercializado mundialmente como uma especiaria, isto é, era uma bebida exótica e artigo de luxo de origem africana (Etiópia) que passou a ser consumida em alguns países europeus por parte da nobreza e da burguesia em ascensão na época. Essa bebida popularizou-se na esteira da Primeira Revolução Industrial, já que muitos trabalhadores passaram a consumir o café como forma de conseguir maior disposição e energia para a realização das atividades laborais e, nesse caso, essa mercadoria deixou de ser um artigo de luxo e passou a ser um produto de consumo de massa. Os Estados Unidos passaram a ser o principal consumidor mundial desse produto e o Brasil assumiu o posto de maior produtor e exportador⁵⁰. É nesse contexto histórico e geográfico que no início do século XIX acontecem alguns processos de desenvolvimento no sistema de crédito mundial que promovem algumas inovações no mercado financeiro. No que diz respeito à produção agrícola e mineral, destaca-se a criação dos mercados globais de *commodities*, ou seja, a padronização e regulamentação desses produtos negociados mundialmente em bolsas de valores e mercados futuros, como o café, soja, milho, trigo, algodão, cacau, petróleo e minério de ferro.

Daviron e Ponte (2005) explicam que a criação da Bolsa de Valores de Chicago – *Chicago Board of Trade (CBOT)* no século XIX foi fundamental para estruturar o mercado global de *commodities*. A Bolsa de Chicago foi pioneira na padronização e regulamentação da comercialização de grãos. As inovações promovidas por essa Bolsa, centrada no trigo, principal produto de suas operações, logo serviu de modelo para padronização de outros produtos agrícolas. No entanto, se o trigo foi o primeiro produto agrícola negociado na Bolsa de Valores de Chicago, o café, por sua vez, foi a primeira *commodity* negociada no mercado internacional e, nesses termos:

A ação decisiva para a *commoditização* da cafeicultura foi a criação, em 1882, da *Coffee Exchange in the City of New York – CENY*. Inspirada na *Chicago Board Trade* (1848), a Bolsa de Café de Nova York normatizou o comércio internacional de café, ao padronizar e classificar o café em diferentes tipos, favorecendo a permutabilidade dos fornecedores definindo a qualidade necessária para uma economia de produção e consumo em massa (FREDERICO, 2013, p.101).

⁵⁰ Informações obtidas no Trabalho de Campo, 2019.

Conforme constado no excerto acima, a sistematização e padronização do tipo e qualidade de café negociado internacionalmente ficou à cargo da Bolsa de Nova Iorque, centro financeiro do principal país importador dessa *commodity*. Isso significa que os demais países produtores, como o Brasil, Etiópia, Colômbia etc., tiveram que reorganizar sua forma de cultivo, colheita, tipo e qualidade de café de acordo com o que passava a ser estabelecido pelo mercado financeiro estadunidense. Nesse sentido, já no século XIX é possível constatar como o capital financeiro já passava a exercer certa influência no mercado mundial de café, tendo em vista que a produção e consumo tiveram que se reorganizar de acordo com os padrões estabelecidos pelas finanças, colando os Estados Unidos como o principal centro financeiro dessa *commodity*.

Outro ponto associado a Bolsa de Café de Nova Iorque que merece destaque é o fato de que além de padronizar o mercado mundial dessa *commodity*, também, se criou a possibilidade de negociação futura do café, isto é, foi institucionalizado o mercado futuro de café. De acordo com Frederico (2013), por meio dessa nova modalidade de operação tornou-se possível a negociação do chamado “contrato a entregar”, no qual era assinado um contrato em bolsa entre comprador e produtor firmando compromisso para entrega física de café em uma data futura, definindo previamente as características do grão a ser entregue, o tipo, a quantidade, a qualidade e o preço. No Brasil, essa operação era realizada na Bolsa Oficial de Café em Santos-SP, de acordo com as normativas estabelecidas por Nova Iorque. De início, o interesse por essa operação surgiu como necessidade de garantir a proteção de compradores e vendedores de café contra a oscilação dos preços, tendo em vista que o preço dessa *commodity* estaria fixado entre as partes no mercado futuro.

Ainda no século XIX, como desdobramento do contrato a entregar, desenvolve-se a modalidade do contrato futuro, que semelhante ao contrato a entregar possuía como norma a padronização do produto em negociação, tais como: o tipo de grão, o volume, o preço e a data para entrega (DAVIRON E PONTE, 2005). A novidade é que essa modalidade de contrato poderia ser negociada de forma totalmente independente do grão físico, ou seja, as transações não eram sobre a troca física do produto, mas sobre os contratos de papel, tornando-se assim, uma atividade financeira puramente especulativa. Essa dinâmica retrata a gênese que permitiu a construção do atual mercado futuro de café e, nesse aspecto, expressa a natureza da especulação financeira do capital fictício, pois o que está em jogo nesse tipo de operação não é a mercadora física – o café –, mas sim, a especulação com o preço do café. Portanto, em razão

do seu caráter especulativo financeiro, os negócios no mercado futuro começaram a superar os do mercado físico, promovendo um descolamento entre o mercado futuro x mercado físico.

Após essa *commoditização* da cafeicultura mundial, dois sujeitos surgiram como protagonistas das operações realizadas nos mercados futuros: os *hedges* e os especuladores. Os *hedges* permitem que compradores e vendedores de café se protejam das oscilações dos preços, operando no mercado futuro para garantir a fixação do preço futuro. Os especuladores realizam operações de risco no mercado futuro, apostando na queda ou elevação dos preços dos contratos futuros. Aqueles que apostam na elevação dos preços são chamados de *bulls* (touros) e os que apostam na queda são chamados de *bears* (ursos). Apesar de não haver consenso na origem dos termos *bulls* e *bears*, alguns sujeitos da pesquisa relataram que esses termos foram inspirados em alusão à forma de ataque de cada um desses animais. O touro ataca com o chifre num movimento para cima, por isso os que apostam na elevação dos preços são chamados de *bulls*. Por outro lado, o urso ataca com as garras com um movimento para baixo, por isso os que apostam na queda dos preços são chamados de *bears*.

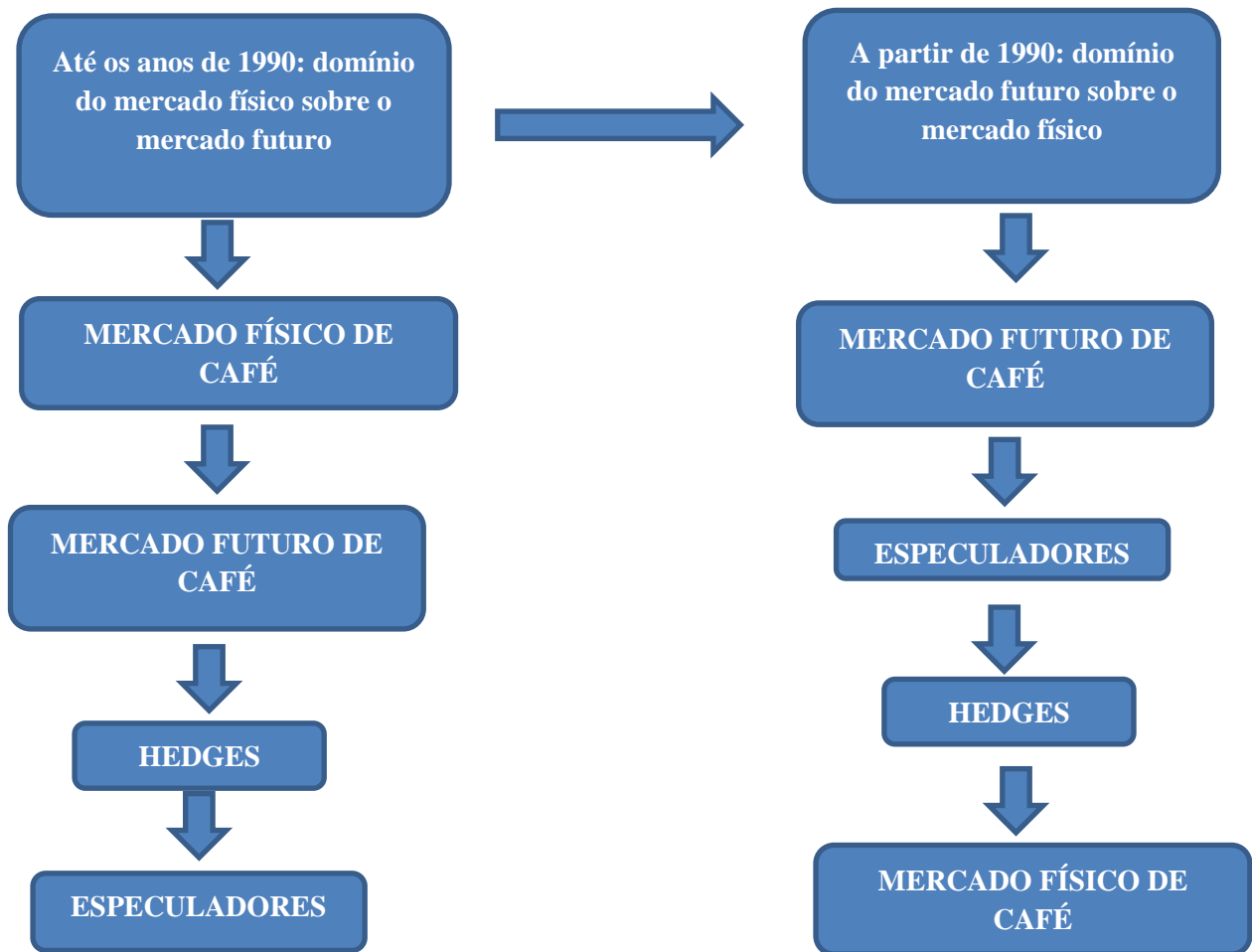
Em meados do século XX, mais precisamente por volta da década de 1970, o mercado global de *commodities* iniciou um processo gradativo de aumento das atividades especulativas, no sentido de que aos poucos foi perdendo sua função original (fornecer proteção contra as flutuações dos preços dessas mercadorias no mercado internacional) e ganhando mais importância nas especulações financeiras com contratos futuros. É importante lembrar que isso ocorreu no contexto da crise estrutural do capital que reverberou na esfera financeira com a quebra do *Acordo de Bretton Woods*, legitimando assim, a reprodução de capital fictício em escala global.

Diante desse cenário, o mercado futuro de café passou por uma relevante modificação: em 1970, o mercado mundial dessa *commodity* passou a ser controlada por dois centros financeiros, Nova Iorque e Londres e, nesse caso, a bolsa novaiorquina deixou de ser o único centro financeiro global do café. Desde então, conforme já foi mencionado, a Bolsa de Valores de Nova York (*New York Coffe Exchange*) passou a ser o centro regulador dos contratos futuros do café arábica, e os contratos futuros do café conilon/robusta passaram a ter Bolsa de Valores de Londres (London Commodity Exchange, atual, London International Futures Exchange – LIFE) como centro regulador dessa *commodity*.

A partir da década de 1990 consolidou-se o aumento das operações especulativas nos mercados futuros de café, promovendo assim, uma mudança significativa na economia cafeeira, envolvendo a relação entre o mercado físico e os mercados futuros. De acordo com Frederico (2013), até o início dos anos de 1990, os *hedges* dominavam os especuladores no mercado

futuro e os preços do mercado físico de café determinavam os preços do mercado futuro, no entanto, a partir de meados de 1990 até os dias atuais, os especuladores passaram a dominar os *hedges* no mercado futuro de café e os preços do mercado futuro passaram a determinar os preços do mercado físico dessa *commodity*. Veja no organograma a seguir:

Organograma 3: Inversão de papéis entre mercado físico x mercado futuro de café



Fonte: FREDERICO, 2013.

Elaboração e Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de; 2022.

A inversão de papéis entre o mercado físico e o mercado futuro é a expressão material do processo de financeirização do agronegócio do café contemporâneo, no sentido de que o capital fictício passou a ser predominantemente dominante no processo de acumulação capitalista na economia cafeeira, subordinado o mercado físico de café aos interesses especulativos financeiros dos mercados futuros. Dito de outro modo, a financeirização do mercado global de café é um claro indicativo da subordinação do capital produtivo (e demais outras formas de capital, comercial e a juros) ao capital fictício e, portanto, essa financeirização é produto da dinâmica da autonomização da forma valor no café e sua transfiguração entre a

mercadoria e o dinheiro, até atingir sua forma mais desenvolvida de capital fictício. Nesse sentido, é crucial assinalar que a própria forma do café negociado como uma *commodity* fez dele uma mercadoria diferenciada, pois criou as condições objetivas para a (re)produção e circulação do capital fictício no interior da sua economia.

Retomo as formulações de Marx (2013, 1996) para explicar essas particularidades da *commodity* café por meio do dinheiro como meio de circulação e do dinheiro como meio de pagamento. O primeiro ponto a ser destacado é que por ser uma *commodity*, o café pode ser negociado tanto no mercado físico como nos mercados futuros. No mercado físico, assume a forma física da mercadoria nas negociações que envolvem produtores, exportadores e torrefadores, resultando na chegada do produto para consumo nos supermercados, cafeterias, restaurantes, entre outros pontos comerciais. Nessa situação, o dinheiro assume a função de meio de circulação e cumpre papel de equivalente geral das mercadorias, mediando o processo de compra e venda do café. Essa função acontece, por exemplo, quando uma grande torrefadora compra toneladas de café de determinado exportador ou, até mesmo, no simples fato de um consumidor pagar por um café em uma cafeteria.

Conforme já expliquei, no caso de uma atividade de especulação nos mercados futuros são negociados contratos futuros de café sem a necessidade da entrega física do produto e, desse modo, o que está em jogo não é o café físico, mas sim, a especulação em torno dos preços do café. Os especuladores são os mais interessados nessa jogatina e apostam na queda e/ou na alta dos preços, assumindo os riscos da operação para tentar algum ganho financeiro. Nessa situação, o dinheiro assume a função de meio de pagamento e não medeia o processo de compra e venda da mercadoria, tornando-se ele próprio o fim da venda (D-D') enquanto uma promessa futura de trabalho não pago, isto é, capital fictício⁵¹.

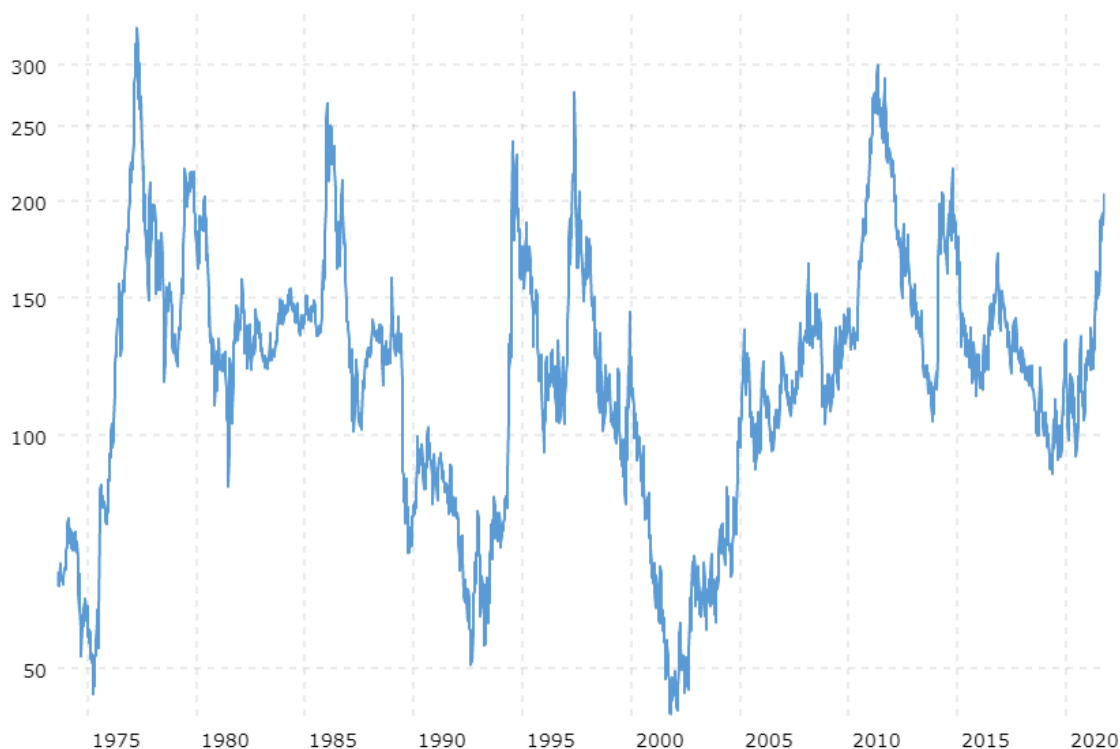
Desse modo, com base nos elementos apresentados, é possível assinalar que o desenvolvimento lógico da *commodity* café ao longo desses dois séculos possibilitou que essa mercadoria assumisse formas de valor cada vez mais autônomas e fictícias, o que por sua vez, reverberou em transformações no mercado mundial desse produto, atingindo o atual momento de financeirização do café, que reconfigurou as relações entre mercado físico e os mercados futuros. Nos tópicos a seguir, tive como propósito demonstrar alguns desdobramentos dessa lógica especulativa no agronegócio do café no Brasil no espaço e no tempo.

⁵¹ Esse processo será explicado com mais detalhes no tópico 3.3, onde será discutida a questão do derivativo.

3.2. A financeirização do café: a dinâmica dos preços e o endividamento dos cafeicultores no Brasil

Foi dito que com a financeirização do café a partir da década de 1990, o capital fictício passou a impor a sua lógica no mercado mundial dessa *commodity*, e o mercado físico ficou subordinado pelo crescente movimento de especulação financeira. Esse processo fez com que os preços internacionais de café fossem determinados pelas precificações dos mercados futuros. A liberalização dos mercados por meio do ideário neoliberal facilitou o desenvolvimento desse processo na economia cafeeira. Na prática, essa lógica da cafeicultura mundializada-financeirizada condicionou cafeicultores e demais sujeitos dessa cadeia global de valor à dinâmica dos preços nos mercados futuros. No caso do Brasil, essa dinâmica dos preços reverberou no endividamento crônico de cafeicultores como resultado da financeirização do setor em curso.

Uma análise geográfica e econômica sobre os impactos dessa dinâmica financeira na escala do produtor brasileiro passa, necessariamente, por um exame mais detalhado sobre os preços futuros do mercado internacional de café e os desdobramentos dessa lógica no mercado nacional dessa *commodity* ao longo do tempo. Com base nesses elementos analíticos é possível verificar as especificidades dos impactos da financeirização do café no Brasil no espaço e tempo, no sentido de entender como os cafeicultores nacionais na atualidade são condicionados as determinações dos preços regulados pelas bolsas de valores e mercados futuros. O gráfico abaixo ilustra uma série histórica dos preços do café para abrir essa discussão:

Gráfico 10: Série histórica dos preços internacionais de café (1975-2020)

Fonte: Macrotrends⁵².

*Preços em dólar.

O gráfico apresenta uma série histórica dos preços do café desde 1975 até 2020. A elasticidade temporal ilustrada nesse gráfico permite a realização de uma análise com base em dois períodos da cafeicultura: a) de meados de 1970 até o final da década de 1980 e b) a partir da década de 1990 até os dias atuais. É importante estabelecer a distinção entre esses dois períodos, pois, eles possuem diferenças qualitativas no sentido de reprodução capitalista na economia cafeeira, conforme já foi discutido anteriormente. No primeiro recorte temporal, cabe lembrar que embora haja uma volatilidade dos preços, o mercado físico determinava o mercado futuro e o mercado global dessa *commodity* era controlado por uma regulação estatal entre estados produtores e consumidores por meio dos Acordos Internacionais. No caso do Brasil, o Estado por meio do IBC dava suporte financeiro para os cafeicultores e atuava com base nos Acordos Internacionais para regulação dos preços e da economia cafeeira.

Em 1975 os preços internacionais do café estavam em baixa porque o setor estava enfrentando uma crise de superprodução (TALBOT, 2002). Nesse período, a intervenção estatal

⁵² Disponível em: <https://www.macrotrends.net/futures/coffee>. Acesso em novembro de 2021.

no mercado nacional por meio do IBC possibilitou não apenas que os produtores brasileiros conseguissem atravessar esse período de crise no setor sem muitos prejuízos, como ainda, promoveu a expansão espacial da cafeicultura para novas áreas produtoras e difundiu a modernização dos cafezais por meio do financiamento subsidiado pelo Estado nacional. No entanto, Dulci (2021) destaca que alta dos preços na passagem do ano de 1975 para 1976 foi resultado da forte geada que atingiu as principais áreas produtoras de café no Brasil nessa época, fazendo com que os preços no mercado internacional disparassem pela depressão na oferta de café do maior produtor mundial. Após esse episódio, a intervenção estatal na economia cafeeira garantiu que os preços internacionais do café conseguissem manter-se relativamente em alta até o final dos anos de 1980.

A partir da década de 1990, o processo de financeirização articulado com o movimento de liberalização da economia culminou no fim dos AICs e na extinção do IBC, expondo os cafeicultores brasileiros as determinações dos mercados futuros de café. Para Dulci (2021), a queda acentuada nos preços do café no ano de 1990 e no ano 2000 está diretamente ligada a essa nova dinâmica financeira na cafeicultura. As formulações de Gomes (2015) e Carcanholo e Sabadini (2015) sobre a lógica especulativa do capital fictício ajudam a explicar a relação da queda dos preços do café nesses anos como resultado da financeirização desse setor. Os preços do café nos mercados futuros definem os preços do mercado físico desse produto, nesse caso, o capital fictício especulativo antecipa o futuro para o presente e medeia o processo produtivo por meio da regulação do preço dessa *commodity*. Como esse movimento do capital fictício no mercado futuro é essencialmente especulativo, os preços do café são determinados por uma espécie de crença generalizada nas apostas para alta ou para a baixa dos preços dessa *commodity*. Em outras palavras, o que vai definir em última instância se o preço do café vai subir ou cair não é necessariamente a oferta e demanda – mercado físico –, mas sim, as apostas sobre os preços do café no mercado futuro, ou seja, a especulação com papéis na esfera financeira.

Desse modo, a queda acentuada dos preços do café nos anos de 1990 e 2000 foi resultado de um movimento especulativo nos mercados futuros, isto é, naquele momento houve uma descrença generalizada no mercado de café que fez com os especuladores apostassem na queda do preço dessa *commodity*. Há diversos eventos que podem ter ocasionado essa descrença do mercado no setor cafeeiro, como por exemplo, a grave crise econômica, política e financeira que o Brasil passou nesse período, o que poderia levantar hipóteses negativas sobre o futuro da produção de café do maior produtor e exportador mundial desse grão. Enfim, o que interessa

para essa análise é o entendimento de que as jogatinas nos mercados futuros prevalecem em última instância e, portanto, são responsáveis pela queda ou pela alta dos preços do café.

Em razão dessa lógica da financeirização, o mercado internacional de café conheceu sua segunda maior recessão econômica entre os anos de 1990-1994, ficando atrás apenas da Grande Depressão de 1929 e, nesse sentido, não foram apenas os preços que caíram, o valor do comércio de café que chegou a movimentar U\$ 11 bilhões de dólares em 1980 e 13 bilhões em 1970, caiu para uma faixa entre 6,5 e 8 bilhões de dólares, significando uma queda de 35%⁵³.

É válido destacar dois eventos de picos na alta do preço do café ocorridos na década de 1990 e 2000. O pico do preço observado entre os anos de 1994-1995 foi em decorrência de mais uma geada que atingiu a produção brasileira e gerou movimentações especulativas no mercado futuro que elevaram o preço do café. O pico observado no ano de 2010 tem relação com o fenômeno que Kato e Leite (2020) interpretam como “*boom das commodities*”, isto é, um movimento de valorização dos preços das *commodities* no mercado internacional que teve início nos primeiros anos da década de 2000 e permaneceu até o início de 2012, quando há uma deflação no preço das *commodities* – como a soja, o milho e o açúcar –, registrando patamares bem mais baixos do que os alcançados entre os anos 2000-2012. É importante reportar que de acordo com Pitta (2020), o que se convencionou chamar na literatura de *boom das commodities* é, na verdade, uma bolha das *commodities*, ou seja, é um desdobramento da crise fundamental do capital que sob a determinação do capital fictício promoveu um momento de subida de preços desses derivativos agrícolas, baseada na criação de valores fictícios sem substância de valor real, resultando assim, no estouro dessa bolha que promoveu a queda do preço dessas *commodities* no mercado internacional.

No entanto, conforme foi ilustrado no gráfico 13, é possível verificar que os preços internacionais do café mantiveram-se relativamente em alta após o “estouro da bolha das *commodities*”, ou seja, na atualidade observa-se uma inflação dos preços de café nos mercados futuros, caminhando na contramão da onda deflacionária de outras *commodities* agrícolas. A título de demonstração, com base nos dados do gráfico supracitado, o preço do café em 2005 estava em torno de US\$ 130 dólares (momento de recuperação do preço após a queda dos anos 2000), em 2020 o preço desse produto atingiu os US\$ 200, esse aumento nos preços representa uma inflação de 53,84%.

Alguns elementos explicam essa dinâmica que está promovendo a inflação dos preços futuros do café, tais como: a expectativa pelo aumento da demanda mundial do produto, com

⁵³Dados obtidos no Documento da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAF%C3%89.pdf>. Acesso em: 20/07/2020.

ênfase no aumento do consumo dos cafés *gourmet* e especiais; aumento do consumo dessa bebida na China (projetando-se enquanto um potencial consumidor mundial de café por ter a maior população do planeta); e o crescimento do consumo de café especial e *gourmet* no Brasil – 2º maior consumidor mundial dessa bebida. Essas e outras informações sobre esse mercado produzem expectativas positivas com relação à economia da cafeicultura mundial e movimentam a jogatina dos *players* nos mercados futuros de café, que apostam no crescimento econômico desse setor e na valorização comercial desse grão, produzindo assim, a inflação dos preços futuros dessa *commodity*.

Embora haja uma inflação dos preços do café nos mercados futuros nas últimas duas décadas, os preços pagos pelo produto no mercado internacional não são suficientes para arcar com os custos de produção que também estão em alta. De acordo com o levantamento realizado pela página de notícia especializada no agronegócio – G1/AGRO⁵⁴, atualmente, para cada saca de café produzida no Brasil, mais de 70% do valor é gasto com custos de produção, que envolve maquinário, mão-de-obra, adubos químicos e fertilizantes, entre outras coisas. O alto custo de produção tornou-se, portanto, um grande desafio enfrentado pelos cafeicultores brasileiros.

Essa conjuntura econômica que afeta diretamente os cafeicultores no Brasil levanta uma importante questão: por que a inflação dos preços futuros do café na atualidade não representa o aumento do lucro e/ou renda para os cafeicultores brasileiros? A inflação do custo de produção explica em parte esse problema, mas não é suficiente para desvendar a essência dessa lógica. Essa dinâmica contraditória é produto da financeirização do café.

Retomo a minha interpretação das formulações de Marx (2013) e Kurz (2019) para explicar a contradição lógica do capital fictício nesse movimento. Com base nisso, a linha de frente dessa análise passa, fundamentalmente, pela diferenciação das categorias marxianas de valor e preço. Nesse caso, o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias e o preço é a expressão monetária do valor representada no dinheiro – equivalente geral das mercadorias. Ao que interessa para essa análise, considero necessário sublinhar uma das dimensões fetichistas do preço: a tendência de descolar-se, em parte, do valor, isto é, o preço de uma mercadoria pode oscilar para cima ou para baixo do seu valor, a depender das leis de oferta e demanda do mercado. No capital fictício, essa natureza orgânica do preço é elevada a um nível muito maior de fetichismo, pois ele passa a ser expressão monetária do valor que ainda não existe e pode não existir.

⁵⁴Dados obtidos na página oficial do G1/AGRO. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/02/14/cafezinho-mais-caro-preco-tem-alta-de-56percent-para-o-consumidor.ghml>. Acesso em outubro de 2022.

No café, essa dinâmica acontece do seguinte modo: expliquei que a inflação dos preços do café é resultado da atividade especulativa dos *players* nos mercados futuros, baseado na crença de que no futuro haverá um aquecimento da economia cafeeira capaz de proporcionar a valorização dos preços do café. Esse movimento de natureza especulativa financeira afeta diretamente o cafeicultor brasileiro (e demais outros sujeitos da cadeia global de valor dessa *commodity*), uma vez que esse produtor é condicionado a vender o café para exportadoras e/ou torrefadoras de acordo com os preços inflacionados estabelecidos nos mercados futuros. Nessa situação, estamos diante de um processo inflacionário no café que não é, em última instância, resultado da lei da oferta e da procura do mercado físico dessa mercadoria, já que na verdade, o que ocorre é um processo inflacionário mediado pelo capital fictício de modo que o preço do café desacopla do valor em um nível muito maior de fetichismo da mercadoria, pois ele passa a ser expressão monetária do valor de um café que ainda não existe e pode não existir.

Esclarecendo por completo, quando há o desacoplamento entre o valor e o preço nos mercados futuros de café, a inflação do preço dessa mercadoria não implica no aumento do lucro e/ou da renda do cafeicultor brasileiro, pelo contrário, promove a diminuição do lucro. Isso acontece porque o capital fictício inverteu a lógica da relação social entre valor e preço e possibilitou a intensificação da extração do valor produzido na cafeicultura. Na lógica em que o preço era determinado pelo mercado físico, o cafeicultor para produzir café precisava investir em máquinas, mão-de-obra, energia, fertilizante etc; para depois desse processo, produzir valor e estipular o preço da sua mercadoria em consonância com as leis do mercado e da concorrência. Com o capital fictício mediando esse processo, o preço do café é projetado antes mesmo de existir a plantação de café e a produção de valor, isso significa que o preço do café é uma expressão monetária de um valor fictício que para existir precisa capturar o valor já existente. A tendência desse movimento é de que quanto maior for à inflação dos preços futuros do café, maior será a fatia de valor já existente que será abocanhada pelo capital, reverberando assim, na diminuição do lucro/renda do cafeicultor. À vista disso, o capital fictício não somente inverteu a lógica da relação social entre valor e preço como ainda antecipou a captura do valor do futuro para o presente, e essa é uma das dimensões da atual crise do capital sob o comando da financeirização.

Desse modo, a situação dos cafeicultores brasileiros no período atual é diferente do período de 1970, pois o mercado global de café gerido pelo ideário neoliberal deixou os produtores sem a proteção do Estado e subordinados ao processo de financeirização do setor. Desamparados em parte pelo Estado e subordinados à financeirização, muitos produtores recorreram a empréstimos como tentativa de recuperar os negócios. Porém, o acesso ao crédito,

nesse cenário, tornou-se um problema porque muitos cafeicultores nacionais ficaram endividados⁵⁵. Algumas notícias de jornal e/ou mídias especializadas do setor endossam essa afirmação:

A Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realiza às 14 horas, reunião conjunta com o Conselho Nacional do Café (CNC) para discutir a prorrogação das dívidas de colheita, o andamento das liberações de recursos para a colheita e a pré-comercialização da atual safra de café (AGROLINK, 16/05/2002⁵⁶).

Produtores mineiros concentram maior parte do débito de R\$ 2,6 bi. A dívida dos cafeicultores brasileiros se estendeu na última década e já passa de R\$ 2,6 bilhões. A maior parte desse montante é devido por produtores de Minas Gerais (CANAL RURAL, 22/01/2009⁵⁷).

Com objetivo de conter o déficit no setor da cafeicultura, o Banco do Brasil (BB) criou uma linha emergencial de crédito a fim de prolongar em até 12 anos os prazos para pagamento de dívidas de produtores. A área sofre com queda na produção desde o ano passado, mas a situação se agravou nos primeiros meses de 2019 (O TEMPO, 22/10/2019⁵⁸).

O endividamento dos cafeicultores brasileiros no contexto da financeirização do setor tornou-se uma equação difícil de ser solucionada, uma vez que os preços do café determinados pela lógica financeira fez com que o produtor ficasse refém do financiamento para custear a produção e as dívidas. Essa dinâmica transformou-se num efeito cascata como fim em si mesmo e o capital fictício passou a mediar esse movimento em articulação com os bancos públicos e privados.

No ano de 2011, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a criação de uma linha de crédito especial para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), com o objetivo de refinanciamento da dívida do cafeicultor. O acesso ao crédito se dá por meio dos agentes financeiros (bancos). No ato da contratação do crédito fica estabelecido que uma parte do financiamento seja destinada para quitação do débito do cafeicultor, e a outra parte seja destinada para investimento no mercado futuro de café como forma de capitalização⁵⁹. Com

⁵⁵ É importante explicar que o endividamento dos cafeicultores não é uma novidade do período da financeirização do café, tendo em vista que a dívida no setor antecede esse fenômeno atual. O que há de novo nessa dinâmica é que o processo de endividamento desses produtores passou a ser influenciado pela lógica do capital fictício mediando essa relação.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/cna-discute-prorrogacao-da-divida-de-cafeicultores-2712.html>. Acesso em março de 2021.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/cafeicultores-reclamam-descaso-hora-renegociar-dividas-48679/>. Acesso em março de 2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/em-crise-setor-de-cafe-ganha-linha-de-credito-do-bb-para-quietar-dividas-1.2252662>. Acesso em março de 2021.

⁵⁹ Dados obtidos na Revista Globo Rural. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI222836-18077,00->

isso, em razão da financeirização, o cafeicultor brasileiro endividado passou a ter relações cada vez mais diretas com o capital fictício, e os bancos tornaram-se os principais intermediários para estabelecer o elo entre os mercados futuros e esse produtor.

É necessário levar em consideração que os bancos assumem o papel de intermediários do capital fictício porque os cafeicultores são em sua maioria pequenos produtores e, sendo assim, não possuem capital necessário para realizar investimentos diretos nos mercados futuros e nem têm acesso à informação adequada para realizar essas operações financeiras. Apenas as multinacionais de exportação e torrefação de café possuem esse conjunto de elementos que permitem realizar operações nas bolsas de valores e mercados futuros, estabelecendo assim, um contato direto com o capital fictício sem a necessidade de intermediação bancária⁶⁰.

Outro ponto importante a ser sublinhado é a estrutura organizacional para o financiamento do cafeicultor brasileiro que envolve a relação entre instituições públicas e privadas. Abordei que no atual contexto de financeirização do café, o Estado reconfigurou seu papel sem perder a relevância para o capital, uma vez que no âmbito do mercado de crédito os financiamentos privados se articulam com os públicos. Com base nisso, Dulci (2021) enumerou que as quatro principais fontes de crédito para agricultura brasileira, inclusive para o café, que ainda são provenientes da combinação do privado com subsídio público: 1º: Fontes Obrigatórias (Obrigação de instituições financeiras em destinar parte da quantia para operações de crédito rural); 2º: Poupança Rural; 3º: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA); e 4º os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O FUNCAFÉ ocupa, atualmente, o 11º lugar dessa lista.

Embora ocupe a 11ª posição desse *ranking*, o FUNCAFÉ merece uma atenção especial nessa análise por dois motivos principais: o primeiro devido sua particularidade de ser um fundo exclusivamente destinado para o agronegócio do café no Brasil, e o segundo por ter como uma das suas principais funções, financiar cafeicultores endividados transformando parte desse financiamento em capitalização nos mercados futuros de café. Por esses motivos, demonstrarei algumas especificidades desse fundo e os principais agentes econômicos envolvidos nessa trama financeira.

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) tornou-se uma das principais fontes de crédito para o cafeicultor. O FUNCAFÉ foi criado pelo Decreto-lei nº 2.295 de 21 de

CAFEICULTOR+TERA+NOVA+LINHA+DE+CREDITO+PARA+QUITAR+DIVIDAS.html. Acesso em outubro de 2022.

⁶⁰ Conforme será demonstrado mais adiante, esse é um dos principais elementos que explicam a atual monopolização do setor por essas empresas.

Novembro de 1986⁶¹ e destina-se, basicamente, para o financiamento, modernização, custeio e desenvolvimento de pesquisas na cafeicultura. Os recursos desse fundo são administrados por instituições financeiras públicas e privadas⁶².

O valor ofertado pelo FUNCAFÉ para o ano safra de 2020/21 foi de mais de R\$ 5,8 bilhões. Esses valores são distribuídos de acordo com a finalidade do crédito. As quatro principais linhas de crédito que recebem esses recursos são: 1- custeio, 2- aquisição de café (FAC), 3- comercialização, 4- capital de giro (MAPA – FUNCAFÉ, Contratações Ano Safra, 2020/21⁶³). Veja na tabela abaixo a finalidade de cada uma delas:

Tabela 7: Linhas de Crédito do FUNCAFÉ 2020/2021

Linha de crédito	Finalidade	Público alvo
Custeio	Crédito para as despesas de produção das lavouras de café.	Destinado especialmente para cafeicultores (inclusive os endividados).
Aquisição de Café (FAC)	Com a finalidade de aquisição de café para beneficiar e/ou exportar.	As indústrias de torrefação de café, beneficiadores, exportadores e cooperativas que exercem atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café.
Comercialização	Financia o armazenamento e a conservação da produção, facilitando a venda futura em melhores condições de mercado.	Os cafeicultores e as cooperativas.
Capital de giro	Proporcionar capital de giro	Indústrias de café solúvel e de torrefação e cooperativas de produção instaladas em território nacional.

Fonte: MAPA – FUNCAFÉ, Contratações Ano Safra, 2020/21.
Organização e elaboração: NOVAIS, Weldon P. S. de., 2020⁶⁴.

⁶¹ A história de criação e manutenção do FUNCAFÉ tem a ver com a necessidade de adequação do mercado cafeeiro nacional aos novos padrões estabelecidos pelo mercado global de café financeirizado (DULCI, 2021).

⁶² Dados obtidos no DECRETO Nº 94.874, DE 15 DE SETEMBRO DE 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm#:~:text=1%C2%BA%20O%20Fundo%20de%20Defesa,da%20cafeicultura%2C%20da%20ind%C3%BAstria%20do. Acesso em fevereiro de 2021.

⁶³ Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/FUNCAFTABELAAPLICAOAnoBase202122.02.2022Divulgado.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.

⁶⁴ Informações obtidas no site oficial da Confederação Nacional de Café. Disponível em: <https://www.cncafe.com.br>, e no site oficial do Banco do Brasil.

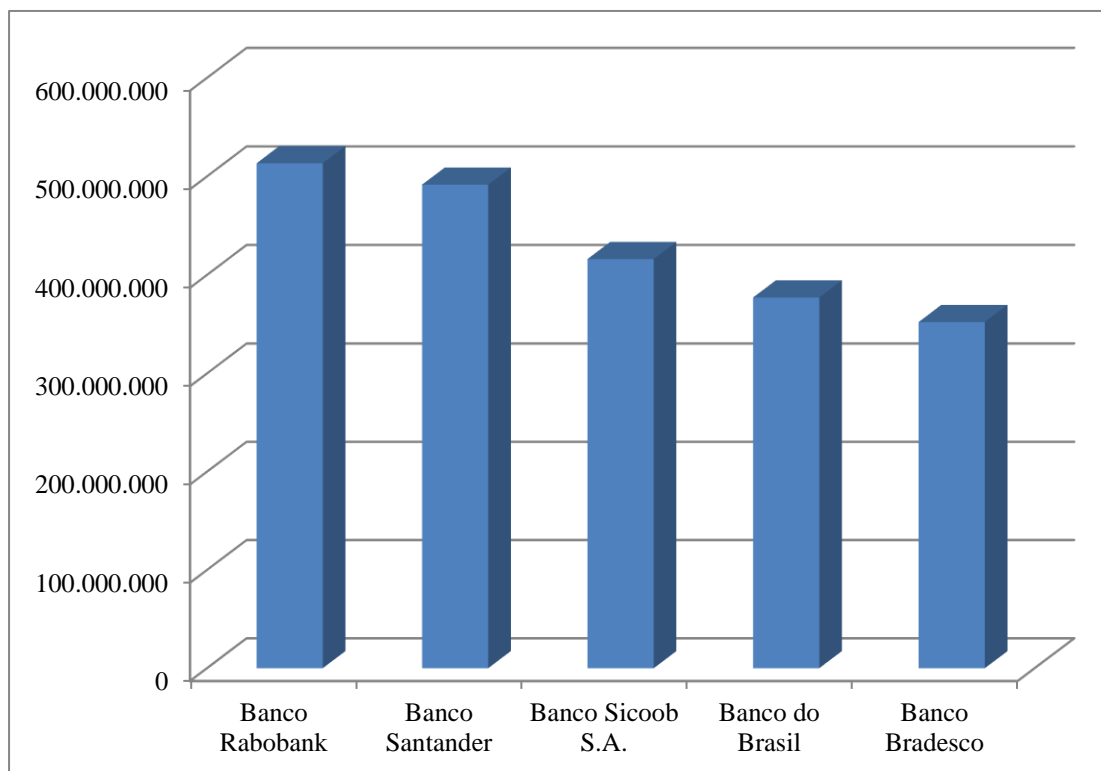
Disponível em:

<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/medio-produtor/comercializar-sua-producao#/>

As três maiores fatias do financiamento foram destinadas para a linha de comercialização (quase R\$ 2 bilhões), custeio (quase R\$ 1,2 bilhões) e aquisição de café (pouco mais de R\$ 1,1 bilhão). A linha de capital de giro ficou na 4ª posição (quase R\$ 670 milhões). É necessário esclarecer que a linha de crédito de custeio faz parte daquela linha de crédito especial mencionada anteriormente, na qual parte do financiamento concedido ao cafeicultor é destinada para o custeio da produção e quitação das dívidas, e a outra parte é utilizada para capitalização no mercado futuro de café. É nessa linha de crédito que o capital fictício se reproduz estabelecendo a relação entre o cafeicultor e o mercado futuro.

O montante de crédito disponível no FUNCAFÉ é distribuído por 34 agentes financeiros, sendo 22 bancos e 12 cooperativas. Esses agentes financeiros são os responsáveis pelo fornecimento do crédito para os cafeicultores e demais interessados do setor. Os cinco principais agentes financeiros responsáveis pela administração do recurso no ano safra 2020-21 foram: Banco Rabobank, Banco Santander, Banco Cooperativo Sicoob S.A., Banco do Brasil e Banco Bradesco (MAPA – FUNCAFÉ, Contratações Ano Safra, 2020/21⁶⁵).

Gráfico 11: FUNCAFÉ – Principais Agentes Financeiros do ano safra 2020-2021



Fonte: MAPA – FUNCAFÉ, Contratações Ano Safra, 2020/21.

⁶⁵Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/FUNCAFTABELAAPLICAOAnoBase202122.02.2022Divulgado.pdf>. Acesso em novembro de 2021.

*Valores em milhões de reais.

Dois bancos internacionais destacam-se no pódio desse *ranking*: Banco Rabobank (1º lugar) de origem holandesa e o Banco Santander (2º lugar) originário da Espanha. Os outros três bancos são de origem nacional: Banco Sicoob S.A. (Banco Cooperativa em formato de Sociedade Anônima de capital fechado), Banco do Brasil (Banco público de economia mista, sendo 50% de participação do Governo Federal e outros 50% de ações do capital privado) e o Banco do Bradesco S.A. (Banco Privado organizado em forma de sociedade anônima)⁶⁶. É importante reportar que historicamente o Banco do Brasil sempre liderou o *ranking* de administrador dos recursos do FUNCAFÉ (DULCI, 2021, p. 215). No entanto, como é possível observar, essa realidade foi modificada e, atualmente, o holandês Rabobank assumiu a 1ª posição e o Banco do Brasil ficou em 4º nesse *ranking*.

É possível fazer algumas considerações sobre essa atual configuração. Em primeiro lugar, cabe enfatizar o papel dos bancos como intermediários do capital fictício no agronegócio do café no Brasil. Nesse aspecto destaque-se que com a financeirização, os bancos tornaram-se um verdadeiro balcão de negócios do mercado financeiro, vendendo diversos produtos financeiros para seus clientes, como Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), fundos multimercados, ações, investimentos em mercados futuros, Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA), entre tantos outros. Todos esses produtos financeiros são formas concretas de reprodução fictícia de capital.

Em segundo lugar, é possível verificar que o ideário neoliberal promoveu um movimento de liberalização do mercado no país, possibilitando a expansão dos bancos privados em investimentos financeiros no agronegócio do café no Brasil. É muito por conta dessa dinâmica que os bancos privados estrangeiros emergem como principais agentes financeiros responsáveis pelo fornecimento do crédito do FUNCAFÉ para os cafeicultores no país, assumindo assim, o posto de protagonista financeiro do setor que antes era ocupado pelos bancos públicos.

E por último, é preciso explicar que o Rabobank não é o principal administrador do recurso do FUNCAFÉ por acaso. Além dos elementos supracitados que possibilitaram a emergência dos bancos privados como principais administradores desse recurso, ressalta-se a especificidade desse banco holandês, criado especialmente para investimentos financeiros no agronegócio mundial. Ao todo, essa instituição financeira opera em 38 países como financiador da produção de *commodities*, como o café, o milho e a soja⁶⁷. Dulci (2021) pontua que esse Banco é muito presente no mercado de café de Minas Gerais – maior produtor nacional –, e que só ano

⁶⁶ Informações obtidas no site oficial dos agentes financeiros citados.

⁶⁷ Informações obtidas no site oficial do Rabobank Brasil. Disponível em: <https://www.rabobank.com.br/>. Acesso em outubro de 2022.

de 2016 possuía investimentos correspondentes a US\$160 milhões no café brasileiro, distribuídos para, aproximadamente, 150 clientes em todo território nacional. Esses são, portanto, alguns dos fatores que explicam em parte o protagonismo do Rabobank nesse contexto.

Diante do exposto é possível assinalar que a financeirização afetou diretamente os cafeicultores. Ampliando essa perspectiva analítica para a distribuição da renda ao longo da cadeia global de valor do café, verifica-se que os cafeicultores são os mais prejudicados por conta da financeirização. Frederico (2014) explica que isso acontece por conta do jogo de escalas nessa cadeia global de valor, isto é, a relação existente entre o local-global que favorece os sujeitos que possuem maior escala de atuação nessa cadeia. Por exemplo, no mercado mundial de café, uma multinacional de exportação localizada em determinada área produtiva no Brasil possui uma escala de atuação global nesse mercado, enquanto que um pequeno cafeicultor possui uma escala de atuação local. No entanto, o autor adverte que embora seja raro, pode acontecer uma exceção a essa regra, que é quando determinado sujeito da cadeia consegue um salto de escala, como por exemplo, a Cooperativa de Café COOPUXÊ em Minas Gerais que surgiu com atuação local por meio da venda de café de pequenos produtores para exportadoras, depois investiu em mecanização, armazenamento e logística de escoamento de grãos e, hoje, consegue competir com as multinacionais de exportação de café, já que ampliou sua escala de atuação do local para o global. Assim como, pode ter exportador que faz torrefação, que planta café, ou também, torrefador que exporta.

Com base nesses elementos, segue uma tabela que ilustra os principais sujeitos envolvidos nesse jogo de escalas:

Tabela 8: Principais sujeitos do jogo de escala na cadeia global de valor do café no Brasil

Sujeitos	Função na escala geográfica de atuação
Empresas de fertilizantes/agrotóxicos	São multinacionais do setor responsáveis pela produção-comercialização de produtos químicos para os produtores, estão situadas próximas às diversas áreas produtivas brasileiras e tem escala de atuação global.
Cafeicultores	Compostos principalmente por pequenos produtores possuem uma escala de atuação local, isto é, a extensão do evento encerra-se na venda do grão para o corretor ou diretamente para exportadoras e/ou indústria de torrefação.

Multinacionais de exportação	Estão localizadas próximas as principais áreas produtivas no Brasil e no Porto de Santos (principal ponto de exportação desse produto), e possuem escala de atuação global, tendo em vista, que compram o café produzido em diversas localidades no país e vendem para o estrangeiro.
Multinacionais de torrefação	Estão situadas geograficamente na escala cartográfica local e/ou regional, muito embora sua escala geográfica de ação seja em âmbito global, cumprindo a função de origem de comprar café das exportadoras para torrefação/industrialização do produto.
Redes mundiais de supermercados	São multinacionais do ramo alimentício, possuem escala de atuação global, estão localizadas em diversas cidades do país e, no que diz respeito ao café, tem a função de origem de comprar o produto das torrefadoras para vendê-lo ao consumidor final nas prateleiras das suas lojas.

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização e elaboração: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

A posição que cada um desses sujeitos ocupa no jogo de escalas vai definir a distribuição da renda para cada um deles na cadeia global de valor do café no Brasil. Nesse caso, o cafeicultor é o elo mais fraco dessa cadeia porque “quanto menor a escala geográfica de ação dos produtores, maior será o número de intermediários e conseqüentemente a sua distância até o consumidor final” (FREDERICO, 2014, p.43). De acordo com os dados da OFXAM-Brasil (2021), os cafeicultores ficam com apenas com 10% do valor gerado nessa cadeia, enquanto as multinacionais de exportação e torrefação juntas ficam com 40% (sendo 10% das exportadoras e 30% das torrefadoras)⁶⁸, as redes mundiais de supermercado com 30% e as empresas de fertilizantes com os 20% restantes. O gráfico abaixo ilustra com detalhes:

⁶⁸ É necessário reportar que essas multinacionais também lucram com a jogatina nas bolsas de valores e mercados futuros, conforme será demonstrado no capítulo 4.

Gráfico 12: Distribuição do valor ao longo da cadeia global de café



Fonte: OFXAM – Relatório Mancha de Café, 2021.

Elaboração e organização: NOVAIS, Weldon P.S. de.; 2022.

A apresentação de outros dados ajuda a ilustrar essa realidade: no ano de 2013, uma xícara de café expresso no mercado brasileiro era vendida em média por R\$ 4,50. Para servir uma xícara desse expresso são necessários 10 gramas de café. O produtor recebeu apenas o equivalente a R\$ 0,064 por essas gramas de café (REVISTA CAFEICULTURA, 2013⁶⁹), isto é, o produtor recebeu apenas 1,42% do valor do expresso. Desse modo, é possível observar que o preço pago ao cafeicultor é bem menor do que o preço pago ao comerciante final do produto⁷⁰. Segundo DAVIRON e PONTE (2005), isso acontece porque torrefadoras e varejistas agregam mais valor ao café pela venda de atributos de qualidade material e simbólica, ou seja, concentram etapas como as de processamento, industrialização e marketing. Além disso, atuam como intermediárias do capital financeiro, tendo em vista que essas multinacionais possuem capital aberto em bolsas de valores, o que faz com que essas empresas possuam não apenas um alcance global na cadeia de valor, mas também, assumam a posição de agente financeiro e econômico no mercado mundial dessa *commodity*.

⁶⁹ Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=49135>. Acesso em março de 2022.

⁷⁰ Em um exemplo parecido, Dowbor (2017, p.94) demonstra a evolução do preço do café da porta da fazenda em Uganda à porta do bar no Reino Unido: o café passa de 14 centavos de dólar pago para quem produziu até o preço de 42 dólares pago no bar. Esse exemplo reforça uma tendência geral de desigualdade na distribuição do valor ao longo da cadeia global de café.

Como essas multinacionais são majoritariamente estrangeiras, reforçar-se o “paradoxo do café” (DAVIRON e PONTE, 2005), tendo em vista que a apenas 10% da renda fica com os produtores nacionais, enquanto que os outros 90% vão para as multinacionais que pertencem aos países importadores. Em linhas gerais, o jogo de escalas na cadeia global de valor do café no Brasil configura-se pelo aumento do poder e da ampliação da escala de atuação das multinacionais do setor e reforça a vulnerabilidade da escala de ação dos cafeicultores, sobretudo dos pequenos, limitados a uma atuação local/regional e subordinados a agentes financeiros e econômicos do mercado global dessa *commodity*.

Em vista da discussão apresentada, verifica-se que a financeirização do agronegócio do café no Brasil promoveu uma inflação dos preços futuros dessa *commodity* que ocasionou o endividamento dos cafeicultores nacionais, colocando a figura dos bancos como principais intermediários financeiros entre o capital fictício e esses produtores. O desdobramento dessa dinâmica financeira se repete em níveis cada vez mais acentuados, reforçando de forma progressiva a subordinação desse sujeito que produz no campo às determinações da financeirização, e a prova disso é a posição de subalternidade que esses produtores ocupam na cadeia global de valor do café.

3.3. O derivativo e a financeirização da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no Brasil

Demonstrei no tópico anterior que uma das formas de financeirização do café na atualidade se dá por meio da intermediação financeira dos bancos. Por outro lado, as operações com derivativo dispensam essa intermediação e, portanto, atuam diretamente na reprodução fictícia de capital nesse setor. Como essa dinâmica acontece de forma direta, as operações financeiras assumem níveis mais elevados de especulação, o que por sua vez, tem provocado uma financeirização da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no Brasil. Recupero a formulação de Harvey (2005) sobre a produção capitalista do espaço para interpretar como a dinâmica geográfica de acumulação capitalista do café no território brasileiro passa a ser mediada pela lógica do capital fictício. No entanto, é válido ponderar que antes de entrar no mérito dessa questão, é preciso fazer um breve apontamento sobre as estruturas fundamentais dos instrumentos derivativos, tais como: conceituação, formas de negociação e principais participantes desse tipo de mercado.

As operações financeiras com derivativos estão diretamente vinculadas com o universo do agronegócio produtor de *commodities*, como por exemplo, o café, a soja, o milho e o açúcar.

Embora essas operações façam parte do cotidiano do agronegócio e tenham impacto direto na produção do campo e nos preços dessas *commodities*, ainda é reconhecido por muitos do setor e do próprio mercado financeiro como um tema espinhoso, dado a complexidade que envolve essas operações. Essas constatações reforçam a necessidade de conceituação desse instrumento financeiro que pode ser definido assim:

Os derivativos são ativos cujos valores dependem do preço de outros ativos, que são aqueles que originam o contrato de derivativos e que são chamados de ativos-objetos ou ativos subjacentes. Por exemplo, os preços futuros de mercadoria, como soja, petróleo, milho, minerais etc., ou de um ativo financeiro como uma moeda, ou um título de dívida, ou uma ação, dependem respectivamente, do valor das mercadorias e desses ativos financeiros no mercado à vista (PINA, 2009, p.13).

Dito de outra forma, o derivativo, como o próprio nome sugere, é um instrumento financeiro que deriva de um ativo principal e, portanto, tem como referência o preço desse ativo-objeto, seja uma *commodity*, uma ação de uma empresa ou até mesmo uma moeda (dólar, euro etc.). Esse tipo de operação permite uma forma de negociação financeira sobre o preço do ativo, sem a necessidade da entrega física do produto. Diante disso, Gomes (2015) explica que o derivativo é, portanto, uma forma avançada de reprodução do capital fictício em níveis de especulação muito mais acentuado, que resulta no direito pela apropriação de valores fictícios, passando de mão em mão, multiplicando-se descontroladamente na ilusão fetichista de que o dinheiro por si só é capaz de produzir mais dinheiro (D-D'). Esse é o conteúdo da relação do derivativo por trás da praxiologia do mercado financeiro.

O mercado futuro é um tipo de mercado de derivativo e o contrato futuro de café é um derivativo. Esse tipo de mercado é o que mais interessa para esta análise porque os contratos futuros de café são negociados nesse ambiente financeiro. No caso do investimento com derivativo de café, o café é o ativo principal e o derivativo é o instrumento financeiro desse produto, ou seja, nesse tipo de operação, o investidor não adquire o ativo em si (café), mas sim, um contrato futuro que comprove o direito de adquirir o valor desse ativo em uma data futura de acordo com as normas estabelecidas nesses papéis.

Esse tipo derivativo negociado nas bolsas de valores e mercados futuros possui determinadas especificações e características técnicas baseadas no ativo-objeto, com o intuito de fornecer informações para operações financeiras baseadas na oscilação do preço dessa *commodity*. A tabela abaixo ilustra o modelo de um contrato futuro de café negociado na B3 – Bolsa de Valores e Mercados Futuros do Brasil – e as principais características presentes nesse documento:

Tabela 9: Modelo de contrato futuro de café na B3

Objeto de negociação	Café cru, em grão, de produção brasileira, café arábica, tipo 4/5 ou melhor, bebida dura ou melhor
Código de negociação	ICF
Cotação	Dólares dos Estados Unidos
Tamanho do contrato	100 sacas de 60kg
Lote padrão	1 contrato
Último dia de negociação	6º dia útil anterior ao último dia do mês de vencimento
Meses de vencimento e código correspondente	Março (H), Maio (K), Julho (N), Setembro (U) e Dezembro (Z)
Liquidação no vencimento	Física e/ou Financeira

Fonte: B3⁷¹ e Trabalho de Campo, dezembro de 2019.

Organização: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

Conforme é possível observar, o contrato de derivativo de café fornece as principais características do ativo-objeto, ou seja, os atributos dessa mercadoria física. Isso significa que quando determinado investidor aplica em um contrato futuro de café, este estará especulando com a oscilação do preço desse produto baseado na previsibilidade do mercado físico em determinada data futura. Imagine uma situação hipotética em que determinado investidor decide aplicar em derivativo de café. Suponha que em setembro de 2022, esse investidor comprou 1 contrato de café arábica equivalente a 100 sacas de 60kg, de produção nacional em forma de grão cru, baseado na cotação do dólar estadunidense (do dia da compra) com vencimento para dezembro de 2023 (ICF-Z23). Esse *player* (especulador) do mercado está fazendo uma aposta que o contrato de café comprado em setembro de 2022 irá ser valorizado em dezembro de 2023 e, portanto, se ele comprou o contrato por X e o contrato passar a valer $2X$, ele vai obter lucros no final da operação. O contrário também pode ocorrer e, nesse caso, teria prejuízo com essa jogada. Por essa razão,

O papel negociado na bolsa de valores e mercado futuro é uma operação de investimento de risco e, como qualquer outro investimento, precisa ser realizado por profissionais que entendam a dinâmica e funcionamento do mercado de *commodities* e do mercado financeiro (Corretor 4, Trabalho de Campo, 2019).

⁷¹ Informações obtidas no site oficial da B3. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/ficha-do-produto-8AE490CA6D41D4C7016D45F3CA44383E.htm. Acesso em outubro de 2022.

Outro ponto do contrato futuro de café que merece destaque é a parte sobre a liquidação dessa operação, podendo ocorrer de forma física ou financeira. Já expliquei que esse tipo de operação não tem como obrigação a liquidação física do produto, porém existe a possibilidade para sua realização. Desde que os especuladores assumiram o controle do mercado futuro, esse tipo de operação com entrega física da mercadoria deixou de ser relevante. De acordo com Pina (2009), menos de 2% dos contratos futuros negociados mundialmente envolvem a entrega física do produto. Esse dado é o atestado da financeirização do café e demonstra a natureza especulativa que está presente nesses derivativos, o que faz ganhar uma tonalidade preocupante em se tratando de negociatas com alimentos.

Constatai em campo que os contratos de café que implicam na liquidação física do produto consistem em uma operação de *hedge* entre exportador e produtor, com o objetivo de se protegerem da possível volatilidade do preço dessa *commodity* no futuro. A seguinte entrevista de pesquisa explica em detalhes como funciona essa operação:

O preço do café oscila muito no mercado. Para se proteger dessas incertezas, o comprador [exportador] e o vendedor [produtor] travam e fixam o preço do café naquele dia para uma entrega futura determinada no contrato. Em termos contratuais, é assinado um contrato bilateral na bolsa entre as partes, exportador e produtor, com todas as multas previstas em casos de não cumprimento dos acordos. Normalmente há uma idoneidade muito grande entre as partes e não há descumprimento de contrato. Uma das coisas que pode acontecer e que geralmente está previsto em contrato, é o produtor sofrer com as intempéries naturais e não conseguir entregar com a qualidade estipulada no contrato, por conta disso sofrerá uma refração, podendo, inclusive, o contrato ser liquidado entre as partes (Corretor 3, Trabalho de Campo, 2019).

Quando o exportador e o produtor fixam o preço do café para entrega numa data futura, o pagamento pode ser feito de forma total quando o produto for entregue na exportadora ou, ainda, pode ser repassado uma quantia de entrada, tudo depende da negociação contratual. Com relação ao volume de café que é travado na bolsa entre as partes é o seguinte:

Vamos imaginar que determinado produtor possua uma produção no ano de 2020 de dez mil sacas de cafés. Geralmente, ele vai travar na bolsa [vender] de 20% a 30% da sua produção. Vamos supor que ele vendeu 30% num preço bom, mas o mercado subiu muito, então ele vai vender os outros 70% por um preço bem melhor. O exportador utiliza muito esse mecanismo porque o mercado é mutável a cada segundo, as cotações mudam com frequência na Bolsa de valores de Nova Iorque e de Londres. Outro detalhe importante é que esses contratos não ultrapassam o limite de tempo de três anos, por exemplo, um contrato feito em 2019, geralmente é feito com base na safra do ano de 2020-2021 e no máximo 2022. Porque tem todas as travas que envolvem o

câmbio do dólar e a oscilação do preço dessa *commodity* na bolsa (Corretor 3, Trabalho de Campo, 2019).

Por outro lado, as operações de especulação que implicam na liquidação financeira dos contratos futuros de café não têm como finalidade a proteção, pelo contrário, o risco dessa operação é que movimentam a atividade dos especuladores. Como o interesse desses *players* é não é no ativo (café), mas sim, no derivativo, operam exclusivamente com fins especulativos financeiros. Essa dinâmica financeira é baseada na chamada rolagem de posição:

O papel corre de mão em mão num processo de rolagem de posição, isto é, o investidor antes do final do seu contrato ou liquida financeiramente na bolsa seu contrato ou rola sua posição mais para frente, como um novo investimento, comprando assim uma nova posição (Corretor 4, Trabalho de Campo, 2019).

Retomando aquela situação hipotética, imagine o investidor que aplicou em derivativo de café comprando um contrato futuro pelo preço de X em setembro de 2022 na expectativa de que esse contrato chegasse ao valor de $2X$ em dezembro de 2023. Quando chegou próximo ao final do seu contrato conseguiu o lucro previsto, no entanto, acredita que o mercado de café vai manter em alta e decide continuar investindo. Nesse caso, basta fazer uma rolagem de posição (zera e/ou encerra a posição e compra um novo contrato com uma nova data de liquidação), validando seu contrato na aposta de que em setembro de 2024 o preço desse papel irá valer $4X$. Essa é a natureza especulativa desse negócio que permite a reprodução descontrolada de capital fictício com rebatimentos direto no mercado físico, como será demonstrado mais adiante.

Há outro aspecto qualitativo que difere a operação especulativa da operação de *hedge*. Na operação com *hedge* o preço é fixado entre as partes. Já na especulação, o preço é ajustado diariamente, de acordo com as cotações das bolsas de valores e mercados futuros. Nesse caso,

O investidor ainda precisa repor diariamente a margem do contrato [ajuste diário] que varia diariamente para mais ou para menos. Se varia para menos ele está perdendo e precisa repor a diferença e, caso contrário, render para mais no final do dia ele está ganhando e não precisa repor (Corretor 4, Trabalho de Campo, 2019).

De modo mais detalhado seria assim:

Se o contrato subir você pode resgatar seu dinheiro ou combinar algum outro investimento para aumentar sua rentabilidade, mas se o contrato cair, o investidor deve fazer o depósito da diferença, por exemplo, se comprou o contrato no valor de 300 e caiu para 290 é preciso mandar 10 reais para lá [para a bolsa]. Esse “margiamento” de ganhos e perdas deve ser feito diariamente. Esses depósitos de margiamento garantem para a cadeia uma

tranquilidade, ou seja, liquidez. Pois, se uma pessoa comprou e perdeu, mas não fez reposição do depósito, o outro lado da ponta que ganhou não vai receber. Por isso, a pessoa que perdeu precisa deixar o margiamento para cobrir as despesas da perda (Corretor 3, Trabalho de Campo, 2019).

Essa margem de garantia é, portanto, um valor que o investidor deve depositar na bolsa de valores e mercados futuros para poder realizar suas operações com derivativos. Além desse depósito, o investidor pode utilizar também outros ativos para cobrir essa margem, como por exemplo, títulos da dívida pública ou ações. O valor dessa margem de garantia é calculado pela bolsa de acordo com o tamanho do investimento, ou seja, quanto maior for o investimento, maior será o valor dessa quantia⁷².

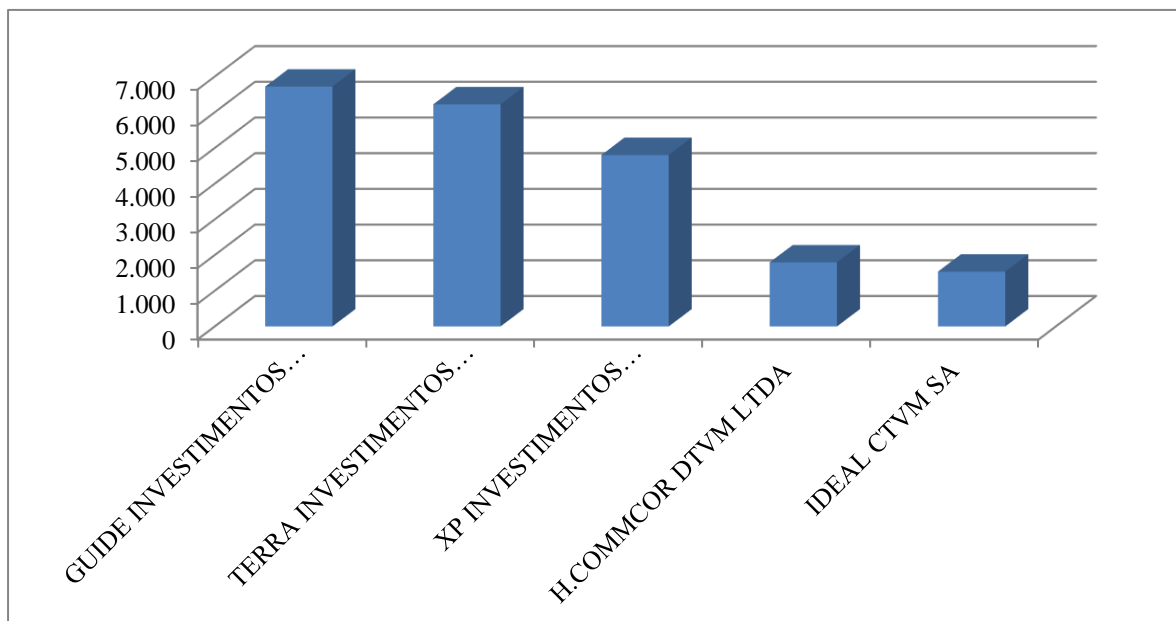
Com relação aos principais investidores desse tipo de contrato de derivativo os sujeitos entrevistados relataram que:

Como o contrato futuro de café é uma operação financeira que não precisa ter uma liquidação de entrega física do produto, a maior parte que investe em mercado futuro de café não é ligada ao setor, são instituições financeiras como as corretoras de valores que desejam apenas lucrar com movimentação financeira (Corretor 4, Trabalho de Campo, 2019).

É válido enfatizar que o trabalho de campo revelou que os principais investidores em derivativos de café não fazem parte do setor produtivo dessa *commodity* e não possuem nenhuma relação com o setor, são apenas investidores financeiros que tem como único objetivo lucrar com a especulação de papéis desse ativo. As corretoras de valores que atuam no país são as principais investidoras em contratos futuros de café negociados na B3 – Bolsa de Valores e Mercadorias Futuras do Brasil –. O gráfico abaixo ilustra e endossa essa afirmação:

⁷² Informações disponíveis no site oficial da corretora financeira “Toro Investimentos”. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/trading/margem-de-garantia-o-que-e>. Acesso em outubro de 2022.

Gráfico 13: Principais investidores em contratos futuros de café na B3 no ano de 2022 (por número de contratos)



Fonte: Site oficial da B3.

Organização e elaboração: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

As cinco corretoras de valores – Guide Investimento S.A. , Terra Investimentos DTVM, XP Investimentos CCTVM S/A, H. Commcor DTVM Ltda e Ideal CTVM SA – são, respectivamente, as principais investidoras em contratos futuros de café na B3. Ao todo, as cinco corretoras movimentaram mais de 21.000 contratos futuros de café na bolsa no ano de 2022. As três primeiras do *ranking* movimentaram juntas quase 18.000 contratos, o equivalente a mais de 85% do montante total. Nesse caso, pode-se afirmar que na atualidade, a Guide Investimento, a Terra Investimento e a XP investimento são os três maiores investidores em contratos futuros de café na bolsa brasileira.

O fato de corretoras de valores assumirem o posto de principais investidores em contratos futuros na B3 demonstra o atual paradigma da financeirização do agronegócio do café no Brasil, marcado essencialmente pela determinação do capital fictício no setor, representado por essas instituições que especulam com papéis na esfera financeira e agitam o mercado físico desse produto de acordo com suas movimentações, uma vez que, o produtor, o exportador e o torrefador vão orientar a produção e a comercialização dessa *commodity* em função das jogatinas realizadas nas bolsas de valores e mercados futuros. Nesse contexto, os especuladores não “tem compromisso” com o café, muito menos com os produtores e consumidores desse produto. Talvez, pode ter investidor que nunca pisou numa fazenda de café e nem conhece uma plantação de café. É um desacoplamento geral. Não só de valores reais e fictícios, mas da própria relação social com

a coisa em si. Isso é uma tragédia em se tratando de produção de alimentos. Portanto, nos termos de Pitta (2020, p.33), estamos diante de uma crise fundamental do capitalismo contemporâneo (sob a determinação do capital fictício) como forma de sociabilidade.

As formulações de Isakson (2014) sobre a financeirização do risco agrícola ajudam a entender o interesse de investidores nos derivativos de café e nas *commodities* em geral. Para o autor, a agricultura é uma atividade arriscada em sua essência, tendo em vista que é organicamente permeada por riscos agrícolas na produção (como por exemplo, incertezas climáticas, pragas e doenças na plantação) e, nesse caso, após o imperativo das finanças na agropecuária houve a financeirização do risco agrícola, no sentido de que os riscos na produção de *commodities* tornaram-se objetos de especulação/aposta nos mercados futuros. No caso do café, por exemplo, a jogatina em torno do risco agrícola das safras movimentava o mercado dessa *commodity*. Especulações sobre o clima e intempéries naturais que podem atingir áreas produtivas brasileiras, como fortes chuvas ou geadas que possam prejudicar a plantação, servem de estímulo para que os *players* do mercado façam suas apostas na alta ou na baixa do preço desse produto, movimentando assim, toda a cadeia global de valor desse setor. No entanto, é importante reforçar que a financeirização do risco é apenas um aspecto da dominância financeira, tendo em vista que não foi o risco que promoveu a financeirização da agricultura, mas sim, a crise capitalista iniciada nos anos de 1970 que se desdobrou num processo de financeirização das relações sociais como um todo.

Frederico (2013) explica que por se tratar de uma cultura perene de bienalidade das safras⁷³ e muito sensível aos mais diversos riscos agrícolas, os contratos futuros de café tornaram-se muito mais atrativos para os *players* do mercado financeiro, em especial, para os especuladores que enxergam essa instabilidade na cultura cafeeira como uma ótima oportunidade de aposta financeira. Para Talbot (2002), essa dinâmica do imperativo dos mercados futuros de café sobre o mercado físico aumentou a dependência sobre a informação, promovendo a informatização da informação e, com isso, os relatórios de negócios futuros de café passaram a ser monitorados em telas de computador quase que instantaneamente em todo o mundo.

A disputa dos *players* pela informação é tão acirrada que a informatização está em níveis inimagináveis, no sentido de que se disputa *nano segundos* na corrida para uma tomada de decisão para manter ou sair de uma posição na bolsa. A ferramenta mais utilizada atualmente é uma

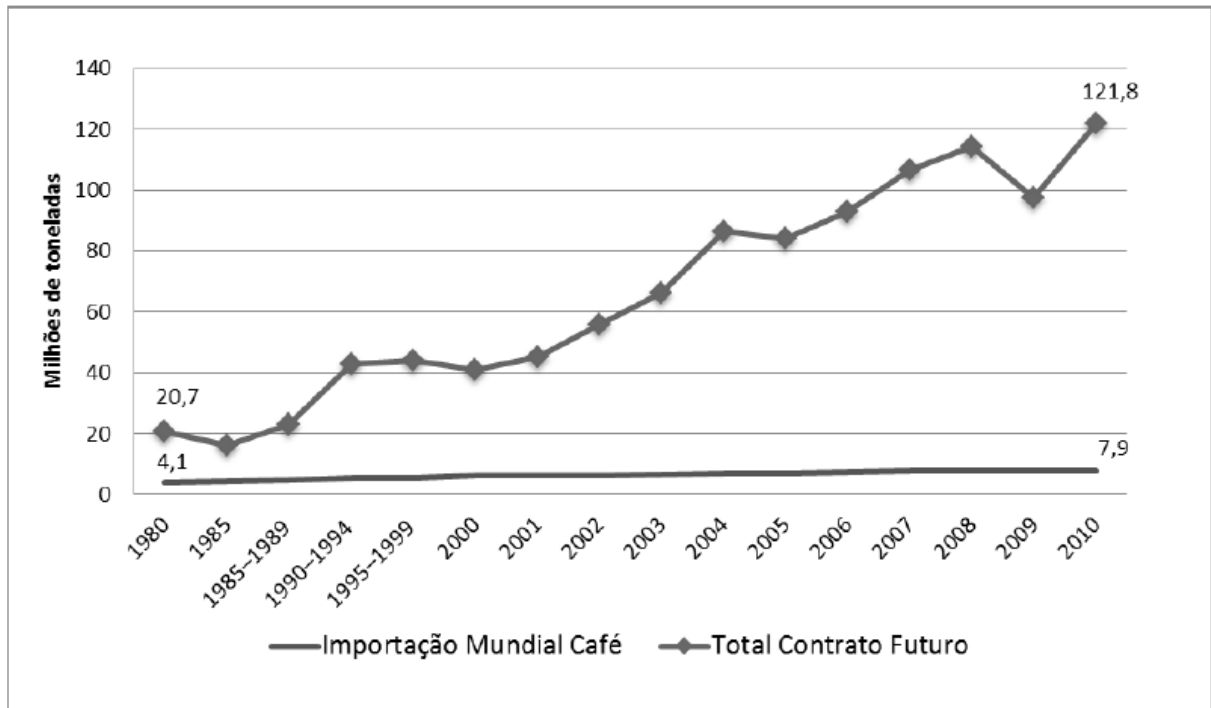
⁷³ O ciclo bienal é uma característica do cafeeiro, e consiste na alternância de um ano com grande florada seguido por outro com florada menos intensa. Essa característica natural permite que a planta se recupere para produzir melhor na safra subsequente. Contudo, a adversidade climática pode interferir no ciclo bienal, como por exemplo, uma forte restrição hídrica por falta de chuvas pode fazer com que a produtividade da bienalidade positiva possa ser menor do que a negativa (CONAB, 2021).

ferramenta de automação chamada de *robô investidor*, uma espécie de inteligência artificial capaz de fazer uma análise do mercado de curto prazo por meio de algoritmo, com o propósito de oferecer opções de compra ou venda de posição de acordo com determinado momento do mercado. Esse tipo de automação é também muito utilizada na operação de *day trader*, isto é, especuladores dispostos a correr alto risco no mercado para tentar obter lucro, comprando e/ou vendendo uma posição no mesmo dia⁷⁴. Por exemplo, suponha que um *day trader* identificou por meio do seu robô investidor que o contrato futuro de café na abertura da bolsa está valendo X , e a probabilidade é de que no final do dia esse contrato vai subir para $2X-3X$. Com base nessa informação, esse especulador assume o risco e compra papéis de café apostando na alta para liquidação financeira desse contrato antes do fechamento do pregão e, assim, obter lucro. No entanto, essa é uma operação extremamente arriscada, pois a volatilidade desses contratos ao longo do dia pode ser muito grande.

O que importa para esta análise é o fato de que essa dinâmica da financeirização tem rebatimento concreto no mercado físico de café, pois já que o interesse dos especuladores é exclusivamente no derivativo (contratos de papel), os negócios do mercado futuro têm crescido num ritmo muito maior do que o mercado físico. O gráfico a seguir ilustra essa realidade:

⁷⁴ Informações obtidas no trabalho de campo e no próprio site oficial das corretoras de valores.

Gráfico 14: Importação Mundial de Café e Negociação de Contratos Futuros (1980-2010).



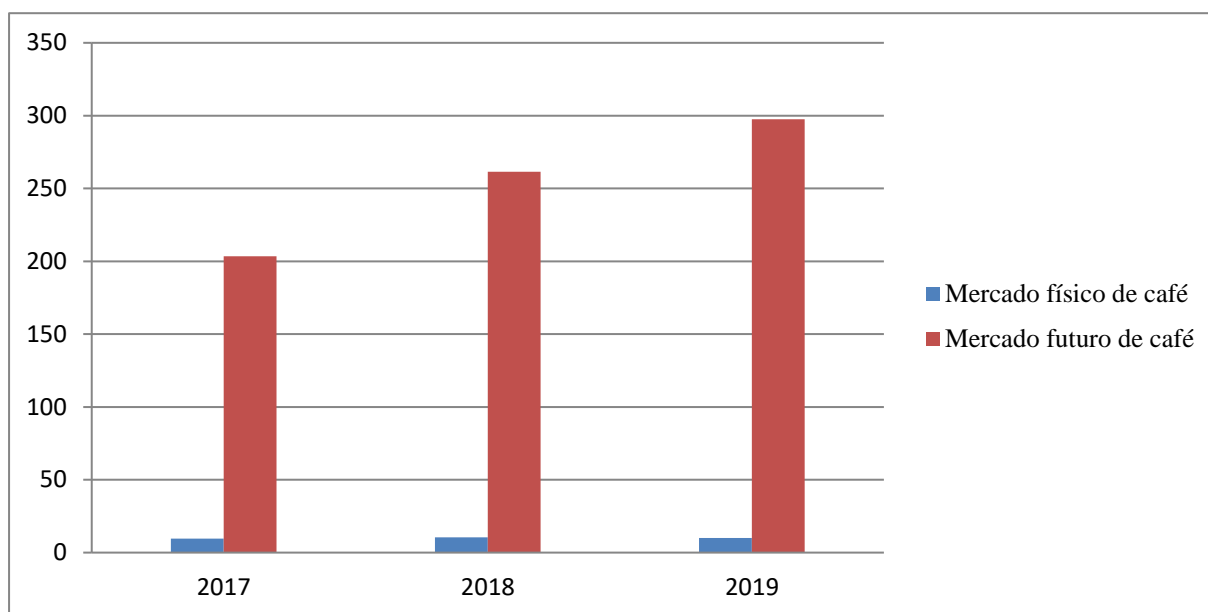
Fonte: FREDERICO, 2013, p.111.

Observe que até o final da década de 1980 quando ainda o mercado mundial de café era controlado pelos estados produtores e importadores não havia muita distância entre o mercado físico e o mercado futuro de café. No entanto, a partir da década de 1990, quando o mercado futuro passou a determinar o mercado físico dessa *commodity*, houve o aumento da atividade especulativa com derivativo de café, fazendo com que o volume de café negociado no mercado futuro ficasse cada vez mais distante do volume de café produzido no mercado físico.

Os dados apresentados no relatório da *International Trade Center* ITC (2011), demonstram que em 1980 as importações mundiais de café totalizavam 4,1 milhões de toneladas, e, nesse mesmo ano, a quantidade de café negociado no mercado futuro era de 20,7 milhões de toneladas, representando assim, um volume do mercado futuro 5 vezes maior do que o do mercado físico de café. O distanciamento entre mercado futuro versus mercado físico aumentou de maneira considerável nas décadas seguintes. Em 2010, o mercado futuro negociou um montante superior a 121 milhões de toneladas de café para uma importação no mesmo ano de apenas 7,9 milhões de toneladas do grão. Com isso, o mercado futuro em 2010 chegou a ser 15 vezes maior do que o mercado físico do produto, revelando assim, a dimensão fetichista da financeirização.

O último relatório do ITC (2022) divulgado recentemente revelou que essa tendência de distanciamento entre o mercado físico versus o mercado futuro está cada vez maior. O gráfico abaixo mostra esses dados com detalhes:

Gráfico 15: Diferença entre Mercado físico x Mercado futuro de café de 2017-2020 (em milhões de toneladas)



Fonte: ITC (2022)⁷⁵.

Organização e elaboração: NOVAIS, Weldon P.S. de, 2022.

Observe no gráfico que o volume de café no mercado físico quase não cresceu nos últimos anos, enquanto o volume de café no mercado futuro cresceu exponencialmente e desproporcionalmente em relação ao primeiro. No ano de 2017 foi verificado o volume de 9,6 milhões de toneladas de café no mercado físico, e o volume de 203,5 milhões de toneladas no mercado futuro, com isso, o mercado futuro de café nesse ano ficou 21,2 vezes maior do que o mercado físico. No ano de 2018 essa tendência continuou, e o mercado físico registrou o volume de 10,5 milhões de toneladas, enquanto o mercado futuro apresentou o volume de 261,52 milhões de toneladas, sendo, portanto, 24,9 vezes maior do que o físico. No ano de 2019, o volume de café no mercado físico apresentou uma leve queda atingindo a marca de 10 milhões de toneladas, enquanto o mercado futuro continuou em expansão, e apresentou um volume de

⁷⁵ O ITC divulga esse relatório sobre o mercado cafeeiro a cada dez anos. Esse último foi divulgado em 2022 e apresenta algumas alterações em relação ao penúltimo de 2011, como por exemplo, não continua a sequência que exibe a diferença entre o mercado físico versus mercado futuro a partir de 2010, sendo assim, inicia essa comparação de 2017 até 2019. No relatório não há explicação do porquê da mudança dessa metodologia e/ou da interrupção da análise de 2010 saltando para 2017. Apesar dessa mudança, o relatório manteve seu principal objetivo nessa questão: demonstrar a diferença entre mercado futuro e mercado físico de café. É necessário reportar que esse é um dos documentos mais importantes sobre o mercado global de café.

297,61 milhões de toneladas, chegando assim, ao patamar de diferença mais alto da história, passando a ser 29,76 vezes maior do que o mercado físico.

Os últimos dados apresentados pelo ITC (2022) atestam para discrepância produzida pela financeirização, já que na atualidade o número de contratos futuros de café é quase 30 vezes maior do que o volume de café no mercado físico. Esse número da esfera financeira absurdamente maior do que o do físico é alimentado por especuladores que negociam derivativos de café com fins exclusivamente especulativos. Essa dinâmica que faz parte do *modus operandi* do capital fictício está produzindo uma bolha financeira em constante crescimento, pois quanto mais papéis de derivativos dessa *commodity* são negociados no mercado futuro, com valores fictícios, intensifica-se a pressão para o aumento da produção de café, pois o capital fictício para realizar-se precisa capturar o valor produzido no mercado físico.

É importante reiterar que Carcanholo e Sabadini (2015) explicam que a criação desse tipo de bolha financeira no capitalismo contemporâneo é produto da relação contraditória do capital fictício com o capital produtivo, no sentido de que o capital fictício promove uma inversão da lógica imediata da acumulação de capital de D-M-D' para D-D', ou seja, o capital em sua lógica imediata emprega dinheiro para comprar força de trabalho e arcar com custos de produção, para depois produzir mais-valor, capturar parte desse excedente e, assim, repete-se novamente esse ciclo. Sob o comando do capital fictício essa lógica é invertida, pois se antecipa a criação de valores fictícios na esfera financeira para depois adentrar no terreno da produção, produzir e capturar o valor adiantado. Nesse caso, o capital está rifando seu futuro no presente, uma vez que esse capital fictício é um fluxo de renda capitalizada para o presente.

Quando o capital fictício não encontra meios para adentrar no terreno da produção e capturar valor que já foi adiantado, estoura a bolha financeira e a crise no setor, assim como foi no caso da crise imobiliária dos Estados Unidos no ano de 2007-2008. Não é possível afirmar categoricamente que essa bolha do café irá estourar, muito embora, seja possível pontuar que ela já se constitui enquanto uma crise crônica do processo de financeirização, tendo em vista que o crescimento descontrolado de investimentos em derivativos de café tenciona cada vez mais o setor produtivo, já que “em determinado momento essa liquidação entre capital fictício e real precisa acontecer” (KURZ, 2019), representando assim, uma bolha financeira do café que apresenta possibilidade de estourar se, em algum momento, não conseguir lastro necessário para cobrir as operações de derivativos.

Essa dinâmica financeira tem provocado o que estou chamando de financeirização da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no Brasil, isto é, a lógica de acumulação do capital fictício acelera a produção do espaço a tempos futuros (e, portanto, fictício, já que

ainda não existe e pode não existir), pois “quanto maior a quantidade de capital adiantado a ser valorizado como fictício, maior também será a necessidade de uma produção do espaço para atender a demanda por trabalho futuro” (PITTA, 2015, p.81) e, nesse caso, o capital está rifando o futuro da produção capitalista do espaço do café no presente, tendo em vista que o capital fictício adiantado na esfera financeira precisa buscar lastro no espaço já produzido.

Sob o comando da financeirização, a lógica de acumulação da produção capitalista do espaço cafeeiro é invertida e passa a ser subordinada pela determinação do capital fictício. Em sua forma imediata, a lógica espacial de acumulação capitalista passa por toda a cadeia global de valor da cafeicultura, sendo que o produtor emprega dinheiro na produção para arcar com custos de mão-de-obra, maquinários, fertilizantes e/ou agrotóxicos, produz o café para vendê-lo ao exportador, depois esse grão é repassado para a indústria de torrefação e, finalmente, chega ao consumidor final no atacado ou no varejo. Com a financeirização da produção capitalista do espaço cafeeiro, a atividade especulativa com derivativos dessa *commodity* adianta valor na esfera financeira (D-D’) em quantidade exponencialmente maior do que a produção existente e, por conta disso, busca formas para penetrar no espaço cafeeiro nacional e capturar valor já produzido ao longo da cadeia. Como foi visto, essa captura de valor pode se dar de diversas formas, seja pelo intermédio dos bancos para agarrar uma fatia produzida pelos cafeicultores, seja por meio das multinacionais do setor – em especial as exportadoras – que aplicam em contratos futuros com a finalidade de travar posições e especular com parte da produção na bolsa⁷⁶. Essas formas de apropriação produzem uma distribuição desigual do valor ao longo dessa cadeia, sendo que o produtor fica com a menor fatia.

Essas são algumas formas pelas quais o capital está consumindo o futuro da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no país, como resultado de uma bolha financeira em constante expansão. Tendo em vista que essas formas de captação absorvem valores muito menores do que a capacidade de adiantamento de capital fictício na esfera financeira e que, portanto, não resolvem o problema da bolha do café, continua-se a intensificação da pressão por maior produção do espaço cafeeiro para quitar a dívida com o fictício. É importante esclarecer que em termos de acumulação capitalista, a expressão “maior produção do espaço cafeeiro” significa produzir mais café em menos tempo, inclusive reforçando a exploração da força de trabalho. Nesse sentido, fiz o levantamento de alguns dados sobre três esferas de atividades espaciais da cafeicultura – produção, produtividade e exploração da força-de-

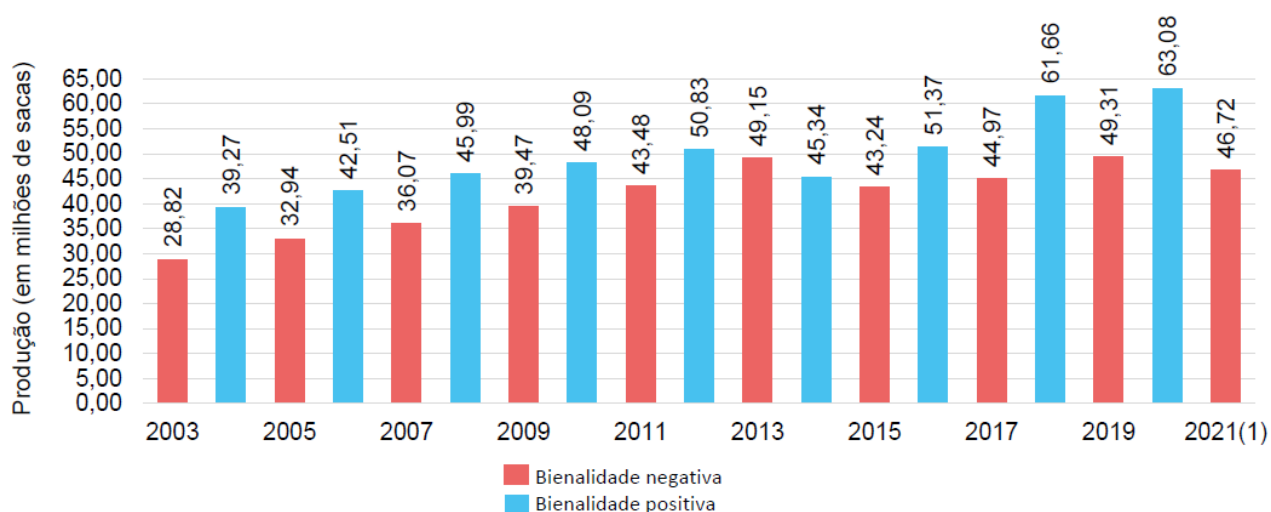
⁷⁶ Outra forma do capital fictício capturar valor é por meio das ações das multinacionais do café nas bolsas de valores. Esse tema será tratado de forma mais detalhada no capítulo 4.

trabalho – que comprovam a maior produção do espaço cafeeiro nesses tempos de financeirização.

Os dados demonstram que nas últimas duas décadas houve um aumento da produção e produtividade do café no Brasil à custa da intensificação da exploração da força de trabalho nos cafezais⁷⁷. Portanto, não foi por acaso que “o processo de modernização da cafeicultura brasileira, iniciado em 1970, se consolidou de forma mais acentuada apenas na passagem dos anos de 1990 para os anos 2000” (IBGE, 2016). Não é demais lembrar que esse período marca a financeirização do setor e a subordinação do mercado físico ao mercado futuro.

Seguindo essa tendência, a produção total de café (arábica e conilon) no Brasil aumentou de maneira considerável de 2003 para 2020:

Gráfico 16: Produção Total de Café (Arábica e Conilon) – Brasil (2003-2020)



Fonte: CONAB - Acompanhamento da Safra Brasileira de café, 2021.

*Legenda: 2021 (1) – Estimativa para o ano.

Em 2003, ano de bialidade negativa, a produção total de café brasileiro foi de 28,82 milhões de sacas. No ano subsequente de bialidade positiva, a produção total foi de 39,27

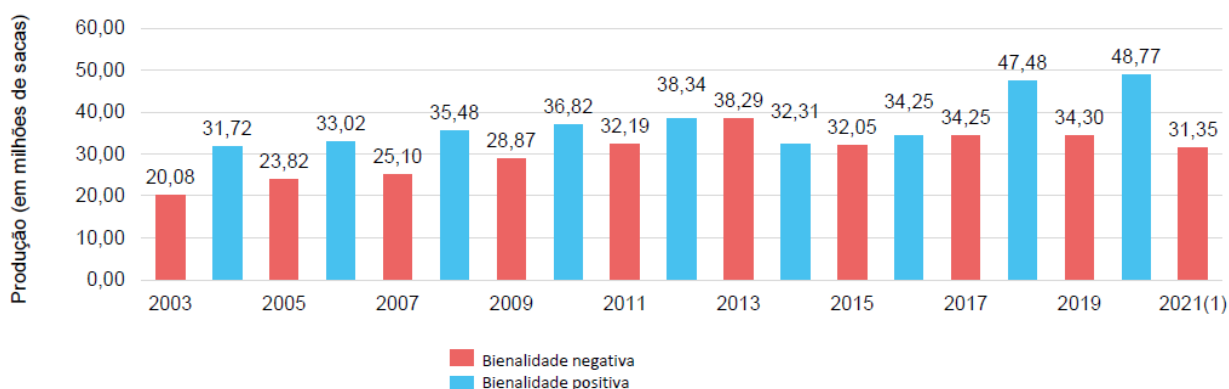
⁷⁷ Apesar desse aumento da produção e produtividade do café no país, houve também, conforme demonstram os dados, a diminuição da área total de café no território nacional. De acordo com a CONAB (2022), em 2011, a área em produção era 2.056.406,5 e a área em formação de 221.681, totalizando uma área total de 2.278.087,5. No ano de 2021, a área em produção foi de 1.808.462,5 e área em formação de 391.557, totalizando uma área total de 2.200.019,5. Ao longo dessa última década percebe-se que houve uma redução da área total equivalente a 78.068 hectares. O desenvolvimento nos tratamentos culturais com o objetivo de recuperar e melhorar o potencial vegetativo da planta, bem como, a mecanização das lavouras e diversos outros fatores que implicam na melhoria da produtividade explicam, em parte, a diminuição da área total de café no Brasil, já que se produz mais café com menos área. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra-serie-historica-das-safras#caf%C3%A9-2>. Acesso em dezembro de 2022.

milhões de sacas. Quase dez anos depois, a produção total em 2011 – ano de bienalidade negativa saltou para 43,48 milhões e em 2012 atingiu a marca de mais de 50 milhões de sacas de café. Os números mais recentes revelam a continuidade desse aumento na produção. Em 2019 – ano de bienalidade negativa, foram produzidos 49,31 milhões de sacas de café, maior marca histórica em ano negativo de safra. No ano 2020, ano de bienalidade positiva, foram produzidas 63,08 milhões de sacas, maior marca histórica em ano positivo para a safra.

Ao comparar a produção do primeiro ano de bienalidade negativa (2003) com o último ano negativo em questão (2019), observa-se um aumento absoluto de 20,49 milhões de sacas. Esse montante representa um aumento de mais de 71% na produção. No caso da comparação da produção do primeiro ano de bienalidade positiva (2004) com o último ano positivo em questão (2020), observa-se um aumento absoluto de 23,81 milhões de sacas. Essa quantia representa um aumento de mais de 60% na produção.

Dada à particularidade de cada espécie de café, arábica e conilon, é preciso realizar também uma análise específica sobre a produção de cada uma dessas culturas. Atualmente, o café arábica representa em torno de 77% da produção nacional e apresentou crescimento expressivo ao longo dessas últimas décadas:

Gráfico 17: Produção Total de Café Arábica – Brasil (2003-2020)



Fonte: CONAB - Acompanhamento da Safra de Café, 2021.

*Legenda: 2021 (1) – Estimativa para o ano.

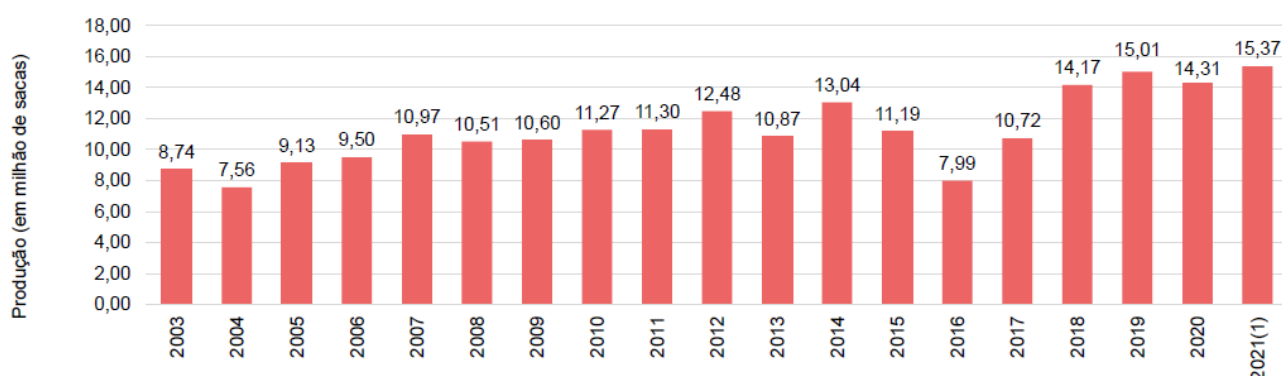
Observando os anos de bienalidade negativa, o Brasil produziu em 2003 a quantia de 20,08 milhões de sacas de café da espécie arábica. Em 2011 a produção atingiu a marca de 32,19 milhões de sacas, em termos absolutos essa quantia representou um aumento de 12,11 milhões de sacas em relação a 2003 e em termos percentuais representou um aumento de 60,30%. A produção continuou em crescimento e no ano de 2019 atingiu a marca de 34,3 milhões de sacas de arábica. Comparando esse montante atual com o de 2003, verifica-se o

aumento absoluto de 14,22 milhões de sacas, o equivalente ao aumento de mais de 70% da produção de arábica em anos de bienalidade negativa.

Nos anos de bienalidade positiva, a produção do arábica em 2004 foi de 31,72 milhões de sacas de café, saltando para 38,34 milhões em 2012, um aumento de 6,62 milhões de sacas, o equivalente a um aumento percentual de 20,87%. No ano de 2020, esse número subiu para 48,77 milhões, maior número da série história em safra positiva. Comparando esse dado atual com o de 2004 verifica-se um aumento absoluto de 17,05 milhões de sacas de arábica, o equivalente ao aumento de mais de 53% da produção em anos de safra positiva.

O café conilon que representa 23% da produção nacional também apresenta aumento na produção nessas últimas décadas:

Gráfico 18: Produção Total de Café Conilon – Brasil (2003-2020)



Fonte: CONAB – Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, 2021⁷⁸.

*Ano ímpar é de bienalidade negativa e par de bienalidade positiva.

*Legenda: (1) – Estimativa para o ano.

No caso dos anos de bienalidade negativa do conilon, a produção em 2003 foi de 8,74 milhões de sacas de café, saltando para 11,30 milhões de sacas em 2011, o que representa um aumento absoluto de 2,56 milhões de sacas, equivalente ao aumento percentual de pouco mais de 29% da produção. No ano de 2019 a produção foi de 15,01 milhões de sacas. Comparando esse último dado com o de 2003, verifica-se um aumento absoluto de aumento absoluto de 6,7 milhões de sacas, o equivalente ao aumento de mais de 76% da produção ao longo desses anos⁷⁹.

Em anos de bienalidade positiva, o conilon registrou uma produção de 7,56 milhões de sacas de café em 2004 que subiu para 12,48 milhões em 2012, representando um aumento

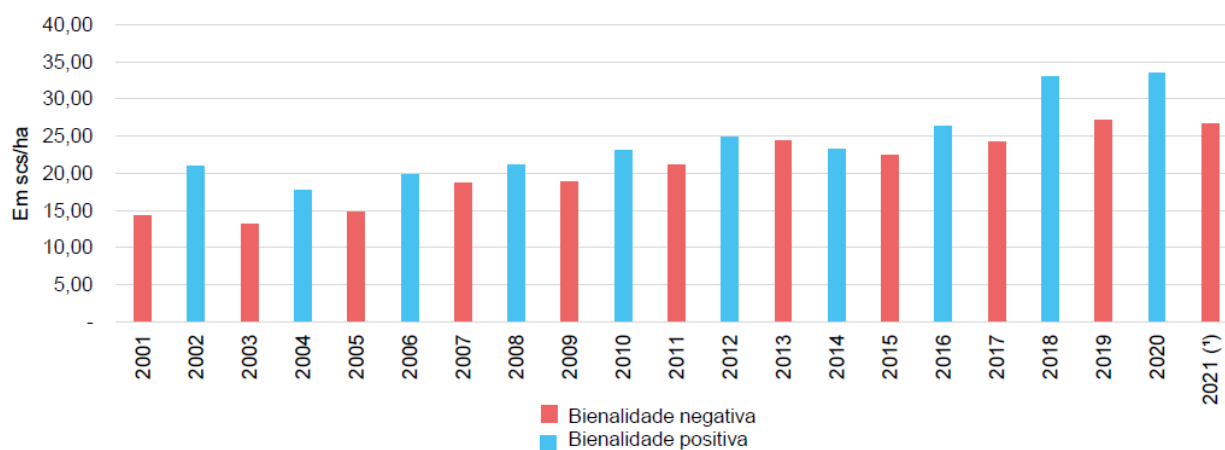
⁷⁸ A CONAB fez gráficos de coloração diferenciada para ilustrar a produção total de arábica e de conilon. No documento não há menção sobre o porquê da adoção dessa medida.

⁷⁹ Por ser uma espécie mais rústica, o café conilon possui um ciclo de bienalidade negativa e positiva menos intenso do que o arábica, por isso apresentando menos variações na produção entre os anos de bienalidade negativa e positiva (CONAB- Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, 2021).

absoluto de 4,92 milhões de sacas, equivalente a um aumento percentual de pouco mais de 65% na produção. No ano de 2020 a produção foi de 14,31 milhões de sacas, comparada a produção de 2004 houve um crescimento absoluto de 6,75 milhões, equivalente ao aumento de mais de 89% ao longo desse período ⁸⁰.

A produtividade do café no Brasil também apresentou aumento significativo nas últimas duas décadas:

Gráfico 19: Produtividade de Café Total (Arábica e Conilon) – Brasil (2003-2020)



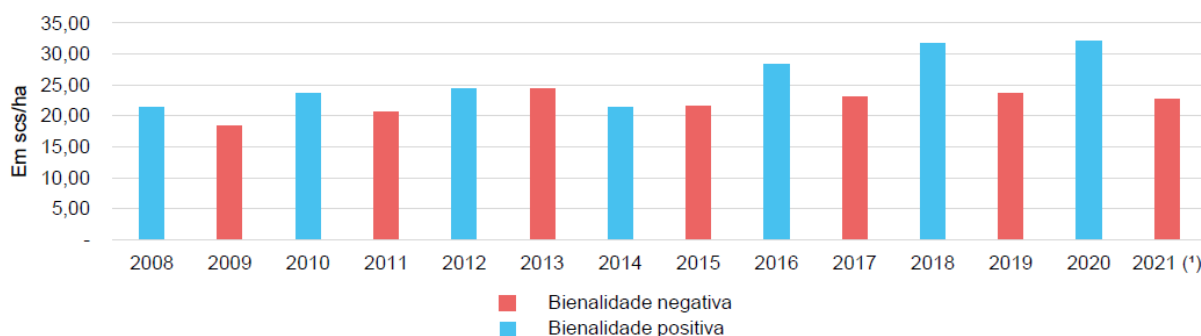
Fonte: CONAB – Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, 2021.

*Legenda: (1) – Estimativa para o ano.

A produtividade de café total (arábica e conilon) no Brasil em anos de bienalidade negativa aumentou de quase 15 sacas por hectares (scs/ha) em 2001 para mais de 25 scs/ha em 2019, representado um aumento de produtividade de quase 67%. Nos anos de bienalidade positiva, a produtividade de café total no Brasil foi de pouco mais de 20 scs/ha em 2002 para quase 35 scs/ha em 2020, equivalente ao aumento de 75% na produtividade.

É importante reforçar que o café arábica e conilon são culturas distintas que exigem diferentes cuidados e manejos, desde o plantio até a colheita. Isso é um fator determinante para definir o índice de produtividade em cada uma delas. Por esse motivo, é necessário realizar uma análise individualizada sobre a produtividade de cada uma dessas culturas, a começar pelo café da espécie arábica:

⁸⁰ De acordo com a CONAB (2021), alguns anos de bienalidade negativa no conilon apresentaram produção maior do que a bienalidade positiva, e isso ocorreu por conta de adversidades climáticas que atingiram essas áreas produtivas, como por exemplo, uma forte restrição hídrica por falta de chuvas, que interferiram no ciclo bienal fazendo com que a produção e produtividade da bienalidade positiva fosse menor do que a negativa.

Gráfico 20: Produtividade do Café Arábica – Brasil (2008-2020)

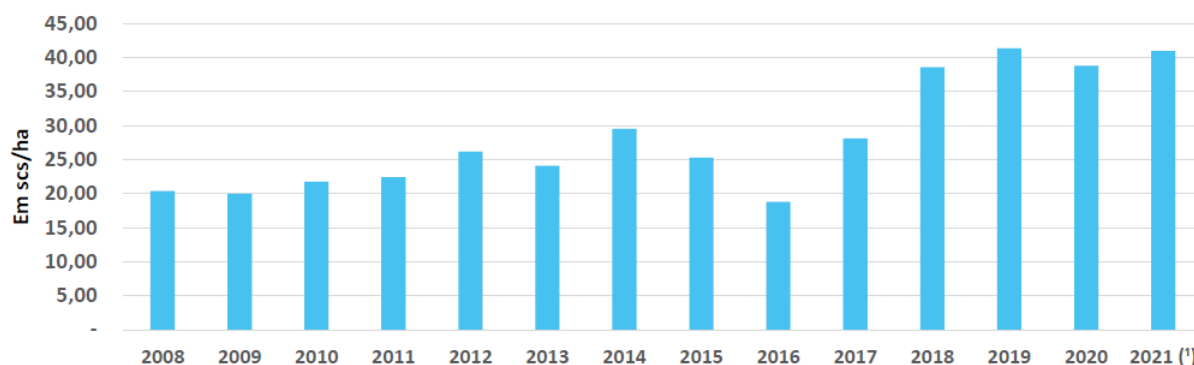
Fonte: CONAB – Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, 2021.

*Legenda: 2021 (1) – Estimativa para o ano.

Nos anos de bienalidade positiva, verificou-se que em 2008 a produtividade do café arábica foi de pouco mais de 20 scs/ha, saltando para a média de 28 scs/ha em 2016, representando um aumento percentual de produtividade de 40%. No ano de 2020 a produtividade foi de em média de 31 scs/ha, comparando esse dado com o de 2008, verifica-se um aumento percentual de produtividade na razão de 55%.

No ano de bienalidade negativa dessa espécie, verificou-se que em 2009 a produtividade foi de aproximadamente 18 scs/ha, já em 2017 esse número chegou à média de 23 scs/ha, o equivalente ao aumento percentual de quase 28% de produtividade. No ano de 2019 atingiu a marca de 24 scs/ha, que comparada ao ano de 2009, representa um aumento percentual de produtividade na casa dos 33,3% ao longo desses anos.

No caso do conilon, consta-se também um aumento da produtividade ao longo desses últimos anos:

Gráfico 21: Produtividade do Café Conilon – Brasil (2008-2020)

Fonte: CONAB – Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, 2021.

*Legenda: (1) – Estimativa para o ano.

*Ano ímpar é de bienalidade negativa e par de bienalidade positiva.

No ano de bienalidade positiva do conilon, a produtividade foi de 20 scs/ha em 2008, saltando para 29 scs/ha em 2014, representando um aumento percentual de produtividade de 45%. No ano de 2020 atingiu a marca de 40 scs/ha, que comparada ao ano de 2008, representa um aumento surpreendente de 100% na produtividade.

No ano de bienalidade negativa dessa espécie, verifica-se que em 2009 apresentou uma produtividade de 20 scs/ha, saltando para a marca de 24 scs/ha em 2015, representando um aumento percentual de produtividade na razão de 20%. No ano de 2019 a produtividade subiu para 41 scs/ha, que comparado ao ano de 2009, representa o aumento impressionante de mais de 100% na produtividade.

Do ponto de vista da exploração da força-de-trabalho na cafeicultura do Brasil, verifica-se o aumento da precarização das relações de trabalho nos cafezais. Parece-me válida uma interseção para fazer uma análise sobre o papel do trabalho nesse processo de financeirização da produção capitalista do espaço do café no Brasil (o que provavelmente vem acontecendo em todos os países produtores). Nesse aspecto, cabe destacar que o trabalho nas fazendas de café é parte central da produção capitalista do espaço nesse setor, no sentido de que o trabalho estabelece a relação entre natureza-sociedade e produz valor que será absorvido no processo de acumulação do capital ao longo das etapas espaciais de produção-circulação-consumo. Com o processo de financeirização desse espaço em curso, o capital fictício tenciona o trabalho para que aumente cada vez mais a sua capacidade de criação de valor, e para que isso aconteça, a financeirização intensifica a exploração da força-de-trabalho, tornando-o cada vez mais precarizado.

Ao longo dos últimos anos e, até mesmo, das últimas décadas, foi constatado o aumento das violações dos direitos dos trabalhadores(as) de café no Brasil. As condições de precarização do trabalho em algumas fazendas brasileiras de café repercutiram até mesmo na mídia

internacional. A informalidade e o trabalho análogo ao escravo são duas das principais práticas de precarização dos trabalhadores(as) do café no Brasil. O trabalhador(a) informal na cafeicultura é uma safrista, ou seja, as relações de trabalho são curtas e determinadas pela safra, nesse caso, os trabalhadores são contratados por um período e depois demitidos. Em alguns casos, esses contratos são realizados sem o registro na carteira de trabalho, o que aumenta a vulnerabilidade e situação subalterna de dependência do trabalhador com relação aos empregadores rurais. Outro problema da informalidade é que ela é a porta de entrada para violações trabalhistas mais graves, como o trabalho em condições análogas ao escravo (OXFAM BRASIL – Relatório Mancha de Café, 2021).

O trabalho em condições análogas ao escravo é uma triste realidade presente na cafeicultura do Brasil, inclusive, ainda há um número expressivo de trabalhadores que foram resgatados nessas condições em cafezais brasileiros. Segundo a OFXAM Brasil (2021), entre os anos de 1995 e 2020 foram resgatados 2.808 trabalhadores em condição de trabalho análogo ao escravo no Brasil. A tabela abaixo fornece esses dados dos últimos três anos:

Tabela 10: Trabalhadores resgatados no cultivo de café no Brasil e Minas Gerais (2018-2021)

Ano	Trabalhadores Resgatados no Cultivo de Café no Brasil	Trabalhadores Resgatados no Cultivo de Café em Minas Gerais
2018	210	109
2019	106	105
2020	140	140

Fonte: OXFAM BRASIL – Relatório Mancha de Café, 2021, p.19.
Organização: NOVAIS, Weldon Pereira Silva de; 2022.

No Sudeste do Brasil, o estado de Minas Gerais, maior produtor nacional de café, é o estado onde ocorre a maioria de resgate de trabalhadores nos cafezais, respondendo em alguns anos por quase 100% desses resgates. No ano de 2018, 210 trabalhadores foram resgatados no cultivo de café no Brasil, sendo 109 do Estado de Minas Gerais. Em 2019, 106 foram resgatados em nível de Brasil, sendo que 105 pertenciam ao estado mineiro. No ano de 2020, dos 140 resgates realizados nas fazendas de café no Brasil, todos trabalhadores resgatados estavam em cafezais de Minas Gerais.

Alguns estudos científicos e notícias de jornal colocam em evidência outras situações envolvendo casos de trabalhadores(a) do café em condições de trabalho análogo ao escravo no Brasil. Essa realidade foi constatada no Planalto da Conquista-BA (importante área produtora

de café arábica no país). De 2010 a 2015 foram identificados trabalho análogo ao escravo na atividade cafeeira nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Encruzilhada (uma das principais cidades produtoras de café do Planalto da Conquista). Ao todo foram resgatados 133 trabalhadores nessa condição, sendo que 4 deles eram menores. Os trabalhadores eram pagos por latas colhidas de café, dessa forma, recebiam de R\$15 a R\$20 por dia de trabalho – quantia que na época era sempre menor que o salário mínimo. (SANTANA e MITIDIERO JR 2017).

O relatório da ONG dinamarquesa *Danwatch* (2016) mostrou a existência de sérios problemas trabalhistas na produção de café no Brasil, como por exemplo, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil e a utilização de agrotóxicos proibidos na Europa (sem as condições mínimas para garantir a saúde do trabalhador). O texto aponta ainda que as más condições de trabalho identificadas em algumas fazendas de café pelo país afetaram diretamente a cadeia de fornecedores de duas das maiores empresas globais de café: a suíça *Nestlé* e a holandesa *Jacobs Douwe Egberts*⁸¹ por terem comprado café dessas fazendas com trabalho análogo ao escravo⁸².

Uma notícia publicada pelo *Reporter Brasil* relatou que uma fazenda de café certificada pela *Starbucks*⁸³ foi flagrada com trabalho análogo ao escravo. A ação do Ministério Público resgatou 18 trabalhadores dessa fazenda mineira produtora de café que tinha dois selos de boas práticas do mundo (uma das certificações foi concedida pela empresa citada). Os trabalhadores tinham longas jornadas de trabalho e não recebiam por feriados ou hora-extra. Eles viviam em alojamentos precários, sem rede de esgoto e água potável. Uma trabalhadora que foi resgatada da fazenda relatou a situação precária e desumana: “*tinha muito morcego e rato. A gente comprava comida e os ratos comiam. Aí tinha que comprar de novo*” (REPORTER BRASIL, 10/12/2018).

⁸¹ "Estamos determinados a enfrentar este complexo problema em estreita colaboração com os nossos fornecedores, com os quais entramos em contato", disse a multinacional suíça em uma declaração por escrito à organização dinamarquesa. Já a Jacobs Douwe Egberts afirmou ter procurado todos os seus fornecedores para pedir-lhes explicações sobre as medidas tomadas visando garantir que eles não comprem café de plantações que empregam esse tipo de mão de obra. BLOGSAKAMOTO UOL, 10/03/2016, disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/10/cafe-amargo-relatorio-liga-trabalho-escravo-no-brasil-a-multinacionais/>. Acesso em fevereiro de 2021.

⁸² Informações obtidas no site oficial do BLOGSAKAMOTO UOL, publicado em 10/03/2016. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/10/cafe-amargo-relatorio-liga-trabalho-escravo-no-brasil-a-multinacionais/>. Acesso em junho de 2021.

⁸³ Ação resgatou 18 trabalhadores de propriedade mineira que tinha dois dos mais importantes selos de boas práticas do mundo. Embora sua certificadora tenha aprovado a fazenda, a Starbucks nega ter comprado o produto (REPORTER BRASIL, 10/12/2018). Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/08/fazenda-de-cafe-certificada-pela-starbucks-e-flagrada-com-trabalho-escravo/>. Acesso em fevereiro de 2021.

Em 2019, o produtor de café da Fazenda Cedro II do Triângulo Mineiro tornou-se outro novo integrante da “lista suja⁸⁴” do trabalho análogo ao escravo. A marca ostentava selos de boas práticas certificadoras internacionais, como a *Nespresso*, *Rainfores Alliance*, *UTZ* e a *Starbucks*⁸⁵. Auditores fiscais do trabalho realizaram uma fiscalização em julho de 2018 nessa fazenda e encontraram seis trabalhadores com jornadas exaustivas que, em algumas situações, iam das 6h até às 23h. Além disso, viviam em alojamentos com péssimas condições de higiene (NOTÍCIAS UOL, 03/04/2019).

Como é possível observar, o fenômeno da financeirização da produção do espaço do café no Brasil não aumentou apenas a pressão pelo aumento da produção e produtividade dessa *commodity*, mas também, em alguns casos, tem reforçado práticas de violação dos direitos trabalhistas e humanos nas fazendas de café, como resultado da tensão promovida pelo capital fictício em busca de capturar valor para se substancializar.

De modo geral, a discussão construída até aqui permite pontuar que a lógica da financeirização do café por meio dos derivativos agrícolas produziu uma bolha financeira, já que o volume desses papéis negociados nos mercados futuros é exponencialmente maior do que a produção de café. Os principais desdobramentos dessa lógica são a distribuição desigual da renda ao longo da cadeia global de valor do café, endividamento e diminuição da renda dos cafeicultores, e a pressão pelo aumento da produção e produtividade à custa da superexploração do trabalho. Por fim, cabe destacar que essa corrida pelo aumento da produção e produtividade de café não tem como finalidade última o abastecimento do mercado físico dessa *commodity* ou, até mesmo, algum tipo de preocupação em satisfazer as necessidades de alimentação da população, mas sim, garantir a produção de valor para quitar a dívida com o capital fictício.

⁸⁴ A "lista suja" é uma base de dados criada pelo governo federal em novembro de 2003. O cadastro expõe casos em que houve resgate de pessoas em condições consideradas análogas à escravidão. Antes de serem incluídos no cadastro, empregadores têm direito de se defenderem em duas instâncias administrativas do extinto Ministério do Trabalho, agora submetido ao Ministério da Economia. Os empregadores envolvidos permanecem por dois anos na relação. Caso façam um acordo com o governo, o nome fica em uma "lista de observação" e pode sair depois de um ano, se os compromissos foram cumpridos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2019/04/03/grife-animale-e-cafe-certificado-estao-em-lista-suja-do-trabalho-escravo.htm>. Acesso em dezembro de 2022.

⁸⁵ A Nespresso afirmou que "A Nespresso, por meio de seu Programa Nespresso AAA de Qualidade Sustentável, trabalha preventivamente para garantir o processo sustentável em toda a cadeia, bem como políticas adequadas de trabalho. As fazendas que fornecem café para a companhia são rigorosamente avaliadas e supervisionadas anualmente para cumprirem devidamente com os critérios do programa". A Repórter Brasil procurou a Starbucks e UTZ. A UTZ informou que certificou uma fazenda vizinha, administrada por Batista, mas que não está na nova "lista suja". Starbucks não respondeu até a publicação desta reportagem, que será atualizada assim que ela se manifestar (NOTÍCIAS UOL, 03/04/2019). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2019/04/03/grife-animale-e-cafe-certificado-estao-em-lista-suja-do-trabalho-escravo.htm>. Acesso em fevereiro de 2021.

CAPÍTULO 4: A FINANCEIRIZAÇÃO DAS MULTINACIONAIS DO CAFÉ NO BRASIL: as exportadoras e as torrefadoras

4.1. Apontamentos gerais sobre a financeirização das multinacionais do café

Demonstrei no capítulo anterior que no atual momento há uma bolha do café em constante expansão, tendo em vista que a atividade especulativa com derivativos desse grão é muito maior do que a produção existente. O resultado dessa dinâmica é que o capital fictício passou a consumir o futuro da produção capitalista do espaço do café no Brasil, e tem feito isso de diversas formas para capturar o valor ao longo da cadeia global dessa *commodity*. A financeirização das multinacionais do café – exportadoras e torrefadoras – é uma das formas encontradas pelo capital fictício para captação de valor nessas etapas de comercialização e industrialização desse produto. A lógica de financeirização dessas exportadoras e torrefadoras se dá por meio da negociação de ações dessas multinacionais nas bolsas de valores e, nesse aspecto, essas empresas tornaram-se as principais intermediárias do capital fictício para a captação de valor.

De forma mais específica, é possível assinalar que durante o processo de investigação identifiquei duas formas principais de reprodução fictícia de capital no café e nas *commodities* em geral: por meio da especulação com derivativos agrícolas e através da compra e venda de ações na bolsa de valores. Segundo Carcanholo e Sabadini (2015), a negociação de ações na bolsa é uma forma de reprodução fictícia de capital, pois a posse de uma ação significa adquirir o direito sobre a parte de um lucro futuro (parte do valor excedente) da empresa, ou seja, é uma expectativa de apropriação de lucro que ainda não existe e pode não existir, nesse sentido, essa dinâmica é bem parecida com a dos derivativos de café. Sendo assim, quando as multinacionais do café colocam ações de suas empresas à venda na bolsa, na verdade, estão colocando à venda papéis que dão o direito acionário de adquirir determinada fração do lucro futuro (dividendos).

A proximidade de comportamento lógico das ações na bolsa com os derivativos me permite fazer uma análise sobre a inversão no processo de apropriação do lucro e o descolamento entre o valor e o preço dessas ações como resultado da financeirização. A sequência lógica de produção e extração de parte do valor excedente nas exportadoras e torrefadoras funciona do seguinte modo: o exportador compra o café do produtor, esse grão passa por um novo beneficiamento na exportadora que é realizado por máquinas com a finalidade de separar os grãos por padrão de qualidade, para depois ser ensacado, armazenado em contêineres e transportado de forma adequada para garantir que o produto não sofra nenhuma reação químico/física que possa resultar na perda de qualidade. No final desse circuito, o exportador agrega valor ao café, estipula

o preço de mercado de acordo com o novo valor agregado, vende o produto para o torrefador (no exterior e/ou no Brasil) e obtêm lucro (extração do valor excedente). O torrefador segue a mesma lógica: compra o café do exportador e submete o produto a um procedimento industrial que tem como finalidade separar os grãos por padrão de qualidade e colocá-los em uma máquina com altas temperaturas para torrá-los, em seguida esse grão torrado é levado para moagem e transformado em pó para, finalmente, ser empacotado de forma a preservar o aroma e qualidade do produto. No final do percurso, o torrefador agrega mais valor ao café, estipula o preço de mercado de acordo com o novo valor agregado e vende seu produto para comercialização em supermercados, cafeterias, bares e restaurantes, e, assim, obtêm seu lucro. Portanto, essa é a sequência *natural* de acumulação do capital (sem a determinação das finanças), com a produção de valor, o preço como expressão monetária do valor e o lucro como parte do valor excedente absorvido pelo capitalista.

Com a financeirização dessas multinacionais, o capital fictício passa a comandar esse processo de acumulação e inverte a lógica de apropriação do lucro por conta do descolamento entre o valor produzido nessas empresas e os preços das ações na bolsa de valores. O preço das ações dessas multinacionais do café negociadas na bolsa é descolado do valor porque representa uma expressão monetária de um valor fictício, ou seja, um valor inexistente que tem a possibilidade de existir ou não, desse modo, o preço dessa ação é projetada na bolsa de valores antes mesmo de existir café para ser comprado pelo exportador, beneficiado, empacotado, repassado para o torrefador para ser industrializado e seguir em direção ao comércio atacadista e varejista atingindo, assim, o consumidor final. Isso significa que o preço dessas ações na bolsa de valores é projetado antes mesmo de existir a produção de valor e, por conta disso, faz com que esse preço seja uma expressão monetária de um valor fictício que para existir precisa capturar um valor já existente. Nesses termos, o capital fictício opera como um fluxo de renda capitalizada para o presente e, portanto, passa a consumir o lucro futuro dessas multinacionais no presente. Essa é o nível de fetichismo que a financeirização dessas multinacionais produz nas etapas de comercialização e industrialização do café como forma de captação do valor.

O principal interesse das multinacionais do café em negociar ações na bolsa de valores é captar investimento. Com isso, distanciam-se da relação financeira com os bancos (capital a juros) e estabelecem vínculo direto com a bolsa de valores (capital fictício), na busca de investidores para comprar as ações e financiar a expansão dos negócios de exportação e torrefação de café no mercado global dessa *commodity*. De acordo com Isakson (2014), com a venda de ações das exportadoras e torrefadoras na bolsa, os acionistas tornaram-se os principais sujeitos dessa dinâmica financeira, no sentido de que essas empresas passaram a atuar sob a pressão de maximizar o lucro de seus acionistas. Isso acontece porque esses investidores compram ações

dessas multinacionais com a expectativa de obter parte do lucro futuro da empresa e, portanto, quanto maior for o poder acionário, isto é, a quantidade de ações que o investidor possui na empresa, maior também é o seu poder de comando sobre as decisões dessas empresas, tencionando-as a produzirem cada vez mais para pagar o lucro prometido para seus acionistas⁸⁶.

Por outro lado, essa financeirização das multinacionais do café reforça a posição dessas empresas como principais agentes econômicos e financeiros atuantes no mercado físico dessa *commodity*, prova disso é que o mercado mundial de comercialização e processamento industrial desse grão é controlado e monopolizado por essas exportadoras e torrefadoras que são intermediárias do capital fictício. Alguns dados a seguir endossam essa afirmativa.

Já no início dos anos de 1990, apenas cinco exportadoras controlavam 40% do comércio global de café: Neumann, Volcafé, ED&F, Econ e Goldman Sachs. Atualmente, Neumann Kaffee Gruppe, ED&F Man Volcafé, Ecom, Louis Dreyfuss, e Sucafina tornaram-se as cinco principais exportadoras, que juntas concentram mais de 60% do comércio global de café. No caso das torrefadoras, em meados dos anos de 1990 apenas a Nestlé e Philip Morris controlavam cerca de 50% do café torrado e moído no mundo e os cinco principais torrefadores concentravam 69% desse produto. Em 2016, apenas a Nestlé e a JAB controlavam cerca de 60% desse mercado global de café. Atualmente, as cinco principais torrefadoras mundiais são respectivamente: Nestlé, JAB, Lavazza, JM Smuckers e Starbucks (DULCI, 2021). É importante mencionar que nenhuma dessas exportadoras e torrefadoras citadas são brasileiras, o que comprova o fato de que as multinacionais dos países do Norte controlam o mercado mundial e nacional de café.

De modo geral, é possível fazer uma síntese do que foi exposto no sentido de que a financeirização dessas multinacionais permite a penetração do capital fictício na esfera do mercado físico para captação do valor gerado nas etapas de comercialização e processamento industrial dessa *commodity*, invertendo a lógica de acumulação e apropriação de lucro, como ao mesmo tempo, confere poder econômico e financeiro para essas empresas que se situam no topo da cadeia global de valor do café. Por fim, no intuito de demonstrar como esses processos acontecem no agronegócio do café no Brasil, será demonstrada na sequência, a financeirização de algumas das principais exportadoras e torrefadoras que atuam no país, apontando os principais investidores dessas empresas que, apesar de não fazerem parte do setor cafeeiro, são

⁸⁶ É importante registrar que nem todo acionista tem poder de comando na empresa, isso depende de várias normas estabelecidas em acordo contratual que envolve a empresa e as ações vendidas na bolsa. Isso é parte do jogo. No entanto, cabe enfatizar que a empresa é tencionada a produzir cada vez mais para pagar o lucro prometido aos seus acionistas, no sentido de que a empresa passa a operar em função das ações contidas na bolsa.

os principais sujeitos que comandam as tomadas de decisões dessas multinacionais por meio do poder acionário.

4.2. A financeirização das exportadoras de café no Brasil

Conforme já foi mencionado, o Brasil é de longe o maior produtor de café do mundo, e essa posição que o país ocupa no mercado global dessa *commodity* é uma particularidade que atrai as multinacionais de exportação que possuem interesse comercial nesse produto. Desse modo, não é por acaso que o Brasil abriga as filiais de algumas das principais multinacionais de exportação de café do mundo. A maior parte delas pertence aos países consumidores e operam basicamente nos serviços de exportação, logística e armazenamento de grãos verdes, sendo, portanto, as principais responsáveis em comprar o café dos produtores do campo e vender para as torrefadoras no Brasil e no exterior. O que chama a atenção nesse processo é a financeirização dessas multinacionais de exportação de café, cada vez mais ligadas ao capital fictício por meio de operações com atividades de especulação financeira nas bolsas de valores e mercados futuros. Sobre isso, ao longo do processo de investigação, descobri duas formas de financeirização dessas multinacionais que atuam no agronegócio do café no país: negociando ações nas bolsas de valores e atuando como *player* para especular no mercado financeiro.

A financeirização dessas multinacionais aumenta a pressão por gerar lucros aos detentores de ações e títulos de derivativos, e transforma a comercialização física do café em um mero detalhe na cadeia global de valor. Mero detalhe, porém importante, pois, como já visto, são os produtores que recebem as menores fatias do valor do café, isto como condição *sine qua non* para os lucros obtidos nas outras etapas da cadeia como resultado da financeirização. De toda a forma, é o caráter especulativo financeiro que vai tomando conta dessa cadeia. A dinâmica na bolsa de valores subordina as multinacionais de exportação aos interesses especulativos dos acionistas e, nesse aspecto, as atividades comerciais dessas empresas têm como finalidade última a maximização dos lucros para esses investidores.

Quando o investidor compra ações de determinada multinacional de exportação de café, este está fazendo uma aposta na bolsa de que essa empresa terá um crescimento econômico, no sentido de ampliar os negócios de exportação e comercialização dessa *commodity* para, assim, conseguir aumentar os lucros e destinar parte dessa quantia para os acionistas. Nesse caso, a atividade comercial do exportador está completamente subordinada à financeirização, em especial, ao poder financeiro dos acionistas, uma vez que até mesmo parte do lucro futuro da empresa que ainda nem existe já está comprometido com esses investidores

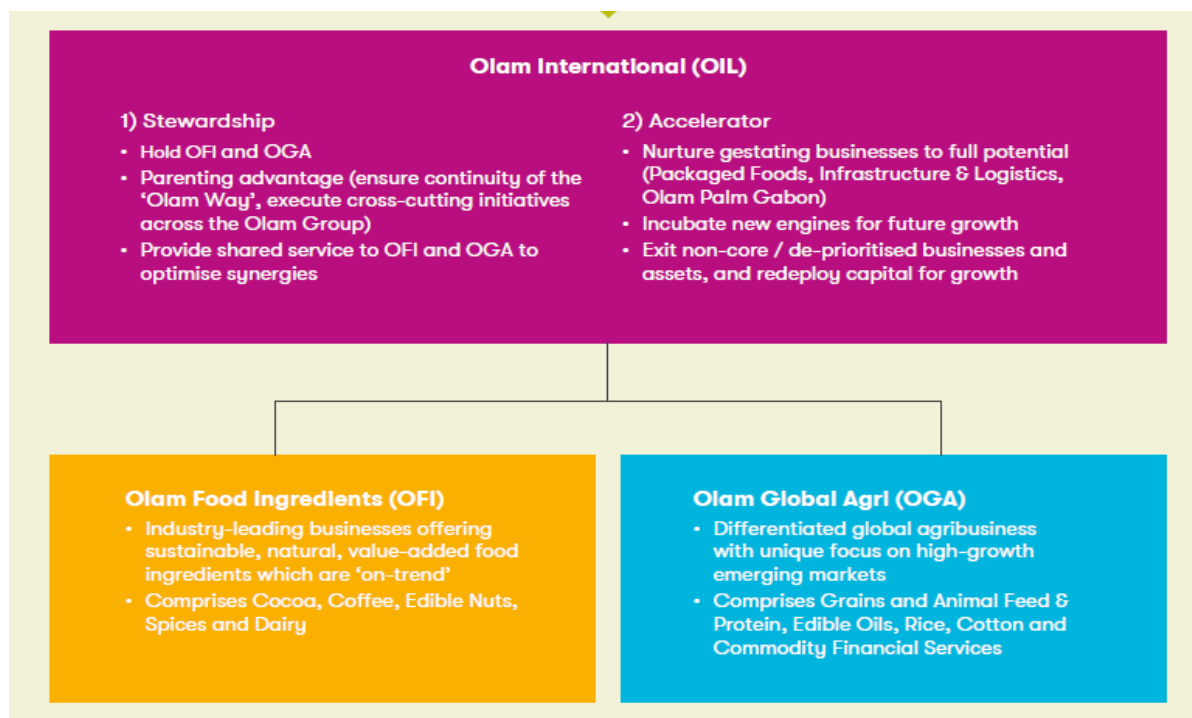
que aplicaram na bolsa e esperam por retorno. Por conta dessa dinâmica financeira, o acionista torna-se o principal sujeito dessas multinacionais, pois passa a ser a figura central para a tomada de decisões da empresa. É desse modo que sujeitos que não são do setor cafeeiro passaram a comandar os negócios de exportação de café no Brasil, conforme será demonstrado posteriormente.

Com base nesses elementos apontados, identifiquei a financeirização de quatro multinacionais de exportação de café que atuam no Brasil: Olam, Cofco, ED&F Man e LOUIS DREYFUS COMPANY – LDC. A análise seguinte descreve a financeirização dessas exportadoras revelando os seus principais acionistas que são, na verdade, os sujeitos que comandam essas empresas por meio do poder acionário. Além disso, revelo as subsidiárias financeiras criadas pelas próprias exportadoras para especular no mercado financeiro.

A Olam foi fundada em 1989 pelo Kewalram Chanraj Group (KC Group), possui sede em Cingapura e é uma das três maiores exportadoras de café do mundo, com filiais de exportação desse grão distribuídas em diversos países produtores, dentre eles o Brasil. Embora o café seja uma das principais atividades comerciais do grupo não é a única. A Olam nas últimas três décadas fortaleceu seu portfólio ampliando sua atuação no mercado global de alimentos, comercializando diversos gêneros alimentícios, como café, algodão, cacau, laticínios, nozes, especiarias, entre outros⁸⁷. Com base nesse portfólio diversificado, a estrutura operacional dessa multinacional é organizada, basicamente, do seguinte modo:

⁸⁷Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/investors/company-information/shareholding-structure.html#>. Acesso em junho de 2021.

Organograma 4: Grupos Operacionais da Olam



Fonte: Olam International Limited Annual Report, 2019, p.07.

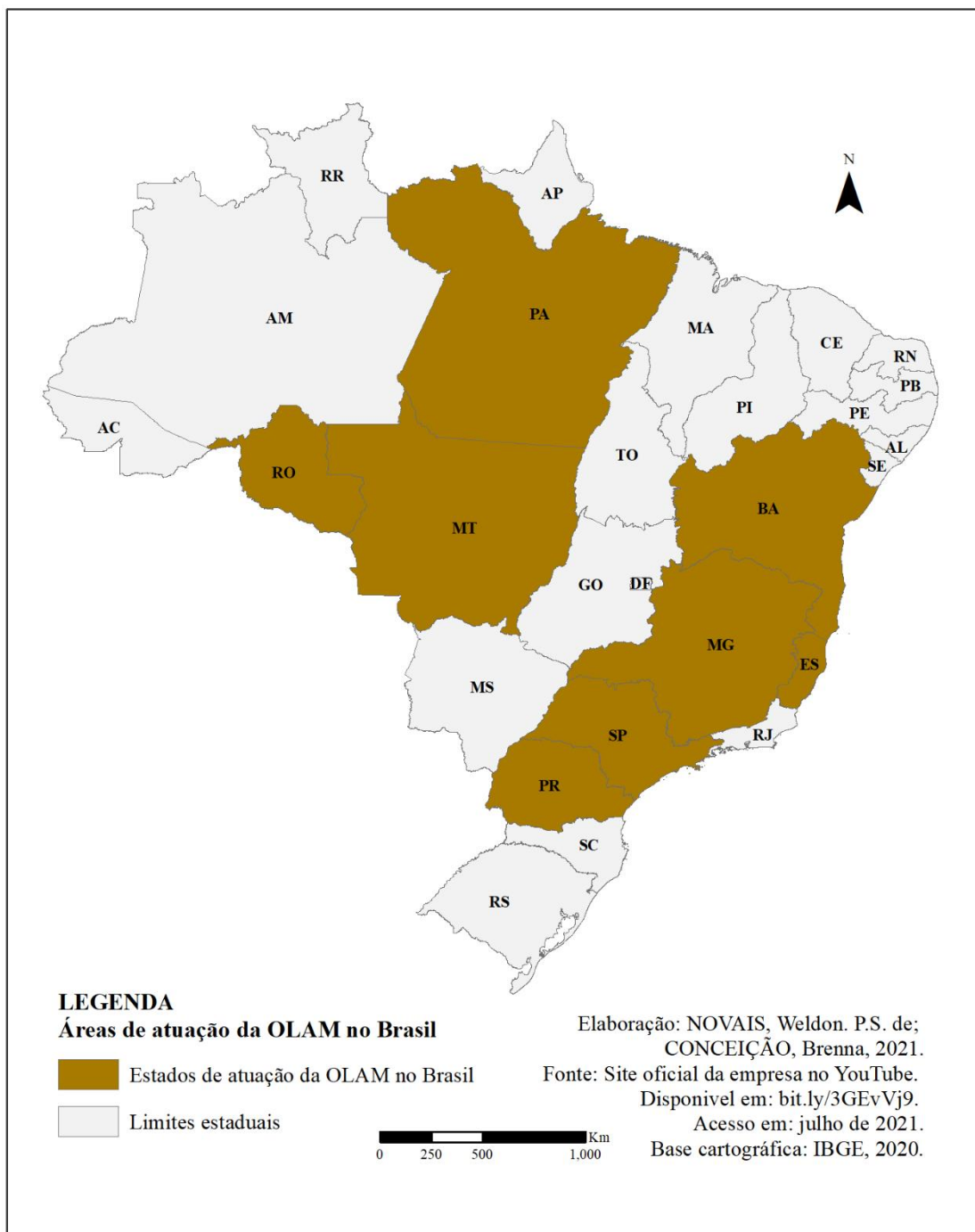
A estrutura organizacional da empresa é composta por dois grupos operacionais: Olam Food Ingredients (OFI) e Olam Global Agri (OGA), ambas detidas pela controladora Olam Internacional Limited (OIL). A Olam Global Agri (OGA) inclui negócios diferenciados em grãos, ração e proteína animal, óleos comestíveis, arroz, algodão. A Olam Food Ingredients (OFI) inclui produtos como cacau, café, nozes comestíveis, especiarias e laticínios. A Olam Coffee faz parte desse grupo operacional e é a subsidiária responsável pelos negócios com café. Segundo a empresa, esse grupo operacional tem mais de vinte e cinco anos de mercado e compra cafés comerciais e especiais de diferentes países, como o Brasil, Colômbia, Indonésia e Vietnã⁸⁸.

No Brasil, a empresa possui vários escritórios/unidades de armazenamento espalhados pelas principais áreas produtoras de café, como por exemplo, em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, São Paulo, Paraná e Rondônia. Observe no mapa abaixo⁸⁹:

⁸⁸ OLAM, INTERNACIONAL LIMITED ANNUAL REPORT, 2019.

⁸⁹ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/locations/latin-america/brazil/products.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=inSk1cg4u-s>. Acesso em agosto de 2021; e, também, em OLIVEIRA, 2016.

Mapa 7: Distribuição espacial da OLAM no Brasil (2021)



A distribuição espacial dessas unidades da Olam pelas principais áreas produtoras foi uma estratégia da empresa para facilitar a compra do café nesses locais, armazená-lo nessas

unidades para depois exportar o grão para diversos países, dentre eles, Estados Unidos, Japão e outros países da Ásia, além de países europeus e do Oriente Médio.

Além dessas unidades, a Olam possui uma unidade móvel na região da Chapada Diamantina-BA, intitulada de “The Olam Coffee Truck Lab”. A empresa transformou um caminhão do modelo “*truck*” em uma unidade móvel da empresa que percorre pelas principais áreas produtoras da Chapada Diamantina para comprar cafés comerciais e especiais dos cafeicultores dessa região. Nessa unidade móvel a exportadora realiza a degustação, classificação e todos outros procedimentos necessários para classificação do café que são feitos em uma unidade exportadora para a compra do produto. Essa iniciativa está presente numa região que possui cerca de 6.400 agricultores que produzem por ano a média de 450.000 sacas de café⁹⁰. Com essa iniciativa estratégica, a Olam diminui a interferência do corretor de café nessa negociação, ou seja, diminui a ação do intermediário, além de garantir o “monopólio do território” (OLIVEIRA, 2016) nessa região, no sentido de controlar a circulação do café sem produzir no campo, além de se fortalecer frente aos concorrentes exportadores que não tem o mesmo acesso ao local.

Outra iniciativa da Olam que merece atenção é o projeto piloto de plantação de café arábica na Fazenda Milano, localizada na cidade de Barreiras, no oeste da Bahia. O café cultivado é de excelência (*gourmet* e especial) e atende altos padrões de qualidade e sustentabilidade, reconhecido pelas certificações da Rainforest Alliance e UTZ, com a finalidade de ser exportado para diversos países consumidores⁹¹. Essa fazenda de café é a primeira experiência da Olam no país de plantar o próprio produto que exporta, tornando-se nesse caso específico, produtor e exportador. No entanto, é preciso enfatizar que essa ação é apenas um projeto de piloto da empresa que até o momento parou por aí, pois sua principal atividade comercial é a de exportação de café.

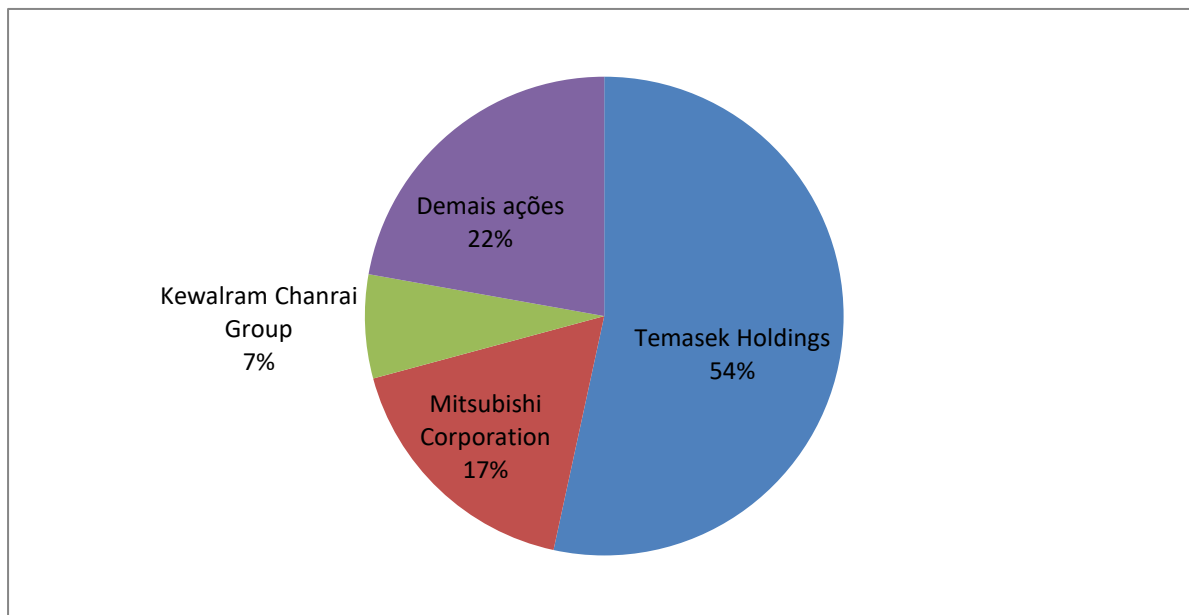
Toda essa estrutural organizacional da Olam para operar com o café no Brasil é financiada por investidores estratégicos de longo prazo que aplicam nas ações da empresa. Desde 1995 que a Olam possui capital aberto e está listada à Bolsa de Valores de Cingapura – Singapore Exchange (SGX), seus títulos são negociados sob o nome comercial Olam Intl e o código O32/OLAM.SI. A empresa está entre uma das 50 maiores listadas na (SGX) em termos

⁹⁰ Informações obtidas em OLAM INTERNATIONAL LIMITED ANNUAL REPORT, 2019 e em https://www.youtube.com/watch?v=Ls-RcbYBH_k. Acesso em janeiro de 2022.

⁹¹ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/locations/latin-america/brazil/products.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=inSk1cg4u-s>. Acesso em agosto de 2021.

de capitalização de mercado⁹². Com base nessas premissas, a estrutura societária/acionária da Olam está organizada da seguinte forma:

Gráfico 22: Principais acionistas da Olam



Fonte: Olam International Limited Annual Governance Report, 2020, p.40⁹³.
Organização: NOVAIS, Weldon P.S.de., 2022.

Os três principais acionistas da Olam são, respectivamente, Temasek Holdings, Mitsubish Corporation e Kewalram Chanrai, que juntas possuem 78% das ações da empresa. Os 22% de ações restantes estão distribuídas entre vários acionistas de pessoas físicas às jurídicas, ou seja, é uma parte acionária da empresa que fica disponível para captar investimento do público em geral, de pequenos a grandes investidores.

É importante sublinhar que a Temasek possui 54% do capital social da Olam e, portanto, é o acionista majoritário da empresa. Em outras palavras, isso quer dizer que a Olam pertence à Temasek, responsável por comandar a tomada de decisão de uma das maiores exportadoras de café do mundo. Logo, o café comprado pela Olam no Brasil para ser comercializado no mercado externo e interno, na verdade, pertence à Temasek, o acionista majoritário que está por trás desses investimentos financeiros no comércio cafeeiro do país. Embora não sejam acionistas majoritários, a Mitsubishi Corporation com 17% das ações e a

⁹² Informações obtidas no site oficial da SGX. Disponível em: <https://www.sgx.com/securities/equities/O32>. Acesso em agosto de 2021.

⁹³ Informações também obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/investors/company-information/shareholding-structure.html#>. Acesso em junho de 2021.

Kewalram Chanrai com 7%, são dois acionistas que possuem investimentos significativos no setor cafeeiro nacional por meio da Olam, já que juntas possuem 24% das ações da empresa.

Dada à relevância desses três investidores que financiam o comércio de café no Brasil por meio da Olam, julgo necessário realizar uma breve descrição sobre cada um deles para saber quem são esses investidores que aplicam nessa *commodity*.

A Temasek Holdings (acionista majoritária) possui ações da Olam através da Breedens Investments e Aranda Investments⁹⁴. A Temasek é um fundo de investimento estatal de Cingapura que opera no mercado financeiro internacional. A constituição desse fundo se deu no ano de 1974 de acordo com a Lei de Empresas de Cingapura. No início, os investimentos limitavam-se a posse de ações de algumas empresas, start-ups e joint ventures, detidas exclusivamente pelo governo local. Atualmente, o fundo de investimento global gerido por essa estatal é composto pela presença de investidores diversificados, expandindo-se para diversos setores de atividade econômica e diferentes localidades geográficas em escala global⁹⁵. O mapa abaixo ilustra essa distribuição geográfica:

Mapa 8: Escritórios da Temasek pelo mundo



Fonte: TEMASEK REVIEW, 2021.

⁹⁴ Informações obtidas no site oficial da Olam. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/investors/company-information/shareholding-structure.html#>. Acesso em junho de 2021.

⁹⁵ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/en/faqs#portfolio-companies>. Acesso em julho de 2021.

Além da sede em Cingapura, a empresa possui outros treze escritórios em diferentes países e continentes do mundo, como por exemplo: Bélgica, China, Índia, Reino Unido, Estados Unidos, Vietnã e México. No Brasil, possui uma filial na cidade de São Paulo, principal cidade do país do ponto de vista econômico e financeiro.

A Temasek esclarece que embora seja um fundo estatal, opera como qualquer outra empresa privada, pois possui seu próprio Conselho de Administração, equipe de trabalhadores responsáveis por gerir os investimentos, distribuir dividendos aos seus acionistas e atua no mercado internacional com base nos princípios da governança corporativa, isso inclui o apoio para formação de conselhos diversificados e independentes. No relatório da Temasek de 2021, a empresa se classifica enquanto um investidor ativo, no sentido de que possui total flexibilidade para construir e reformular o portfólio, sempre que for necessário, para ajustar a perspectiva de risco-retorno das operações em curso, podendo assim, dentre outras atribuições, assumir posições concentradas e não estabelecer classes de ativos, países e setores da economia. Algumas das principais empresas que fazem parte desse portfólio de investimento são: DBS, PSA, Bayer, Singtel e SPgroup (TEMASEK REVIEW, 2021).

Em síntese, pode-se concluir que a Temasek é um poderoso fundo de investimento estatal de Cingapura que possui aplicações financeiras em diversos ativos de vários setores da economia distribuídos pelo mundo. A participação como acionista majoritário da Olam revela o investimento financeiro desse fundo na comercialização de café no Brasil, financiando a expansão comercial da Olam no território nacional. É possível visualizar espacialmente essa expansão comercial no mapa 7 que ilustra a distribuição geográfica da empresa no país. O mapa 7 serve também para mostrar a financeirização do espaço capitalista do café, pois a presença da Olam entre os principais estados produtores representa, na verdade, um espaço de comercialização de café controlado pela Temasek, que na posição de detentora acionária da empresa pressiona pela ampliação dos negócios para capturar sua fatia de lucro prometida nas ações. Dessa maneira, essa relação social demonstra uma das formas pelas quais o capital fictício penetra na cadeia global dessa *commodity* para capturar valor, além de expor o papel dessa multinacional de exportação de café como principal intermediária do capital fictício nessa dinâmica.

O segundo maior acionista da Olam desde 2015, detentor de quase 18% das ações é a Mitsubishi Corporation (MC Group), uma empresa global com sede no Japão, composta por uma rede global de quase 1.700 grupos/empresas e opera negócios em aproximadamente 90 países em todo o mundo. O grupo opera por escritórios e subsidiárias localizadas na América do Norte, América Latina e Caribenha (no Brasil opera por meio da subsidiária “Mitsubischi

Corporation Brasil S.A.”, com sede em São Paulo e filial no Rio de Janeiro), na Europa, Japão (sede do Grupo) e diversos outros países do mundo. Os investimentos financeiros em atividades agroindustriais, inclusive o café, são realizados pela subsidiária “The Food Industry Group”. É através dessa subsidiária que a MC Group mantém os investimentos nas ações da Olam, financiando assim, parte da comercialização do café no Brasil gerido por essa exportadora⁹⁶.

A terceira maior acionista do grupo, Kewalram Chanrai Group (Grupo KC) detentor de 7% das ações da Olam, é originária da Índia e ocupa a posição de um importante *player* global no mercado financeiro. O grupo está presente em mais de 13 países e investe em produtos e serviços diversos, como têxteis, automóveis e cadeia do agronegócio em geral. Os investimentos são direcionados para mercados que apresentem perspectiva de crescimento e retorno financeiro atraente⁹⁷. Inclusive, é baseado nesses princípios de mercado que o Grupo KC mantém aplicações nas ações da Olam, apostando, por exemplo, no comércio de café no Brasil que é realizado por essa empresa, avistando perspectivas de crescimento econômico nesse setor, o que por sua vez, gera a possibilidade de receber um bom retorno financeiro com essas aplicações.

Com base no perfil dos três principais acionistas da Olam, é possível assinalar que a financeirização dessa multinacional fez com que sujeitos que não são do setor cafeeiro passassem a comandar os negócios de exportação de café dessa empresa. Ao mesmo tempo, essa relação social mediada pelo capital fictício subordina cada vez mais essa exportadora e o comércio físico de café aos interesses dos acionistas, na medida em que as ações na bolsa representam a expectativa pela apropriação de parte do lucro futuro da empresa.

Além dessa forma de financeirização pela venda de ação na Bolsa, a Olam também adotou a estratégia de atuar no mercado financeiro por meio do seu próprio serviço de operação e gestão financeira. Para dar conta desse objetivo, a Olam criou a “Commodity Financial Service”, um braço financeiro da empresa especializado na operação e especulação financeira com o mercado de *commodities*, para negociar diversos derivativos agrícolas de café, cacau, algodão, entre outros. Os negócios com esses instrumentos financeiros estão distribuídos em mais de 13 bolsas de valores e mercados futuros pelo mundo. Essas operações são feitas com o capital interno da empresa e a carteira de investimento é fundamentada na experiência que a empresa tem no mercado físico global dessas *commodities*, de modo que as operações na bolsa

⁹⁶ Informações obtidas em MITSUBISHI CORPORATION - CORPORATE BROCHURE, 2021 e site oficial do grupo.

⁹⁷ Informações obtidas no site oficial do Grupo. Disponível em: https://kewalramchanrai-com.translate.google/philosophy?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em outubro de 2022.

com derivativos agrícolas são pensadas com base no conhecimento dos riscos e da volatilidade desses ativos no mercado físico⁹⁸.

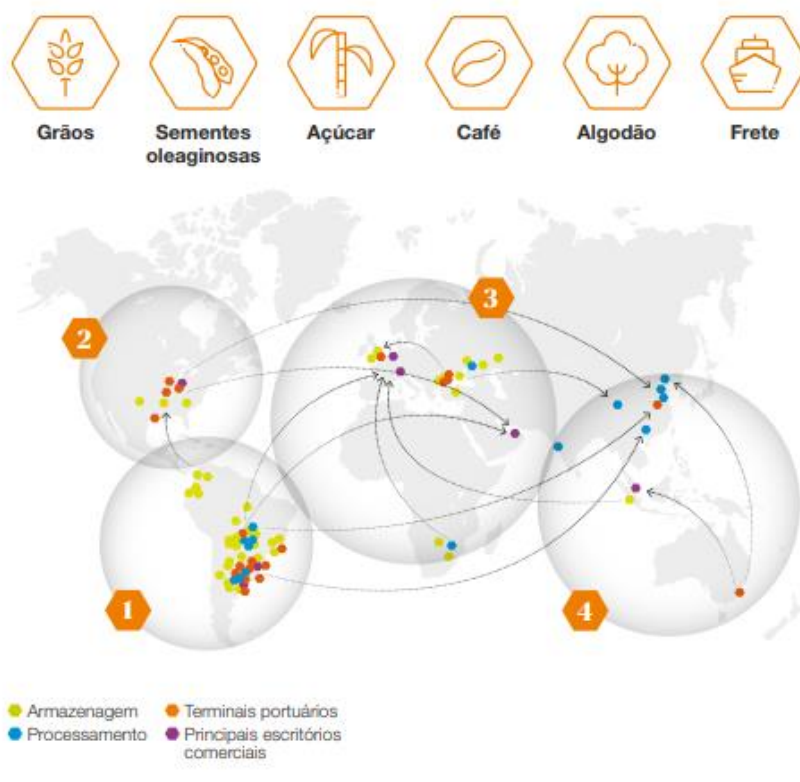
Por meio desse braço financeiro da empresa, a OLAM se coloca na posição de *player* do mercado financeiro, realizando operações estratégicas nas bolsas de valores e mercado futuros, com ênfase no mercado de *commodities*, tornando-se, assim, um especulador. Nesse sentido, a principal finalidade desse braço financeiro é entrar na jogatina do mercado e especular com derivativos agrícolas, aproveitando todo o conhecimento que a empresa tem sobre esse mercado físico, o que lhe atribui certa vantagem como especulador. Pois, como se sabe, a Olam é uma das principais exportadoras de café no Brasil e no mundo e, por conta disso, tem informação (e controle) direta sobre o mercado nacional e internacional dessa *commodity*, o que lhe fornece condições mais favoráveis para especular sobre a venda ou compra de um contrato de derivativo de café de acordo com a projeção do mercado. Dessa forma, a Olam especula com esses derivativos agrícolas nas bolsas de valores e mercados futuros, capitaliza valor futuro apostando nesses papéis e parte da renda obtida com essa especulação financeira retorna em forma de investimento para o comércio de café e para as demais *commodities* do portfólio da empresa. Essa é mais uma forma pela qual o capital fictício penetra na produção capitalista do espaço do café para capturar valor ao longo da cadeia desse produto.

A Cofco, estatal chinesa, é uma das principais exportadoras de café, destacando-se entre as principais multinacionais que movimentam o comércio global dessa *commodity* (esse é interessante pois vem de uma país que não é um grande consumidor). A empresa possui algumas filiais nos países produtores, dentre eles, o Brasil e a Colômbia. Na qualidade de comerciante global de café, a empresa compra os grãos verdes dos países produtores e vende-os para as multinacionais de torrefação na Europa, Estados Unidos e Ásia⁹⁹. No entanto, é preciso destacar que o café não é a única atividade da empresa, a Cofco possui um portfólio global diversificado, operando assim, no mercado mundial de grãos, sementes oleaginosas, açúcar, café, algodão e, até mesmo, frete. A figura abaixo ilustra essas áreas de atuação da empresa.

⁹⁸ Informações obtidas no site oficial da Olam: <https://www.olamagri.com/products-services/commodity-financial-services.html>. Acesso em outubro de 2022 e no relatório da empresa - OLAM, INTERNACIONAL LIMITED ANNUAL REPORT, 2019.

⁹⁹ Informações obtidas no site oficial da Cofco. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/>. Acesso em agosto de 2021.

Figura 4: Áreas de atuação da Cofco no mercado mundial



Fonte: COFCO – Relatório de Sustentabilidade, 2017.

O portfólio global da empresa é gerido por 17 subsidiárias e opera ativos nas Américas, Europa e Ásia-Pacífico, negociando com mais de 50 países. É importante destacar que 60% dos ativos mundiais da empresa estão na principal região exportadora do planeta, América do Sul (COFCO – Folha de dados – português/Brasil, 2019). Essa concentração dos ativos da empresa na América do Sul demonstra o processo de expansão dos investimentos chineses nessa região. Nessa direção, muitos estudos acadêmicos da geografia e áreas afins têm mostrado que nas últimas décadas, o capital chinês tem adentrado cada vez mais nos negócios agropecuários e minerais do Brasil, reforçando a presença de empresas chinesas no campo brasileiro, que é um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas e minerais do mundo.

É com base nessa visão de mercado que a Cofco opera com o café no Brasil, uma vez que o país está no topo da produção mundial dessa *commodity*. De forma estratégica, a empresa possui uma unidade de processamento e armazenamento desse grão na cidade de Alfenas-MG, reconhecida por ser uma das áreas produtoras de café mais importantes do mundo. A unidade dispõe de uma instalação automatizada para executar a classificação e separação dos grãos, que

são procedimentos essenciais para preparação do café para exportação¹⁰⁰. Como a Cofco atua também na área de logística e transporte de grãos (frete), o café comprado dos produtores mineiros é armazenado na unidade de Alfenas e transportado pelos próprios caminhões da empresa até o Porto de Santos-SP, para de lá ser exportado para os Estados Unidos, vários países da Europa e da Ásia. Cabe mencionar que a empresa possui um escritório na cidade de Santos-SP. O escritório compra, por intermédio dos corretores, café de várias áreas produtoras do Brasil, o grão comprado é direcionado para exportação. Nesse caso, o escritório da Cofco na cidade santista é um ponto comercial estratégico, pois possibilita a compra de café de áreas produtoras brasileiras das quais a empresa ainda não instalou uma unidade exportadora, fortalecendo assim, os negócios da empresa com vários cafeicultores nacionais.

A estratégia comercial da Cofco no comércio de café no Brasil é resultado do processo de financeirização da empresa. A Cofco comprou a exportadora de *commodities* Noble, com sede em Cingapura, sendo 51% da aquisição em 2014 e os outros 49% em 2016. A Noble operava com exportação de café em Alfenas-MG, onde hoje é a atual unidade exportadora da Cofco comentada anteriormente¹⁰¹. Essa aquisição que permitiu a alocação da empresa na área produtora mais importante do Brasil só foi possível por conta de investimentos financeiros de acionistas da empresa. Desse modo, a estrutura acionária da Cofco pertence aos seguintes investidores:

¹⁰⁰ Informações obtidas no site oficial da Cofco. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/products-services/coffee/>. Acesso em agosto de 2021.

¹⁰¹ Informações disponíveis no site oficial da Cofco: <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/our-story/>. Acesso em outubro de 2022; e no site da Revista Cafeicultura: <https://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=14281&brasil-e-prioridade-para-a-noble.html>. Acesso em outubro de 2022.

Figura 5: Acionistas da Cofco Internacional



Fonte: Site oficial da Cofco¹⁰².

A Cofco Corporation é o acionista majoritário da corporação. Logo, o acionista majoritário da empresa é o governo chinês. Além disso, dois outros acionistas são de capital chinês: China Investment Corporation e a HOPU Investments, fundo privado chinês de investimento. A Temasek de Cingapura completa o grupo de acionistas (BÓIA, 2021). Essa composição acionária demonstra que a Cofco é majoritariamente financiada pelo capital chinês. Dessa forma, a presença da Cofco no Brasil reforça a análise sobre o interesse do capital chinês pelo comércio de café no país (e demais *commodities* agrícolas e minerais). O único acionista desses citados que não é da China é a Temasek. Aliás, é importante destacar que a Temasek, controladora da Olam, é também uma acionista da Cofco e, portanto, possui investimentos no agronegócio do café no Brasil por meio dessas duas multinacionais de exportação. Isso demonstra que o capital fictício não tem limites para expansão, pois quando a Temasek opera ações dessas duas multinacionais do café, amplia a aposta sobre parte do lucro futuro prometido por essas empresas, ao mesmo tempo em que cria condições para que o capital fictício penetre

¹⁰² Imagens obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/our-shareholders/>. Acesso em junho de 2021.

na cadeia global de café para capturar valor tanto por meio da Olam como pela Cofco. Essa é a natureza lógica da financeirização, expansão da criação do valor fictício como fim em si mesmo, resultando numa massa cada vez maior de renda capitalizada para ser absorvida.

A China Invest Corporation (CIC) é um fundo de investimento do governo chinês que foi fundado em 2007 por meio da emissão de títulos do governo. Sediada em Pequim-China, opera por meio de três subsidiárias: CIC Internacional, CIC Capital e Central Huijin. Por meio dessas subsidiárias, a CIC opera uma carteira diversificada com investimentos em títulos públicos, ações, investimentos imobiliários, além de investimentos diretos em setores da infraestrutura, energia, manufatura, saúde e agricultura (CHINA INVEST CORPORATION, REPORT, 2020¹⁰³). No papel de acionista da Cofco, financia uma das principais atividades agrícolas da empresa: o café. É por essa porta que entra o investimento da CIC no comércio de café no Brasil operado pela Cofco.

Outro acionista que está por trás dos investimentos em café no Brasil por meio da participação acionária da Cofco é o fundo de investimento privado Affirma Capital. O fundo está presente com escritórios na Ásia, África e Oriente Médio nas cidades de Joanesburgo, Dubai, Mumbai, Cingapura, Xangai e Seul. Possuidor de um portfólio diversificado, o fundo opera em diversas atividades econômicas, tais como: engenharia e manufatura, saúde e farmacêutica, infraestrutura e transporte, serviços financeiros e agricultura e indústria¹⁰⁴. Destaque para o setor de ativos de agricultura e indústria, pois é o setor onde o fundo aplica nas ações da Cofco, financiando operações comerciais com o café e demais *commodities* agrícolas.

A Cofco, assim como a Olam, possui duas formas de financeirização: por meio de investimentos de acionistas e atuando como *player* para especular no mercado financeiro. Com base nisso, criou o braço financeiro da empresa denominado de “Cofco Capital”, uma empresa de investimento especializada em gerenciamento e operacionalização de serviços financeiros internacionais. Esse braço financeiro combina a experiência da Cofco na cadeia agroindustrial com as finanças. Com isso, a Cofco Capital tem pretensões de se tornar uma empresa de investimento referência no ramo das finanças agrícolas¹⁰⁵.

Por meio da Cofco Capital, a empresa se coloca como *player* para especular com derivativos agrícolas nas bolsas de valores e mercados futuros. E, assim como a Olam, o

¹⁰³ Informações obtidas no site oficial da CIC. Disponível em: <http://www.china-inv.cn/chinainven/xhtml/Media/2020EN.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

¹⁰⁴ Informações obtidas no site oficial da Affirma Capital. Disponível em: <https://affirmacapital.com/investments.html>. Acesso em agosto de 2021.

¹⁰⁵ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <http://www.cofco.com/en/BrandProduct/COFCOCapital/>. Acesso em agosto de 2021.

objetivo da Cofco com essa iniciativa é aproveitar o conhecimento que tem sobre o mercado físico de café e demais *commodities* agrícolas para fazer parte da jogatina especulativa do mercado financeiro. Dessa forma, por conta da financeirização, o comércio de exportação de café da Cofco fica cada vez mais subordinado ao capital fictício, na medida em que as atividades financeiras tornam-se, na verdade, a principal fonte de investimento da empresa. Não custa lembrar que esse investimento gera uma renda capitalizada que precisa capturar valor ao longo da cadeia para se substancializar e, nesse sentido, quanto mais investimentos são criados na esfera financeira maior será a demanda pela apropriação de parte do lucro da empresa. Nesse caso, parto da formulação de Boechat e Pitta (2020, p.80) para pontuar que o que há de novo nessa atual dinâmica financeira é a possibilidade das empresas simularem sua reprodução fictícia de capital por meio das jogatinas nas bolsas de valores mercados futuros.

Mais uma multinacional que está entre as maiores lideranças na exportação de café é a ED&F MAN. De origem inglesa e fundada em 1783, é uma das maiores comerciantes de produtos agrícolas do mundo atuando em 55 países. A empresa opera com uma variedade de produtos no comércio internacional para além do café, tais como, açúcar, ração animal e oleaginosas. No ano de 2020, o grupo reorganizou sua estrutura em três segmentos operacionais: Commodities Tradings – incluindo negócios com café, açúcar e melão; Brokerage – constitui-se numa corretora global que opera serviços financeiros; e Holdings – envolve negócios como a *join venture* mexicana e usina de açúcar na Ucrânia. A mudança visou melhorar o alinhamento entre as subsidiárias do grupo, permitindo a criação de oportunidades de financiamento para cada segmento¹⁰⁶.

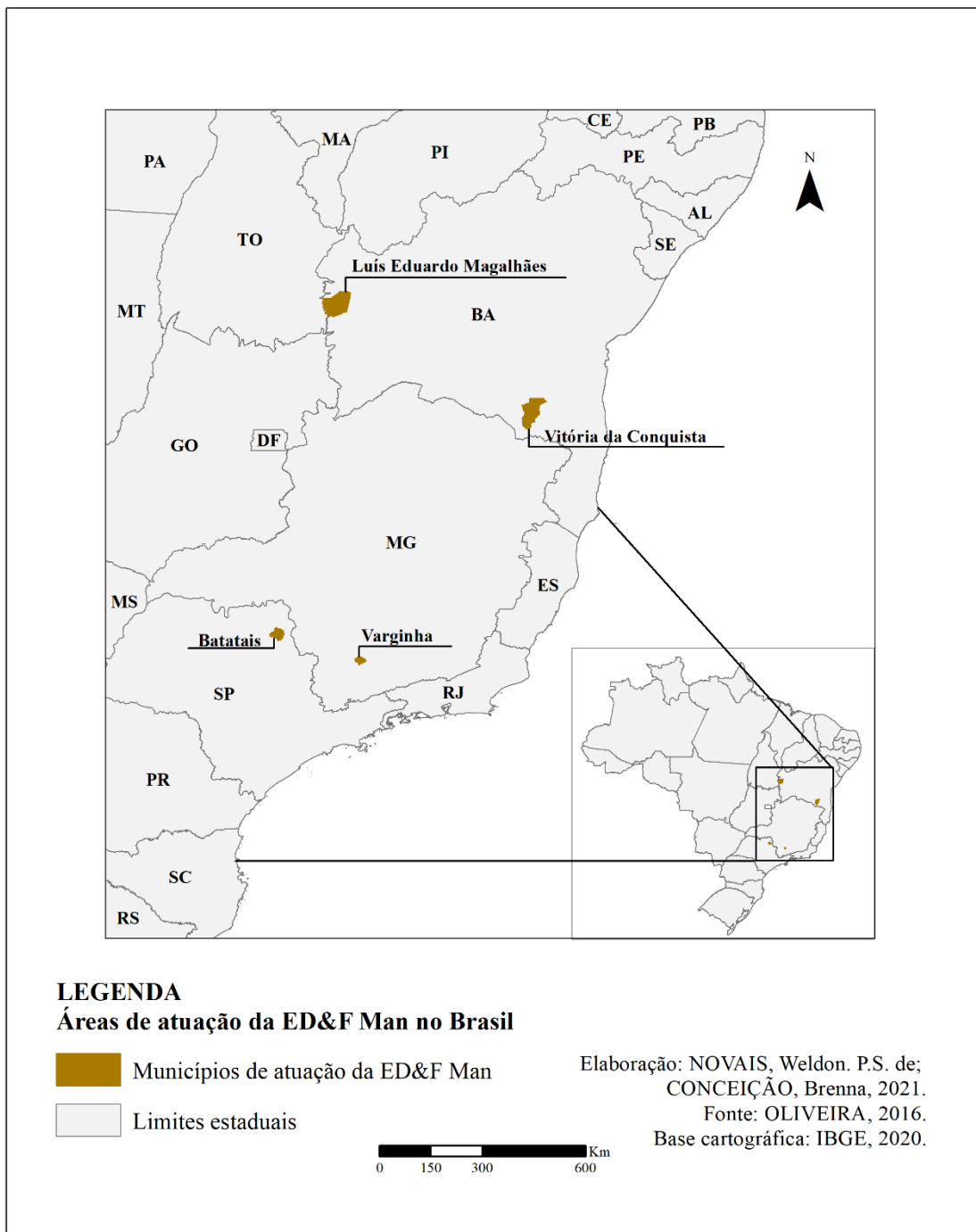
O negócio de café da ED&F MAN é operado pela Volcafé, uma divisão da empresa responsável pelo comércio de café desde 1851, com unidades presentes nos principais países produtores: Brasil, Costa Rica e Vietnã. A empresa é especialista na compra do grão para exportação, está entre as três principais comerciantes mundiais do setor, é responsável pelo fornecimento de 12% do mercado internacional, porcentagem equivalente à produção de 80 bilhões de xícaras de café ao ano, e é uma fornecedora-chave das principais empresas globais de torrefação, como por exemplo, a Starbucks e Nestlé¹⁰⁷.

No Brasil, é uma das principais responsáveis pela exportação de café para diversos países do mundo. O produto exportado é armazenado por meio das diversas unidades distribuídas pelas principais áreas produtoras: Varginha-MG, Batataí-SP, Luís Eduardo Magalhães-BA e Vitória da Conquista-BA (OLIVEIRA, 2016).

¹⁰⁶ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: ED&F MAN, ANNUAL REPORT, 2020.

¹⁰⁷ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: ED&F MAN, ANNUAL REPORT, 2020.

Mapa 9: Principais unidades/escritórios da ED&F Man no Brasil



Além dessas unidades exportadoras instaladas estrategicamente em três dos maiores estados produtores de café do país, a empresa ainda conta com uma unidade na cidade de Santos-SP. Essa unidade na cidade santista cumpre basicamente duas funções: receber o café

das outras unidades, comprado direto do produtor daquelas regiões, como também, comprar café diretamente dos corretores de Santos-SP, para adquirir esse grão de outras regiões produtoras que a empresa não está alocada. No final, esse café vai para o porto da cidade e é destinado para várias multinacionais de torrefação nos Estados Unidos e vários países da Europa e da Ásia.

A forma que a ED&F MAN encontrou para captar investimentos para aplicação nos seus negócios, inclusive no comércio de café no Brasil, foi se transformando em um *player* do mercado financeiro. Nesse sentido, ao invés de tomar uma posição passiva no mercado financeiro e vender ações da empresa, a multinacional decidiu criar sua própria corretora de valores para captar recursos e gerenciar operações nas bolsas de valores e mercados futuros e, assim, obter lucro com essa forma de prestação de serviço financeiro. O braço financeiro da empresa criado para desempenhar essa função é o “ED&F Man Capital Markets”.

De modo mais detalhado, pode-se assinalar que a ED&F Man Capital Markets é uma corretora financeira global e uma divisão de serviços financeiros da ED&F Man Group. A corretora oferece acesso direto aos mercados globais de uma gama de classes de ativos, tais como: metais e commodities agrícolas, renda fixa, ações, futuros e opção. A rede global de escritórios está presente em diversos centros econômicos, Chicago, Dubai, Sydney, Hong Kong, Londres, Miami e Nova Iorque. Além disso, é membro das principais bolsas globais¹⁰⁸. No Brasil, a ED&F Man Capital Markets opera por meio da ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (DTVM), oferecendo acesso ao mercado de capitais local. A estratégia está em conformidade com o objetivo de expansão do portfólio de serviços financeiros da empresa e sua relação com o mercado físico de commodities existente¹⁰⁹.

Esse mecanismo que associa a experiência de atuar no mercado global de *commodities* como uma vantagem para especular com derivativos agrícolas, é o mesmo utilizado pelos serviços financeiros da Olam e da Cofco vistos anteriormente. Além disso, com a criação da sua própria corretora de valores, a ED&F Man Capital amplia seus negócios para além do mercado físico de produtos agrícolas, e passa a atuar, também, como uma instituição financeira que especula com derivativos nas bolsas de valores e mercados futuros. Mais uma vez, observa-se que os negócios com café ou qualquer outra atividade agrícola dessas multinacionais, estão

¹⁰⁸Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.edfmancapital.com/index.php/about-us/>. Acesso em junho de 2021.

¹⁰⁹ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://edfmancapital.com.br/>. Acesso em setembro de 2021.

cada vez mais subordinadas à dinâmica da financeirização, visto que o ativo em si da empresa pouco a pouco vai se transformando em um negócio secundário e dependente da atividade comercial financeira em expansão.

Conforme foi visto, parte do retorno financeiro obtido nessas operações é revestida em investimento para o comércio físico de *commodities* da ED&F Man, inclusive para comércio de café no Brasil. Dessa forma, a atuação no mercado como especulador financeiro garante uma forma de capitalização da renda que retorna para cadeia global em forma de financiamento para o mercado físico dessa *commodity* no país. Portanto, é importante reportar ao mapa 9 para pontuar que o mesmo ilustra a espacialização da ED&F Man nas áreas produtoras do Brasil, como também, demonstra a financeirização do espaço do café, pois a presença da empresa nessas áreas produtoras é mediada pelo capital fictício produzido pelo próprio braço financeiro da empresa, ED&F Man Capital, que adianta valores fictícios na esfera financeira e retorna na esfera do comércio de café da empresa para lastrear parte do valor futuro prometido nas jogatinas do mercado financeiro.

A multinacional Louis Dreyfus Company (LDC) é outra importante exportadora mundial de café que atua no Brasil. A empresa faz parte das quatro maiores multinacionais que dominam o comércio mundial de *commodities* e alimentos em geral, chamado de “ABCD”, A- Archer Daniels Midland (ADM), B- Bunge, C- Cargil e D- Dreyfus (LDC).

A Louis Dreyfus Company (LDC) é de origem francesa (hoje em dia possui sede em Roterdan-Holanda) e atua no mercado desde 1851. Atualmente opera no comércio e processamento global de produtos agrícolas, operando uma rede significativa de ativos em mais de 100 países. As atividades do grupo se estendem por toda a cadeia de valor, da fazenda à mesa, ofertando em sua plataforma um portfólio de produtos diversificado, conforme é possível observar na figura abaixo¹¹⁰:

¹¹⁰ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: LOUIS DREYFUS COMPANY FINANCIAL REPORT AND AUDITED CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS, 2020.

Figura 6: Portfólio da LDC-visão geral

Diversified Portfolio		Merchandizing, risk management & an asset medium growth strategy		LDC
	Product Range	Latest Sustainability Initiatives	Market Position*	
 Grains & Oilseeds	<ul style="list-style-type: none"> Merchandizing of wheat, corn, sorghum, barley, rye, oats, dried distillers' grains and corn-based ethanol Primary processing & merchandizing of soybeans, soybean meal & oil, seeds, palm oil, biodiesel, glycerin, lecithin 	<ul style="list-style-type: none"> Launched preferential financing line to incentivize soy producers not to convert native vegetation Only 0.25% of LDC's total Brazil-sourced soy comes from areas of the Cerrado identified as high-priority for conservation efforts 	<ul style="list-style-type: none"> One of the largest oilseeds merchandizers A leading merchandizer of wheat, barley & corn 	
 Juice	Production and merchandizing of orange, lime, lemon and apple juices, oils and by-products	<ul style="list-style-type: none"> Long-term green financing with sustainability-linked mechanism 35,000 native trees planted at LDC-managed citrus farms in 2019 	<ul style="list-style-type: none"> One of top 3 orange juice processors and merchandizers 	
 Freight	Ocean transportation solutions to support LDC's global commodity activities, as well as for third parties	<ul style="list-style-type: none"> Continued reduction in CO₂ emissions since 2017 Set a 15% target reduction for LDC fleet emissions per ton-mile for 2022 compared to 2017, using EVDI and EEOI measurements 	Support platform	
 Global Markets	Foreign exchange and interest rate risk management support for LDC's global commodity activities		Support platform	
 Cotton	Merchandizing of upland saw ginned cotton, pima and extra long staple	Trained 10,000 farmers in Maharashtra, India, and +85,000 farmers in Zambia, in sustainable agricultural practices	Leading market positions in the US, Brazil and Australia	
 Coffee	Merchandizing and blending of major Arabica and Robusta varieties	Supported the production of 1.6 million, 60kg-bags of certified or verified coffee in 2019 across LDC's main origins: Brazil, Colombia, Ethiopia, Honduras, Indonesia, Mexico, Uganda and Vietnam	One of the top 5 coffee merchandizers	
 Sugar	Merchandizing of raw and white sugar and ethanol, refining of raw sugar	Volumes of Bonsucro-certified sugar purchased and merchandized increased five-fold between 2017 and 2019	One of the top 3 sugar merchandizers	
 Rice	Merchandizing of brown and milled rice	Organized initial investigation into LDC supplier practices in some rice-producing areas of Thailand and Vietnam, following potential concerns about labor-related human rights	Top private rice merchandizer	
Legend: ■ Value Chain Segment ■ Merchandizing Segment				6
				(*) LDC's estimation by volume

Fonte: LOUIS DREYFUS COMPANY B.V. H1 2020 Financial Highlights, 2020, p.06.

A LDC opera um portfólio diversificado corresponde à estratégia da empresa em gerenciamento de risco e crescimento de ativos. Com base nesses fundamentos, comercializa grãos e oleaginosas por meio de processamento primário e comercialização de soja, sementes, óleo de palma, biodiesel etc., comercializa laranja, lima, sucos, algodão, açúcar e arroz. Além disso, atua no sistema logístico para escoamento de grãos e mercadorias em gerais, nesse caso, possui uma frota de transporte marítimo para viabilizar o comércio internacional da empresa.¹¹¹

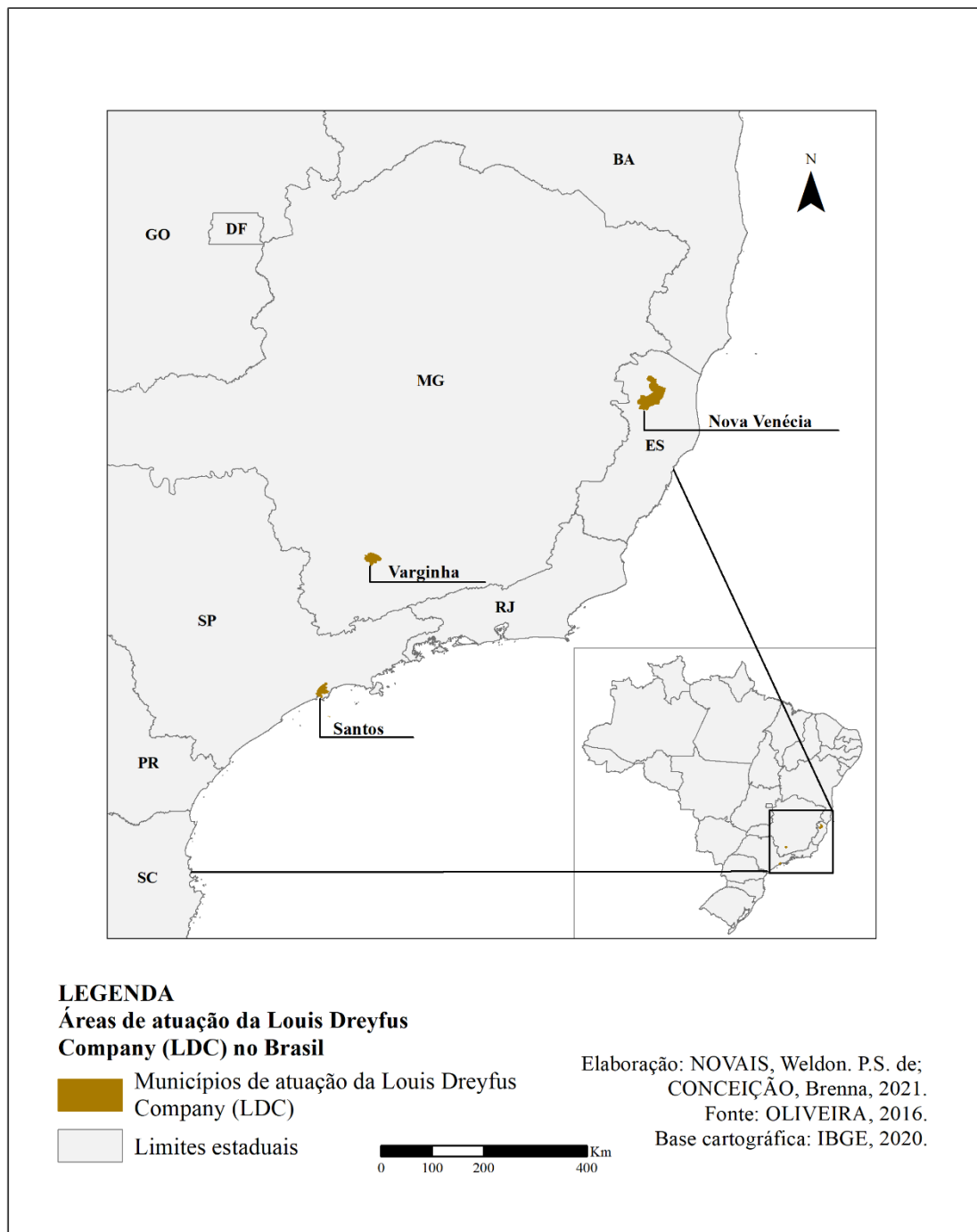
No caso do comércio internacional de café, a LDC ocupa posição de destaque, estando entre uma das cinco maiores exportadoras mundiais dessa *commodity*. Presente em mais de 11 países produtores, dentre eles, Brasil, Colômbia, Etiópia e México, a empresa opera no mercado cafeeiro a mais de três décadas, e é responsável pelo fornecimento das principais qualidades de café arábica e robusta para torrefadoras e multinacionais de alimentos localizados nos Estados

¹¹¹ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: LOUIS DREYFUS COMPANY B.V. H1 2020 Financial Highlights, 2020.

Unidos, países da Europa e da Ásia¹¹². O mapa abaixo demonstra a distribuição geográfica das unidades exportadoras da empresa no país:

¹¹² Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www ldc.com/who-we-are/about-us/our-business-lines/coffee/>. Acesso em agosto de 2021.

Mapa 10: Área de atuação da LDC no Brasil



No Brasil, a empresa possui unidades de café localizadas em Venécia-ES e Varginha-MG, respectivamente situadas em uma das principais áreas de produção de café robusta e arábica do país. Estrategicamente, possui uma unidade operadora na cidade de Santos-SP, onde está localizado o Porto de Santos. De modo geral, a especialização das unidades exportadoras

da LDC segue a mesma lógica de comercialização das outras exportadoras mencionadas, Olam, Cofco e ED&F Man.

A forma de financeirização da LDC se dá de duas formas: pela participação acionária e atuando como *player* no mercado financeiro. A LDC está listada na bolsa de valores de Luxemburgo como forma de captação de investimentos financeiros¹¹³. O principal acionista da empresa é a ADQ de Abu Dhabi que possui 45% das ações. O acordo entre as partes foi firmado no final de 2021. A ADQ é uma das maiores *Holdings* dos Emirados Árabes e possui investimentos financeiros em mais de 90 empresas pelo mundo, abrangendo assim, um portfólio diversificado, incluindo investimentos em energia, produtos farmacêuticos e agronegócio em geral¹¹⁴. Em outras palavras, isso significa que a ADQ é o maior investidor da LDC e que, portanto, é também responsável por financiar o comércio de café da empresa no Brasil. Nesse sentido, me parece necessário reportar ao mapa 10 para pontuar mais um evento de financeirização do espaço do café, baseado na lógica de reprodução fictícia de capital por meio de ações na bolsa, e sublinhar o papel da *Holding* dos Emirados Árabes como a principal financiadora da atividade comercial cafeeira da LDC nessas áreas produtoras.

A outra forma de financeirização da LDC é por meio do braço financeiro da empresa denominado de “Global Markets Platform (GMP)”. O GMP é um fundo de investimento com recursos da própria empresa que tem por finalidade operar no mercado financeiro por meio de vários instrumentos, tais como: operação com câmbio, hedge, títulos de renda fixa, ações e derivativos. A plataforma tem presença global distribuída geograficamente por diversas cidades estratégicas do ponto de vista financeiro: São Paulo, Buenos Aires, Nova York, Genebra, Xangai e Cingapura, gerenciando desse modo, quase 30 moedas diferentes¹¹⁵. A LDC, nessa situação, assume a função de *player* no mundo das finanças para especular com diversos instrumentos financeiros, atuando assim, para além do mercado físico de café e demais produtos agrícolas. O desdobramento lógico desse mecanismo é semelhante ao que foi demonstrado nas outras multinacionais, isto é, a empresa passa a subordinar cada vez mais o comércio físico de café e demais *commodities* aos negócios de especulação financeira. Isso acontece porque é o *modus operandi* da financeirização, ou seja, assumir o comando do processo de acumulação de capital no setor.

¹¹³ Informações obtidas no site oficial da LDC e no próprio site da bolsa de Luxemburgo. Disponível em: <https://www.bourse.lu/issuer/LouisDreyComp/69789>. Acesso em julho de 2021.

¹¹⁴ Informações obtidas no site oficial da LDC. Disponível em: <https://www ldc.com/press-releases/louis-dreyfus-company-completes-strategic-partnership-agreement-with-adq/>. Acesso em outubro de 2022.

¹¹⁵ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www ldc.com/who-we-are/about-us/our-business-lines/global-markets/>. Acesso em julho de 2021.

A Global Markets Platform conta ainda com *traders* especializados nos principais mercados de *commodities*. Esses profissionais têm vasta experiência em operações com derivativos dos principais mercados que a LDC atua, como café, algodão e açúcar. No Brasil, esses profissionais atuam no escritório em São Paulo e são especializados no mercado de café. Dessa forma, são responsáveis por operações diárias com papéis de café no mercado financeiro¹¹⁶. Essa situação relaciona diretamente o mercado físico e futuro de café, pois a função desse *trader* é operar financeiramente com derivativos de café, buscando obter lucro com essas atividades especulativas na esfera financeira, para que depois, parte da renda capitalizada em forma de capital fictício retorne para o comércio de café da LDC no Brasil para lastrear parte do valor futuro prometido nessas operações financeiras.

De modo geral, pode-se constatar que as principais exportadoras de café no Brasil são estrangeiras e possuem forte vínculo com o capital fictício. Essas empresas não comercializam apenas café, mas inúmeras outras *commodities* e produtos, compondo assim, um portfólio variado, configuração ideal para atrair investidores financeiros para comprar as ações dessas empresas. O portfólio diversificado fez com essas empresas se organizassem em várias subsidiárias, para que cada grupo de ativo e/ou produto negociado ficasse sob a responsabilidade desse braço da empresa/grupo. Verificou-se que nas exportadoras mencionadas há certa predominância de investimentos financeiros oriundos da China, Cingapura e Japão. Nesse sentido, a maior parte do café no Brasil comprado por essas empresas é controlada pelo capital financeiro asiático (e a maior parte desse café é vendido para os EUA e alguns países da Europa). A título de demonstração, foi visto que a Temasek (fundo de investimento de Cingapura) é acionista da OLAM e da COFCO, duas das maiores exportadoras de café no Brasil. Nesse contexto, sujeitos que não possuíam relação direta com o comércio dessa *commodity* passaram a comandar o setor.

A financeirização das multinacionais de exportação do café revela, portanto, o poder dos acionistas diante dessas empresas, cada vez mais subordinadas aos interesses do capital fictício e, nesse aspecto, as exportadoras passaram a operar para maximizar o lucro dos acionistas. Verificou-se ainda que outra forma de financeirização dessas empresas se dá por meio da criação de um braço financeiro para atuar como *player* no mundo das finanças, especulando com derivativos agrícolas. De certo modo, isso possibilitou que, nessa função, as multinacionais dessem um salto na escala geográfica de atuação assumindo o papel de principal agente econômico e financeiro na cadeia global de valor dessa *commodity*.

¹¹⁶Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www ldc.com/br/pt/careers/professional-areas/trading/>. Acesso em outubro de 2022.

Por fim, verifica-se que os negócios de café dessas multinacionais estão cada vez mais subordinados aos mecanismos da financeirização, seja pela pressão dos acionistas, seja pela atuação da própria empresa como *player* no mundo das finanças. Nos dois casos, o ativo principal, o café, torna-se um negócio secundário cada vez mais dependente das finanças. O desdobramento dessa lógica é a financeirização do espaço do café por meio dessa dinâmica especulativa financeira, fazendo com que o capital fictício penetre nesses espaços de comercialização de café das multinacionais como forma de lastrear parte do lucro futuro prometido nas bolsas de valores e mercados futuros.

4.3. A financeirização das torrefadoras de café no Brasil

Já foi reportado que o Brasil é o segundo maior consumidor mundial de café, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Essa posição que o país ocupa no mercado global dessa *commodity* é o principal atrativo para que algumas das mais importantes multinacionais de torrefação do setor despertem interesse pelo mercado cafeeiro nacional. A maior parte das filiais dessas empresas presentes no Brasil é de países do Norte e operam basicamente com o processamento industrial do café, ou seja, o grão é torrado, moído e empacotado para ser comercializado no comércio atacado e a varejo. De modo geral, pode-se dizer que essas torrefadoras são responsáveis pela compra do café das exportadoras que atuam no país para industrializar o produto e abastecer o mercado doméstico. Nesse contexto, destaca-se o processo de financeirização dessas torrefadoras, que tal como as exportadoras estão cada vez mais dependentes da dinâmica especulativa do capital fictício.

A respeito disso, descobri ao longo do caminho de investigação que a financeirização dessas multinacionais de torrefação se dá, necessariamente, por meio da venda de ações das empresas nas bolsas de valores como forma de captar investimentos financeiros. Por conta disso, a atividade do torrefador está cada vez mais subordinada à financeirização, em especial, ao poder financeiro dos acionistas, uma vez que parte do lucro futuro da empresa que ainda nem existe já está comprometido com esses investidores que aplicaram na bolsa e esperam por retorno. De todo forma, é o caráter especulativo financeiro que vai tomando conta dessa etapa da cadeia global de valor e, sendo assim, o processo de industrialização do café torna-se um elemento secundário dessa dinâmica, subordinado aos interesses especulativos dos acionistas nas bolsas valores. Portanto, também como no caso das exportadoras, a indústria de torrefação passou a operar com a finalidade de maximizar o lucro dos acionistas e permitiu que sujeitos

que não são do setor cafeeiro passassem a comandar os negócios de torrefação dessa *commodity* no país.

A financeirização dessas empresas não fez apenas elas ficarem cada vez mais dependentes dos acionistas, como também, intensificou o processo de fusão/aquisição de marcas, no sentido de que torrefadoras de médio e pequeno porte nacional fossem compradas pelas multinacionais de torrefação. O resultado dessa dinâmica em curso é o aumento da concentração e monopolização da indústria de café no Brasil.

Com base nesses elementos apontados, identifiquei a financeirização de quatro multinacionais de torrefação de café que atuam no Brasil: Jacobs Douwe Egberts – JDE, Nestlé, Starbucks e Três Corações. A análise seguinte descreve a financeirização dessas torrefadoras revelando os seus principais acionistas que são, na verdade, os sujeitos que comandam essas empresas por meio do poder acionário.

A JACOBS DOUWE Egberts (JDE) faz parte do grupo holandês JDE Peet's. Presente no mercado a mais de 265 anos, ela é reconhecida por ser uma das principais empresas do mercado global de café e chá, atuando em mais de 100 países por meio de mais de 50 marcas, como por exemplo, Jacobs, Senseo, Tassimo, Douwe Egberts, OldTown, Super, Pickwick, e Moccona¹¹⁷. A figura abaixo ilustra as principais marcas que integram esse portfólio:

¹¹⁷Informações obtidas no site oficial do grupo. Disponível em: <https://www.jdepeets.com/brands>, <https://www.jacobsdouweegberts.com/about-us/> e <https://careers-br.jacobsdouweegberts.com/pt-br/who-we-are/>. Acesso em junho de 2021.

Figura 7: Portfólio da JDE Peet's



Fonte: JDE Peet's Annual Reports, 2020, p.07.

No Brasil, a JDE opera por meio das marcas L'OR, Café Pilão, Café do Ponto, Damasco, Café Pelé, Moka, Cabloco, Senseo e Café Bom Taí¹¹⁸. Muitas dessas marcas são, na verdade, torrefadoras brasileiras de pequeno e médio porte que foram compradas por essa multinacional holandesa nos anos 2000, como estratégia comercial de ampliar o campo de atuação da empresa no mercado cafeeiro nacional.

O Café Caboclo é uma conhecida torrefadora da cidade de Jundiaí-SP que atua a mais de 80 anos no mercado brasileiro. O café torrado e moído da empresa é comercializado em diversas regiões do país: Sudeste, Sul e parte do Nordeste e Centro-Oeste. A JDE comprou essa torrefadora nos anos 2000. O Café Damasco é uma torrefadora originária da cidade de Curitiba-PR e opera com café torrado e moído desde os anos de 1960. Em 2010 foi adquirida pela JDE e, desde então, passou a fazer parte do portfólio da empresa. O Café do Ponto foi fundado em 1950 em São Paulo-SP e assumiu a posição de destaque como indústria de torrefação e moagem no estado paulistano. Algumas décadas depois, a empresa expandiu seus negócios abrindo cafeterias da marca “Café do Ponto” no estado de São Paulo. Nos anos 2000 foi comprada pela JDE. O Café Pelé iniciou suas atividades de torrefação e moagem nos anos de 1970, na cidade de Londrina-PR. A marca opera com café torrado, moído e solúvel no mercado interno e externo. É importante reportar que a atividade de exportação é apenas uma atividade secundária da empresa, já que sua principal atividade está concentrada no mercado doméstico do Brasil. A JDE comprou a empresa em 2017. Por fim, o Café Pilão fundado em 1978 na cidade de Barueri-

¹¹⁸ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://careers-br.jacobsdouweegberts.com/pt-BR>. Acesso em março de 2022.

SP opera com torrefação e moagem e produção de café solúvel e em cápsula. A marca é reconhecida não só em São Paulo, mas também, em diversas regiões brasileiras. A empresa foi vendida para JDE nos anos 2000¹¹⁹.

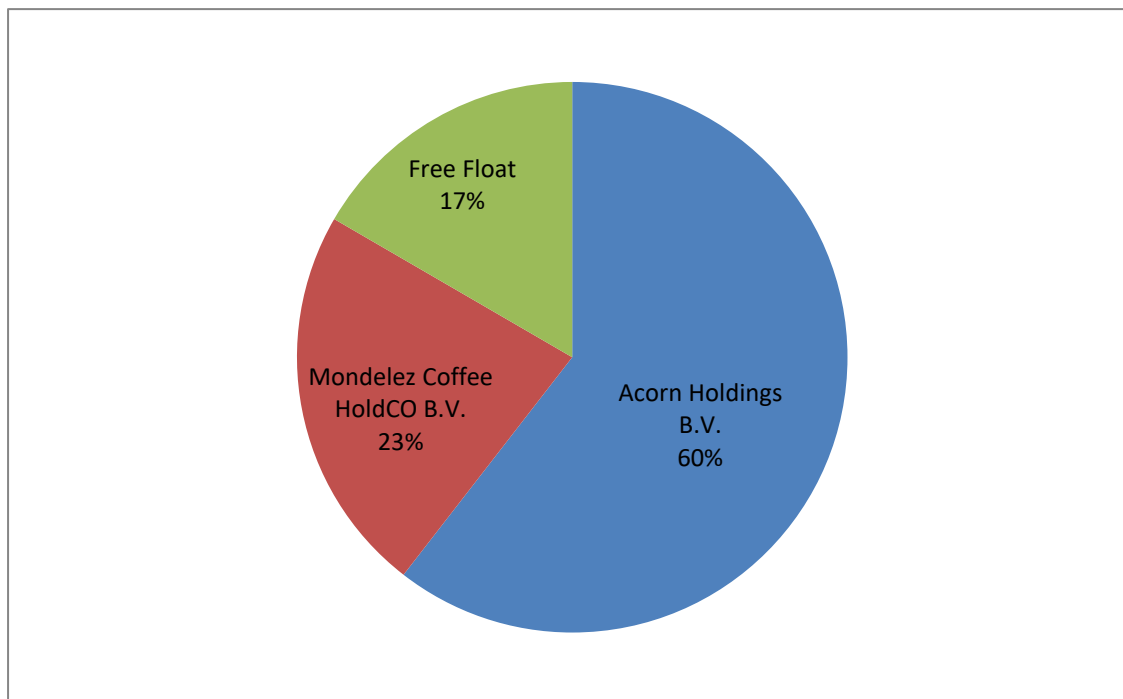
Todo esse investimento da JDE para a aquisição de várias torrefadoras brasileiras é garantido pelo financiamento de investidores estratégicos que aplicam nas ações dessa multinacional. A JDE possui capital aberto para negociação em bolsas de valores da Europa. A empresa é listada e negocia na Euronext Bolsa de Valores de Amsterdã e as ações ordinárias da JDE são negociadas na Bolsa de Opções Europeia em Amsterdã – Euronext.Liffe¹²⁰. É necessário pontuar que Jacobs Douwe Egberts (JDE) foi criada da fusão de duas grandes empresas mundiais de café: Mondelez Internacional (MCHBV) com a DE Master Blenders. Nessa transação, a Mondelez ficou com uma participação acionária de 44% e a Acorn Holding B.V. (AHBV) proprietária da DE Master Blenders com 56%¹²¹. O processo de fusão que deu origem para essa multinacional é uma das dimensões da financeirização, que promove a concentração de capitais e fortalece o movimento de monopolização. Sendo assim, após essa fusão, a JDE se colocou entre as cinco maiores torrefadoras de café do mundo, que juntas são responsáveis por controlar mais de 60% desse mercado global.

Com base nessas premissas, a estrutura societária/acionária da JDE está organizada da seguinte forma:

¹¹⁹ Informações obtidas no site oficial das empresas.

¹²⁰ Informações obtidas no relatório da empresa: JDE Peet's Annual Reports, 2020.

¹²¹ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.jacobsdouweegberts.com/company-news/mondelez-international-and-d.e-master-blenders-1753-complete-coffee-transactions/>. Acesso em abril de 2022.

Gráfico 23: Principais acionistas da JDE

Fonte: JDE Peet's Annual Reports, 2020, p.102.

Organização e elaboração: NOVAIS, Weldon P.S.de, 2022.

*Percentuais aproximados.

Atualmente, os dois principais acionistas da JDE são: Acorn Holdings B.V. e Mondelez Coffee HoldCO B.V. (MCHBV), respectivamente, com 60,5% e 22,87% do capital social emitido e em circulação da empresa. O *free float*¹²² representa aproximadamente 17% desse capital social.

É importante reportar que a Acorn Holdings B.V., acionista majoritário da JDE, é de propriedade de investidores liderados pela JAB Holding Company em parceria com BDT Capital Partners, Quadrant Capital Advisors e Société Familiale d'investissements. De origem alemã, a JAB Holding Company é uma empresa de investimento global com ênfase em bens e consumo. Atualmente possui escritórios de investimentos em Washington DC, Londres, Amsterdã, São Paulo, Luxemburgo e Mannhei. A JAB Holding Company junto com a JAB Consumer Fund (JCF) ou Fundo de Consumo JAB, somada a co-investidores, é referenciada pela denominação de JAB¹²³. Isso significa que, na verdade, o acionista majoritário da JDE é a JAB que investe na empresa por meio da Acorn Holdings B.V. Essa dinâmica de controle

¹²² É um termo utilizado no mercado financeiro para indicar que determinado porcentual de ações da empresa na bolsa está à livre negociação no mercado para o público em geral. Consultar em (JDE Peet's Annual Reports, 2020).

¹²³ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em <https://www.jabholco.com/#aboutUs>. Acesso em julho de 2021.

acionário demonstra a complexidade envolvida nos processos de financeirização dessas empresas, compostos por fusões/aquisições e, até mesmo, acionistas que são intermediários de outros investidores.

Em síntese, pode-se concluir que as indústrias de torrefação e moagem de café no Brasil que foram compradas pela holandesa JED, na verdade, pertencem a JAB, acionista majoritário responsável pelos investimentos financeiros e pelo controle das tomadas de decisões das atividades comerciais dessas torrefadoras. Diante disso, essas empresas que operam na industrialização dessa *commodity* no mercado nacional estão cada vez mais subordinadas ao processo de financeirização. Nesse caso, o capital fictício passa a mediar o processo de acumulação de capital nessas torrefadoras, no sentido de que a JAB na posição de detentora da JED, pressiona pelo aumento dos lucros com as atividades industriais de café no Brasil, para que assim, possa capturar parte do lucro futuro prometido nas ações da empresa. É dessa forma que as multinacionais de torrefação de café no país passam a operar para maximizar o lucro dos acionistas, tornando-se assim, as principais intermediárias do capital fictício nessa etapa da cadeia global de valor.

Outro ponto marcante no processo de financeirização da JED é a compra do Café Pilão, Café do Ponto, Café Damasco, Café Pelé e Café Caboclo. Essas torrefadoras não conseguiram competir no mercado nacional com a multinacional holandesa e, por conta disso, foram compradas (“engolidas”) por ela. A JDE comprou essas empresas para atender aos interesses dos acionistas, visando à ampliação do portfólio da empresa para, assim, gerar expectativa pelo crescimento do lucro futuro. Fez isso de forma muito estratégica, apropriando-se de torrefadoras que possuíam marcas locais/regionais bem consolidadas e que, portanto, já faziam parte do gosto desses consumidores. Essa estratégia se assemelha com a compra do “Guaraná Jesus” do Maranhão pela Coca-Cola¹²⁴, como forma de se apropriar de uma marca consolidada naquele estado. Desse modo, o desdobramento dessa dinâmica financeira é a concentração e monopolização do setor de torrefação e moagem por multinacionais do setor vinculadas ao capital fictício.

No entanto, é preciso sublinhar que do ponto de vista da dinâmica capitalista, esse movimento de aquisição representa uma das dimensões da crise do capitalismo financeirizado, de modo que a compra dessas empresas não representa o aumento da produção de valor na

¹²⁴ O Maranhão era o único estado brasileiro onde a Coca-Cola não dominava as vendas, devido a “paixão” dos maranhenses pelo refrigerante produzido em seu estado. Depois de diversas tentativas e Coca-Cola comprou a empresa local. Para maiores informações sobre o assunto consulte a reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2016/06/marca-da-coca-cola-desde-2001-guarana-jesus-vira-aposta-premium.html>. Acesso em janeiro de 2023.

economia cafeeira, pois a JED se apropriou de um valor já existente. Na prática, isso demonstra também que a financeirização provocou o limite do “ajuste espacial” (HARVEY, 2005), já que nesse caso, o capital não conseguiu promover uma expansão espacial na economia cafeeira, como aquela ocorrida na década de 1970, tendo em vista que a financeirização fez com que o capital fictício se apropriasse do espaço capitalista já produzido, como forma de absorver parte do valor futuro prometido na esfera financeira. Essa é mais uma forma pela qual o capital passou a consumir o futuro da produção capitalista do espaço no agronegócio do café no Brasil.

A outra multinacional que fez parte desta análise foi a Nestlé, uma das maiores torrefadoras mundiais que está presente no Brasil. Mas, os negócios da empresa não se limitam apenas ao café, já que essa multinacional ocupa lugar de destaque no mercado global de alimentos. De origem suíça, a empresa possui mais de 150 anos de existência e, atualmente, possui mais de 2.000 mil marcas negociadas no mercado global de 186 países. O portfólio cobre as categorias de alimentos para bebê, água engarrafada, café, cereais, chocolate e confeitaria, alimentos culinários, resfriados e congelados, laticínios, bebidas, serviço de alimentação, sorvete e clínica de cuidado com animais domésticos¹²⁵.

No Brasil, o grupo opera por meio das empresas Nestlé Brasil, Nestlé Waters, Garoto, Dairy Partners Americas Brasil – DPA e Cereal Partners Worldwilde. Com sede em São Paulo-SP, possui 31 fábricas instaladas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Goiás Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santos. O portfólio é composto por 117 marcas em diferentes segmentos, tais como: café, achocolatado, água, biscoitos, lácteos, nutrição infantil entre outros. A principal forma de comercialização dos produtos do grupo no país é por meio de supermercados e hipermercados. No ramo do café atua com as seguintes marcas no país: Nescafé, Nescafé 3 em 1, Nescafé Cappuccino, Nescafé Classic, Nescafé Decaff, Nescafé Dolce Gusto, Nescafé Gold e Nespresso¹²⁶. Essas marcas da empresa têm alcance nacional, pois são distribuídas para comercialização em supermercados de todas as regiões brasileiras, sendo, portanto, reconhecidas nacionalmente pelos consumidores. Desse modo, a Nestlé expande seus negócios com café por todo território nacional.

Com objetivo de ampliar ainda mais os negócios de café no Brasil, o Grupo Nestlé fez uma parceria com a empresa Starbucks e lançou em 2019 a linha de cafés denominada de “Starbucks At Home”. A linha é composta por 15 produtos classificados da seguinte forma: 6

¹²⁵Informações Obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.nestle.com/aboutus/overview/ourbrands>. Acesso em julho de 2021.

¹²⁶ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: NESTLÉ, RELATÓRIO 2012 e no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.nestle.com/aboutus/overview/ourbrands>. Acesso em julho de 2021.

variedades de cápsulas do sistema Nespresso, 6 variedades do sistema Nescafé Dolce Gusto e 3 opções de café torrado e moído. As linhas mantêm a lógica de produção da Starbucks com café arábica de excelência – *gourmet* e especial. O propósito é proporcionar ao consumidor a experiência de poder tomar um café Starbucks em casa¹²⁷. A parceria firmada entre essas duas multinacionais é mais uma forma pela qual essas empresas se articulam para concentrar e monopolizar o setor de torrefação e moagem de café no Brasil, cada vez mais centralizado nas mãos dessas multinacionais que expandem seus negócios no país.

A atuação expansionista dessa multinacional no mercado cafeeiro brasileiro é financiada pelos acionistas da empresa. A sede da Nestlé S.A. está em Vevey e Cham na Suíça. As ações estão listadas na bolsa de valores da Suíça “SIX Swiss Exchange”. O símbolo da ação da Nestlé é NESN. A empresa possui o chamado ADR (American Depositary Receipt), um título negociável dos EUA, cotado e negociado em dólares no mercado de valores mobiliários estadunidense. Os ADRs foram projetados para facilitar operações financeiras de títulos não americanos por investidores dos EUA. O Banco depositário dos ADRs da Nestlé é o Citibank, NA. A ADR da Nestlé é negociada no mercado de balcão dos Estados Unidos e o símbolo de negociação é NSRGY¹²⁸.

A Nestlé pulveriza suas ações na bolsa, ou seja, possui muitos acionistas. Nesse sentido, os acionistas mais significativos da empresa são: BlackRock, Inc., New York que possui direta e indiretamente 4,97% do capital social da Nestlé; e The Capital Group Companies, Inc.; Los Angeles, detento em torno de 3,55% do capital social da empresa¹²⁹. Esses principais acionistas da Nestlé fazem parte do grupo de maiores fundos de investimento do mundo. Logo, os investimentos financeiros na Nestlé, inclusive com o café no Brasil, são financiados por esses fundos internacionais que não são do setor cafeeiro, revelando assim, mais um evento em que sujeitos que não são do setor passam a ocupar papéis de relevância na tomada de decisões da empresa. Levando em consideração a importância desses dois investidores que financiam a indústria de torrefação e moagem de café no Brasil por meio da Nestlé, julgo necessário realizar uma breve descrição sobre cada um deles para saber quem são esses sujeitos por trás dessas aplicações financeiras.

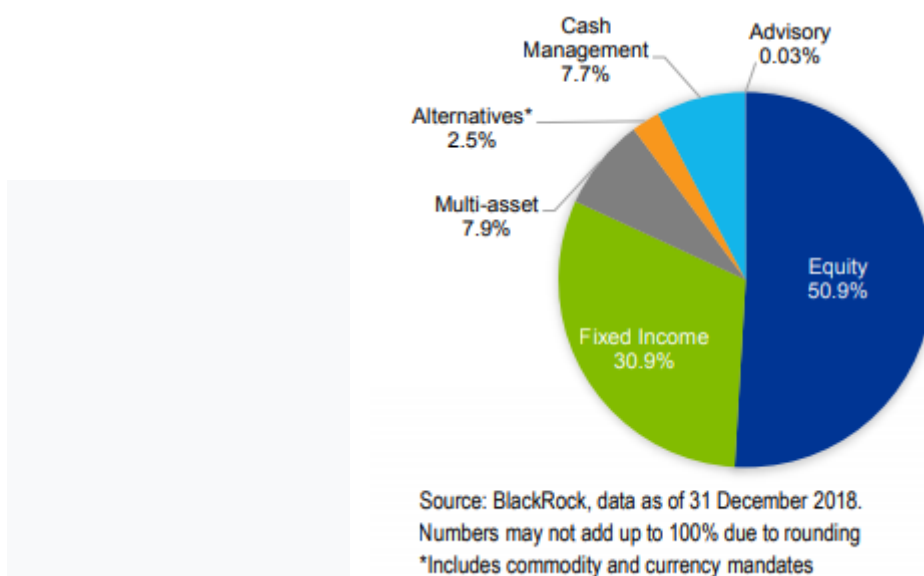
¹²⁷Informações obtidas no site oficial da Nestlé. Disponível em: <https://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/nestle-lanca-cafes-starbucks-at-home>. Acesso em agosto de 2021.

¹²⁸Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.nestle.com/investors/sharesadrsbonds>. Acesso em julho de 2021.

¹²⁹ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: NESTLÉ CORPORATION GOVERNANCE REPORT, COMPESATION REPORT, FINANCIAL STATEMENTS, 2020.

A BlackRock é conhecida como um dos maiores fundos de investimento do mundo. A instituição financeira foi fundada em 1988 em Nova Iorque nos Estados Unidos e em 1999 foi listada na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE) sob o símbolo BLK. Os centros de investimentos estão distribuídos geograficamente por 25 cidades, incluindo Nova Iorque, Londres, São Francisco, Tóquio e Hong Kong, atuando dessa forma, nos principais mercados globais de capitais. Na qualidade de uma empresa independente, ou seja, sem acionista majoritário, possui US \$5.97 (€5.22) trilhões de ativos sob sua gestão¹³⁰. O gráfico abaixo ilustra a visão geral dos ativos desse fundo:

Gráfico 24: Visão geral da gestão dos ativos da Blackrock



Fonte: BlackRock, ViewPoint, February, 2019.

De acordo com o gráfico acima é possível verificar que a plataforma de gestão de riscos da BlackRock é distribuída do seguinte modo: 50,9% de capital próprio, 30,9% em renda fixa, 7,9% de multi-ativos, 7,7% de gestão de dinheiro, 0,3% em consultivo e 2,5% em ativos alternativos que inclui operações com commodities e moedas.

No Brasil, a BlackRock opera na BM&FBOVESPA por meio do instrumento financeiro chamado de “iShares BM&FBOVESPA Small Cap”, Fundo de Índice que tem por objetivo obter retornos de investimentos correspondentes à performance do índice BM&FBOVESPA Small Cap Index. Esse fundo de índice denominado no mercado financeiro de ETFs é uma forma de investimento por meio de um fundo na bolsa de valores de modo

¹³⁰ Informações obtidas no documento oficial da empresa: BLACKROCK, VIEWPOINT, FEBRUARY, 2019.

diversificado, como ações, títulos e commodities com o objetivo de corresponder ao índice de da bolsa de valores ao qual foi aplicada¹³¹.

O outro acionista significativo da Nestlé é o The Capital Group que foi fundado em Los Angeles nos Estados Unidos no início dos anos de 1931, sendo um dos mais antigos e importantes fundos de investimento do mundo. O grupo opera fundos com variedades de estilo de investimento, como renda fixa, mercado monetário, fundos mútuos e investimentos em diversas ativos de empresas como a Philip Morris International Inc., Samsung Electronics Co., Ltd., AstraZeneca PLC, Vale SA e Nestlé SA ¹³².

Com base nessa breve descrição é possível pontuar que o capital financeiro estadunidense é um dos principais financiadores da indústria de torrefação e moagem de café no Brasil, que por meio da Nestlé capta esses recursos dos fundos de investimento para aplicar no setor. Isso significa que quando um consumidor de qualquer região do país compra um café que pertence a Nestlé, como por exemplo, o Nescafé, este está levando para casa um produto que contém investimento financeiro estadunidense, da Black Rock e The Capital Group. A mesma situação ocorre para aquele consumidor que compra o café do projeto “Starbucks At Home”. Desse modo, esses fundos aplicam nas ações da Nestlé, financiando diversas atividades desse grupo, inclusive os negócios de torrefação de café no Brasil, apostando na apropriação de parte do lucro futuro da empresa que ainda não existe e pode não existir e, por conta disso, para garantir que seu investimento tenha retorno, esses investidores pressionam pela expansão dos negócios da Nestlé com a indústria de café no Brasil, para que assim, possa absorver parte do lucro futuro prometido na compra das ações. Sendo assim, o capital fictício penetra nessa etapa da cadeia para lastrear parte do valor adiantado na esfera financeira, fazendo com que o ativo principal (café), fique subordinado aos interesses especulativos financeiros da jogatina com as ações da Nestlé na bolsa de valores.

Mais uma multinacional do café que atua no Brasil é a estadunidense Starbucks, uma das principais comerciantes varejistas de cafés do mundo. Essa história começou em 1971, na cidade de Seattle nos Estados Unidos, local onde a empresa foi fundada. Na ocasião, atuava no ramo do café como torrefador e varejista de grãos inteiros e moídos, além de chá e especiarias. Atualmente, possui mais de 32.000 lojas espalhadas por 83 países, como por exemplo, Estados

¹³¹Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.blackrock.com/br/products/251816/ishares-ibovespa-fundo-de-ndice-fund> e <https://www.blackrock.com/br/educacao/etf/explicando-os-etfs> . Acesso em julho de 2021.

¹³²Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.capitalgroup.com/individual/what-we-offer.html>, <https://www.capitalgroup.com/individual/investments/fund/awshx> e <https://www.capitalgroup.com/individual/investments/quarterlyholdings/igaax>. Acesso em julho de 2021.

Unidos, Brasil, Bulgária, Turquia, China, Argentina, Austrália, Índia, Itália e Japão. O portfólio da companhia é composto pelas seguintes marcas: Starbucks Coffe, Teavana, Evolution Fresh, Seattle's Best Coffe e Ethos Water. Em suas lojas é possível encontrar bebidas artesanais (café fresco, bebidas expresso quentes e geladas, chás, entre outros) e alimentos frescos – bolos assados, sanduíches, saladas, caixa de proteínas, iogurte, entre outros¹³³.

A empresa divide essas operações em três segmentos: 1- América: inclui Estados Unidos, Canadá, e América Latina (demais países do continente); 2- Internacional: composto por China, Japão, Ásia-Pacífico, Europa, Oriente Médio e África e 3- Desenvolvimento de canais: segmento da empresa dedicado à criação de novos produtos para serem comercializadas em suas lojas, tais como, novas bebidas de café e de chá. O projeto “Starbucks At Home” é resultado desse segmento da empresa. Os segmentos América e Internacional incluem lojas operadas e licenciadas pela empresa, representando a receita da empresa em, respectivamente, 70% e 22%. O segmento de desenvolvimento de canais opera com grãos inteiros torrados e moídos, bebidas prontas e alimentos, representando 8% da receita da empresa¹³⁴.

No Brasil, a Starbucks possui várias lojas, a maior parte delas encontra-se nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O processo de expansão dessas lojas no país está em curso. Nos últimos anos, a companhia abriu lojas nas regiões sul (em Santa Catarina) e no Centro Oeste (no Distrito Federal)¹³⁵. A expansão dessas lojas pelo território nacional é motivada pelo fato do Brasil ser o segundo maior mercado consumidor mundial de café, tornando-se assim, um mercado atrativo para ampliação dessas filiais.

Parece-me válida uma interseção para esclarecer uma particularidade da Starbucks em relação às outras multinacionais mencionadas. No caso da JDE e da Nestlé, o café que essas empresas compram do exportador é industrializado e vendido para os supermercados e atacado em geral. No caso da Starbucks, o café comprado do exportador é industrializado e vendido nas próprias cafeterias da empresa, ou seja, o destino final é o comércio varejista. O único café da empresa que é direcionado para o comércio atacadista é o do projeto “Starbucks At Home” em parceria com a Nestlé. Dito isso, resume-se que a Starbucks atua no mercado cafeeiro nacional no ramo do varejo por meio das suas redes de cafeterias mundialmente conhecidas.

A forma que a Starbucks encontrou para captar investimentos para aplicar em seus negócios, inclusive no comércio de café no Brasil, foi colocando ações da empresa à venda nas

¹³³ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: STARBUCKS STORIES E NEWS, 2021

¹³⁴ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: STARBUCKS ANNUAL REPORT, 2020.

¹³⁵ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.starbucks.com.br/lojas>. Acesso em julho de 2021.

bolsas de valores. Nesse caso, a financeirização da Starbucks é similar aos da JDE e da Nestlé, no sentido de que a forma de financiamento da empresa não se dá por meio dos bancos, mas sim, através da venda de ações no mercado financeiro e, assim, distancia-se da relação com o capital a juros e cria vínculo direito com o capital fictício.

A Starbucks Corporation possui ações negociadas na bolsa de valores da NASDAQ Global Select Market (NASDAQ), sob o símbolo comercial “SBUX”. As ações ordinárias da Starbucks negociadas na NASDAQ possuíam em 2020, aproximadamente, 18.000 acionistas registrados. Esse número não inclui investidores cuja operação está em nome de corretoras de valores e, por esse motivo, quando são levados em consideração os acionistas indiretos que aplicam por meio dessas corretoras, obtêm-se um número de acionista bem maior do que o registrado¹³⁶. Desse modo, assim como a Nestlé, a Starbucks possui diversos acionistas que investem na empresa. De acordo com dados da NASDAQ, alguns dos principais titulares institucionais das ações da Starbucks são, respectivamente: Vanguard Group Inc., Blackrock InC., State Street Corp, Mangellan Asset Management Llc, Geode Capital Management, Northen Trust Corp, Bank Of America Corp, Fmr Llc, Loomis Sayles & Co Lp, Polen Capital Management Llc, Royal Bank Of Canada, Morgan Stanley, Wells Fargo & Company/Mn, Norges Bank e Price T Rowe Associates Inc/Md/¹³⁷. A VanguardGroup, BlackRock e State Street Corp são, respectivamente, os três principais acionistas da Starbucks. Esses acionistas são os três fundos de investimento mais importantes do mundo das finanças.

É oportuno destacar a participação da BlackRock em mais um investimento financeiro ligado ao café e, outra vez, ocupando lugar de destaque na condição de investidor. Essa é mais uma situação que demonstra que o capital fictício não tem barreiras para expansão. Assim como no caso da Temasek que atua como acionista de duas multinacionais de exportação de café (Olam e Cofco), a Blackrock, nessa situação, coloca-se na posição de principal acionista da Nestlé e da Starbucks. Com isso, a Blackrock está ampliando o investimento financeiro no mercado de torrefação e moagem de café no Brasil por meio dessas duas multinacionais e, nesses termos, cria condições para que o capital fictício penetre na cadeia global de café para capturar valor na etapa de industrialização e processamento desse produto, tanto pela Nestlé como pela Starbucks. O capital fictício, nesse caso, encontra terreno para substancializar parte do valor adiantado na forma de ações na bolsa, tanto no comércio varejista como no atacadista, já que essas duas multinacionais atingem esses dois públicos de consumidores. Dessa forma, a

¹³⁶ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: STARBUCKS ANNUAL REPORT, 2020.

¹³⁷ Informações obtidas no site oficial da NASDAQ. Disponível em: <https://www.nasdaq.com/market-activity/stocks/sbux/institutional-holdings>. Acesso em julho de 2021.

financeirização atinge desde o pacote de café comprado no mercado pelo consumidor, bem como, a xícara de café tomada na cafeteria da Starbucks.

É necessário, também, fazer uma breve descrição para demonstrar quem são os outros dois fundos de investimento que estão por trás das aplicações financeiras com café no Brasil por meio da Starbucks.

A Vanguard é uma das maiores empresas de investimento do mundo. Fundada em 1975, possui sede corporativa em Valley Forge, Pensilvânia – EUA e oferece uma diversidade de produtos financeiros. Além da sede, conta com outros escritórios nos EUA (Charlotte, Carolina do Norte, Scottsdale, Arizona e Washington DC) e em outros países, como por exemplo, Holanda, China, Austrália, Irlanda, Alemanha, Hong Kong, México, França, Japão e Suíça. Em janeiro de 2021 o total de ativos globais sob a gestão da empresa era de US \$ 7,2 trilhões. São cerca de 210 fundos nos EUA e 232 fundos em outros países, somando mais de 30 milhões de investidores em 170 países¹³⁸.

Alguns números permitem uma visão mais próxima do engajamento global da Vanguard no ano de 2020: a empresa investiu em 655 companhias de várias partes do mundo, representando cerca de US \$ 2 trilhões em ativos. Os investimentos são diversificados, distribuídos pelos diferentes tipos de empresas, como por exemplo, Apple, AstraZeneca, Carrefour SA, FedEx Corp, Facebook, McDonald's Corp, Microsoft Corp, Netflix, Renault, Tesla e Walmart. Destacam-se os investimentos na Starbucks, na qual a Vanguard ocupa o posto de um dos principais investidores e, também, operações com a Nestlé, outra empresa ligada ao setor de café¹³⁹. Verifica-se que assim como a Blackrock, a Vanguard também possui aplicações financeiras tanto na Starbucks quanto na Nestlé, o que demonstra o interesse desses fundos pelo café no Brasil, em especial, pela indústria de torrefação e moagem que tem como destino final o comércio atacadista e varejista (pela própria Starbucks). Sendo assim, a Vanguard é mais um tentáculo do capital fictício que se dissemina por essa etapa da cadeia de café no país e impõe sua lógica de acumulação sobre os processos de produção-comercialização dessa *commodity*.

O terceiro principal acionista da Starbucks é a State Street Corporation, um fundo de investimentos sediado em Massachusetts – Boston nos Estados Unidos - e está listada na bolsa de valores da NASDAQ sob o símbolo “STT”. No final de dezembro de 2020, a empresa foi responsável por administrar, aproximadamente, \$ 3.5 trilhões em ativos, operando em mais de

¹³⁸ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://about.vanguard.com/who-we-are/fast-facts/>. Acesso em julho de 2021.

¹³⁹ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: VANGUARD GROUP ANNUAL REPORT, 2020.

100 mercados globais, incluindo Estados Unidos, Canadá, Austrália, Europa, Ásia e Oriente Médio¹⁴⁰.

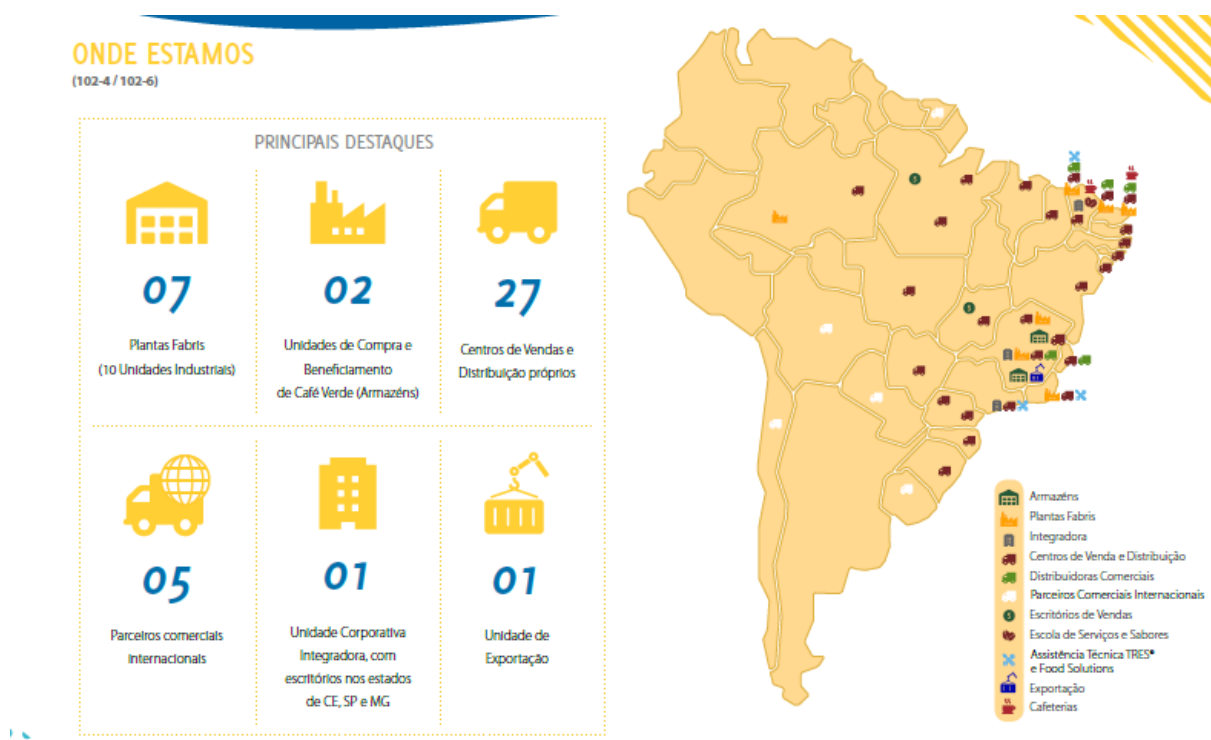
Após essa breve descrição sobre os principais acionistas da Starbucks, pode-se pontuar que, assim como no caso da Nestlé, o capital financeiro estadunidense é o principal financiador dos negócios de café dessa multinacional, já que os três fundos de investimentos são dos Estados Unidos. Além disso, não se pode deixar de pontuar que a expansão geográfica da Starbucks em curso no Brasil, saindo do estado de São Paulo e abarcando as praças do Sul e Centro-Oeste do país, demonstra em outro nível de análise, o movimento de financeirização do espaço do café da produção industrial ao consumo, já que essa multinacional industrializa e comercializa o produto em suas cafeterias distribuídas pelo território nacional e, nesses termos, o capital fictício coordena essa produção capitalista do espaço, uma vez que ele é produzido sob os interesses especulativos dos acionistas que aplicaram nas ações da empresa e querem obter retorno financeiro desses investimentos. Assim, conclui-se que o simples fato de tomar uma xícara de café numa loja da Starbucks no Brasil conecta o consumidor com toda a cadeia global de valor dessa *commodity*, do *plantio à xícara*, ao mesmo tempo em que, vincula esse consumidor com a financeirização, pois essa xícara de café possui investimento financeiro da Vanguard Group, BlackRock e State Street Corp (e demais acionistas) e, nesse sentido, o capital fictício atravessa a etapa da produção industrial e atinge o consumidor final para, dessa maneira, ir buscar nessa xícara de café, parte do lucro futuro prometido na compra das ações.

No meio dessas multinacionais estrangeiras abordadas, destaca-se também no ramo de torrefação e moagem de café, o Grupo Três Corações, uma empresa de origem brasileira com sede localizada na cidade de Eusébio-CE. O grupo atua em diversas áreas do setor cafeeiro no Brasil: armazenagem, industrialização (torrefação e moagem do café), venda de cafeterias elétricas, centros de distribuição e vendas e, até mesmo, uma unidade de exportação¹⁴¹. O mapa abaixo ilustra essa distribuição geográfica.

¹⁴⁰ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: STATE STREET CORPORATION REPORT ESG, 2020.

¹⁴¹ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE TRÊS CORAÇÕES, 2019.

Mapa 11: Distribuição geográfica das atividades do Grupo Três Corações



Fonte: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE TRÊS CORAÇÕES, 2019, p.12.

Merecem destaque as seguintes atividades ilustradas no mapa: a) 02 unidades de compra e beneficiamento de café verde (armazéns) localizados em Minas Gerais nas cidades de Manhaçu e Varginha – áreas de relevância nacional na produção de café; b) unidades fabris distribuídas estrategicamente por vários estados brasileiros, como por exemplo, em Manaus-AM, Eusébio-CE, Mossoró-RN, Natal-RN, Montes Claros-MG, Santa Luzia-MG e Nova Iguaçu-RJ; c) centros de distribuição e venda localizados em diversos estados, como por exemplo, Ceará, Bahia, Maranhão, Amazonas, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul; d) uma unidade de exportação localizada na cidade de Varginha-MG ¹⁴².

Pode-se observar que a empresa de forma estratégica organiza e distribui geograficamente suas operações com café no território nacional. As unidades de compra de café estão localizadas na principal área produtora do país, tendo as cidades de Manhaçu e Varginha como uma das principais produtoras desse grão no estado mineiro. A localização dessa unidade permite que o grupo compre café diretamente do produtor, saltando intermediários como o corretor e o exportador. Inclusive, uma das principais funções da unidade de exportação de café

¹⁴² Informações obtidas no site oficial do Grupo Três Corações. Disponível em: <https://www.3coracoes.com.br/onde-estamos/>. Acesso em julho de 2021.

em Varginha é fortalecer essa compra direta com o produtor e, nesse caso, o Grupo Três Corações amplia sua escala geográfica de atuação na cadeia global de valor dessa *commodity*, pois assume a função de exportadora e torrefadora, explorando assim, os processos espaciais da comercialização do café colhido até a industrialização do produto.

Em outras palavras, a empresa na qualidade de exportadora compra café direto do produtor, repassa esse grão para seus armazéns, depois a maior parte desse produto é destinado para as próprias unidades fabris de torrefação e moagem de café da empresa no Brasil. Apenas uma pequena parte desse grão é destinada para exportação. Portanto, é importante esclarecer que a atividade com exportação de café é apenas uma atividade secundária da empresa, muito mais utilizada de forma estratégica para comprar o grão direto do produtor e pular os intermediários, no intuito de diminuir custos e fortalecer o principal negócio da empresa: torrefação e moagem de café. Essas operações estratégicas aliadas à distribuição geográfica de unidades fabris e centros de distribuição e vendas de café de Norte a Sul do país, consolidou condições materiais para que o Grupo Três Corações se tornasse uma das maiores representantes da indústria de torrefação e moagem de café no Brasil, concorrendo com as outras empresas multinacionais do ramo presentes no país, como a Nestlé, JDE e Starbucks.

O Grupo Três Corações utiliza-se de um modelo estrutural parecido com a JDE e a Nestlé, no sentido de que divide as operações da empresa por subsidiárias, relacionadas a seguir: Três Corações Alimentos S.A., Principal Comércio e Indústria de Café LTDA, Café Três Corações S.A., 3Caffi Indústria e Comércio de Cápsulas S.A., Cafeterias Três Corações LTDA, Prumo Participações LTDA e Café do Moço S.A. O portfólio de atuação comercial é composto por mais de 25 marcas, nas quais se destacam os ramos do café (em marcas como a 3 Corações, Santa Clara, Kimimo, Fino Grão e Iguaçu), cappuccinos (3 Corações e Santa Clara), cafés com leite (3 Corações e Santa Clara), café solúveis (3 Corações, Santa Clara, Kimimo etc.), filtro de papel (3 Corações e Santa Clara), máquinas e cápsulas (TRES), refresco (Frisco e Tornado), bebida pronta (Pronto), achocolatado (Chocollato), Derivado de milho e temperos (Dona Clara) e cafés especiais (Rituais e Reservas da Família)¹⁴³.

Destaca-se, também, que desde o final dos anos de 1990, a Três Corações passou a comprar torrefadoras nacionais de pequeno e médio porte, com marcas locais consolidadas, como uma das suas principais estratégias comerciais para ampliar o campo de atuação da empresa no mercado cafeeiro nacional.

¹⁴³ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE TRÊS CORAÇÕES, 2019.

A primeira aquisição ocorreu no ano de 1996. Na ocasião, a marca de Café Kimimo do Rio Grande do Norte foi comprada pelo Grupo Três Corações, fortalecendo ainda mais os negócios de café no Nordeste. Em 2003, a marca de Café Pimpinela do Rio de Janeiro foi incorporada ao portfólio do grupo. Essa aquisição foi considerada como a primeira ação para expansão dos negócios das Três Corações para o território brasileiro. No ano de 2009, o Café Letícia do norte de Minas Gerais foi comprado pelo grupo. Em 2011 outra marca de café mineiro foi comprada, o Café Fino Grão, representando assim, a expansão estratégica da empresa no setor de torrefação e moagem no maior estado produtor nacional desse grão. No ano de 2014, o grupo iniciou a expansão para o Sul do país e comprou o Café Itamaraty, uma marca de café tradicionalmente conhecida no mercado de Londrina-PR e região. Ainda com foco no mercado cafeeiro do Sul do país, a Três Corações comprou, em 2016, o Café Iguazu, uma marca consolidada no norte do Paraná. Em 2019, comprou o Café Cirol, uma torrefadora de Recife com marca consolidada na capital e no interior do estado. Pensando na ampliação da empresa para a região Norte do Brasil, a empresa comprou em 2018 o Café Manaus, que faz parte do gosto dos consumidores dessa região e atua no mercado desde 1956¹⁴⁴.

A última aquisição do Grupo Três Corações foi realizada no ano de 2020 e merece uma descrição individualizada em virtude da complexidade que envolve essa compra. No mês de julho de 2020, o Café Três Corações, subsidiária do Grupo Três Corações, comprou as operações de café torrado e moído da Mitsui Alimentos¹⁴⁵, uma renomada empresa que opera no ramo de café no Brasil por meio da aquisição de outras marcas nacionais: Café Brasileiro, Café Bandeira, Café Fazendas, Café Premiado e a Gold Br. As unidades fabris responsáveis pela produção do café torrado e moído estão localizadas nas cidades de Cuiabá-MT e Araçariguama-SP¹⁴⁶. Em outras palavras, esse processo complexo de aquisição pode ser simplificado da seguinte maneira: a Mitsui Alimentos comprou essas torrefadoras nacionais de pequeno e médio porte e passou a atuar no mercado cafeeiro brasileiro através delas. Então, após a compra das operações de café da Mitsui Alimentos pelo Grupo Três Corações, as marcas

¹⁴⁴ Informações obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.3coracoes.com.br/nossa-historia/>. Acesso em outubro de 2022.

¹⁴⁵ A Mitsui & Co., Ltd., controladora da Mitsui & Co. (Brasil) S.A., é uma das companhias mais diversificadas do mundo, abrangendo o comércio, investimentos e serviços. A Mitsui vem assumindo um papel vital nas operações no Brasil, com seus escritórios e filiais espalhados por todo o país. Os negócios da empresa são bastante diversificados, envolvendo comércio de alimentos, minerais, logística e transporte, entre outros. Informações disponível no site oficial da empresa: <https://www.mitsui.com.br/pt/business/index.html>. Acesso em janeiro de 2023.

¹⁴⁶ Informações obtidas no relatório oficial da empresa: STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020, e no site oficial do Grupo Três Corações. Disponível em: <https://www.3coracoes.com.br/nossa-historia/>. Acesso em outubro de 2022.

Café Brasileiro, Café Bandeira, Café Fazendas, Café Premiado e Gold Br passaram a fazer parte do seu portfólio.

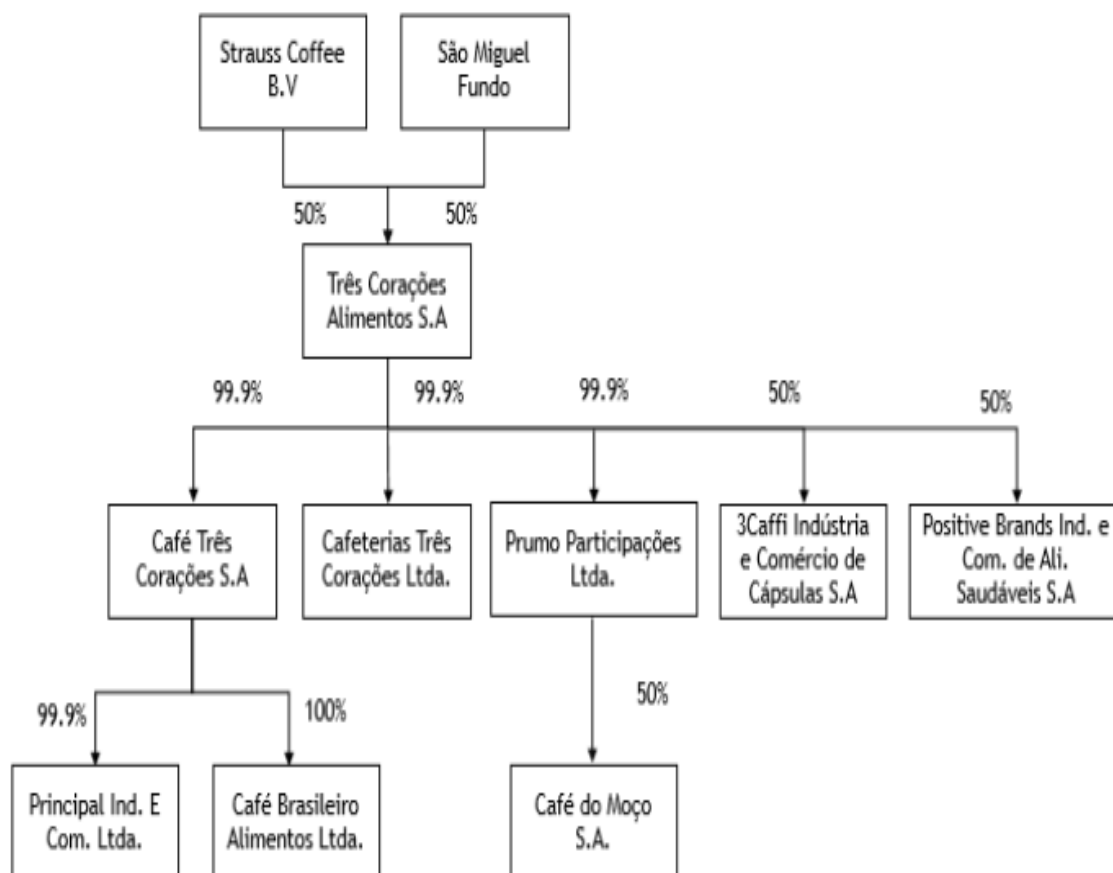
Esse processo de aquisição e expansão do Grupo Três Corações em curso é resultado do processo de financeirização dessa empresa. Nesse caso, a financeirização da Três Corações está baseada no controle acionário, assim como no caso das demais multinacionais mencionadas. De modo mais específico, identifiquei durante o processo de investigação que a Três Corações está organizado no formato de uma *joint venture*¹⁴⁷, envolvendo a união entre a brasileira São Miguel Holding Investimentos S.A. e a Strauss Coffee da Holanda que pertence ao grupo israelense Strauss. A constituição dessa joint venture foi firmada em 29 de dezembro de 2005 entre as partes, com o objetivo de operar negócios no Brasil através de uma sociedade anônima igualmente detida pelas partes. O contrato firmado tem prazo de vinte anos, podendo ser renovado automaticamente, caso, nenhum dos acionistas manifeste o desejo de encerrar o contrato, informando ao outro antecipadamente¹⁴⁸. O gráfico a seguir detalha como está organizada a estrutura acionária do grupo.

¹⁴⁷ Grosso modo é quando se estabelece uma união com risco. Nesse caso, duas entidades se juntam em determinada atividade, geralmente por tempo determinado, sem que nenhuma delas perca a identidade. Informações obtidas no site do IPEA.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=. Acesso em julho de 2021.

¹⁴⁸ Informações obtidas nos seguintes relatórios oficiais da empresa: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE TRÊS CORAÇÕES, 2019 e STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020.

Gráfico 25: Estrutura Acionária do Grupo Três Corações



Fonte: STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020, p.451.

De acordo com o gráfico acima, pode-se assinalar a seguinte organização acionária/financeira do Grupo Três Corações: o São Miguel Fundo e o Strauss Coffe B.V. possuem, cada um, 50% das ações da Três Corações Alimentos S.A. (Grupo Três Corações), sendo, portanto, responsáveis pelo controle e tomada de decisões do grupo, nos âmbitos administrativos e financeiros. Desse modo, a Três Corações Alimentos S.A. é mantida financeiramente por esses dois investidores e tem a finalidade de aplicar os recursos e administrar suas subsidiárias: Café Três Corações S.A. (detentora do Café Brasileiro Alimentos Ltda. e Principal Ind. e Com. Ltda.), Cafeterias Três Corações Ltda., Prumo Participações Ltda. (detentora de 50% da Café do Moço S.A.), 3Caffi Indústria e Comércio de Cápsulas S.A. e Positive Brands Ind. e Com. de Ali. Saudáveis S.A.

Dada à relevância desses dois investidores responsáveis pelo financiamento da indústria de torrefação e moagem de café no Brasil por meio do Grupo Três Corações, considero

importante realizar uma breve descrição sobre cada um deles, para saber quem são esses investidores interessados em aplicar no mercado cafeeiro nacional.

O São Miguel Fundo foi criado pelo próprio Grupo Três Corações e é uma “*holding*” de investimento que opera no mercado financeiro por meio da gestão de ativos financeiros no Brasil e no mundo. Essa ação marca o início de uma nova fase de planejamento estratégico e expansão das atividades do grupo do mercado físico de café para o mercado financeiro¹⁴⁹. Nesse sentido, o São Miguel Fundo atua como um braço financeiro e coloca o Grupo Três Corações na posição de *player* do mercado financeiro, especulando com diversos ativos nas bolsas de valores e mercados futuros, dentre eles, derivativos agrícolas. Tal como a Olam, Cofco e outras multinacionais analisadas que passaram a atuar como *players* no mercado, a Três Corações entra na jogatina do mundo das finanças como uma especuladora que tem por finalidade principal apostar em papéis de ativos financeiros com a expectativa de obter lucro futuro.

Essa é a estratégia de capitalização do São Miguel Fundo que, dessa forma, captura recurso financeiro para manutenção do fundo e para aplicação nos negócios da empresa. Assim sendo, essa atividade de especulação financeira é uma forma de buscar investimento para investir na expansão dos negócios de torrefação e moagem de café no Brasil. Ao mesmo tempo, estabelece uma conexão entre mercado financeiro e mercado físico dessa *commodity*, criando condições concretas para que o capital fictício penetre no terreno da indústria de torrefação de café da Três Corações e capture parte do valor adiantado na esfera financeira. Por fim, destaca-se que por meio do São Miguel Fundo, o Grupo Três Corações dá um salto na escala geográfica de atuação, já que assume a função de *player* do mundo das finanças.

Ao longo do processo de investigação descobri que o São Miguel Fundo possui investimento na plantação de café. O fundo é proprietário da Fazenda Sequóia, localizada no município de Angelândia, região mais alta da Chapada Mineira. A fazenda possui pouco mais de 1.200 hectares destinados para cultivo de café especial¹⁵⁰. O investimento nessa fazenda de café demonstra que, nessa situação, o Fundo São Miguel desloca capital fictício da esfera financeira para a cafeicultura, como forma de lastrear parte do valor adiantado na esfera financeira, garantindo assim, certa liquidez nos ativos do fundo. Esse é mais um evento que demonstra a materialização da financeirização do agronegócio do café no Brasil e, nessa

¹⁴⁹ As informações foram obtidas no site oficial da empresa. Disponível em: <http://www.saomiguelpar.com.br/en/>. Acesso em julho de 2022.

¹⁵⁰ Informações obtidas no site oficial. Disponível em: <http://www.fazendasequoia.com.br/>. Acesso em outubro de 2022. Além disso, é importante mencionar que não há informação sobre o destino final do café plantado nessa fazenda. Provavelmente, deve seguir para as unidades fabris da empresa e, talvez, até para exportação, tendo em vista que a empresa possui uma unidade exportadora no estado mineiro.

situação, o capital fictício entra na etapa do plantio de café como forma de substancializar parte do valor futuro.

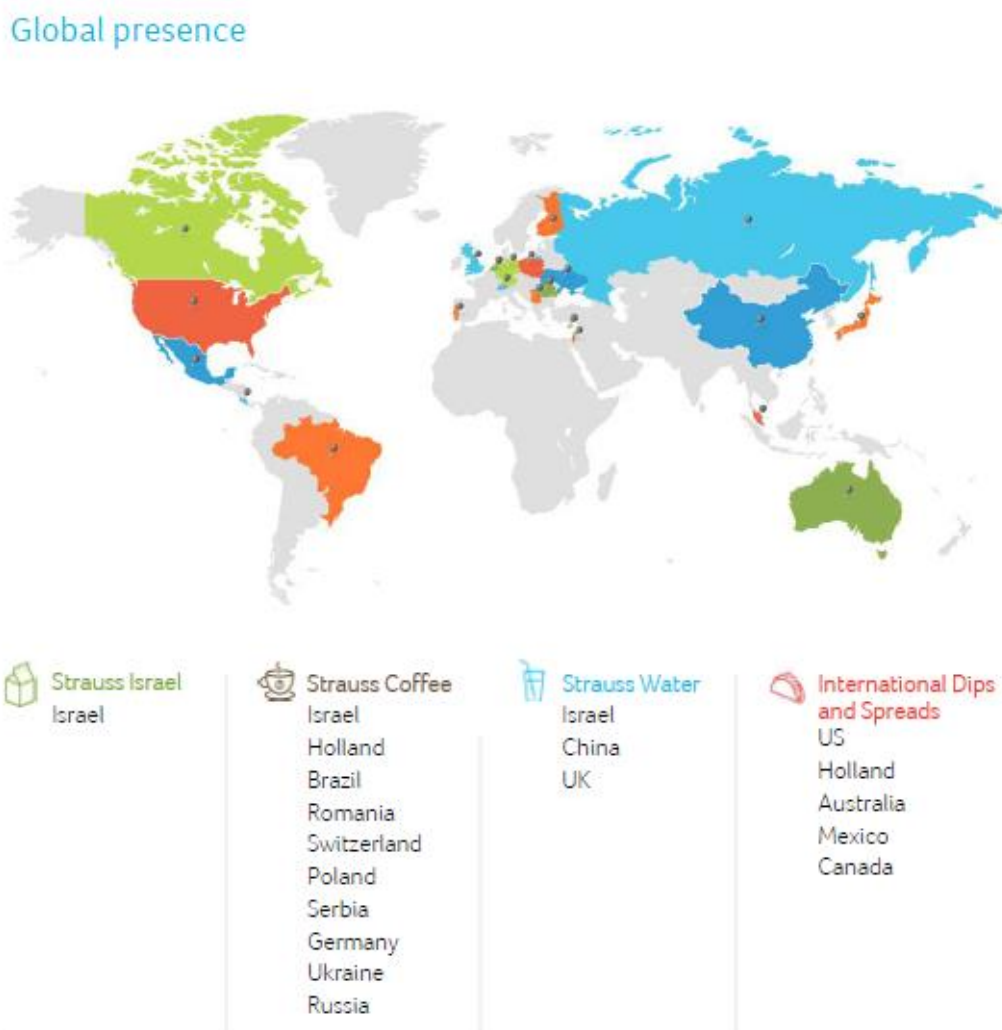
O outro acionista do Grupo Três Corações é o Strauss Coffe B.V. que, na verdade, pertence à multinacional Strauss Group, uma empresa internacional de alimentos e bebidas que possui sede em Israel. O Grupo Strauss foi constituído e registado em Israel em 1933. No ano de 1973 tornou-se uma empresa pública de capital aberto com ações listadas na Bolsa de Valores de Tel Aviv (TASE) negociadas sob o código STRS. O grupo está entre as maiores empresas públicas listadas na Bolsa de Valores de Tel Aviv e está incluída no índice TA35 – índice que inclui as maiores empresas públicas da TASE. Além disso, possui colaborações financeiras e estratégicas com outras empresas de liderança internacional, como por exemplo, Danone e Pepsico¹⁵¹.

O portfólio da Strauss é composto pelas seguintes subsidiárias: Strauss Israel – segundo maior grupo empresarial de alimentos de Israel, operando em mais de 10 segmentos; Strauss Coffe – é uma das maiores empresas de café do mundo, em termos de participação de mercado, atua em diversos países: Israel, Brasil, Rússia, Ucrânia, Polônia, Romênia e Servia; Strauss Water – é uma empresa internacional que atua no setor de água potável purificada em Israel, Reino Unido e China; e a International Dips and Spreads – opera sob as marcas internacionais Sabra, Obela Florentin, atuando em diversos países, como por exemplo, Austrália, México e Alemanha¹⁵². O mapa abaixo ilustra a distribuição geográfica dessas áreas de atividade.

¹⁵¹ As informações contidas foram obtidas no relatório: STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020 e no site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.strauss-group.com/>. Acesso em julho de 2021.

¹⁵² Informações obtidas no relatório: STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020.

Mapa 12: Portfólio global da Strauss



Fonte: STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020, p.08.

O investimento do grupo para expansão das operações no mercado mundial de café teve início no ano de 2005, marcado por uma série de aquisições na Polônia, Sérvia e no Brasil por meio da consolidação da joint venture com o Grupo Três Corações¹⁵³. De modo geral, verifica-se mais uma complexidade para decifrar quem são os sujeitos por trás dos investimentos financeiros da empresa. Essa complexidade é resultado do processo de financeirização que promove o cruzamento de diversos tipos de capitais por meio de fusões e/ou aquisições coordenadas pelo capital fictício. Nesse caso, conforme foi demonstrado, o Strauss Coffe B.V. que detém 50% das ações da Três Corações Alimentos S.A. é, na verdade, um braço da israelense Strauss Group.

¹⁵³ Informações obtidas no relatório: STRAUSS GROUP ANNUAL REPORT, 2020.

A financeirização do Grupo Três Corações promoveu, portanto, a fusão entre capital financeiro nacional e israelense, por meio do São Miguel Fundo e da Strauss. Com isso, o Grupo segue a tendência de financeirização das multinacionais de torrefação de café abordadas nesta análise, no sentido de que a forma de financiamento dos negócios da empresa está diretamente vinculada com as bolsas de valores e mercados futuros, o que por sua vez, faz com que a Três Corações seja mais uma intermediária direta do capital fictício na indústria de torrefação e moagem de café no país. Nesse caso, é oportuno retomar a análise do mapa 11 para demonstrar o caráter geográfico dessa dinâmica financeira. Esse mapa ilustra a financeirização do espaço do café, já que a produção e organização capitalista do espaço da Três Corações no território nacional, distribuída entre unidades fabris, unidades de compra e armazenamento de café, entre outros, é um espaço produzido sob o comando do capital fictício, por meio do São Miguel Fundo e da Strauss, dois investidores que pressionam pela ampliação dos negócios para poder absorver parte do lucro futuro prometido na esfera financeira.

Identifiquei ainda que o processo de financeirização da Três Corações possui uma natureza orgânica sistêmica similar ao do caso da JED, no que compete à dinâmica de aquisição de marcas de torrefadoras locais/regionais que não conseguiram competir com essas multinacionais e foram compradas por elas. A compra do Café Kimimo, Café Fino Grão, Café Iguaçu (entre outras torrefadoras) e a compra da Mitsui Alimentos que agregou as marcas Café Brasileiro, Café Bandeira, Café Fazendas, Café Premiado e Gold Br ao Grupo Três Corações, demonstra a tendência da financeirização para concentração e monopolização do setor de torrefação e moagem de café no Brasil pelas multinacionais vinculadas com o capital fictício.

Além do mais, a aquisição dessas marcas pelo Grupo Três Corações demonstra mais uma vez o limite do “ajuste espacial” (HARVEY, 2005), pois representa uma das dimensões da crise do capitalismo financeirizado, de modo que a compra dessas torrefadoras pela Três Corações não representa a criação de novos espaços de acumulação do capital e muito menos o aumento da produção de valor na economia cafeeira, já que por meio dessas aquisições, a *joint venture* apenas se apropriou de um valor já existente. Essa é a forma de sociabilidade do capitalismo financeirizado em crise que já não consegue mais criar condições materiais para ampliar a produção de valor e, por essa razão, é condicionado a apenas consumir o valor já existente como forma de substancializar parte do capital fictício criado na esfera financeira.

Diante das análises apresentadas, é possível constatar que a lógica financeira verificada nas exportadoras se repete no caso das torrefadoras, no sentido de que o processo de financeirização fez com que essas multinacionais do café ficassem cada vez mais subordinadas aos acionistas e, portanto, passaram a atuar em função das finanças. Desse modo, assim como

no caso das exportadoras, sujeitos que não tinham nenhuma relação com o café tornaram-se os principais responsáveis pelo financiamento e comando das empresas de torrefação e moagem. No decorrer desta investigação, constatou-se que alguns dos principais desses sujeitos são: Blackrock, The Capital Group, VanguardGroup e State Street Corp, todas originárias dos Estados Unidos. Portanto, pode-se assinalar que o capital financeiro estadunidense está entre um dos principais controladores financeiros da indústria cafeeira no país. Nesse contexto, o caso do São Miguel Fundo difere-se dos demais citados, pois a criação desse fundo pelo Grupo Três Corações é uma experiência nacional de financeirização que possibilitou ao grupo dar um salto na escala geográfica de atuação, sendo assim, o primeiro passo da empresa para conseguir competir com as outras multinacionais do setor que atuam no país.

Além disso, pode-se pontuar que por conta dessa dinâmica financeira, as empresas multinacionais de torrefação diversificaram seu portfólio para atender o interesse dos acionistas, que sempre buscam por investimentos em uma carteira de ativos variada. Com isso, essas empresas atuam como subsidiárias de grupos mundiais de alimentos e bebidas e, portanto, seus negócios estão para além do café.

Por último, constata-se que a financeirização das multinacionais de torrefação no Brasil produziu uma concentração/monopolização por meio das marcas. Nessa direção, indústrias de pequeno e médio porte que não tiveram condições de ascender por meio das finanças foram compradas por grupos mundiais ligados ao capital fictício. Há situações em que determinados grupos chegam a controlar mais de cinquenta marcas, como acontece nos casos da JDE e do Grupo Três Corações. Portanto, é a financeirização no comando dos espaços de produção (processamento) e consumo de café no Brasil, impondo sua lógica para “capturar valor do capital produtivo” (CARCANHOLO e SABADINI, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender como a financeirização se manifesta no agronegócio do café no Brasil na atualidade, com ênfase nas etapas da comercialização e processamento desse grão. As respostas obtidas durante o processo de investigação embasam a tese de que a financeirização do agronegócio do café no Brasil é configurada pelas bolsas de valores e mercados futuros como os centros financeiros dessa *commodity* e pela marcante atuação de investidores estrangeiros nas principais multinacionais de exportação e torrefação presentes no país. Nesse sentido, a pesquisa revelou que as duas principais formas de financeirização desse setor são por meio de operações com derivativos de café e pela venda de ações das empresas nas bolsas de valores. É por esse caminho que se constrói e consolida a trama do capital fictício na produção capitalista do espaço do café no território nacional, que se desloca da esfera financeira e penetra ao longo das etapas da cadeia global de valor dessa *commodity* para lastrear parte do valor futuro adiantado nos processos de especulação financeira.

O recorte empírico na escala de Brasil foi baseado na posição de destaque que o país ocupa no mercado mundial de café, pois é o maior produtor e exportador mundial desse grão, além de ser o segundo maior consumidor dessa bebida, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A pesquisa identificou também que o atual momento de financeirização do café iniciou nos anos de 1970, porém, só se consolidou a partir dos anos de 1990, por meio do avanço de políticas neoliberais no setor que conduziram o processo de desregulamentação e liberalização do mercado, substituindo um modelo de regulação estatal por uma governança corporativa dominada pelas finanças. O marco dessa consolidação foi com o fim dos Acordos Internacionais de Café (AIC) e a extinção do Instituto Brasileiro do Café no Brasil (IBC). Assim, a geografia mundial do café antes controlada pelos Estados dos países produtores e consumidores, passou a ser gerida pelas multinacionais do setor (com capitais espalhados por diversos ramos econômicos) e determinada pelas finanças.

No caso do Brasil, constatou-se que a economia cafeeira antes regulada pelo Estado, passou a ser controlada por multinacionais de exportação e torrefação dessa *commodity*, sendo que as principais delas são oriundas de países consumidores, que abriram capital na bolsa de valores para captar investimento e/ou criaram braços financeiros para atuar como *player* no mercado financeiro, estabelecendo assim, vínculo direto com o capital fictício e assumindo a função de principal agente econômico e financeiro na cadeia global de valor do café no país. É necessário reforçar que apesar do ideário neoliberal, o Estado brasileiro não se retirou por

completo da cafeicultura, tendo em vista que assumiu outras funções, como por exemplo, incentivo à produção, estímulo ao comércio e o investimento em pesquisas para promover o desenvolvimento da economia cafeeira nacional. É importante destacar que, nesse contexto, o poder político dos Ruralistas nunca diminuiu. Parto das formulações de Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021) para pontuar que a presença do Estado por meio de financiamento de pesquisas científicas para o agronegócio ou, até mesmo, fornecendo crédito para o setor, tem a ver com a força econômica, política e territorial/latifúndios do ruralismo brasileiro, representado no legislativo federal pela chamada Bancada Ruralista, defensora e representante dos interesses do agronegócio nacional, fazendo com que o neoliberalismo para o setor ruralista seja parcial.

Os dados atuais apresentados neste trabalho demonstram que o mercado global de café contemporâneo ainda é baseado na relação entre países do Norte e do Sul, no sentido de que os países produtores são dependentes da exportação de café verde (matéria-prima) para as multinacionais dos países consumidores. As informações obtidas sobre os países reexportadores reafirmam essa realidade. A Alemanha, Itália, Estados Unidos e Espanha são alguns dos maiores importadores mundiais de café e, ao mesmo tempo, são também os maiores reexportadores desse produto. Esses países compram o grão verde semielaborado do Brasil e de outros países produtores, depois refinam, processam, empacotam para venda, agregam valor ao produto e, mesmo sem ser produtor de café, faturam mais do que os países produtores.

O que se apresenta de novo nessa relação é o fato de que a subordinação da relação Norte-Sul é baseada no controle da tecnologia e da informação e é determinada pela hegemonia das finanças. Desse modo, o Brasil e demais países produtores de café estão inseridos numa lógica de “reprimarização da economia” (KATO e LEITE, 2020), pois a financeirização reforça a posição de ex-colônia dos países da periferia, que mantiveram como base das suas economias domésticas a exportação de *commodities* agrícolas e minerais para os países do centro.

Outro ponto verificado na pesquisa foi com relação à estratégia da financeirização nos mercados futuros e seus impactos no agronegócio do café no Brasil. A comercialização do café enquanto uma *commodity* faz com que essa mercadoria seja negociada no mercado futuro e no mercado físico, sendo que o primeiro determina o segundo. O mercado futuro na atualidade é comandado pelos especuladores que não possuem interesse direto na mercadoria física (café), mas sim, nos derivativos dessa *commodity*, ou seja, o que interessa para esses *players* do mercado é a especulação com o preço do produto. Nesse caso, o ativo principal (café) transforma-se em mero detalhe dessa jogatina nas bolsas de valores e mercados futuros sendo, portanto, subordinado aos interesses dos especuladores que visam apenas à possibilidade do lucro com esses derivativos de café.

Como o interesse dos especuladores é exclusivamente nos contratos de papel, o mercado futuro de café tem crescido num ritmo muito maior do que o mercado físico. O último dado da ITC (2022) mostra que o mercado futuro de café passou a ser quase 30 vezes maior do que o mercado físico desse produto. Esse dado revela uma bolha financeira no setor devido à intensificação do descolamento entre a produção real de café no mercado físico e a produção fictícia no mercado futuro. A análise desse fenômeno demonstra que as operações com derivativos de café são puramente especulativas e são, portanto, uma forma de reprodução de “capital fictício” (MARX, 2013), pois é uma promessa de apropriação futura de trabalho não pago, ou seja, expectativa de valorização do valor que ainda não existe e pode não existir, por isso é ilusório e fictício.

Como os derivativos de café são puramente especulativos e fictícios, os valores adiantados nos mercados futuros na forma de crédito tendem a aumentar descontroladamente e exigir uma demanda cada vez maior da produção material de café (débito), pois “em determinado momento essa liquidação entre capital fictício e real precisa acontecer” (KURZ, 2019). Portanto, com base nesses elementos analíticos é possível afirmar que o café produzido hoje (no Brasil e demais países produtores) e o que vir a ser produzido amanhã é, na verdade, uma dívida do capital produtivo com o fictício, representando assim, uma bolha financeira do café que, ao que tudo indica, pode vir a estourar se, em algum momento, não conseguir lastro suficiente para cobrir as operações de derivativos.

Do ponto de vista espacial, essa dinâmica tem gerado uma financeirização da produção capitalista do espaço do agronegócio do café no Brasil, no sentido de que a lógica predominante do capital fictício acelera a produção do espaço a tempos futuros, de modo que o capital precisa encontrar formas para penetrar ao longo da cadeia global de café no país para lastrear parte do valor adiantado na esfera financeira. Nesse caso, o capital está rifando o futuro da produção capitalista do espaço do café no presente, uma vez que esse capital fictício é um fluxo de renda capitalizada para o presente.

Esse processo ampliou a competição na produção dessa *commodity*, o que por sua vez, aumentou a pressão pelo aumento da produção e produtividade no mercado físico de café no Brasil. Os dados levantados neste trabalho apontam que a produção e produtividade desse grão no país aumentaram consideravelmente nas últimas duas décadas. Além disso, essa dinâmica financeira tem reforçado práticas de violação dos direitos trabalhistas e humanos nas fazendas de café no Brasil. Inclusive, nos últimos anos foi registrado o aumento de práticas de trabalho análogo ao escravo em cafezais do país, sendo que o estado de Minas Gerais, maior produtor nacional desse grão, é onde se encontra o maior número desses casos. De modo geral, a produção de *commodities*

provoca também sérios danos ao meio ambiente, já que a natureza está subordinada aos imperativos do capitalismo financeirizado e, por conta disso, a natureza passa a ser um ativo financeiro para especulação dos *players* do mundo das finanças. Isso promove uma destruição da natureza, pois o capital fictício adiantado nos circuitos financeiros tende a se apropriar, de modo descontrolado, dos elementos naturais, como a terra e água, como forma de lastrear parte do valor sem substância.

A pesquisa identificou ainda que os cafeicultores brasileiros, principalmente os pequenos, são os mais prejudicados na cadeia global de valor do café no país por conta das estratégias de financeirização nos mercados futuros, movida pela dinâmica financeira dos derivativos de café. Nesse sentido, a dinâmica dos preços nos mercados futuros, somado ao aumento dos custos de produção resultou no endividamento crônico de alguns cafeicultores nacionais. A queda do preço do café no mercado internacional nos anos de 1990 e 2000 foi um componente que agravou esse fenômeno. Desamparados parcialmente pelo Estado e subordinados à financeirização, muitos produtores endividados recorreram a empréstimos como tentativa de recuperar os negócios. O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) tornou-se uma das principais fontes de crédito para o cafeicultor. Os cinco principais agentes financeiros responsáveis pela administração do recurso desse Fundo no ano safra 2020-21 foram: Banco Rabobank (Holanda), Banco Santander (Espanha), Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Brasil), Banco do Brasil (Brasil) e Banco Bradesco (Brasil). A atuação dos bancos como principais agentes financeiros do FUNCAFÉ retrata o atual momento da financeirização do café no Brasil, no sentido de que os cafeicultores passaram a ter relações cada vez mais diretas com o capital financeiro nacional e internacional.

O trabalho de investigação apontou também que no jogo de escalas na cadeia global de valor do café no Brasil, o processo de financeirização reforça a vulnerabilidade da escala de atuação dos cafeicultores, principalmente dos pequenos, que estão limitados a uma atuação local/regional e subordinados a agentes financeiros e multinacionais de exportação e torrefação de café atuante no país que operam em escala global. Com base nisso, os números atuais demonstram que os cafeicultores ficam com apenas 10% do valor distribuído ao longo da cadeia, enquanto as exportadoras e torrefadoras abocanham em torno de 40% (OXFAM, 2021). Uma das razões que explica esse evento é o fato de que essas empresas detêm tecnologia, informação, concentram as etapas de processamento e comercialização dessa *commodity* e possuem vínculo direto com o capital fictício.

A escolha em dar ênfase nos estudos sobre as etapas de processamento e comercialização do café no Brasil foi motivada, principalmente, por esse cenário apresentado. Nesse sentido, este

trabalho analisou algumas das principais multinacionais de exportação e torrefação de café que atuam no país e teve como objetivo identificar e descrever o processo de financeirização dessas empresas. As seguintes exportadoras foram objeto de estudo: Olam (Cingapura), Cofco (China), ED&F Man (Inglaterra) e LOUIS DREYFUS COMPANY – LDC (Holanda). Identificou-se que os principais acionistas dessas empresas são: Temasek (fundo de investimento de Cingapura), Mitsubishi Corporation (MC Group) – empresa global japonesa e China Invest Corporation (CIC) – fundo de investimento do governo chinês.

Verificou-se que nas exportadoras mencionadas há certa predominância de investimentos financeiros oriundos da China, Cingapura e Japão, ou seja, a maior parte do café no Brasil comprado por essas empresas é controlada pelo capital financeiro asiático. Nesse caso, verifica-se um processo de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2016), isto é, as exportadoras monopolizam a circulação da mercadoria, sem produzir no campo, fazendo com que o cafeicultor, principalmente o pequeno, fique cada vez mais subordinado à lógica financeira. Além disso, constatou-se que algumas exportadoras criaram suas próprias subsidiárias financeiras para negociar os mais diversos produtos financeiros: derivativos agrícolas, *hedges*, câmbio, ações entre outros. Nesses casos, elas deram um salto no jogo de escala da cadeia global de valor e tornaram-se protagonistas financeiras, atuando como *players* desse mercado de capitais. O resultado dessa lógica é a financeirização do espaço capitalista do café, no sentido de que a comercialização dessa *commodity* por essas multinacionais passa a ser comandada pelo capital fictício, que utiliza essas empresas para penetrar nessa etapa da produção e absorver parte do lucro prometido na esfera financeira.

As seguintes torrefadoras foram objeto de pesquisa: JACOBS DOUWE Egberts – JDE (Holanda), NESTLÉ (Suíça), STARBUCKS (Estados Unidos) e TRÊS CORAÇÕES (Brasil). Identificou-se que os principais acionistas dessas empresas são: BlackRock (Fundo de investimentos dos Estados Unidos), The Capital Group Companies (Fundo de investimentos dos Estados Unidos), Acorn Holdings B.V (Fundo de investimentos do grupo JAB alemão), Vanguard Group Inc. (Fundo de investimentos dos Estados Unidos), State Street Corp (Fundo de investimentos dos Estados Unidos) e São Miguel Holding Investimentos S.A. (Fundo privado brasileiro). Foi possível constatar que os principais investidores dessas torrefadoras (BlackRock, The Capital Group, Vanguard e State Street) são fundos de investimento dos Estados Unidos. Desse modo, o capital financeiro estadunidense é um dos principais investidores da indústria de torrefação e moagem no país. No caso do São Miguel Fundo, do Grupo Três Corações, trata-se de uma experiência brasileira que possibilitou que essa empresa

nacional desse um salto na escala de atuação, passando a atuar, nessa situação, como *player* do mercado financeiro.

Outro fato observado na pesquisa é que a financeirização dessas multinacionais tem afetado diretamente a indústria nacional desse setor, pois as indústrias brasileiras de torrefação e moagem de café de pequeno e médio que não possuem vinculação direta com as finanças, e nem possuem tecnologia e infraestrutura para competir no mercado, estão sendo compradas por essas multinacionais ligadas diretamente ao capital fictício. Essa dinâmica financeira tem promovido a monopolização e a concentração da indústria de torrefação por meio da aquisição/fusão de marcas pelas multinacionais desse setor. Há situações em que determinados grupos chegam a controlar mais de cinquenta marcas, como acontece nos casos da JDE e do Grupo Três Corações. Na ponta da cadeia, o consumidor final não está mais diante de uma escolha sobre a marca A ou B, pois, nesses casos de concentração/monopolização, o café de diferentes marcas pertence ao mesmo grupo e é financiado por seus respectivos investidores. Com isso, a financeirização atua no controle dos espaços de produção e consumo da cadeia global de valor do café no Brasil.

A pesquisa demonstrou também que as multinacionais de exportação e torrefação de café em questão possuem algumas características em comum: a) todas possuem vínculo com o capital fictício; b) a maioria pertence a países importadores e trabalham com base em um portfólio diversificado para atender aos interesses dos acionistas que buscam investimentos em ativos variados e, portanto, não comercializam apenas café, mas uma variedade de produtos alimentícios e bebidas (cacau, leite, chá etc.); e c) essas multinacionais são grandes grupos mundiais que são divididos em vários subgrupos e/ou subsidiárias.

De modo geral, pode-se assinalar que a presente tese buscou mobilizar importantes informações e análises sobre a financeirização do agronegócio do café no Brasil e descrever a trama do capital fictício na produção capitalista do espaço nesse setor.

O recorte em escala de Brasil permitiu identificar e analisar a relação nacional-global desse fenômeno e apontou caminhos para novas pesquisas sobre essa temática, que de modo mais específico, podem ser dedicadas a estudar determinado estado ou área produtora de café. Com isso, é possível apreender os impactos locais/regionais da financeirização do café no país e sua relação com o mercado mundial dessa *commodity*.

A ênfase nas etapas de processamento e comercialização do café possibilitou entender a financeirização das multinacionais de exportação e torrefação presentes no país e, ao mesmo tempo, fornece base para continuidade de investigação sobre a financeirização em outras etapas da cadeia global de valor do café no Brasil, como por exemplo, nas redes de supermercados e

nas indústrias de fertilizantes e adubos químicos/agrotóxicos, que juntas são responsáveis por capturar 50% do valor distribuído nessa cadeia. Além de apontar caminhos para a realização de novas pesquisas sobre o tema, a presente tese também fornece elementos que permitem fazer algumas reflexões.

Em primeiro lugar, a atuação marcante de agentes financeiros estrangeiros nas exportadoras e torrefadoras de café no país levanta uma questão: quem são os verdadeiros donos do café no Brasil? De acordo com os dados e análises realizadas nesta pesquisa, é possível sinalizar que, de certo modo, os investidores financeiros estrangeiros que atuam por intermédio dessas multinacionais são os verdadeiros donos do café no país, pois mantém o controle sobre a produção e comércio dessa *commodity*, além de promover, em alguns casos, a monopolização do território pelo capital. Por isso, atualmente, o agronegócio do café no Brasil está sob o comando de uma “nova safra de capitalistas no campo” (KATO e LEITE, 2020): a classe financista. Nesse sentido, o protagonismo da clássica figura de botas, chapéu e fivelas reluzentes na fazenda foi substituído por uma figura de terno e gravata.

Em segundo lugar, a análise da financeirização pela perspectiva da cadeia global de valor do café revela a complexidade para decifrar os diferentes sujeitos envolvidos nessa dinâmica financeira, principalmente, por conta das estratégias de financeirização das multinacionais do café que implicam em processos de fusões/aquisições, divisão em subsidiárias e a atuação de investidores estrangeiros. Por outro lado, possibilita entender o papel do capital fictício no café nos espaços do campo e da cidade, já que é uma relação que se estende da fazenda ao consumidor final, o que por sua vez, evidencia que o capital fictício está presente *do plantio à xícara de café* tomada pelo consumidor final.

Por fim, de modo mais abrangente, acredito que a temática abordada nesta pesquisa é, de certo modo, um convite para refletir sobre o atual modelo do agronegócio no Brasil, baseado numa lógica subalterna de “reprimarização da economia” subordinada aos interesses do capital financeiro internacional. O principal impacto disso na sociedade é a financeirização do sistema agroalimentar brasileiro, que não possui como finalidade última a produção de alimento para a população, mas sim, a produção de *commodities* agrícolas para especulação financeira e a exportação desses produtos para outros países. Esses fatores são alguns dos principais motivos que levam ao aumento do preço dos alimentos e a falta de comida na mesa de muitos brasileiros. Portanto, é preciso colocar na ordem do dia, uma ampla discussão com a população brasileira sobre o atual modelo de agronegócio, bem como, os desafios e perspectivas para superação dessa lógica subalterna do setor ao capital financeiro internacional, e a necessidade de uma

reforma agrária associada a demais políticas públicas de segurança e soberania alimentar para, assim, quem sabe, garantir algo no mínimo essencial: comida no prato de todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABIC. **Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)**. Indicadores da Indústria de Café, 2022. Disponível em: <https://estatisticas.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/> . Acesso em janeiro de 2022.

ABIC. Site oficial. Disponível em: <https://www.abic.com.br/>. Acesso em fevereiro de 2022.

AGROLINK. CNA discute prorrogação da dívida de cafeicultores. Notícia do dia 22/05/2002. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/cna-discute-prorrogacao-da-divida-de-cafeicultores_2712.html. Acesso em 01/02/2020.

AGROLINK. Site oficial. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/>. Acesso em março de 2022.

AFFIRMA CAPITAL. **AFFIRMA CAPITAL/Investments**. Disponível em: <https://affirmacapital.com/investments.html>. Acesso em agosto de 2021.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.; il.; 29,7cm. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em junho de 2021.

ACORN HOLDING B.V. <https://www.jabholco.com/acorn-holdings>. Acesso em julho de 2021.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo. **Fundo Instituto Brasileiro do Café (IBC)**: inventário dos documentos textuais / Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo; Sátiro Ferreira Nunes. 2^a. ed. rev. - Rio de Janeiro: o Arquivo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo – SP, 2009.

BARICELO, Luis Gustavo; BACHA, Carlos José Caetano. **Oferta e demanda de máquinas agrícolas no Brasil**. Revista Política Agrícola, ano XXII – nº4 – Out./Nov./Dez.2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/98036/1/Oferta-e-demanda-de-maquinas-agricolas-no-Brasil.pdf>. Acesso em março de 2021.

BACHA, Carlos José Caetano; FERRACIOLI, Karina Guimarães e JACOMINI, Rafael. Comparação entre as políticas de café do Brasil e da Etiópia a partir de 1990. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXIV – Nº 1 – jan.fev.mar.2015.

BERMAN Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. Editora Schwarcz Ltda, 1982.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. Editora Unesp, São Paulo, 2013.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH, USP, 2017.

BÓIA, Fábio Jani Dias Oliveira. **A estratégia da Cofco Internacional no comércio global agrícola e o processo de internacionalização para Portugal**. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para o Mestrado em Estudos Chineses. Portugal, 2021. Disponível em: https://ria.ua.pt/bitstream/10773/30882/1/Documento_F%c3%a1bio_B%c3%b3ia.pdf. Acesso em junho de 2021.

BOLSA DE LUXEMBURGO. **Luxembourg Sotk Exchange**. Disponível em: <https://www.bourse.lu/home>. Acesso em julho de 2021.

BLOGDOSAKAMOTOUOL. Site oficial. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/?s=trabalho+escravo>. Acesso em janeiro de 2022.

BM&FBRASIL. **Mercados Derivativos**. Edmir Pinto diretor geral. Versão digital, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1818183/mod_resource/content/1/ENS%20-%20MF2%20BMF%202007%20-%20BK%20Introd%20Derivativos.pdf. Acesso em março de 2021.

BM&FBOVESPA. **Mercado de derivativos no Brasil: conceitos, produtos e operações**. 1ª edição, Rio de Janeiro, 2015. Versão digital disponível em: <https://www.investidor.gov.br/publicacao/Livro/Livro-TOPDerivativos.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

B3. Site oficial. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em fevereiro de 2021.

BLACKROCK. **BLACKROCK-Products**. Disponível em: <https://www.blackrock.com/br/products/251816/ishares-ibovespa-fundo-de-ndice-fund>. Acesso em julho de 2021.

BLACKROCK. **BLACKROCK-Educação**. Disponível em: <https://www.blackrock.com/br/educacao/etf/explicando-os-etfs>. Acesso em julho de 2021.

BLACKROCK. **BlackRock, ViewPoint**, February, 2019. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/literature/whitepaper/eng-blackrock-worldwide-leader-in-asset-and-risk-management.pdf>. Acesso em julho de 2021.

BLACKROCK. Site oficial. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/about-us>. Acesso em agosto de 2021.

BOECHAT, Cássio Arruda. Capital fictício e conflitos na reprodução crítica do grupo francês Tereos no agronegócio sucroenergético paulista. IN: **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro**. Organização: BOECHAT, Cássio Arruda. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2020.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira. Flex crops e a mobilidade do capital da Cosan/Raízen. IN: **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex**

crops na financeirização recente do campo brasileiro. Organização: BOECHAT, Cássio Arruda. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2020.

BOECHAT, Cássio Arruda; TOLEDO, Carlos de Almeida; PITTA, Fábio Teixeira. Land grabbing e crise do capital: possíveis interseções dos debates. IN: **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro**. Organização: BOECHAT, Cássio Arruda. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2020.

BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA DE CAFÉ. **Relatório Internacional de Tendências do café**; v. 5, n. 6, julho de 2016. Disponível em: http://www.consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Relatorio_v5_n_06.pdf. Acesso em Novembro de 2020.

CAFÉ POINT. **Cenário e tendências do mercado mundial de café**. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/blogs/espaco-aberto/cenario-e-tendencias-do-mercado-mundial-de-cafe-31593n.aspx>. Acesso em Agosto de 2020.

CAFÉ POINT. **Influências no preço do café**. Postado em 29/12/2015. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/blogs/espaco-aberto/influencias-no-preco-do-cafe-98286n.aspx>. Acesso em janeiro de 2020.

CANAL RURAL. **Cafeicultores reclamam de descaso na hora de negociar dívida**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/cafeicultores-reclamam-descaso-hora-negociar-dividas-48679/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

CANA RURAL. Site oficial. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/>. Acesso em dezembro de 2021.

CAPITAL GROUP. **CAPITAL GROUP-investmens**. Disponível em: <https://www.capitalgroup.com/individual/investments/quarterlyholdings/igaax>. Acesso em julho de 2021.

CAPITAL GROUP. **CAPITAL GROUP-What we offer**. Disponível em: <https://www.capitalgroup.com/individual/what-we-offer>. Acesso em julho de 2021.

CAPITAL GROUP. Site oficial. Disponível em: <https://www.capitalgroup.com/choose-location>. Acesso em agosto de 2021.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: IEUnicamp, 1998.

CARCANHOLO, M. D.; PASCHOA, J. P. P. Crise Alimentar e Financeira: A lógica especulativa atual do capital fictício (2010). In: Gambina, J. C. (Org.) **La Crisis Capitalista y sus Alternativas: una mirada desde América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: Clacso Libros, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/5456679/CRISE_ALIMENTAR_E_FINANCEIRA_A_L%C3%93GICA_ESPECULATIVA_ATUAL_DO_CAPITAL_FICT%3%8DCIO. Acesso em março de 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. In: **Aurora**, ano IV número 6, Agosto de 2010. ISSN: 19828004. Disponível em:
<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>.
 Acesso em março de 2021.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. Capitalismo Especulativo e Alternativas para a América Latina. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.89-125.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.31-61.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. Capital Fictício e Lucros Fictícios. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.125-161.

CECAFE. Site oficial. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/>. Acesso em março de 2022.

CECAFE. **Conheça o CECAFE: Histórico**. Disponível em <http://www.cecafe.com.br/conheca-o-cecafe/historico/>. Acesso em abril de 2020.

CECAFE. **Relatório anual de exportação de café brasileiro em 2019**. Dados publicados em 2020. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/dados-estatisticos/exportacoes-brasileiras/>. Acesso em: 01/10/2020.

CECAFE. **Curiosidades sobre o café**. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/sobre-o-cafe/curiosidades/>. Acesso em novembro de 2021.

CEPEA/ESALQ. **AGROMENSAL DO CAFÉ**. Acesso em Novembro de 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/categoria/agromensal.aspx?mes=5&ano=2017>. Acesso em fevereiro de 2020.

CENTRAL DO CAMPO. **Influências no preço do café**. Disponível em: <http://centralcampo.com.br/influencias-no-preco-do-cafe/#.Wk0q3dKnHIU>. Acesso em Janeiro de 2020.

CENSO AGROPECUÁRIO. **CENSO AGROPECUÁRIO – Resultados Definitivos/Agricultura, 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76253. Acesso em outubro de 2021.

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. **Site oficial**. Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/>. Acesso em março de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE CAFÉ. **FUNCAFÉ**. Conselho Nacional de Café (CNC). Disponível em: <https://cncafe.com.br/funcafe/https://cncafe.com.br/funcafe/>. Acesso em Dezembro de 2020.

CONTEL, Fábio Betioli. **Redes urbanas e mundialização financeira**: atores, normas e financeirização do território brasileiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro-RJ, 2011.

CONTEL, Fábio Betioli. **Entrevista**: finanças no mundo contemporâneo. Revista EntreLugar, V. 11, n.21, 2020 - ISSN 2176-9559, São Paulo-SP, 2020.

CONAB. **Série histórica do café arábica**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&ordem=produto>. Acesso em abril de 2020.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de café**. Levantamento da safra de café de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe>. Acesso em janeiro de 2022.

CONAB. **CONAB – Boletim de Café**, janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em março de 2022.

COFCO. **COFCO – Produtos e Serviços**. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/products-services/coffee/>. Acesso em agosto de 2021.

COFCO. **COFCO – Who we are/what we do**. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/what-we-do/>. Acesso em junho de 2021.

COFCO. **COFCO – Relatório de Sustentabilidade**, 2020. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/media/1940/cofco-summary-a5-report-2020-portuguese-210730.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

COFCO. **COFCO – Relatório de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: https://www.cofcointernational.com/media/1216/5341_sustainability_summary_por_2018-06-25.pdf. Acesso em agosto de 2021.

COFCO. **COFCO – Folha de dados, português/Brasil**, 2019. Disponível em: https://www.cofcointernational.com/media/1395/cof_fact-sheet-brz-201908.pdf. Acesso em junho de 2021.

COFCO. Site oficial. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/>. Acesso em junho de 2021.

CHINA INVEST CORPORATION. **CHINA INVEST CORPORATION, REPORT**, 2020. Disponível em: <http://www.china-inv.cn/chinainven/xhtml/Media/2020EN.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

CHINA INVEST CORPORATION. Site oficial. Disponível em: <http://www.china-inv.cn/en/>. Acesso em agosto de 2021.

DAVIRON, Benoit; PONTE, Stefano. *The Coffee Paradox*. Londres/Nova York: Zed Books, 2005.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DILAURO, Aluztane. **Análise do uso e ocupação da terra em Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto: estudo das transformações socioambientais a partir da implantação da lavoura cafeeira (1970 a 2008)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2011.

DORETTO, Moacyr. **Café: competitividade da cadeia produtiva no sistema cooperativo do Paraná**. IAPAR, boletim técnico, Londrina-PR, 2000. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/iapar_cafe_competitividade_cadeia_produtiva.pdf

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que metade da população do mundo? 2ª edição**. Autonomia Literária, São Paulo, 2017.

DUTRA JÚNIOR, WagnerValter. **A Geografia da Acumulação – Território do Trabalho (Abstrato) e da Riqueza (Abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital**. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo). São Cristóvão/SE, Novembro de 2010.

DUTRA NETO. Claudionor. **Café e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista**. 1ª edição, Vitória da Conquista, Bahia, 2004.

DULCI, Luiza Borges. **O Sul de Minas Gerais e a Governança da Rede de Produção Global de Café no Século XXI**. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais e Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2021.

EMBRAPACAFÉ. **A Unidade**: apresentação. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe/apresentacao>. Acesso em fevereiro de 2020.

EDUCACAO PUBLICA RJ. **Café e o surgimento do mercado de commodities no século XIX**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0109.html> . Acesso em fevereiro de 2020.

ESALQ. **CAFEICULTURA**.

Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va12-reportagem.pdf>. Acesso em abril de 2020.

ED&FMAN. **EDFMANCAPITAL**. . Disponível em: <https://edfmancapital.com.br/>. Acesso em setembro de 2021.

ED&F MAN. **EDF MAN_ANNUAL REPORT**, 2020, p.86. Disponível em: <https://www.edfman.com/new-about-us#annual-reports>. Acesso em junho de 2021.

ED&F MAN. **EDF MAN_ANNUAL REPORT**, 2019, p.84. Disponível em: <https://www.edfman.com/new-about-us#annual-reports>. Acesso em junho de 2021.

ED&F MAN. **Site oficial**. Disponível em: <https://edfman.com/>. Acesso em junho de 2021.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto/SP**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FREDERICO, Samuel. **Expansão da Fronteira Agrícola Moderna e a Consolidação da Cafeicultura Científica Globalizada no Oeste da Bahia**. Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.º2, 2012.

FREDERICO, Samuel. **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, v.3, n.1, 2013. p.97-116.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo das escalas. **Mercator**, Fortaleza, v.13, n.1, p.37-48, jan.-abr.de 2014. ISSN 1984-2201. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1037/527. Acesso em 08/11/2020.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geosp-Espaço e Tempo** (Online),v.21, n.1, p.73-101, abril 2017. ISSN 2179-0892.

FREDERICO, Samuel. **Território, capital financeiro e agricultura: investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro**. Relatório final de Pós-Doutorado pela Universidade de Paris, 2016.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. Com a colaboração de Rose D. Friedaman; apresentação de Miguel Colasuonno; tradução de Luciana Carli; revisão sobre a edição de 1982 e tradução do prefácio de 1982 de Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Título original em inglês *Capilalism and Freedom* de 1962, 1982 – Universidade de Chicago, EUA).

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital - Imperialismo: Teoria e História**. 2ªedição, Editora UFRJ, Rio de Janeiro-2010.

FONTES-MARTINS, Caroline Miriã. **A volatilidade nos preços futuro do café brasileiro e seus principais elementos causadores**. Dissertação de Mestrado, UFLA, Lavras-Minas Gerais, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Site oficial. Disponível em: <https://portal.fgv.br/>. Acesso em janeiro de 2022.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política**. 2ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo; Atlas, 2002.

GOMES, HELDER. Introdução. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.13-31.

GONÇALVES, Bruna Figueiredo. **O capital financeiro no campo: o financiamento do agro e a financeirização da terra**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA140_ID370216112021151840.pdf. Acesso em junho de 2022.

G1. Notícias sobre o café arábica e conilon. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/grao-sagrado/noticia/arabica-x-conilon-as-diferencas-na-producao-e-no-consumo-do-cafe.ghtml>. Acesso em 19 de Junho de 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

_____. **Breve Historia Del Neoliberalismo**. Akal, 2007.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. Boitempo Editoria, São Paulo, SP, 2011.

_____. **Os limites do capital**. Editorial Boitempo, 2013.

IPEA. **IPEA**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=. Acesso em julho de 2021.

Internacional Trade Center – ITC. **La Guia del Exportador de Café del ITC**. 3ª ed., 2011. Disponível em: <https://www.laguiadelcafe.org/>. Acesso em Setembro de 2020.

Internacional Trade Center – ITC. **La Guia del Exportador de Café del ITC**. 4ª ed., 2022. Disponível em: <https://intracen.org/publications/coffee-guide>. Acesso em outubro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **A Geografia do Café: dinâmica territorial da produção agropecuária**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99002.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Coordenação de Geografia, 2ª ed. – Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em março de 2021.

ISAKSON, Ryan S. Food and Finance. The financial transformation of agro-food supply chains. **The Journal of Peasant Studies**, 2014. ISSN: 03066150.

JAB. **JAB-About us**. Disponível em <https://www.jabholco.com/#aboutUs>. Acesso em julho de 2021.

JAB HOLDING COMPANY. **JAB Holding Company, ANNUAL REPORT**, 2020, p.72. Disponível em: https://www.jabholco.com/documents/2/FY20_JAB_Holding_Company_Sarl_Consolidated_Financial_Statements.pdf. Acesso em junho de 2021.

JAB HOLDING COMPANY. **JAB Holding Company, JUNE REPORT**, 2021, p.18. Disponível em: https://www.jabholco.com/img/pages/home/JAB-June_2021.pdf. Acesso em julho de 2021.

JDE. **JDE-Brands**. Disponível em: <https://www.jdepeets.com/brands>. Acesso em junho de 2021.

JDE. **JDE-About us**. Disponível em: <https://www.jacobsdouweegberts.com/about-us/>. Acesso em junho de 2021.

JDE. **JDE-Who we are**. Disponível em: <https://careers-br.jacobsdouweegberts.com/pt-br/who-we-are/>. Acesso em junho de 2021.

JDE PEET'S. **JDE PEET'S N.V. ANNUAL REPORT**, 2020, p.260. Disponível em: <https://www.jdepeets.com/siteassets/documents/fy20/jde-peets-annual-report-2020.pdf>. Acesso em junho de 2021.

JDE. Site oficial. Disponível em: <https://www.jacobsdouweegberts.com/>. Acesso em agosto de 2021.

JÚNIOR, Isaias Matos de Santana. **A economia cafeeira e seus reflexos socioeconômicos no Planalto da Conquista – Bahia**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). Salvador/BA, 2012.

KATO, K e LEITE, S.P. *Land grabbing*, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v.16, n.29, p.452 - 483, 2020.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** Editora Brasiliense, São Paulo: 2008.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus. **Revista Krisis**, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em julho de 2017.

_____. A Ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. **Revista GEOGRAFARES** - Revista de Programa de Pós-Graduação em Geografia e Departamento de Geografia da UFES, janeiro-junho de 2019, ISSN 2175-3709.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1997.

_____. A desvalorização do valor. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm> ,

acesso em outubro de 2017.

_____. **Dinheiro sem valor:** linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Tradução: Lumir Nahodil. Lisboa-Portugal, 1ª ed. Editora Antígona, 2014.

_____. **Modernidade autodevoradora.** Folha de São Paulo, Caderno Mais, 14 de julho de 2002.

_____. **A substância do capital:** o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. In: <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>. Acesso em janeiro de 2018.

KLUCK, Erick Gabriel Jones; LOPES, Gabriel Pedro Alves; COUTINHO, Viviane dos Santos; SANTOS, Artur Bastos; BOECHAT, Cássio Arruda. Expansão e crise do agronegócio sucroenergético no nordeste do Espírito Santo: o caso da Infinity Bio-Energy em Conceição da Barra (ES) e Pedro Canário (ES). IN: **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético:** land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro. Organização: BOECHAT, Cássio Arruda. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1991 [1969].

LEBRÃO, Jemeffer Souza. **As mulheres do café em Vitória da Conquista:** dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da periferia urbana. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2016.

LEÃO, Everson de Almeida. **A produção de cafés especiais no Brasil e a emergência de novos padrões de competitividade.** Dissertação de Mestrado defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2010.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Land Grabbing, boom das commodities e crise: formas de investimento estrangeiro na aquisição de usinas pela Shree Rensuska Sugar Ltd. IN: **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético:** land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro. Organização: BOECHAT, Cássio Arruda. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2020.

LIMA, Lucas Gama. COVID-19 e ampliação da fome: uma crítica ao sistema alimentar global sob a mundialização do capital. Revista Pegada, vol.21, nº 2, 2020.

LIMA, Váldeon Amaro; SANTOS, Isabel Cristina dos e NETO, João Amato. **A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: uma análise evolucionária no período de 1985-2015.** Texto publicado no XVIII Congresso Latino Americano de Gestão Tecnológica. Cidade do México, Outubro de 2017. Disponível em: <http://pro.poli.usp.br/wp-content/uploads/2018/11/A-IND%3%9ASTRIA-DE-M%3%81QUINAS-AGR%3%8DCOLAS-NO-BRASIL-UMA-AN%3%81LISE-EVOLUCION%3%81RIA-NO-PER%3%8DODO-DE-1985-2015.pdf> . Acesso em Setembro de 2020.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009, 9ª edição revista e ampliada.

LUXEMBURGO, ROSA. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

LUXEMBOURG STOCK EXCHANGE. **Louis Dreyfus Company BV**. Disponível em: <https://www.bourse.lu/issuer/LouisDreyComp/69789>. Acesso em julho de 2021.

LDC. **LDC-Who we are**-. Disponível em: <https://www ldc.com/who-we-are/about-us/our-business-lines/global-markets/> . Acesso em julho de 2021.

LDC. **LOUIS DREYFUS COMPANY FINANCIAL REPORT AND AUDITED CONSOLIDATED FINANCIAL STAMENTS**, 2020, p.45. Disponível em: https://www ldc.com/wp-content/uploads/LDC_FR2020_Hires_Spreads_Secured.pdf. Acesso em julho de 2021.

LDC. **LOUIS DREYFUS COMPANY B.V. H1 2020 Financial Highlights**, 2020, p.31. Disponível em: <https://www ldc.com/wp-content/uploads/Update-on-H1-2020-Financials.pdf>. Acesso em julho de 2021.

LDC. **Louis Dreyfus Company Successfully Issues a €500 Million Bond**. Disponível em: https://www ldc.com/wp-content/uploads/PR_LDC-Successfully-Issues-a-EUR500m-Bond_FINAL.pdf. Acesso em julho de 2021.

LDC. Site oficial. Disponível em: <https://www ldc.com/>. Acesso em julho de 2021.

MARCOLAN, Alaerto Luiz; e ESPINDULA, Marcelo Curitiba. **Café na Amazônia**. Brasília –DF, Embrapa, 2015, 474p. ISBN: 978-85-7035-469-3.

MAPA. **Fundo de defesa da economia cafeeira (FUNCAFE)**: relatório de atividades do FUNCAFE, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/RelatoriodeAtividadesdoFuncafe2014.pdf>. Acesso em fevereiro de 2020.

MAPA. **MAPA – FUNCAFÉ**, Contratações Ano Safra, 2020/21. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/FUNCAFTABELAAPLICAOAnoBase202122.02.2022Divulgado.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.

MAPA. Site oficial. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em janeiro de 2022.

MARTINS, M.; JOHNSTON, E.. **150 anos de café**. São Paulo: Salamandra Consultoria Editorial, 1992. 391 p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTUSCELLI, Enrico Danilo. **Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil.** Editora CRV, Curitiba-Paraná, Brasil, 2015.

MARX, KARL, FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, KARL. **O Capital:** crítica da Economia Política. Volume I, Livro primeiro. O processo de produção do capital, Tomo 1. Coleção Os Economistas. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

_____. **O Capital:** crítica da Economia Política. Volume I, Livro III. O processo global da produção capitalista, Tomo 1. Coleção Os Economistas. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

_____. **O Capital:** crítica da Economia Política. Livro III. O processo global da produção capitalista, Tomo 2. Coleção Os Economistas. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1985.

_____. **O Capital:** crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo Editorial, 2013. Edição e-book.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Tradução e introdução: Florestan Fernandes. 2ª ed., Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: a construção do conceito de agronegócio.** Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade Estadual de São Paulo (USP). São Paulo-SP, 2013.

MENEZES, Sócrates de Oliveira. **De “supérfluos” à sujeitos históricos na contramão do capital:** a Geografia do (des)trabalho. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, SE, 2007.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheiras, Sérgio Lessa. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011. E-book.

MITIDIERO JR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical. Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão da Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** Curitiba: CRV Editora, 2010.

MITIERO JR, Marco Antonio. Notas sobre o processo de financeirização da agricultura. In: **Questão agrária e práxis social no século XXI:** impasses, desafios e perspectivas. Márcia Yukari Mizusaki, Cláudia Marques Roma, Alexandre Bergamin Vieira (organizadores) – Curitiba: CRV: 2021. 494 p. ISBN Digital: 978-65-251-0150-7.

_____. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. Eraldo da Silva Ramos Filho; Marco Antonio Mitidiero Junior, Laiany Rose Souza Santos (Orgs.). 1ª edição, Outras Expressões, São Paulo, 2016.

_____. **Violência no campo brasileiro em tempos de golpe**. In; Boletim Dataluta, n.114 – Artigo do mês: junho de 2017. ISSN 2177-4463.

MITIDIERO JR. Marco Antonio, GOLDFARB Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), São Paulo-SP, setembro de 2021. ISBN: 978-65-87504-26-1.

MITSUBISHI CORPORATION. **Mitsubishi Corporation - Corporate Brochure**, 2021. Disponível em: <https://www.mitsubishicorp.com/jp/en/about/cguide/pdf/cg2021.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

MITSUBISHI CORPORATION. **MITSUBISHI CORPORATION INTEGRATED REPORT**, 2020. Disponível em: <https://www.mitsubishicorp.com/jp/en/>. Acesso em junho de 2021.

MITSUBISHI CORPORATION. Site oficial. Disponível em: <https://www.mitsubishicorp.com/jp/en/>. Acesso em junho de 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2ª ed., Hucitec, São Paulo, 1987.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade Silva. Editora HUCITEC, Editora POLIS. São Paulo, 1984.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Da Financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano**. Revista GEOgraphia. Niterói, Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro (UFF-RJ). Vol.19, nº40, maio/ago- 2017. ISSN: 15177793 (eletrônico).

MUELLER, Charles C. **O impacto do Acordo Internacional do Café sobre o preço do café**. Revista Brasileira Econômica, volume 25, Rio de Janeiro, 1971. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/60/6227>.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalvanti. **Os cafés especiais no Cerrado Mineiro: o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no município de Patrocínio-MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas-SP, 2014.

NASDAQ. **NASDAQ-STOCKS/SBUX**. Disponível em: <https://www.nasdaq.com/market-activity/stocks/sbux/institutional-holdings>. Acesso em julho de 2021.

NESTLÉ. **NESTLÉ Investors/sharesadrsbonds**. Disponível em: <https://www.nestle.com/investors/sharesadrsbonds>. Acesso em julho de 2021.

NESTLÉ. **Nestlé-About us**. Disponível em: <https://www.nestle.com/aboutus/overview/ourbrands>. Acesso em julho de 2021.

NESTLÉ. **NESTLÉ- Corporativo.** Disponível em: <https://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/nestle-lanca-cafes-starbucks-at-home>. Acesso em agosto de 2021.

NESTLÉ. **NESTLÉ na sociedade: Relatório criando valor compartilhado**, 2012. Disponível em: https://www.nestle.com/sites/default/files/asset-library/documents/library/documents/corporate_social_responsibility/csv_report_brazil_2012.pdf. Acesso em agosto de 2021.

NESTLÉ. **Nestlé Annual Review**, 2020, p.75. Disponível em: <https://www.nestle.com/sites/default/files/2021-03/2020-annual-review-en.pdf>. Acesso em julho de 2021.

NESTLÉ. **Nestlé Corporation Governance Report, Compensation Report, Financial Statements**, 2020, p.204. Disponível em: <https://www.nestle.com/sites/default/files/2021-03/2020-corp-governance-compensation-financial-statements-en.pdf>. Acesso em julho de 2021.

NESTLÉ. Site oficial. Disponível em: <https://www.nestle.com/>. Acesso em agosto de 2021.

NETTO, Antônio Delfim. **O problema do café no Brasil**. Editora UNESP, São Paulo, 2009.

NOVAIS, Weldon Pereira Silva de. **O agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA: agricultura capitalista mundializada e reprodução fictícia de capital**. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), João Pessoa-Paraíba, 2018.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **COMMODITIES**. Publicado em 27/01/2010. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/educacional/mercado-futuro/44200-commodities.html#.WOJQFyFAHIV>. Acesso em 18 de junho de 2020.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Revista Geosp – Espaço e Tempo** (ONLINE), v.19, n.2, p.229 a 245, ago.2015. ISSN 2179-0892.

_____. Agricultura brasileira – transformações recentes. In: **Geografia do Brasil**. Org. ROSS, J.L. São Paulo: Edusp, 2008. p.466-535.

_____. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Texto para discussão em reunião da CPT nacional. Goiânia, 22/10/2002.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. Iânde Editorial, São Paulo, 2016.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. Labor Edições, São Paulo, 2007.

_____. **Agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1704200809.htm>. Acesso em outubro de 2020.

_____. **Agrocombustíveis e a produção de alimentos.** Texto publicado no 12º Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL – Montividéu, Uruguai, 2009.

Disponível em:

<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

OLIVEIRA, Ana Letícia de. **Complexos Agroindustriais e ações na organização sócio-espacial:** uma análise em geografia rural. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OIC. **Site oficial.**

Disponível em: https://www.ico.org/pt/about_statistics_p.asp?section=Estat%EDstica. Acesso em janeiro de 2022.

OIC. **OIC- Organização Internacional do Café.** Disponível em: <https://www.ico.org/pt/missionp.asp>. Acesso em novembro de 2021.

OIC. **OIC – Dados Históricos.** Disponível em: https://www.ico.org/pt/new_historical_p.asp?section=Estat%EDstica. Acesso em dezembro de 2021.

OIC. **OIC – Visão Geral do Relatório sobre o Desenvolvimento Do Café** – ano de 2020. Publicado em fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.ico.org/documents/cy2020-21/ed-2358p-overview-cdr-2020.pdf>. Acesso em março de 2021.

OIC. **OIC – Relatório sobre o mercado de café, janeiro de 2022.** Publicado em janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.ico.org/documents/cy2021-22/cmr-0122-p.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

OLAM. **OLAM Fazenda Palestina.** Disponível em: <https://www.olamgroup.com/locations/latin-america/brazil/products.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=inSk1cg4u-s>. Acesso em agosto de 2021.

OLAM. **OLAM Brazil Products.** Disponível em: <https://www.olamgroup.com/locations/latin-america/brazil/products.html>. Acesso em agosto de 2021.

OLAM. **OLAM Company/investors/information.** Disponível em: <https://www.olamgroup.com/investors/company-information/shareholding-structure.html#>. Acesso em junho de 2021.

OLAM. **Boletim Informativo: Olam 2021** – Olam em números. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/about-olam.html>. Acesso em agosto de 2021.

OLAM. **Olam International Limited Annual Report, 2019.** Disponível em: https://www.olamgroup.com/content/dam/olamgroup/investor-relations/ir-library/annual-reports/annual-reports-pdfs/olam-annual-report-fy19_3-in-1.pdf. Acesso em junho de 2021.

OLAM, **Olam International Limited** Annual Strategy Report, 2020. Disponível em: https://www.olamgroup.com/content/dam/olamgroup/investor-relations/ir-library/annual-reports/annual-reports-pdfs/2020/olam_annual_report_2020.pdf. Acesso em junho de 2021.

OLAM, **Olam International Limited** Annual Governance Report, 2020; 64 páginas. Disponível em: https://www.olamgroup.com/content/dam/olamgroup/investor-relations/ir-library/annual-reports/annual-reports-pdfs/2020/olam_annual_report_2020_governance.pdf. Acesso em junho de 2021.

OLAM. **Site oficial**. Disponível em: <https://www.olamgroup.com/>. Acesso em março de 2022.

OPEREFUTUROS. **Especificações de contratos futuros**. Disponível em: <http://www.operefuturos.com.br/contratos-futuros-internacionais/especificacoes-de-contratos/cafе-financieiro-nymex-em-nova-iorque/#.Wg2A3tKnHIU>. Acesso em novembro de 2020.

O TEMPO. **Em crise, setor de café ganha linha de crédito no BB para quitar dívida**. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/em-crise-setor-de-cafе-ganha-linha-de-credito-do-bb-para-quitar-dividas-1.2252662>. Acesso em fevereiro de 2020.

OXFAM BRASIL. **Relatório Mancha de Café**, julho de 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/setor-privado-e-direitos-humanos/por-tras-do-preco/mancha-de-cafе/>. Acesso em novembro de 2021.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Comida e soberania ou segurança para o mercado de alimentos? Geopolíticas e contra hegemonias em foco**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. ISSN:1980-4555, 2017.

PAULANI, Maria Leda. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: **Revista Economia**, 2011, vol. 12 (1), p. 49-70. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6315869.pdf>. Acesso em agosto de 2020.

PLANALTO/GOV. **Estruturação do Fundo de defesa da economia cafeeira- FUNCAFÉ**. Presidente da República, Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 94.874. de 15 de Setembro de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm. Acesso em janeiro de 2020.

PLANALTO/GOV. **Estruturação do Fundo de defesa da economia cafeeira- FUNCAFÉ**. Presidente da República, Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 94.874. de 15 de Setembro de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm. Acesso em janeiro de 2020.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDOÇA, Maria Luisa. O etanol e a reprodução do capital em crise. In: **Revista USP: Agrária**. São Paulo, n 13, 2010. p.4-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45568>. Acesso em março de 2020.

PITTA, Fábio Teixeira. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Próálcool a crise de 2008.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

PITTA, Fábio Teixeira. **Modernização Retardatária e Agroindústria Sucroalcooleira Paulista: o Próálcool como reprodução fictícia de capital em crise.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

PITTA, Fábio Teixeira. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. **Revista Exit**, nº 18, edição de 2020/2021.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **O capital financeiro e a especulação com terras.** In: Mural Internacional, v.5, n.1, 2014.

PITTA, Fábio Teixeira; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Erick Gabriel Jones. O boom e o estouro da bolha das *commodities* no século XXI e o agronegócio sucroenergético brasileiro: da mobilização à crise do trabalho. IN: **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro.** Organização: BOECHAT, Cássio Arruda. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2020.

PINA, Mario. **Derivativos financeiros.** Curitiba: IESDE BRASIL S.A., 2009. Rubio Vega, Blanca Aurora. **El dominio del hambre : crisis de hegemonía y alimentos.** México: Universidad Autónoma Chapingo-Colegio de Postgraduados : Universidad Autónoma de Zacatecas : Juan Pablos Editor, 2015.

POLITIZE. **O que foi a conferência de Bretton Woods?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/conferencia-de-bretton-woods/#:~:text=O%20fim%20do%20Sistema%20de%20Bretton%20Woods&text=A%20derr%20ota%20militar%20dos%20Estados,dos%20norte%2Damericanos%20caíram%20drasticamen%20te>. Acesso em agosto de 2022.

REVISTA CAFEICULTURA. **Brasil foi maior produtor e exportador de café do mundo no último ano safra.** Publicado em 21/07/2016. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=62208>. Acesso em agosto de 2020.

REVISTA CAFEICULTURA. Site oficial. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/>. Acesso em março de 2022.

REVISTA CAFEICULTURA. **Café: Enquanto o Brasil produz, a Alemanha fatura.** Publicado em 08/02/2010. Disponível em <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=30741>. Acesso em junho de 2020.

REVISTA CAFEICULTURA. **CAFÉ SEUS TIPOS E SUAS BEBIDAS.** Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=30397>. Acesso em dezembro de 2020.

REVISTA GLOBO RURAL. Site oficial. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/>. Acesso em fevereiro de 2022.

REPORTER BRASIL. Site oficial. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em janeiro de 2022.

RUFINO, José Luís dos Santos. **Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café: antecedentes, criação e evolução**. 1ª edição; EMBRAPA, 2006. Disponível em: www.embrapa.br/café. Acesso em junho de 2021.

SÃO MIGUEL FUNDO. **SÃO MIGUEL FUNDO**. Disponível em: <http://www.saomiguelpar.com.br/en/>. Acesso em julho de 2021.

SANTANA, Aurelane Alves; e MITIDIERO JR, Marco Antonio. **Trabalho análogo à escravidão na cafeicultura do Planalto da Conquista, Bahia**. Revista Pegada – vol 18, nº 2. Maio/Agosto de 2017.

SANTANA, Aurelane Alves. **A crise do trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista-Bahia**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SINGER, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo, Contexto, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SILVA, Lucas Frazão. **A cafeicultura brasileira no modelo tecnológico produtivista: 1960-1990**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica –. Campinas, 1994.

SILVA, Máira Ferraz de Oliveira. **Caracterização de Sistema de Produção Agrários: uma análise da produção de café no Planalto da Conquista**. Monografia de Especialização do curso de Pós-Graduação *Latu sensu* Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista/BA, 2013.

SOARES, VENOZINA DE OLIVEIRA. **A territorialização da cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia: Transformações e contradições no espaço agrário**. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, 2011.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro: Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS –NPGeo, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. Tradução: María Franco García. In: **Geografia Movimentos Sociais e Teoria**. Revista Terra Livre, ano 18 v. 2, número 19, São Paulo, 2002. p. 127-146.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. In **Geografia Física Geomorfologia: uma (re)leitura**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

STARBUCKS. **STARBUCKS-LOJAS**. Disponível em: <https://www.starbucks.com.br/lojas>. Acesso em julho de 2021.

STARBUCKS. **Starbucks Stories e News**. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/AboutUs-Company-Profile-1.6.21-FINAL.pdf>. Acesso em julho de 2021.

STARBUCKS. **Starbucks Annual Report**, 2019. Disponível em: https://s22.q4cdn.com/869488222/files/doc_financials/2019/2019-Annual-Report.pdf. Acesso em julho de 2021.

STARBUCKS. **Starbucks Annual Report**, 2020. Disponível em: https://s22.q4cdn.com/869488222/files/doc_financials/2020/ar/2020-Starbucks-Annual-Report.pdf. Acesso em julho de 2021.

STARBUCKS. Site oficial. Disponível em: <https://www.starbucks.com/>. Acesso em agosto de 2021.

STATE STREET CORP. **State Strett Corporation Annual Report**, 2020. Disponível em: https://s27.q4cdn.com/695867334/files/doc_downloads/STT-2020-Annual-Report.pdf. Acesso em julho de 2021.

STATE STREET CORP. **State Street Corporation Report ESG**, 2020. Disponível em: https://s27.q4cdn.com/695867334/files/doc_downloads/state-street-esg-report-04-2021.pdf. Acesso em julho de 2021.

STATE STREET CORP. Site oficial. Disponível em: <https://www.statestreet.com/home.html>. Acesso em agosto de 2021.

STRAUSS GROUP. **Strauss Group Annual Report**, 2020. Disponível em: https://ir.strauss-group.com/wp-content/uploads/2021/03/Reporting_package_Q4-20_-_ENG_isa.pdf. Acesso em julho de 2021.

STRAUSS GROUP. Site oficial. Disponível em: <https://www.strauss-group.com/>. Acesso em agosto de 2021.

SGX. **SGX – OLAM INTL**. Disponível em: <https://www.sgx.com/securities/equities/O32>. Acesso em agosto de 2021.

TALBOT, John M. **Information, Finance and The New International Inequality: The case of coffe.** Journal of World-Systems Research, VIII, 2, Spring 2002, 214-250. ISSN: 1076-156X.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil:** impactos sociais, econômicos e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS, v.2 – nº2 – ano 2, Setembro de 2005. Disponível em <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339>. Acesso em março de 2021.

TEMASEK. **TEMASEK – Portfolio/companies.** Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/en/faqs#portfolio-companies>. Acesso em julho de 2021.

TEMASEK. **TEMASEK-Corporate.** Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/content/dam/temasek-corporate/who-we-are/corporate-profile/about-us-en.pdf>. Acesso em junho de 2021.

TEMASEK. **Temasek Review,** 2021. Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/content/dam/temasek-corporate/our-financials/investor-library/annual-review/en-tr-thumbnail-and-pdf/Temasek-Review-2021-Highlights.pdf>. Acesso em junho de 2021.

TEMASEK. **Temasek Investor Factsheet,** 2021. Disponível em: https://www.temasek.com.sg/content/dam/temasek-corporate/our-financials/investor-library/fact-sheet/2021%20Investor%20Factsheet_English.pdf. Acesso em julho de 2021.

TEMASEK. **Temasek Review,** 2020. Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/content/dam/temasek-corporate/our-financials/investor-library/annual-review/en-tr-thumbnail-and-pdf/Temasek-Review-2020-Highlights.pdf>. Acesso em junho de 2021.

TEMASEK. Site oficial. Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/en/index>. Acesso em fevereiro de 2022.

TRÊS CORAÇÕES. **Cadeia produtiva do café.** Disponível em: <https://www.3coracoes.com.br/materias/grupo-3coracoes-mostra-o-processo-de-producao-do-cafe-em-14-passos>. Acesso em dezembro de 2020.

TRÊS CORAÇÕES. **Três Corações-Onde estamos.** Grupo Três Corações. Disponível em: <https://www.3coracoes.com.br/onde-estamos/>. Acesso em julho de 2021.

TRÊS CORAÇÕES. **Relatório de sustentabilidade Três Corações,** 2019. Disponível em: https://www.3coracoes.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio_Sustentabilidade_2019.pdf. Acesso em julho de 2021.

TRÊS CORAÇÕES. Site oficial. Disponível em: <https://www.3coracoes.com.br/>. Acesso em agosto de 2021.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios do tempo não adiado.** Revista Pegada, vol.9, n.1, 2008.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. Instituto Lukács, São Paulo: 2013.

VANGUARD. **VANGUARD- Who we are**. Disponível em: <https://about.vanguard.com/who-we-are/fast-facts/>. Acesso em julho de 2021.

VANGUARD. **Vanguard Group Annual Report, 2020**. Disponível em: https://about.vanguard.com/investment-stewardship/perspectives-and-commentary/2021_investment_stewardship_annual_report.pdf. Acesso em julho de 2021.

VANGUARD. Site oficial. Disponível em: <https://corporate.vanguard.com/>. Acesso em agosto de 2021.

VON MISES, Ludwig. **As seis lições**. Tradução de Maria Luiza Borges. 7ª Edição; São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.